Escola de Sociologia e Políticas Públicas

Departamento de História

A Independência do Kosovo – Coerência Internacional?

Raul Luis de Morais Lima Ferreira da Cunha

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de

Doutor em História, Estudos de Segurança e Defesa

Orientador

Doutor Nuno Correia Barrento de Lemos Pires

Coronel Tirocinado de Infantaria, Academia Militar

Março, 2019

Escola de Sociologia e Políticas Públicas

Departamento de História

A Independência do Kosovo – Coerência Internacional?

Raul Luis de Morais Lima Ferreira da Cunha

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de

Doutor em História, Estudos de Segurança e Defesa

Júri:

Presidente: Professora Doutora Helena Carreiras, Professora Associada do ISCTE-IUL, por delegação da Senhora Reitora do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Vogais: Doutora Daniela Rute dos Santos Nascimento, Professora Auxiliar, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Doutor Felipe Manuel Pathé Duarte, Professor Auxiliar, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Doutora Ana Isabel Marques Xavier, Professora Auxiliar, Universidade Autónoma de Lisboa.

Professor Doutor Luís Nuno Valdez Faria Rodrigues, Professor Associado com Agregação do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Doutor Nuno Correia Barrento de Lemos Pires, Coronel Tirocinado de Infantaria, Academia Militar **(Orientador)**.

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus filhos Miguel, Ricardo, Bruno e Vitor, os quais, por força das minhas ausências ao serviço de Portugal, tiveram de crescer e formar-se sem a presença e apoio permanente do Pai e só graças aos cuidados das suas Mães se transformaram em homens de bem e moralmente bem formados e educados, pelo que constituem o meu maior orgulho e a quem consagro um amor imenso e incondicional.

Raul Cunha

Agradecimentos

A tarefa a que me propus, de elaborar esta tese, não teria sido possível sem o inestimável contributo de um elevado número de pessoas.

Gostaria de destacar e dar uma palavra de apreço especial ao meu orientador, o Coronel Tirocinado de Infantaria (Doutor) Nuno Correia Barrento de Lemos Pires, cuja dedicação, conselhos, revisão e rigor intelectual permitiram que esta tese chegasse a um bom termo. Sem o seu apoio e a disponibilidade que sempre me manifestou, tal não teria sido possível.

Um agradecimento também ao Professor Doutor Luís Nuno Rodrigues por me ter apoiado no desenvolvimento deste tema e por todos os conselhos que me deu sempre que os solicitei. E aos restantes Professores das matérias curriculares deste Curso, expresso a minha gratidão pelos ensinamentos colhidos e pela paciência para com as minhas argumentações.

À Instituição Militar e aos meus camaradas de toda a vida militar que, desde a Academia Militar, contribuíram para que o meu percurso de vida chegasse até este particular momento, reitero o meu agradecimento pela minha formação, como homem e como militar.

O meu reconhecimento também para o Major-General Carlos Branco, a Professora Doutora Ana Costa Lopes e o Tenente-Coronel Joaquim Fulgêncio, pelos seus contributos para o enriquecimento deste trabalho.

Uma especial menção de gratidão à Laura e à Mirjana que enquanto casadas comigo tiveram que se empenhar sozinhas na educação e formação dos nossos filhos e também à minha irmã Marina e à minha companheira Glória, por toda a compreensão, sacrifício, encorajamento e apoio que me deram ao longo deste desafio.

Ao meu camarada deste Curso, Dr. José Miguel Cerqueira, agradeço as suas demostrações de amizade para comigo, os bons momentos passados e o apoio e a boa disposição que sempre reinou entre nós.

Finalmente, agradeço a todos aqueles cujos nomes não são aqui referidos, mas que, de forma direta ou indireta, contribuíram através da sua opinião e experiência.

Muito Obrigado a Todos!

Resumo

Os aspetos centrais da tese apresentada são o Kosovo e o reconhecimento, por muitos dos vários Estados existentes no mundo, da sua autoproclamação como um Estado. Da controvérsia originada pelas variadas interpretações que, fazendo uso da História, da Geografia e dos aspetos étnico-religiosos, os quais são também analisados neste trabalho, e tendo em consideração o facto de uma parte da Comunidade Internacional ter reconhecido o Kosovo enquanto entidade estatal e inclusive incentivado e apoiado essa autoproclamação, resultou a colocação de algumas questões, uma das quais se tornou principal na análise do tema: Os critérios mobilizados para a justificação da independência do Kosovo enquanto Estado são coerentes e justos? Assim este estudo procura identificar como os Estados Unidos da América e alguns países da União Europeia fomentaram e apoiaram a independência da República do Kosovo e que justificações apresentaram, ou seja, que fatores terão ponderado no seu posicionamento. Também importante é a apreciação das posturas de outros atores com reconhecida influência na evolução da situação e a análise de outras situações análogas à do Kosovo. No final, são apresentadas as consequentes conclusões.

Abstract

Central to this thesis is Kosovo and the recognition by many of the various states in the world of its self-proclamation as a state. From the controversy arising from the various interpretations that using History, Geography and ethnic-religious aspects, which are also analyzed in this work, and taking into account the fact that a part of the International Community has recognized Kosovo as a state entity and inclusively encouraged and supported this self-proclamation, resulted in a number of issues being raised, one of which became central to the analysis of the topic: Are the criteria, used to justify the independence of Kosovo as a State, coherent and fair? Thus this study seeks to identify how the United States of America and some European Union countries have fostered and supported the independence of the Republic of Kosovo and what justifications have been presented, i.e. what factors have weighed on its positioning. Also important is the appreciation of the positions of other actors with recognized influence on the evolution of the situation and the analysis of other situations similar to that of Kosovo. At the end, the consequent conclusions are presented.

Palavras-chave:

Autoproclamação;

Balcãs;

Independência;

Interesses;

Kosovo;

Sérvia;

Keywords:

Self-proclamation;

Balkans;

Independence;

Interests;

Kosovo;

Serbia

ÍNDICE DO TEXTO

Dedicatória i
Agradecimentos ii
Resumo / Abstract iii
Palavras-Chave / Keywords iv
Índice do Texto v
Índice de Figuras vii
Glossário de siglas viii
1. Introdução 1
2. Kosovo – Campo de Pássaros Negros 11
2.1. Geografia e Factos Descritivos 11
2.2. História 17
2.2.1. O Kosovo Antigo 19
2.2.2. O Kosovo Medieval 21
2.2.3. O Kosovo Otomano 26
2.2.4. O Kosovo no Século XX 33
3. O Kosovo no Século XXI 69
4. Soberania, Estados, Nacionalismo e Identidade 85
4.1. Soberania 85
4.2. Estados e Identidade 90
4.3. Nacionalismo e Etnicidade 95
4.4. Identidade Nacional e Vitimização 108
4.4.1. A Função da História e das Memórias Coletivas na Identidade Nacional 109
4.4.2. Recordar e Esquecer para Moldar a História e a Memória Coletiva 116
4.4.3. A Identidade de Vítima 119
5. Outros Atores Influentes 127
5.1. Estados Unidos da América 128
5.2. República Federal da Alemanha 137
5.3. Meios de Comunicação Social 144
5.4. 'Jihad' Islâmica 152
5.5. Crime Organizado 161
5.6. Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia (TPIJ) 167

5.6.1. O Tribunal como colaborador judicial das relações públicas da OTAN 168
5.6.2. O Tribunal como um 'Tribunal desonesto' 181
5.6.3. O julgamento de Milosevic – um Juiz, no mínimo, controverso. 185
5.6.4. Notas Conclusivas 189
6. Reconhecimento e Não-reconhecimento – Critérios 191
6.1. Posições de Reconhecimento 191
6.1.1. A Declaração dos EUA 193
6.1.2. A Declaração da França 195
6.1.3. A Declaração da Itália 196
6.1.4. A Declaração de Portugal 197
6.2. Posições de Não-reconhecimento 198
6.2.1. A Declaração da China 201
6.2.2. A Declaração da Grécia 202
6.2.3. A Declaração da Índia 204
6.2.4. A Declaração da Rússia 205
7. Outras Auto Proclamações de Independência 209
7.1. Transnístria 210
7.2. Ossétia do Sul 212
7.3. Nagorno-Karabakh 213
7.4. Catalunha 215
7.5. Crimeia 220
7.5.1. Resumo Histórico 220
7.5.2. A Ingerência do Ocidente 222
7.5.3. O Golpe de Estado em Kiev 223
7.5.4. A Questão Linguista 225
7.5.5. Legalidade do Retorno da Crimeia à Rússia 225
7.5.6. Conclusão 229
8. Conclusões 233
Fontes 249
Bibliografia 253
Anexo 1 – Conceitos Relevantes 287

ÍNDICE DE FIGURAS

1.1	O Autor em funções no Kosovo	2
1.2	A ex República Federal da Jugoslávia	8
2.1	Principais Cidades do Kosovo	13
2.2	Estrutura étnica do Kosovo	14
2.3	Países da Região dos Balcãs	15
2.4	A Batalha de 'Kosovo Polje'	25
2.5	A 'Grande Migração' Sérvia de 1690	29
2.6	O assassinato do Arquiduque Francisco Ferdinando	34
2.7	O Marechal Josip Broz Tito	38
2.8	Slobodan Milosević	50
2.9	Ibrahim Rugova, 1º Presidente do Kosovo	52
2.10	O 'mítico' Adem Jashari	59
2.11	Bombas 'humanitárias' sobre o Kosovo	66
3.1	Thaçi, Kouchner, Jackson, Çeku, Clarck	69
3.2	O UÇK mostra-se após a retirada das forças Sérvias	70
3.3	Os Sérvios em fuga	74
3.4	'Morte aos Sérvios'	76
3.5	O dia da declaração de Independência	82
3.6	As 'bandeiras' do Kosovo	84
4.1	A Albânia a defender Shkodra e Janina do macaco (Montenegro), do tigre (Grécia) e da cobra (Sérvia).	113
7.1	Transnístria	211
7.2	Geórgia e Ossétia do Sul	212
7.3	Nagorno-Karabakh	214
7.4	Catalunha	216
7.5	Crimeia: da Ucrânia ou da Rússia?	220
7.6	Os 'democráticos' manifestantes ucranianos	224
7.7	A Crimeia agora é da Rússia	229
7.8	Os novos 'nazis' na Ucrânia	230
8.1	A 'Grande Albânia' desejada pelos Albaneses	243
8.2	"Então e Nós?"	247

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AAK	*Aleanca për Ardhmërinë e Kosovës* (Aliança para o Futuro do Kosovo)
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AMBO	*Albania, Macedonia, Bulgaria (Oil pipeline)*
ANA	*Albanian National Army*
ARJM	Antiga República Jugoslava da Macedónia
B-H	Bósnia-Herzegovina
CE	Comunidade Europeia
CSCE	*Conference on Security and Co-operation in Europe*
CS/NU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
ECMM-YU	*European Community Monitoring Mission for Yugoslavia*
EU	*European Union* (ver UE)
EUA	Estados Unidos da América (ver USA)
EULEX	*European Union Rule of Law Mission in Kosovo*
FDP	*Freie Demokratische Partei* (Partido Democrático Liberal – Alemanha)
ICO	*International Civilian Office*
ICG	*International Crisis Group*
ICR	*International Civilian Representative* (ver RCI)
JNA	*Jugoslovenska Narodna Armija* (Exército Popular Jugoslavo)
KEK	*Korporata Energjetike e Kosovës* (Corporação de Energia do Kosovo)
KFOR	*Kosovo Force*
KK	*Komiteti i Kosovës* (Comité do Kosovo)
KPC	*Kosovo Protection Corps*
KPS	*Kosovo Police Service*
KTAS	*Kosovo Trust Agency*
KVM	*Kosovo Verification Mission*
LDK	*Lidhja Demokratike e Kosovës* (Liga Democrática do Kosovo)
NATO	*North Atlantic Treaty Organization* (ver OTAN)
NDH	*Nezavisna Država Hrvatska* (Estado Independente da Croácia – 2ª Guerra Mundial)
NSC	*National Security Council* (EUA)

NSDD	*National Security Decision Directive* (EUA)
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUMOZ	*United Nations Operations in Mozambique*
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte (ver NATO)
PESD	Política Europeia de Segurança e Defesa
PDK	*Partia Demokratike e Kosovës* (Partido Democrático do Kosovo)
PMI	Presença Militar Internacional
RCI	Representante Civil Internacional (ver ICR)
RCSNU	Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (ver UNSCR**)**
RESG	Representante Especial do Secretário-Geral da ONU (ver SRSG)
RFJ	República Federal da Jugoslávia
RSS	República Socialista Soviética
SG/ONU	Secretário-Geral da ONU
SHIK	*Shërbimi Informativ Kombëtar* (Serviço de Informações Nacional)
SKJ	*Savez Komunista Jugoslavije* (Liga dos Comunistas da Jugoslávia)
SPD	*Sozialdemokratische Partei Deutschlands* (Partido Social-Democrata da Alemanha)
SRSG	*Special Representative of the Secretary-General, UN* (ver RESG)
TMK	*Trupat Mbrojtese te Kosovës* (Corpo de Proteção do Kosovo – ver KPC)
TPI	Tribunal Penal Internacional
UÇK	*Ushtria Çrilimtare e Kosovës* (Exército de Libertação do Kosovo)
UDBA	*Uprava Državne Bezbednosti Armije* (Administração da Segurança do Estado)
UE	União Europeia (ver EU)
UN	*United Nations* (ver ONU)
UNHCR	*United Nations High Commissioner for Refugees* (ver ACNUR)
UNMIK	*United Nations Interim Administration Mission in Kosovo*
UNSCR	*United Nations Security Council Resolution* (ver RCSNU**)**
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USA	*United States of America* (ver EUA)

Na Guerra, a verdade é a primeira vítima.

Ésquilo

1. INTRODUÇÃO

Esta investigação situa-se sobretudo no âmbito das Relações Internacionais (como podemos ver na denominação do próprio título) embora também se insira nos domínios histórico, político, filosófico e da segurança e defesa, pois quando no dia 17 de Fevereiro de 2008, o Kosovo declarou unilateralmente a sua independência, esta ação foi na realidade aquela que se espera ter constituído o epílogo da implosão jugoslava. Sendo uma entidade estatal autoproclamada e, como tal, aceite por alguns países da Comunidade Internacional, o Kosovo é, no entanto, uma realidade complexa no que à sua formação enquanto Estado diz respeito. Sobretudo, porque há que considerar toda uma diversidade de atores intervenientes, questões relativas às sucessivas convulsões históricas na região e os problemas derivados das diferentes etnias e religiões e a forma como foram interagindo e, ainda, porque por força e em consequência da globalização e também da alteração das fronteiras no sentido mais tradicional, têm sido criadas novas realidades sociais e humanas às quais o Estado enquanto construção do Homem não se pode alhear.

Quando em Dezembro de 1991 fiz parte de um dos primeiros contingentes portugueses (de volume significativo – cerca de 40 militares e diplomatas) a participar numa missão de manutenção de paz, no caso a *European Community Monitoring Mission for Yugoslavia (ECMM-YU)*, estava longe de vislumbrar o que isso iria representar para o futuro da minha carreira militar. Logo no regresso dessa missão recebi o encargo de elaborar o primeiro manual doutrinário do Exército Português sobre este tipo de operações e colaborar na preparação do primeiro exercício nacional sobre esse mesmo tema (o ORION-93). Logo depois, no Instituto de Altos Estudos Militares, passei a ministrar os ensinamentos relativos a essas operações, tendo também colaborado na instrução da primeira força portuguesa a integrar uma missão de manutenção de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) – um Batalhão de Transmissões enviado para Moçambique no âmbito da *United Nations Operations in Mozambique* (ONUMOZ). Entretanto e por força de ter casado em segundas núpcias com uma senhora de nacionalidade croata, passei a deslocar-me com regularidade àquele País e às outras ex-Repúblicas jugoslavas. Mais tarde em 2000 e já depois de uma curta passagem profissional pela Bósnia-Herzegovina, cumpri uma comissão de serviço de 8 meses no Kosovo, como

chefe do J-7 (Instrução) da força da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) aí presente. Finalmente em novembro de 2005, sendo já Oficial-General, fui de novo em missão para o Kosovo como Chefe dos Oficiais de Ligação Militares da *United Nations Interim Administration Mission in Kosovo* (UNMIK), cargo em que permaneci três anos e dois meses. Assim, a escolha deste tema está relacionada com uma minha 'ligação' afetiva e efetiva àquelas paragens durante um largo período temporal e vai assim de encontro ao que Carlos Moreira refere: "*a seleção do tema e o próprio desejo de investigar são, com efeito, frequentemente orientados por razões biográficas, intelectuais, políticas ou de carreira profissional*".[1] Tal como outros camaradas de profissão que passaram por aqueles lugares, o facto de ter sido eu próprio a acompanhar diretamente o que ia ocorrendo acabou por me suscitar bastantes dúvidas sobre as 'verdades' debitadas pelos diversos atores internos e externos. A encimar este trabalho e com a frase de Ésquilo apresentada pretende-se reforçar precisamente a ideia que muito do que a maioria dos jornalistas e académicos produziram sobre o conflito, resultou de uma enviesada perceção dos factos e as mais das vezes fruto de juízos preconceituosos.

Figura 1.1 – O autor em funções no Kosovo (fonte: Autor)

[1] Moreira, Carlos Diogo (1994), *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*, ISCSP-UTL, Lisboa, p. 20.

Nas funções então desempenhadas contactei com a realidade do que ocorria no Kosovo e, lentamente mas seguramente, adquiri um conhecimento muito detalhado da situação, tendo feito o possível por tudo registar. Talvez por esse facto e também por estar convicto de conseguir ter uma perspetiva menos parcial das envolventes, decidi optar por este tema para a tese, nela tentando reverter as minhas próprias impressões e experiências pessoais. Deseja-se que o conteúdo deste trabalho possa constituir uma ajuda para quem queira perceber as causas, efeitos, positivos e negativos do conflito do Kosovo. Assim, será apresentado um conjunto de informações, que se tentará serem o mais factuais possíveis evitando muitos dos trabalhos e informações veiculados publicamente através do que se considera ter sido uma poderosíssima máquina de propaganda.

Uma investigação envolve sempre um problema e a formulação do 'problema de investigação'

> "*é fundamental porque centra a investigação numa área ou domínio concreto; organiza o projeto, dando-lhe direção e coerência; delimita o estudo, mostrando as suas fronteiras; guia a revisão da literatura para a questão central; fornece um referencial para a redação do projeto; aponta para os dados que será necessário obter*". [2]

Uma vez que esta formulação é feita normalmente numa fase prévia e sob a forma de uma pergunta, surgiu assim como questão central de pesquisa, ou pergunta inicial, a seguinte:

– *Os critérios mobilizados para a justificação da independência do Kosovo enquanto Estado são coerentes e justos?*

Secundariamente e para maior clarificação importará também responder às questões seguintes:

– *Quais os antecedentes 'Históricos' dos intervenientes no conflito, que conduziram à presente situação?*
– *Quais os elementos considerados em conceitos como Soberania, Estado e Identidade e em que medida são verificados no caso do Kosovo?*
– *Qual a influência das posturas e/ou atividades de outros Estados, Entidades e Organizações, em relação à evolução da situação no Kosovo?*
– *Quais e por quem foram usados, os principais argumentos para justificar o reconhecimento, ou não, da independência do Kosovo?*

[2] Coutinho, Clara Pereira (2014), *Metodologias de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*, Livraria Almedina, Lisboa, 2ª Edição, Cap.2.

– *Quais as diferenças verificadas na comparação entre o caso do Kosovo e os de outras regiões com situações análogas de autoproclamação de independência?*

Assim e para concretizar essa abordagem, tentar-se-á de início relatar os acontecimentos históricos mais relevantes daquela região que culminaram na declaração de independência e, em seguida, verificar se houve Estados, Entidades Políticas e Organizações que fomentaram e apoiaram essa independência da República do Kosovo e que justificações apresentaram. Ou seja, que fatores terão ponderado no seu posicionamento. Seguramente, também, irão ser analisadas outras situações análogas à do Kosovo, estabelecendo os necessários paralelismos, pois "*só graças a uma comparação poderemos ver o que lá não está, ou em outras palavras compreender o significado de uma particular ausência*" [3] e, desse modo, extrair as consequentes conclusões.

Tendo as questões apresentadas como referência e tendo presente que *a organização de uma investigação em torno de hipóteses constitui a melhor forma de a conduzir com ordem e rigor apontando o caminho da procura e fornecendo um fio condutor à investigação*,[4] procurou-se estabelecer o elenco das hipóteses de pesquisa para melhor clarificar o conteúdo a analisar, as quais são em seguida apresentadas:

H1: Os Estados/Entidades/Organizações que apoiaram, ou não, e posteriormente reconheceram, ou não, a independência do Kosovo enquanto Estado, procuraram demonstrar no seu discurso, essencialmente conceitos normativos ou valorativos.

H2: Os Estados/Entidades/Organizações que apoiaram, ou não, e posteriormente reconheceram, ou não, a independência do Kosovo enquanto Estado, fizeram-no em função dos seus próprios interesses estratégicos.

H3: Há regiões no interior de Estados reconhecidos que têm no seu território identidade étnica, religiosa ou outras com significado suficiente para terem autoproclamado a sua independência.

[3] Burke, Peter (2005), *History and Social Theory*, Polity Press, Cambridge, UK. Cap. 2 – Models and Methods, p. 23.

[4] Rodrigues, Luis Miguel (2010), *Metodologias de Investigação*, Faculdade de Teologia, UCP, Braga.

Com o 'estado da arte', também conhecido por 'estado do conhecimento', procura-se determinar qual o conjunto significativo de pesquisas de caráter bibliográfico que irá permitir organizar e discutir um determinado trabalho académico sobre um tema previamente definido, tentando dar resposta a quais os aspetos e acontecimentos que devem ser destacados e privilegiados e sob que formas e em que condições podem ser reportados. Na sua formulação também se tenta inventariar a produção académica e científica sobre o tema em investigação, em relação às características e informação que o caracterizam.

O interesse deste tema de investigação deriva do facto de os trabalhos académicos anteriormente realizados espelharem sobretudo as origens étnicas dos seus autores e consequentemente a parcialidade da sua pesquisa, omitindo qualquer argumentação que prejudica as suas intenções e, portanto, sem a necessária profundidade. Destacam-se, a título de exemplo, as dissertações de mestrado na 'State University of New York', *The Right to Self-Determination and Statehood: The Kosova Case* de Besfort Rrecaje e no 'City College of New York', *The Legal and Political Foundations of Kosovo's Independence* de Mensur Deva, que claramente apresentam a visão albanesa, e em contraste temos o trabalho publicado pelo Prof. Dr. Miodrag Jovanović da Universidade de Belgrado, *Is Kosovo and Metohija Indeed a 'Unique Case'?*, que exemplifica a visão sérvia.

Existe, de facto, um número elevado de artigos de opinião sobre o tema,[5] mas estes também refletem invariavelmente o posicionamento político e/ou étnico individual ou nacional dos seus autores e assim entendeu-se que haveria que se cuidar o levantamento de eventuais pesquisas, mais imparciais, sob a forma de Trabalhos de Investigação, Dissertações de Mestrado e Teses de Doutoramento, que se reportassem ao tema da História recente daquela região. Entre outros, foi possível, por exemplo, identificar um trabalho com essas características e contendo informação de relevo para o pretendido - *Será o Kosovo um Novo*

[5] Golubic, Dean, M. A. Crim, Zlatko Golubic, Alen Simec e M. A. Work safety (2008), *Independence of Kosovo*. https://bib.irb.hr/datoteka/473708.KOSOVO_INDEPENDENCE.pdf
Broek, Marjolein van den (2010), *A struggle for independence in Kosovo – The role of the international community in determining the region's future*, Bachelor Thesis, Nijmegan School of Management.
Friesendorf, Cornelius (2008), "Kosovo's Controversial Independence", *CSS Analyses in Security Policy*, Vol. 3, 29, Junho.
Oeter, Stefan (2015), "The Kosovo Case – An Unfortunate Precedent", *ZaöRV 75*, pp. 51-74.

Estado? Uma análise da aceitação e da não-aceitação no discurso dos Estados sobre o Kosovo. Trabalho de Investigação da Mestre em Ciência Política, Patrícia Calca.

Os últimos acontecimentos respeitantes ao Kosovo foram, de acordo com o que se sabe a esse respeito, suficientemente tratados e publicados em bibliografia especializada sob a forma de livros, mas são muito poucos os que se encontram disponíveis para o público em geral, sobretudo no nosso País. No entanto, foi possível recolher informação variada e bastante completa a partir do acervo existente. Tal como já foi referido, além das Relações Internacionais, importará analisar a controvérsia originada pela História, Geografia e pelos aspetos étnico-religiosos dessa região, bem como os motivos político-estratégicos de uma parte da Comunidade Internacional que reconheceu o Kosovo enquanto entidade estatal e inclusive incentivou e apoiou essa autoproclamação. O estudo e análise da história e de acontecimentos recentes, baseado numa compreensão da natureza dinâmica e caótica das regiões e povos do mundo, pode conduzir à adoção de orientações políticas racionais que permitam aos diferentes países contribuir seriamente para alguma estabilidade num mundo inerentemente instável. Com a finalidade supra indicada foram estudados alguns livros para, além de consolidar as noções obtidas quando das minhas missões profissionais naquela região, permitir a aquisição de novos dados e informações, bem como fornecer novas pistas para o aprofundamento da pesquisa através de novas fontes bibliográficas.

Por outro lado e tendo a perfeita noção da significativa influência que muitos outros atores tiveram sobre o desenvolvimento da situação, tornou-se necessário identificá-los, discernir da sua motivação e determinar qual o grau de interação com a evolução dos diferentes acontecimentos. De imediato, ressaltou a necessidade de concretizar a análise dos papéis desempenhados pelas grandes potências na ordem política internacional, pelos meios de comunicação social, pela justiça criminal internacional através do TPIJ (Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia), e por outros atores tais como a *Jihad* Islâmica[6] e os Tráficos por obra do Crime Organizado. Para este efeito teve de se procurar a informação existente nas Organizações Internacionais especializadas e em Entidades consideradas como

[6] '*Jihad*' é um conceito essencial da religião islâmica e significa 'esforço' ou 'luta'. No caso presente, ao juntar o termo 'islâmica', pretende-se englobar todos os movimentos que utilizam a violência para a promoção daquela fé religiosa, como p. ex. a Al-Qaeda.

imparciais, bem como analisar o conteúdo de trabalhos produzidos por Académicos e estudiosos destes temas, sendo que neste âmbito foram identificados alguns artigos: *Framing Analysis of Kosovo Independence in Global Media*, de Roxana Maiorescu; *Islamic Terror and the Balkans*, de Shaul Shay; *Biased Justice: Humanrightsism and the International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia*, de Robert M. Hayden; *Kosovo's new map of power: governance and crime in the wake of independence*, de Ivan Briscoe e Megan Price. Curiosamente, na exploração da bibliografia contida nas obras antes mencionadas, vim a descobrir uma extensa variedade de artigos académicos, relatórios e notícias que abordavam estes temas e que de certo modo foram 'escondidos' ou permaneceram 'esquecidos' nos diferentes níveis da internet mais profunda, estando só visíveis em páginas representativas de ideais mais radicais e das quais o 'politicamente correto' obviamente não gosta.

A maioria dos estudos sobre o Kosovo e a ex-Jugoslávia tem olhado apenas para os discursos oficiais, os discursos das elites políticas, a cobertura pelos meios de comunicação social e os livros de história (sendo alguns dos disponíveis autênticos 'arranjos' históricos ao serviço de uma das partes do conflito – como é o caso das obras de Noel Malcom sobre a Bósnia e o Kosovo, que não conseguem disfarçar o seu antagonismo em relação aos Sérvios e que são objeto de acesa controvérsia e inclusive de imensa contestação,[7] mas que infelizmente continuam a ser referenciadas por muitos estudiosos daquela região), e com estas têm vindo a ser obtidas versões distorcidas, facilmente utilizadas para fins políticos. De meu conhecimento existem poucos estudos sobre o Kosovo e a antiga Jugoslávia, que contenham um conjunto misturado de memórias pessoais com a história oficial. E, como no meu caso existem fortíssimas impressões colhidas em muitos anos de contato com aquelas paragens (algumas das quais foram descritas no meu '*End of Assignment Report*' ao *Department of Peacekeeping Operations of the United Nations* [DPKO-UN], quando terminei a minha comissão ao seu serviço naquele território), é minha intenção fazê-las reverter para o conteúdo do trabalho. O meio académico necessita de mais estudos que deem voz a discursos que saiam do 'politicamente correto' e como tal habitualmente silenciados e, portanto, este estudo vai refletir sensações, retidas por força das minhas funções oficiais na região, e tentará analisar as práticas em vez de se concentrar em discursos privilegiados e dominantes. Destina-se a ilustrar

[7] A confirmar esta asserção ver: AA. VV. (1998), *Response to Noel Malcom's Book* – '*Kosovo a Short History*', Macmillan, London, 492. Disponível em: http://www.kosovo.net/nmalk.html

o aspeto pragmático dos eventos históricos, em termos de proporcionar um conjunto de informações e a sua análise e assim garantir a existência de recursos simbólicos, emocionais e políticos a um nível pessoal e coletivo, de forma a permitir uma melhor compreensão de todo o envolvente histórico desta região.

A análise a efetuar irá, forçosamente, aflorar os aspetos situacionais da zona em questão. Não só porque em termos efetivos a geografia e tudo o que encerra influi no percurso das sociedades, como e porque, este trabalho versa um determinado território que foi feito Estado, tendo portanto que fazer uma espécie de cruzamento entre a sua configuração e o seu envolvimento com alguns aspetos históricos. Todavia, é também premente aprofundar alguns aspetos decisivos para o desenrolar dos últimos acontecimentos e as reações a esse respeito.

Agostinho da Costa vai mais longe e mais fundo ao entrar na dimensão interna e assim, afirma que o conflito jugoslavo foi

> "*(...) essencialmente uma guerra entre as diferentes entidades da Federação, em resultado de um processo de luta pelo poder no interior de cada república. Para vencer esta luta e impedir as alterações radicais que se perspetivavam, uma parte das elites canalizou o debate político para o campo das reivindicações étnicas, encetando, deliberadamente, uma estratégia destinada a inicialmente transmitir a perceção e, posteriormente a confirmação, da existência de um conflito de natureza étnica e nacional no país*". [8]

Figura 1.2 – A ex República Federal da Jugoslávia (fonte: Path Decorations Pictures)

[8] Costa, Agostinho Dias da (2002), *Os Sérvios e a estabilidade dos Balcãs* (dissertação de Mestrado em Relações Internacionais), Universidade Lusíada, Lisboa, pp. 127-8;

Assim e dada a influência dos fatores religiosos e étnicos neste conflito, para além da importância de um determinado nacionalismo exacerbado, será necessário verificar o enquadramento de conceitos tais como Soberania, Comunidade, Identidade, Sociedade, Estado, Nação e qual o papel do nacionalismo na sua formulação.

Outro aspeto a necessitar enquadramento é que esta zona é uma área onde as disputas geoestratégicas/geopolíticas, por parte de vários Estados e organizações, são bastante acentuadas, ainda que nem sempre visíveis numa primeira análise. Assim e também porque *na origem de Estados Frágeis ou Falhados, nas causas de Guerras Civis, percebemos que os motivos aparentes escondem outros muito mais relevantes, profundos e, em alguns casos, com raízes muito longínquas*,[9] importa verificar que interesses e afinidades motivaram os Estados e Entidades intervenientes, quer a favor quer contra a independência, e quais os respetivos discursos.

Para o desenvolvimento deste trabalho, a metodologia de investigação foi uma investigação aplicada tendo sido utilizado um método hipotético-dedutivo para a sua abordagem que, seguindo as questões central e secundárias como seu fio condutor, levou consequentemente a novas leituras para verificação das hipóteses consideradas. Os procedimentos técnicos assentaram no método histórico e estudo de caso, pois o objetivo era exploratório e explicativo. As técnicas de investigação foram a pesquisa documental e bibliográfica, sendo que as leituras se basearam em obras de referência, documentação de organizações internacionais, sobretudo das Nações Unidas e da União Europeia, em trabalhos académicos, em artigos de opinião publicados nos meios de comunicação social nacional e internacional e, extensivamente, no acesso através da Internet a fontes privilegiadas sobre o assunto em análise, de forma a possibilitar uma informação mais completa e atual.

A estrutura desta investigação está subdividida em oito áreas/capítulos, sendo o primeiro esta introdução. Num segundo capítulo, vai recordar-se o contexto do Kosovo, ou seja, serão abordados os fatores que explicam a diversidade das atuações, como sejam a Geografia e a História da região. No terceiro capítulo, procurar-se-á pormenorizar a História mais recente, que levou à autoproclamação da independência (2008) procurando também discernir as motivações político-estratégicas para uma tal ação. No quarto capítulo serão discutidos alguns

[9] Pires, Nuno Lemos (2015), *Das Ameaças-Riscos Intangíveis aos Estados Frágeis e às Guerras Civis*, Lisboa, p. 1.

conceitos que, através da sua interligação e significado, condicionaram a sequência de eventos e as intervenções dos múltiplos atores. No capítulo seguinte tentar-se-ão identificar outros atores que afetaram a situação e quais as suas motivações e grau de influência. Num sexto capítulo serão elencados os justificativos apresentados por alguns países para o reconhecimento, ou não, da independência do Kosovo e quais os critérios mobilizados para a sua justificação. Aqui, vai importar, sobretudo, a percepção de como alguns dos mais poderosos países fomentaram e apoiaram, ou desincentivaram e rejeitaram, a independência da República do Kosovo, que justificações apresentaram? Ou seja, tê-lo-ão feito a bem da sua política externa, alianças, interesses, e que outros fatores terão ponderado no seu posicionamento? Para tal, além da análise dos discursos e declarações oficiais, tentar-se-á o seu enquadramento em relação à prática de cada um destes importantes atores. No capítulo seguinte serão analisadas outras situações análogas à do Kosovo, estabelecendo os necessários paralelismos e extraindo as consequentes percepções e, através da análise textual, entender quais as ideias ou conceitos de Estado que foram consideradas como aplicáveis. Para finalizar o trabalho serão salientados todos os detalhes relevantes dos anteriores capítulos, deduzindo então as necessárias interligações e comparações, para deste modo se poder concluir sobre a noção da coerência, ou não, da Comunidade Internacional na sua conduta em relação à formação do novo Estado kosovar.

2. KOSOVO – CAMPO DE PÁSSAROS NEGROS

2.1. Geografia e Factos Descritivos

O território do Kosovo foi o berço do Estado Medieval Sérvio. Esta região é considerada pelos sérvios como sendo a terra de origem da sua nacionalidade (o Kosovo e Metohija). Essa área, caracterizada por ser um local de passagem, foi, desde sempre, polvilhada por perturbações de carácter histórico-conflitual. Na altura da formação do denominado Estado Medieval Sérvio, o território foi povoado na sua quase totalidade por uma população Cristã Ortodoxa. Torna-se natural assinalar o Kosovo como um território Sérvio através da simples análise dos seus topónimos – todas as localidades têm nomes sérvios, inclusive a palavra Kosovo que provém da palavra sérvia *kos*, que significa melro ou pássaro negro.

O Kosovo [10] encontra-se a sudeste da Sérvia e estando inserido centralmente na região balcânica, acaba por adotar as características próprias da mesma, tendo a sua posição possibilitado ao longo da história o contacto entre diversos povos, nele se cruzando múltiplas rotas, culturas, línguas, usos e costumes diversos. Os Balcãs são uma região de itinerários: neste corredor assegura-se a passagem entre a Europa Central, o Sul da Europa e a Ásia. Na Europa, realmente, as grandes questões, os problemas pendentes, as esperanças reafirmadas, os fenómenos recorrentes de irredentismo, centram-se à volta de mapas e de traçados de fronteiras, que guerras frequentes estabeleceram sem ter em consideração os direitos dos povos, homogeneidades étnicas, identidades culturais e o respeito histórico por tratados e acordos legalmente celebrados.

Com uma área de aproximadamente 10 887 km², o Kosovo, geograficamente, caracteriza-se pelo seu carácter montanhoso. O monte Deravica, com 2 656 m de altura, é o mais elevado da região. As montanhas são na sua maior parte constituídas por rochas cristalinas sedimentares, calcárias e vulcânicas, nas quais se desenvolveram as formas do relevo fluvial, glacial e cársico. São ricas em bosques e pastos de qualidade, apresentando uma escassa exploração turística.[11]

[10] A designação romana era Dardânia. Kosovo significa campo dos melros ou dos pássaros negros. Em Kosovo Polje, perto de Pristina, foi travada uma batalha decisiva em 1389 entre os Sérvios e os Turcos Otomanos.

[11] Ver: AA. VV. (2018), *Testemunho de Catorze Anos de Forças Nacionais Destacadas no Kosovo*, Fronteira do Caos editores, p. 26

A região tem uma boa rede hidrográfica, beneficiando pela estrutura do relevo das bacias que correm para os três mares: Negro, Egeu e Adriático. Os rios Beli Drim, Lepenac, Stinica e Ibar são os mais significativos que passam no território. Há também alguns lagos naturais de pequenas dimensões e duas albufeiras maiores originadas por barragens hidroelétricas.

O Kosovo tem um clima continental com influências alpinas, da massa continental a norte e mediterrânicas no sul (mar Egeu) e oeste (mar Adriático). As áreas mais frias do Kosovo são as montanhas a oeste e sudeste, onde se verifica um clima alpino. As áreas mais quentes são principalmente as áreas do extremo sul, perto da fronteira com a Albânia, caracterizadas por um clima mediterrânico. A temperatura média mensal varia entre 0 graus C (em janeiro) e 35 graus C (em julho). A precipitação média anual varia de 600 a 1.300 mm por ano e é distribuída por todo o ano.[12]

Antes do conflito havia algumas áreas de cultivo intenso, nomeadamente trigo (100.000 ha), milho (95.000 ha), cevada (20.000 ha), vinha (9.000 ha) e aveia (8.000 ha);[13] mas como a maioria dos agricultores eram sérvios (que fugiram quase todos) e esta atividade não é a mais comum entre os albaneses, verificou-se alguma diminuição das zonas cultivadas. Em termos de arborização, esta é sobretudo de abetos, álamos, bétulas e pinheiros bravos, mas com pouca densidade, pois só 40% do solo está ocupado por bosques e pomares que são principalmente de citrinos, havendo também algumas oliveiras.[14] Uma das consequências da pouca atividade agrícola é que praticamente todos os vegetais frescos têm de vir do exterior, sobretudo da Macedónia e mesmo da Sérvia.

O Kosovo tem uma enorme e quase inexplorada riqueza de minerais no seu subsolo – carvão, chumbo e zinco, bismuto, bauxite, magnésio e níquel. Antes dos conflitos, produzia 75% dos concentrados de chumbo e zinco, 60% da prata, 50% do níquel e 20% do ouro da República Federal da Jugoslávia. Acredita-se que esta seja uma das regiões da Europa com maior riqueza em chumbo e zinco. Estes dois minerais estão estimados em cerca de cinquenta milhões de toneladas e contendo também alguma percentagem de ouro, prata e cádmio.[15]

[12] CIA (2018), *The World Factbook.* Disponível em: https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/kv.html

[13] AA. VV. (2018), Op. Cit. p. 26.

[14] AA. VV. (2018), Op. Cit. pp. 26-27.

[15] AA. VV. (2018), Op. Cit. p. 27.

Atualmente a mina gigante de zinco e chumbo em Trepca, perto da cidade de Mitrovica, no norte, é a maior da província e opera em duas seções distintas, uma controlada pelos albaneses e a outra pelos sérvios. O Kosovo tem quinze milhões de toneladas de reservas de carvão, menos de um por cento das quais foram extraídas. Além das suas reservas minerais, alguns economistas concordam que o principal potencial da província está na sua indústria de energia a qual não tem funcionado adequadamente, aliás tal como a restante estagnada economia do Kosovo, mau grado o enorme investimento aí efetuado pela UE. O Kosovo tem duas centrais elétricas térmicas que deviam poder satisfazer as necessidades domésticas de energia do país; mas a tecnologia obsoleta e a falta de pessoal profissional levam a frequentes avarias e a escassez de energia, pelo que a eletricidade ainda é importada em parte, da Sérvia e dos países da Europa central.[16]

As suas maiores cidades são Pristina (a capital), Mitrovica, Uroševac, Gnjilane, Prizren, Đakovica e Peć. Estas cidades são as capitais dos sete distritos em que o Kosovo foi dividido e estes estão por sua vez divididos em 38 municípios (*opština*). Em Pristina está localizado o único aeroporto internacional da província, mas que já movimenta cerca de 1,7 milhões de passageiros por ano. Pristina está também ligada por autoestrada à Macedónia (R6) e à Albânia (R7).

Figura 2.1 – Principais cidades do Kosovo (fonte: CIA – The World Factbook)

[16] Adnkronos international (2007), *Kosovo: Natural resources key to the future, say experts*. Disponível em: http://www1.adnkronos.com/AKI/English/Business/?id=1.0.1683003038

Mais de 90% da população do Kosovo (estimada entre 1,9 e 2,2 milhões) era de etnia albanesa no final dos anos 90 e hoje em dia os valores são idênticos (92%), conforme dados da CIA.[17] A maioria dos habitantes, que não são albaneses, são sérvios, bosníacos, '*gorani*' (montanheses) e '*rom*' (ciganos). Esta repartição da população deve-se, essencialmente, aos muitos contrastes aí verificados devidos às diferenças no relevo, às distintas zonas económicas, à disparidade dos recursos e aos modos de vida diferenciados. Muito em resultado das migrações que se deram nesses territórios ao longo dos últimos séculos ter-se-á originado uma fisionomia étnica, bem como, uma composição social e fronteiriça, em permanente mutação.[18] Um facto curioso e cuja origem carece de explicação científica é que entre 1921 e 2003 (82 anos) a população albanesa cresceu 460%.

Figura 2.2 – Estrutura étnica do Kosovo (fonte: Geopolitica.ru)

[17] CIA (2018), Op. Cit.

[18] Blanc, André (1971), *Géografie des Balkans*, Presses Universitaires de France, Paris, pp.33-52.

Numerosos foram já os termos utilizados para definir a extraordinária variedade de povos presentes nesta região. A repartição de línguas e de religiões atesta e comprova, de forma acentuada, alguns dos problemas que aí se vivem. No território correspondente à antiga Jugoslávia falam-se quatro línguas principais, a servo-croata (que se subdivide em três dialetos), a eslovena, a albanesa e a macedónia (extremamente semelhante ao búlgaro). De acordo com a Constituição atual, aprovada após a independência, as línguas oficiais são o Albanês e o Sérvio.

O Kosovo ocupa uma posição central na península dos Balcãs, que está repartida por doze Estados – Eslovénia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Sérvia, ARJ da Macedónia, Montenegro, Grécia, Turquia, Roménia, Bulgária, Albânia e o Kosovo. Destes doze Estados, cinco pertencem à União Europeia (UE) e oito à OTAN; outros estão em diferentes fases nas suas negociações para futura adesão a uma ou às duas organizações. Ou seja, há uma grande diversidade de situações, a que acresce um acentuado 'mosaico' étnico, raramente coincidindo as nações com os Estados. Durante a Guerra Fria os Balcãs dividiam-se pelos três blocos existentes – OTAN, Pacto de Varsóvia e Não-Alinhados. Na ordem geopolítica pós-Guerra Fria os Balcãs estão incluídos no sistema euro-atlântico (a UE através da Política Europeia de Segurança e Defesa e a OTAN). Atualmente e após as adesões da Albânia e do Montenegro, só a Sérvia, a Bósnia-Herzegovina, a Macedónia e o Kosovo não são membros da OTAN

Figura 2.3 – Países da Região dos Balcãs (fonte: Balkan Adventures)

A religião e a variedade confessional são realidades particulares a ter em conta, ou não fossem sinónimos de divisão e discriminação. O catolicismo domina nas regiões mais próximas da Itália e da Áustria (na Croácia, Eslovénia e Herzegovina), enquanto a prática da religião ortodoxa tem lugar sobretudo na Sérvia, Macedónia, Montenegro e parte da Bósnia. Por sua vez, o Islão é mais significativo na Albânia (70% de muçulmanos), na Macedónia, no Kosovo e em alguns distritos da Bósnia-Herzegovina. Um pouco por todo o lado existem católicos, muçulmanos e ortodoxos, havendo inclusive povoações onde coabitam as três religiões. No Kosovo, 95,6% da população são muçulmanos e 3,7% católicos, [19] estando estes últimos concentrados em Klina, Đakovica e em pequenas aldeias perto de Peć e Prizren. Nos muçulmanos há uma pequena percentagem de eslavos – os bosníacos e os '*gorani*'.

Sendo o Kosovo uma terra de grande simbologia histórica e religiosa para os sérvios, para os albaneses também assim é. De notar, também, que tradicionalmente e historicamente a sociedade albanesa-kosovar, tal como os albaneses dos países vizinhos, tem uma estrutura rigidamente ancorada na força de atração da família alargada, do 'clã', ao qual se pertence por vínculo de sangue, matrimónio e proveniência territorial. Os interesses, as orientações 'políticas' e religiosas e os comportamentos sociais giram em torno do 'clã', que é, em simultâneo, refúgio e prisão de cada indivíduo.

Sobre a Jugoslávia, Dragnich afirma que os povos da República Federal da Jugoslávia (RFJ)

> "*Nunca tinham vivido juntos sob o mesmo teto. Habitaram em diversas casas, muitas vezes não a sua própria, e foram submetidos a senhores com diferentes códigos de comportamento. Se bem que, no essencial, falassem a mesma língua, conheciam-se uns aos outros apenas à distância e incompletamente. A maioria deles aderira à cristandade, ou ortodoxa ou católica romana, mas alguns acreditavam no Islão. Tinham muitas vezes ouvido românticas versões de como eram parecidos e que havia razões pelas quais se deviam unir, mas isso tinha sempre parecido um sonho distante. Então, repentinamente, enquanto os seus senhores combatiam, viram-se livres para se unir. Numa atmosfera de emoções desencontradas e com muitas expectativas idealistas, agarraram o momento e apressadamente consumaram uma união*".[20]

[19] Números do censo de 2011, que foi boicotado pelos Sérvios, os quais são quase na totalidade cristãos ortodoxos.

[20] Dragnich, Alex N. (1993), *Sérvios e Croatas*, Bertrand Editora, Venda Nova, p. 54.

2.2. A História

Vamos agora rever, com o pormenor possível, a história do Kosovo, que está recheada de divisões, lutas, opressão, conflitos e violência. A dificuldade de escrever uma história do Kosovo é imensa, porque não existem narrativas compartilhadas e compatíveis sobre o passado comum dos dois povos. Os Sérvios e os Albaneses têm versões substancialmente diferentes da história; as suas histórias nacionais não só descrevem o seu próprio povo como mártires, vítimas históricas e bravos heróis, como também sustentam que os outros são os vilões, os agressores e os opressores. Todas as injustiças e problemas, por vezes reais e por vezes imaginárias, são culpa do 'outro'. Estas nações e grupos étnicos, como no resto da ex-Jugoslávia e em outros lugares, têm o seu próprio catálogo de vítimas, atrocidades, destruição e sofreram injustiças, mas nenhuma parece ter a capacidade de admitir e lamentar as feridas dos outros. Como Silber e Little afirmam:

> *Trabalhar na ex-Jugoslávia é entrar num mundo de verdades paralelas. Onde quer que se vá, encontra-se a mesma resoluta convicção de que tudo o que aconteceu na região foi sempre culpa de outra pessoa, exceto do seu próprio lado. (...) Cada nação tem abraçado uma ortodoxia separada em que é exclusivamente a vítima e nunca o opressor.*[21]

Não só essas histórias são construídas seletivamente sob o ponto de vista do presente, mas também são especificamente adaptadas para atender a esses propósitos nacionalistas.

O aparecimento de movimentos nacionalistas nos Balcãs (e em outros países) é frequentemente visto como tendo sido um retorno ao passado, uma reversão a formas mais 'naturais' de expressão da realidade subjacente da vida balcânica, a qual tinha sido de certa forma 'suspensa' pelo regime comunista. Argumenta-se que a nacionalidade emergiu então do seu estado letárgico de animação, desempenhando um papel importante na queda do comunismo, na dissolução da Jugoslávia e nas suas guerras sangrentas.[22]

Por isso, tornou-se habitual discorrer sobre os 'ódios antigos' que fomentaram as guerras Jugoslavas e que, alegadamente, fornecem a chave para a sua compreensão. De acordo com

[21] Silber, Laura e Allan Little (1995), *Yugoslavia: Death of a Nation*. New York: TV Books/Penguin, USA, pp. 390-1. Tradução do autor.

[22] Ver por exemplo: Goodrich, Lawrence J. (1993), "The Rise of Nationalism and the Fall of Yugoslavia", *The Christian Science Monitor*, 13 de Outubro.

estes pontos de vista, a existência das nações e a expressão da sua consciência no nacionalismo é o dado criador incontroverso sobre o qual se deve construir uma compreensão da política nos Balcãs. Nos meios diplomáticos internacionais, nos meios de comunicação social globais e mesmo nos trabalhos de estudiosos e de profissionais da resolução de conflitos, é esta a abordagem que é mais frequentemente utilizada para explicar e retratar o desenvolvimento e intensificação do conflito no Kosovo, ou seja, a primordial. As soluções propostas e implementadas têm sido regidas por pontos de vista semelhantes. Mas esse tipo de visão não só ajuda a perpetuar o conflito, mas também leva a maneiras incorretas e ineficazes de lidar e resolver essas questões, como resultou evidente nos conhecidos fracassos da missão da OTAN no Kosovo.

Outros analistas [23] têm insistido que os conflitos balcânicos não são essencialmente nacionais, mas que o nacionalismo floresceu devido às condições de colapso económico e de desorientação política, que forneceram o material que as pessoas utilizaram para construir uma compreensão do seu mundo e do que estava a acontecer. O nacionalismo e o conflito são interpretados em termos de interesses e de ideologias manipuladas que servem os propósitos oportunistas das elites. No entanto, no Kosovo, uma solução baseada apenas em interesses não teve um grande sucesso. A segurança, a estabilidade e o respeito pelos direitos humanos mais básicos não foram conseguidos nesta região através da presença das forças de manutenção da paz da OTAN e da implementação do protetorado das Nações Unidas, e muito menos ainda uma verdadeira paz e uma atmosfera de tolerância e aceitação do 'Outro'. Embora ainda exista a necessidade de lidar com os problemas políticos que envolvem o estatuto jurídico, estrutural, constitucional e internacional da província, há sobretudo uma profunda urgência na compreensão das questões fundamentais de identidade, ideologicamente governadas, que ajudam a racionalizar e perpetuar o conflito, ao mesmo tempo que impedem a sua resolução final.

[23] Por exemplo:
Janjic, Dušan (1997), *Ethnic conflict management: The case of Yugoslavia*. Ravenna: Longo Editore.
Mertus, Julie (1999), *Kosovo: How Myths and Truths Started a War*. Berkeley: University of California Press.

Como já foi mencionado, a história do Kosovo, ou melhor, as histórias concorrentes, e as suas utilizações políticas e ideológicas são cruciais para se entender o conflito e a sua profundidade. Os académicos Albaneses e Sérvios têm teorias quase completamente opostas sobre o desenvolvimento étnico do Kosovo e a forma como este progrediu através dos séculos, e esta tem sido uma questão essencial até ao presente. Ambos os grupos reivindicam direitos históricos primários sobre o Kosovo, consideram a sua história como a 'Verdade', negam a história do 'Outro' e utilizam a história para reivindicar a sua perpétua vitimização e opressão. O propósito deste resumo histórico não é o de argumentar a veracidade de algumas afirmações em contraste com a falsidade ou a inverdade de outras, mas o seu objetivo é sim fornecer um contexto para a compreensão dos capítulos subsequentes.

2.2.1. O Kosovo Antigo

Os Albaneses sustentam que são os descendentes dos Dardanianos, que eram um povo Ilírio e que foram os habitantes originais do Kosovo, da Albânia moderna, da Macedónia ocidental e do sudeste do Montenegro. As suas reivindicações baseiam-se principalmente no facto de a sua língua ser muito diferente das outras faladas na região[24]. No entanto, a origem dos Albaneses continua ainda hoje a ser objeto de discussão: já foram considerados Eslavos, que migraram do Cáucaso, onde na Idade Média havia uma província chamada Albânia; foram depois considerados descendentes dos Pelágios, Etruscos, Trácios, Dácios e, finalmente, dos Ilírios. A origem dos albaneses não está portanto ainda esclarecida e nenhuma conclusão definitiva foi possível alcançar devido à falta de evidências[25]. A primeira menção de albaneses em registos históricos aparece nas crónicas do historiador bizantino Michael Ataliat, que trata do período entre 1034 e 1079 e onde os cita como 'Arvans'. A partir do século 14 em diante, em fontes latinas, são chamados de 'Albanese' ou 'Arbanese'. Embora a sua linguagem seja

[24] Frasheri, K. (1964), *The History of Albania: A Brief Survey*, Tirana: Naim Frashëri Publishing House.
Skendi, Stavro (1967), *The Albanian National Awakening 1878-1912*, Princeton University Press, N. Jersey.
Harding, Anthony (1992), "The Prehistoric Background of Illyrian Albania", Em T. Winnifrith (Ed.), *Perspective on Albania*. London: Macmillan.

[25] Bartl, Peter (2001), *Albanci: Od srednjeg veka do danas* (Os Albaneses: Da Idade Média até ao Presente), Belgrado: Clio. (Obra original, *Albanien: Vom Mittelalter bis zur Gegenwart*, 1995).

de fato distinta e represente um "*ramo especial das línguas indo-europeias*"[26], não existe evidência linguística conclusiva de haver uma conexão e uma similitude ilíria-albanesa.

Contudo, os Albaneses reivindicam uma descendência ininterrupta, que nem os Romanos nem os Eslavos conseguiram quebrar. Em oposição, apresentam uma teoria segundo a qual, nos tempos mais turbulentos da história primitiva, existiam enclaves para onde os habitantes locais teriam recuado diante de vários conquistadores. A historiografia Albanesa alega que os governantes Romanos, Bizantinos e posteriores não tinham qualquer autoridade fora das cidades, de modo que o campo permaneceu intacto, e há também algumas reivindicações de que mesmo nas cidades existiu sempre uma próspera cultura Ilíria-Albanesa. Como observa Peter Bartl,[27] os historiadores Albaneses veem a confirmação dessas suas reivindicações em tudo, desde as vestimentas populares até à própria cerâmica local.

É impossível dar uma imagem étnica definitiva e estável, porque os Balcãs foram sempre uma região muito dinâmica, repleta de migrações, movimentos e sobreposições[28], e também porque os povos da época não tinham a mesma consciência étnica distinta e inequívoca de hoje. Os Eslavos migraram para os Balcãs, que era território bizantino, nos séculos VI e VII, e estiveram sob o domínio bizantino até ao século XII. Sendo predominantemente agricultores, estabeleceram-se em vales de rios e planícies, pois o interior estava pouco povoado pelos colonizadores anteriores que eram pastores e que foram então empurrados de volta para as pastagens de montanhas. A região estava dividida entre as Igrejas Católica Romana e Ortodoxa Oriental e foi onde ocorreram muitas batalhas entre os bizantinos e os grupos eslavos em expansão. [29]

Os Sérvios foram um dos três grupos Eslavos que entraram nos Balcãs ocidentais (os outros dois foram os Croatas e os Eslovenos), e a sua 'colónia' inicial situava-se na área montanhosa

[26] Bartl, Peter (2001), Op. Cit., p. 16. Tradução do autor.

[27] Bartl, Peter (2001), Op. Cit.

[28] Batakovic, Dušan T. (1998), *Kosovo-Metohija: The Serbo-Albanian Conflict*, Belgrado*:* Instituto de Estudos Balcânicos.

[29] Ostrogorsky, Georgije (1991), *History of the Byzantine State*, Trad. J.M.Hussey. 2nd ed. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press.

em torno de Raška, perto da atual região de Novi Pazar. No começo, a sua história foi marcada por inúmeros conflitos entre os vários chefes tribais e Bizâncio.[30]

2.2.2. O Kosovo Medieval

Durante a parte final do século XII, sob a dinastia Nemanjic, os Sérvios deslocaram-se para o sul e para o leste, além de Raška, em direção ao Kosovo atual. Foi então que o primeiro reino Sérvio, identificável como tal, começou a ser formado. Até 1219, os Sérvios, ou melhor, as pessoas que estavam a caminho de desenvolver uma consciência nacional como Sérvios, oscilaram entre o catolicismo romano ocidental e a ortodoxia oriental bizantina.[31] Em 1219, entretanto, asseguraram o estatuto autocéfalo para o que se tornaria então, com efeito, a igreja nacional Sérvia. A autocefalia significou autonomia no seio da igreja ortodoxa, de modo que até 1355, o poder dos Nemanjic era apoiado em dois pilares: o estado e a igreja[32]. Quando, no entanto, o estado Sérvio e a sua nobreza foram subjugados pelas invasões Otomanas, a igreja permaneceu. Desta forma, a ideia de que a Sérvia seria ressuscitada – tal como Cristo – foi aquela que foi alimentada pela própria existência da igreja. Como a maioria dos monarcas Nemanjic foram canonizados, as suas imagens foram pintadas nas paredes das igrejas e dos mosteiros que tinham construído,[33] de modo que durante centenas de anos, quando o camponês sérvio ia à igreja, foram sendo amalgamadas na sua mente a própria ideia de cristianismo, ressurreição e 'Pátria Sérvia'.

Durante este período, a região era ainda uma mistura de povos, sendo os Sérvios a maioria. Os historiadores Sérvios (p. ex. Batakovic, Bogdanovic e Krstic) e alguns estrangeiros (p. ex. Bartl, Malcolm e Vickers) argumentam que todas as evidências sugerem que os Albaneses eram somente uma minoria no Kosovo Medieval; no entanto, os historiadores Albaneses afirmam que, apesar de a maioria dos nomes nos registos das igrejas serem eslavos, a maioria

[30] Vickers, Miranda (1998), *Between Serb and Albanian - A History of Kosovo*, C. Hurst & Co., London.

[31] Quando, por exemplo, Stefan, o irmão de Sava, foi coroado rei em 1217, Sava pediu ao Papa em Roma a sua bênção, apesar do facto de o seu irmão ter sido consagrado monarca na tradição ortodoxa.

[32] Batakovic, Dušan T. (1998), Op. Cit.

[33] Os Nemanjic foram grandes construtores de igrejas: no monte Athos, na Sérvia propriamente dita, em Raška e especialmente no Kosovo. Os mais proeminentes no Kosovo são o Patriarcado de Peć, o mosteiro de Gračanica e o mosteiro de Visoki Dečani.

da população do Kosovo era albanesa.[34] Também Mark Krasniqi escreve que o estado e a igreja sérvia assimilaram os Albaneses de diferentes maneiras, além do terror e da violência. Assim, diz o seguinte:

> "*A igreja também utilizou os sagrados sacramentos para realizar a sua missão diabólica. Deu nomes eslavos a crianças Albanesas e impôs cerimónias de casamento e liturgias na língua eslava. Sob essa pressão da Igreja Ortodoxa, muitas famílias albanesas no Kosovo, Macedónia e Montenegro foram eslavizadas*".[35]

O Estado sérvio continuou a expandir-se com cada novo governante e, no auge do seu poder, durante o reinado do imperador Stefan Dušan, ou Dušan 'o Poderoso', estendia-se desde o Danúbio até ao Peloponeso. O objetivo de Dušan era conquistar Constantinopla e ser coroado como imperador bizantino.[36] Simultaneamente, o Império Bizantino foi atacado pelos Turcos Otomanos, um povo asiático, que gradualmente desgastou aquele debilitado império até à sua submissão como um estado vassalo e, em 1354, invadiram a região dos Balcãs,[37] que mantiveram sob o seu domínio durante quase 500 anos. Aliás o nome Balcãs, em turco, quer dizer montanhas e na realidade, tirando a planície do Danúbio a norte, são as montanhas que aí predominam. Dušan morreu de repente em 1355 e o seu vasto império desmoronou-se. Foi dividido em numerosas partes entre os diferentes senhores feudais da Sérvia, que não souberam identificar a ameaça representada pelos invasores otomanos e, portanto, não procuraram unir os seus esforços.

Em geral, os Otomanos preferiam não combater se não tivessem de o fazer. A sua tática era oferecer ao senhor local um acordo. Em troca de aceitar submeter-se como vassalo, o que incluía o pagamento de um tributo e o fornecimento de tropas em tempo de guerra, poderia

---

[34] Skendi, Stavro (1967), Op. Cit.

[35] Krasniqi, Mark (1996). "The role of the Serbian Orthodox Church in anti-Albanian policies in Kosova". Em J. Bajraktari (Ed.), *The Kosova issue – A historic and current problem.* Tirana, p. 75. Tradução do autor.

[36] Ostrogorsky, Georgije (1991), Op. Cit.

[37] O nome mais marcante destas invasões é o de Suleimão I. Durante muito tempo efetuou campanhas 'de Verão' contra as capitais do Danúbio Central – Viena e Budapeste. Foi em parte para aliviar esta pressão sobre a cristandade que o Papa apoiou a expansão marítima portuguesa, que foi criar 'diversões' na retaguarda dos Turcos, na Ásia.

continuar a governar os seus domínios. O que eventualmente aconteceria após a sua morte ficava em aberto. Alguns governantes submeteram-se, enquanto outros resistiram.

Em 1371, um exército Sérvio combateu contra os Otomanos numa Batalha no rio Maritsa (situado na atual Bulgária) e foi derrotado. A maioria dos historiadores considera esta batalha como sendo de muito maior significado militar do que a mais famosa Batalha de Kosovo Polje, que foi supostamente travada em 1389 entre os Otomanos e uma aliança de vários senhores da Sérvia, sob a liderança do Príncipe Lazar Hrebeljanovic,[38] cujas terras ficavam no vale do Morava, na Sérvia central atual, embora no interior das atuais fronteiras do Kosovo estivesse a capital real de Novo Brdo.[39] Os épicos Sérvios afirmam que o Sultão Otomano Murad convocou o Príncipe Sérvio Lazar para um combate em Kosovo Polje – o 'campo dos melros', como é frequente e erradamente traduzido – uma vez que Lazar não aceitava submeter-se e tornar-se seu vassalo. O épico aponta, com um certo eco contemporâneo algo arrepiante, que "*nunca um território pode estar sob dois donos*". De acordo com estes épicos, Lazar foi confrontado com duas opções antes da batalha: escolher um reino na terra, com todas as riquezas que isso implicava, ou morrer pelo império celeste, pela verdade e pela eternidade. Os épicos dizem que Lazar, retratado como uma figura semelhante a Cristo, escolheu o martírio e o Reino dos Céus. A sua morte é representada como um triunfo do bem sobre o mal, um martírio pela fé e um símbolo de um novo começo. A batalha foi assim transformada numa vitória moral e numa inspiração para o futuro.[40] Como Florian Bieber explica:

[38] Nas semanas que antecederam a batalha, Lazar conseguiu juntar uma coligação, que incluía Vuk Brankovic (o seu genro e que governava a maior parte do Kosovo), o rei bósnio Tvrtko, e havia ainda tropas compostas por diversos povos que habitavam a região, incluindo alguns albaneses.

[39] Esta fortaleza de montanha, agora esquecida, era na época uma das maiores cidades da Europa, porque a sua riqueza derivava das suas valiosas minas de prata e ouro, que constituíam uma das principais fontes de rendimentos dos monarcas da Sérvia medieval. Durante o século XIV, pode ter tido até 40.000 habitantes, o que a tornaria maior do que Paris. Hoje, a cidade e a fortaleza não passam de ruínas varridas pelo vento, como o Autor pôde constatar presencialmente.

[40] Bieber, Florian (2002), "Nationalist mobilization and stories of Serb suffering. The Kosovo myth from 600th anniversary to the present". Em *Rethinking History*, vol. 6, (1).
Bogdanovic, Dimitrije (1985), *Knjiga o Kosovu (Livro sobre o Kosovo)*. Belgrade: Srpska Akademija Nauka i Umetnosti.
Vickers, Miranda (1998), Op. Cit.

> "*O mito tornou-se parte do calendário comemorativo da nação, um evento ritualmente lembrado, de uma forma especial, uma vez por ano (...) Um segundo aspeto do mito é a reivindicação do Kosovo. (...) Em terceiro lugar, o mito estabelece uma continuidade histórica entre a nação Sérvia contemporânea e os 'Sérvios' da Idade Média, sugerindo uma nação perene*". [41]

Contudo, para uma batalha que se revestiu de tanta importância, existem poucas evidências históricas do que realmente terá acontecido. Sabe-se com alguma certeza que tanto o Príncipe Lazar como o Sultão Murad morreram, mas quanto ao modo como realmente encontraram o seu fim, existe apenas o pouco confiável testemunho dos épicos muito embelezados e poucas outras fontes. Ao tentar reconstruir o que aconteceu, muitos historiadores foram buscar os textos dos épicos, mas, na realidade, muitos desses contos foram baseados em propaganda pós-batalha e não em factos. Por exemplo, os épicos dizem que, num momento crucial, os Sérvios foram traídos por Vuk Brankovic; no entanto, não há quaisquer evidências desse facto e é mais do que provável que isso seja falso. Os épicos enaltecem a ação de Milos Obilic o qual, para provar a sua lealdade a Lazar, conseguiu infiltrar-se na tenda do Sultão e matá-lo; não há, no entanto, nenhuma evidência de que Obilic fosse sequer um verdadeiro personagem histórico. O que pode ter acontecido é que, depois da batalha, Milica, a viúva de Lazar, pediu à igreja que a ajudasse a promover Lazar como um santo porque necessitava de reforçar a reivindicação do poder pelo seu filho. Assim, o grande mito do Kosovo pode, em grande medida, ser baseado em propaganda medieval. Após a batalha, o Patriarca Danilo registou um discurso que, segundo ele, foi dado por Lazar na véspera do combate. "*É melhor para nós aceitar a morte pela espada na batalha do que oferecer o nosso ombro ao inimigo (...) Os sofrimentos geram glória e os trabalhos levam à paz*".[42]

Os Sérvios 'sabem' que a batalha de Kosovo Polje foi uma grande derrota militar, mas que também foi uma grande vitória moral e que, depois disso, o Kosovo ficou perdido, embora existam provas a sugerir que, na realidade, a batalha terá terminado num empate.[43] A viúva de

---

41 Bieber, Florian (2002), Op. Cit., pp. 95, 96. Tradução do autor.

42 Emmert, Thomas A. (1991), "The Kosovo Legacy". Em *Serbian Studies*, vol. 5 (2). p. 24. Tradução do autor.

43 Judah, Tim (1997), *The Serbs. History, myth and the destruction of Yugoslavia*. London: Yale University Press.

Lazar e o seu filho concordaram em tornar-se vassalos dos Otomanos, tal como a restante nobreza sérvia, e continuaram a governar as suas terras até 1459, quando o Kosovo e a Sérvia finalmente caíram por completo sob o domínio dos Otomanos.

Figura 2.4 – A batalha de 'Kosovo Polje' (fonte: mojkutak.org)

Nos territórios habitados por Albaneses, a figura mais proeminente relacionada com a luta contra os Otomanos é Georg Kastriot Skanderbeg, que combateu durante 25 anos e tornou-se primeiro o símbolo da resistência Cristã ao Islamismo e, mais tarde, o símbolo da unidade Albanesa e do seu orgulho nacional.[44] O seu nome foi utilizado para lembrar aos Albaneses para se unirem e lutarem por um estado nacional Albanês. Skanderbeg formou a Liga Albanesa, como é chamada pela historiografia Albanesa, e que era uma aliança militar contra os Otomanos. Os seus membros eram proprietários de terras completamente independentes, e Skanderbeg liderou essa liga como o *primus inter pares*; ele não era, como posteriormente seria reivindicado pela historiografia Albanesa, o governante de um estado Albanês. Após a sua morte, os territórios albaneses caíram por completo e finalmente sob o domínio Otomano, em 1479. [45]

[44] Georg Kastriot nasceu em 1405, sendo a sua família uma das mais importantes da região. O seu pai era vassalo dos turcos, embora tenha mudado de lealdade várias vezes, prometendo apoio aos venezianos, tal como o seu filho faria depois. Georg foi enviado para a corte do sultão como refém em 1423, onde se tornou um pajem e recebeu treino militar. Converteu-se ao Islão e tomou o nome de Iskender (Alexandre). Participou em batalhas contra estados cristãos, gozou da confiança especial do sultão e foi promovido ao estatuto de *Bey*. Depois da morte do seu pai em 1440, os otomanos reclamaram as suas terras e, dois anos depois, Skenderbeg decidiu recuperá-las.

[45] Bartl, Peter (2001), Op. Cit.

2.2.3. O Kosovo Otomano

Ger Duijzings explica que:

> "*O Estado Otomano, como força de integração, estava pouco desenvolvido, atribuindo então um papel importante às formações religiosas como sendo o principal veículo de identificação comunal: devido ao sistema otomano de 'millet', as identidades politicamente relevantes eram definidas em termos religiosos*".[46]

O termo *millet* refere-se particularmente às comunidades religiosas não muçulmanas, designando a organização de cada grupo sob os seus líderes eclesiásticos.[47] O sistema otomano do *millet* era uma forma de governo indireto das populações subjugadas, através das organizações de igreja existentes, enquanto os muçulmanos estavam sob a alçada direta da burocracia do sultão e gozavam de uma posição privilegiada. Os *millets* Ortodoxos e Arménios foram, de longe, os maiores, enquanto o *millet* Judeu era muito menor em comparação com os outros dois, mas gozava de mais privilégios, porque os seus membros eram comerciantes especializados e eram valiosos para o império.[48] O sistema alimentou um forte sentimento de pertença que foi determinado pela afiliação religiosa em vez da etnia ou do idioma.[49] Não colocou todas as comunidades religiosas em pé de igualdade, mas criou um "*pluralismo hierarquizado*"; [50] As comunidades não-muçulmanas foram totalmente reconhecidas e possuíam uma autonomia considerável, desde que aceitassem o seu estatuto relativamente inferior e subordinado. Assim e durante vários séculos, a convivência religiosa foi, sem dúvida, mais aceite sob os Otomanos do que quase em qualquer lugar da Cristandade, mas não havia a sensação de existir igualdade religiosa. Como Mark Mazower assinala:

---

[46] Duijzings, Ger (2000), *Religion and the Politics of Identity in Kosovo*, London: Hurst & Company. Tradução do autor.

[47] Ostrogorsky Georgije (1991), Op. Cit.

[48] Gerolymatos, Andre (2002), *The Balkan Wars: Conquest, revolution, and retribution from the Ottoman era to the twentieth century and beyond*. New York: Basic Books, Perseus Books Group.

[49] Poulton, Hugh e Suha Taji-Farouki (1997), *Muslim Identity and the Balkan State*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers.

[50] Roux, Michel (1992), *Les Albanais en Yougoslavie: minorité nationale, territoire el developpement*. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme.

> "*Se não havia conflito étnico, não era por causa da 'tolerância', mas sim porque não havia noção de nacionalidade entre os súbditos do sultão e porque a comunidade dos crentes estava sob pressão, pelo que não havia lugar para a solidariedade étnica*". [51]

Uma vez que havia um certo grau de 'tolerância', a conversão era um processo bastante normal e a islamização afetou especialmente as zonas de fronteira entre a Ortodoxia Oriental e a Igreja Católica Romana, ou sejam, os Balcãs, em áreas onde as infraestruturas da igreja estavam pouco desenvolvidas e onde uma organização eclesiástica estável não existia, como na Bósnia e na Albânia. Nesses processos de conversão, ambos os fatores de atração e sugestão desempenharam geralmente algum papel; o Islamismo às vezes era imposto por meios violentos, mas noutras alturas e habitualmente com mais frequência, a conversão era voluntária, na medida em que os convertidos eram atraídos pelos privilégios e oportunidades oferecidos aos muçulmanos.[52] Na Albânia e no Kosovo, a islamização permaneceu em grande parte limitada às cidades, deixando por algum tempo o campo intacto. As populações rurais, especialmente nas regiões montanhosas, só se converteram mais tarde, no século XVII, quando as guerras entre o Império Otomano e os poderes cristãos se tornaram mais frequentes, e a perseguição Otomana aos Cristãos levou a ondas de islamização forçada.[53] Contudo, porque, na Albânia e no Kosovo, o Islão foi imposto de uma maneira muito mais violenta, a maioria dos convertidos eram apenas nominalmente Muçulmanos e só ficaram totalmente islamizados após várias gerações. As mulheres, tradicionalmente confinadas ao domínio privado, continuavam a promover os costumes e crenças Cristãs, enquanto os homens, para manterem uma imagem pública aceitável, tendiam a abraçar a nova fé com mais facilidade.[54]

No Kosovo, o processo de 'albanianização', ou seja, a migração contínua de albaneses das áreas tribais do norte da Albânia para o Kosovo, coincidiu com o processo de islamização.[55] A grande maioria dos albaneses converteu-se ao Islão no decorrer deste processo e, ao fazê-

[51] Mazower, Mark (2000), *The Balkans: A short history*. New York: The Modern Library. Tradução do autor.

[52] Duijzings, Ger (2000), Op. Cit.

[53] Batakovic, Dušan T. (1998), Op. Cit.

[54] Skendi, Stavro (1997), Op. Cit.

[55] Duijzings, Ger (2000), Op. Cit.

lo, tornaram-se parte da estrutura governante privilegiada no seio do império teocrático.[56] Os sérvios permaneceram cristãos ortodoxos em grande número e faziam parte da *raya* socialmente discriminada. Um certo número, mas quantos não é claro, converteram-se ao Islão e foram assimilados pelo crescente número de albaneses ou, no caso dos que se converteram no final do século XIX, tornaram-se muçulmanos de língua sérvia, como os '*Gorani*', que vivem nas encostas em torno de Prizren.[57] A divisão religiosa entre os Sérvios como cristãos e os Albaneses como muçulmanos, ocorrida durante o longo governo otomano, incutiu uma forte memória de conflito.[58] No entanto, como apontou Mark Mazower, a simbiose também era parte da vida quotidiana e os limites eram muito permeáveis e indistintos.[59]

Como foi bastante comum nos Balcãs ocorreram no Kosovo, durante os séculos de governo Otomano, muitas mudanças demográficas fundamentais.[60] Sendo a *raya* oprimida sob os turcos, os Sérvios deslocaram-se para norte, para a Bósnia, para a Hungria – especialmente para a região da Voivodina, agora no norte da Sérvia, e para a Dalmácia e a Croácia. Aí formaram fronteiras militares como escudos de defesa contra os Otomanos e onde gozavam de uma autonomia considerável em questões religiosas, culturais e educacionais.[61] Após a penetração de um exército Austríaco no Kosovo em 1689, os Sérvios levantaram-se em armas para se juntarem aos Austríacos e, quando foram derrotados, dezenas de milhares deles fugiram para o norte para a Voivodina.[62] A Grande Migração de 1690 é um dos eventos mais importantes da história Sérvia e, como foi imortalizado na arte Sérvia, tornou-se impresso na consciência destes como tendo sido o primeiro grande êxodo dos Sérvios do Kosovo. A historiografia Sérvia explica que, depois disso, os Otomanos encorajaram os Albaneses a descer das montanhas para repovoarem as terras e, assim, o equilíbrio populacional começou a ser alterado.[63] Pelo seu lado, os historiadores Albaneses afirmam que já havia muito mais

[56] Kaleši, Hasan (1973), *Kosovo pod turskom vlascu* (O Kosovo sob governo Turco). Em M. Maletic (ed.), *Kosovo nekad I sad (Kosova dikur e sot)* (O Kosovo então e agora). Belgrado: Plato.

[57] Batakovic, Dušan T. (1998), Op. Cit.

[58] Batakovic, Dušan T. (1998), Op. Cit.

[59] Mazower, Mark (2000), Op. Cit.

[60] Allcock, John B. (2000), *Explaining Yugoslavia*, C. Hurst & Co. Publishers.

[61] Bogdanovic, Dimitrije (1985), Op. Cit.

[62] Judah, Tim (1997), Op. Cit.

[63] Batakovic, Dušan T. (1998), Op. Cit.

Albaneses a viver no Kosovo e que a grande migração Sérvia é na realidade um mito, sendo que a população que na época restava era muito pequena.[64]

Figura 2.5 – A 'Grande Migração' Sérvia em 1690 (fonte: cyrillitsa.ru)

O estatuto dos Cristãos, incluindo os Sérvios, piorou com o tempo, à medida que a autoridade central em Istambul enfraquecia, de modo que, no final do século XVIII, com o aumento da anarquia nas províncias europeias do Império Otomano, chegou ao nível de uma total insegurança jurídica, pessoal e financeira dos Cristãos.[65] A memória deste período particular ficou impressa na consciência coletiva Sérvia, e foi estendida a todo o período do domínio Otomano nos Balcãs, sendo lembrada como tendo sido extremamente brutal e opressora. Esse domínio, desde o final do século XIV, é muitas vezes referido como tendo sido de 'cinco séculos de escuridão'.

No Kosovo, a discriminação foi de especial intensidade, já que os Sérvios Cristãos eram oprimidos tanto pelos Turcos como pelos Albaneses Muçulmanos, e tiveram que suportar o peso das frequentes revoltas albanesas contra as tendências centralizadoras de Istambul. Desde os anos de 1820, o Kosovo foi governado por paxás albaneses insubordinados que, confiando nos seus exércitos privados, desafiavam a autoridade da '*Sublime Porta*' (nome tradicional do governo Otomano), cobrando impostos e impondo a sua vontade nos territórios sob o seu controlo. Os Cristãos foram submetidos a enormes exigências em termos de trabalho e ao furor dos grupos de bandidos que, sem quaisquer restrições, percorriam a região, saqueando, roubando e matando.[66]

[64] Skendi, Stavro (1997), Op. Cit.

[65] Urosevic, Atanasije (1987), *Etnicki procesi na Kosovu tokom turske vladavine* (Os processos étnicos no Kosovo, sob domínio Turco). Belgrado: Srpska Akademija Nauka i Umetnosti

[66] Batakovic, Dušan T. (1998), Op. Cit.

No século XIX, à medida que o sistema de *millet* cedeu o lugar ao conceito Europeu de nação, emergiram novas percepções de identidade étnica e nacional, e os *millets* cristãos transformaram-se nos núcleos das novas comunidades nacionais.[67] Isto foi especialmente verdade para as nações Cristãs Ortodoxas – a Grécia, a Sérvia e a Bulgária, onde o sistema de *millet* produziu um forte vínculo entre a identidade nacional e a religiosa.[68] As igrejas Ortodoxas tiveram um papel central nos vários movimentos nacionalistas dos Balcãs, na medida em que as ideias e doutrinas religiosas foram importantes para a articulação do discurso nacionalista.[69] A partir de 1804, a Sérvia começou a emergir, primeiro como uma província rebelde e depois como um principado autónomo dentro do império. Obteve sucessivamente vários graus de autonomia sob o domínio Otomano, até que, em 1878, se tornou finalmente independente. No entanto, o Kosovo não estava incluído nos territórios 'libertados', e aí o tratamento dos Sérvios foi ficando cada vez pior. Estes reclamaram das várias formas de violência, desde violações e sequestros até assaltos, ameaças e assassinatos. Enviaram cartas e emissários ao Sultão, às autoridades em Belgrado, depois ao Imperador Russo e ao Congresso de Berlim em 1878.[70]

As guerras Sérvio-Turcas de 1876-8 deram origem ao processo de migração mais massivo nos Balcãs, no decurso do século XIX, deslocando mais de um milhão de pessoas.[71] Cerca de 30.000 Sérvios fugiram do Kosovo e passaram à Sérvia libertada, enquanto cerca de 30.000 Albaneses do sul da Sérvia fugiram para o Kosovo. Seguiram-se em ambos os lados retaliações e mais migrações, com o afluxo de refugiados amargurados de uma comunidade a exercerem a sua vingança sobre os civis inocentes da outra.[72]

O Império Otomano estava já em plena recessão; no Congresso de Berlim, em 1878, a Sérvia, o Montenegro e a Roménia ganharam a independência e foi também criada uma nova nação – a Bulgária. A Eslovénia e a Croácia permaneceram no império Austro-Húngaro, que em

[67] Duijzings, Ger (2000), Op. Cit.,

[68] Arnakis, George Georgiades (1969), *The Ottoman Empire and the Balkan States to 1900*, Pemberton Press,

[69] Allcock, John B. (2000), Op. Cit.

[70] Batakovic, Dušan T. (1998), Op. Cit.

[71] Protic, Milan St. (1984), "Migrations resulting from peasant upheavals in Serbia during the 19th century", Em D. Djordjevic e R. Samardzic (Eds.), *Migrations in Balkan history*. Belgrado: SANU.

[72] Batakovic, Dušan T. (1998), Op. Cit.

vésperas da I Guerra Mundial iria ainda anexar a Bósnia. Enquanto a história da Sérvia recorda 1878, como o ano em que a Sérvia libertou as suas áreas do sul e foi oficialmente reconhecida como um estado totalmente independente, os albaneses lembram-no como o ano da Liga de Prizren. O Congresso de Berlim confirmou os estados dos Balcãs recentemente formados – Sérvia, Montenegro, Bulgária e Grécia, partes da 'Turquia na Europa' (como então era chamada) que eram predominantemente habitadas por Albaneses. Otto Von Bismarck observou que a Albânia não existia como nação e que era apenas um termo geográfico.[73] Portanto, a elite intelectual Albanesa mobilizou-se para convocar um encontro de líderes Albaneses em Prizren em junho de 1878. O principal objetivo era evitar as invasões pelos novos estados Cristãos e Eslavos, mas havia vários outros propósitos. Alguns queriam defender as tradições Muçulmanas e Albanesas; sentiam que estas estavam a ser ameaçadas pelas reformas que o Império Otomano tinha começado lentamente a instituir, sob pressão das Grandes Potências, de forma a introduzir medidas e leis modernizadoras que prescrevessem um tratamento igualitário para todos os seus súbditos. Outros queriam um estado Albanês totalmente autónomo, composto pelas quatro unidades administrativas, os *vilayets* de Shkodra, Ioanninna, Kosovo e Bitola, no seio do Império Otomano.[74] Mas, a independência não foi uma ideia que tivesse surgido nesse momento.[75] Os Albaneses tinham sentimentos contraditórios em relação ao Império: por um lado, professavam a sua lealdade e amor ao Sultão; por outro lado, queriam ser deixados sozinhos para tratar dos seus próprios assuntos como achassem conveniente. À medida que os estados Cristãos reapareceram como poderes por seu próprio direito e reivindicaram terras albanesas, o império era uma forma de garantia de que os Albaneses, se pudessem alcançar autonomia no seu seio, poderiam assim assegurar a continuidade do seu domínio nas terras onde viviam e evitarem ser divididos entre os estados Cristãos.[76] Em 1880, graças à deterioração das relações entre os políticos da Liga e a *Sublime Porta*, a Liga assumiu efetivamente o governo do Kosovo. No entanto, na primavera de 1881, a insurreição foi esmagada por tropas Turcas.[77] Mas a ideia de que os albaneses, tanto os *Gheg* do norte quanto os *Tosk* do sul, fossem Muçulmanos Sunitas, Bektashi, Ortodoxos ou

[73] Bartl, Peter (2001), Op. Cit.

[74] Hall, Derek R. (1994), *Albania and the Albanians*, New York: Verso.

[75] Bartl, Peter (2001), Op. Cit.

[76] Judah, Tim (2000), *Kosovo. War and revenge*, London: Yale University Press.

[77] Bartl, Peter (2001), Op. Cit.

Católicos, poderiam e deveriam unir-se como Albaneses, acabou por nascer e começou a moldar os eventos posteriores.[78] De ressaltar que foi bastante mais tarde do que nos seus vizinhos Cristãos, que ocorreu uma mudança na orientação dos Muçulmanos – passaram de uma identidade comunal, baseada unicamente no Islão, para uma em que a etnicidade se tornou um fator importante.[79] No Kosovo, a antiga divisão confessional entre Muçulmanos e Cristãos, entre a classe dominante e os camponeses subjugados, entre os privilegiados e os oprimidos, foi lentamente substituída pelo antagonismo Sérvio-Albanês.

O quadro geopolítico em que as suas relações se desenvolveram nesses dois últimos séculos foi marcado por relações de poder entre grandes forças, sobretudo a rivalidade Austro-Russa. A rivalidade entre os impérios dos Habsburgo e dos Romanoff firmou as relações antagónicas existentes, dando-lhes uma maior intensidade. O Império Russo viu que tinha uma ferramenta poderosa no apoio estratégico e indireto aos Cristãos Ortodoxos, para alcançar o domínio sobre Istambul e obter a entrada para o Mediterrâneo. Por outro lado, os Albaneses provaram ser uma base adequada para os planos da monarquia Austro-Húngara de expandir a sua influência a partir da Bósnia e Herzegovina ocupada (em 1878), através do *vilayet* do Kosovo, a toda a Turquia europeia, até ao Golfo de Salónica. Ambos os impérios perceberam que a Turquia estava a enfraquecer e queriam arrebatar para si tanto quanto pudessem.[80] Assim, a questão da nação Albanesa, a sua existência e os seus territórios, apareceu no cenário europeu como um novo factor no delicado equilíbrio de poder, não só entre as grandes potências, mas também entre os vizinhos dos Balcãs.[81]

Depois de a Liga de Prizren ter sido esmagada, alguns clãs e grupos Albaneses individualizados continuaram com levantamentos armados esporádicos e localizados, contra as tendências centralizadoras de Istambul, contra um estatuto igual para os Cristãos e contra a revogação dos seus privilégios como Muçulmanos. É por isso que, embora outras partes do Império fossem modernizadas e a vida se tornasse mais tolerável, o Kosovo permaneceu como mais atrasado e a sua população cristã sem os benefícios das novas reformas.[82] Durante os

78 Duijzings, Ger (2000), Op. Cit.

79 Poulton, Hugh e Suha Taji-Farouki (1997), Op. Cit.

80 Mazower, Mark (2000), Op. Cit.

81 Batakovic, Dušan T. (1998), Op. Cit.

82 Batakovic, Dušan T. (1998), Op. Cit.

finais do século XIX e início do século XX, essas áreas dos Balcãs foram bastante visitadas por jornalistas e viajantes da Grã-Bretanha e de outros países Europeus, bem como por diplomatas estrangeiros, os quais invariavelmente relataram que, no Kosovo, os tempos eram extremamente adversos para os Sérvios. Portanto, a migração para a Sérvia independente foi uma constante. No entanto, além de fatores de impulso, houve também fatores de atração que influenciaram esse processo – por exemplo, os Príncipes Sérvios encorajaram ativamente essa imigração, distribuindo terras aos camponeses que vinham habitar na Sérvia autónoma e independente.

2.2.4. O Kosovo no Século XX

Em 1912, os Sérvios e os Montenegrinos, como parte de uma aliança Balcânica e junto com os Búlgaros e os Gregos, atacaram a Turquia pela última vez, resolvidos a retomar as suas terras ancestrais e a expulsar os Turcos da Europa para sempre.[83] Os estados da Sérvia e do Montenegro já tinham desenvolvido, em 1912, exércitos modernos; tinham também reativado o mito do Kosovo,[84] o que inspirou a libertação do Kosovo. Em algumas semanas, os Turcos foram forçados a recuar, quase até às portas de Constantinopla.[85] Enquanto para os Sérvios do Kosovo isso significava libertação, para os Albaneses do Kosovo era uma catástrofe. Isso significava que não se podiam unir com o agora emergente estado Albanês, o qual havia sido declarado independente em 1912 e reconhecido no ano seguinte. Como 1389 tinha sido um ano decisivo para os Sérvios, agora, 1912 tornou-se o mesmo para os Albaneses.[86] A resistência aos Sérvios pelas forças Turcas e Albanesas foi esmagada com a maior das brutalidades.[87] A Bulgária ganhou a Trácia Ocidental (dando à Bulgária acesso direto ao Mar Mediterrâneo) e alegou a posse da Macedónia, já que ambas tinham feito parte do reino búlgaro medieval. Esta afirmação levou imediatamente à Segunda Guerra Balcânica. A Sérvia e a Grécia recusaram-se a evacuar a Macedónia e em 1913 a Bulgária atacou os seus antigos

83 Jelavich, C. e B. Jelavich (1965), *The Balkans*, Englewood Cliffs, NJ: Prenctice-Hall, Inc.

84 Bieber, Florian. Op. Cit. 2002.

85 Gerolymatos, Andre (2002), Op. Cit.

86 Pettifer, James (2001), *Albania and Kosovo*, New York: WW Norton.

87 Skendi, Stavro (1967), Op. Cit.
Nota do autor: O exército regular, porém, não foi o responsável pelos excessos, foram outrossim as unidades irregulares, a que hoje se chamariam paramilitares. A população local também não participou dessa violência.

aliados. Enquanto isso a Roménia atacou a Bulgária a partir do norte, a fim de obter a Dobrudja Sul (uma cunha de terra ao sul da foz do Danúbio). Com uma frente tão extensa a Bulgária perdeu, e a Grécia e a Sérvia dividiram a Macedónia entre elas e ordenaram que os habitantes locais falassem, respetivamente, apenas grego e sérvio (o que nem todos cumpriram).

Um dos acontecimentos mais marcantes para a Humanidade e que se refletiu não só na História da região mas também na História mundial, teria lugar nos Balcãs no início do século XX. Em Sarajevo, a 28 de Junho de 1914, Gavrilo Princip, um jovem nacionalista sérvio, assassinou Francisco Ferdinando, herdeiro do trono Austro-Húngaro, quando este visitava a cidade. O dia 28 de Junho de 1914 coincidia com o dia do *Vidovdan*, data muito importante para a consciência nacional coletiva sérvia – lembrança da mítica batalha do Kosovo onde os sérvios perderam o seu Estado medieval. No seguimento deste acontecimento, o Império Austro-Húngaro fez exigências que a Sérvia não acatou na sua totalidade, dando-se início a uma guerra que se tornaria mundial.

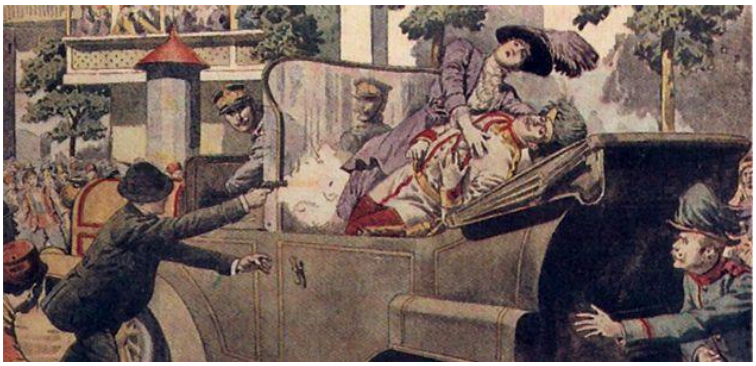

Figura 2.6 – O assassinato do Arquiduque Francisco Ferdinando (fonte: Smithsonian Magazine)

Assim, os Albaneses não tiveram que aguardar muito para que o pêndulo do poder oscilasse novamente em sua direção. Em 1915, depois de primeiramente ter repelido com êxito os Austro-Húngaros, o exército Sérvio acabou por ser derrotado,[88] e junto com o governo e uma grande parte da população foi forçado a retirar, durante um duríssimo inverno, através de todo o Kosovo e das montanhas da Albânia, para a costa Albanesa, de onde foram levados pelos Franceses e Britânicos para Corfu e depois para a Frente de Salónica para lutar ao lado dos aliados. Isso significou que os Albaneses tiveram então a oportunidade de aterrorizar o

[88] Os Austro-Húngaros, juntamente com os Alemães e os Búlgaros, ocuparam a Sérvia e os territórios que esta tinha recentemente conquistado.

exército e os civis Sérvios.[89] A retirada Sérvia foi transformada e denominada num feito heróico; A Grã-Bretanha e os outros aliados foram inspirados pelo David Sérvio para fazer frente ao Golias Austro-Húngaro-Alemão.[90] Na consciência coletiva Sérvia, um tal feito ainda permanece, juntamente com a Batalha do Kosovo e a Grande Migração, como um dos momentos mais importantes.

Em 1918, ao deslocarem-se para norte juntamente com os aliados, as tropas sérvias reocuparam o Kosovo. No final desta Guerra Mundial acaba também, por sua vez, o império Austro-Húngaro. Em 1 de dezembro de 1918, o novo estado da Jugoslávia (Terra dos Eslavos do Sul), chamado até 1929 'Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos', surgiu sob a dinastia Sérvia dos Karadjordjevic. Novamente, no Kosovo, deflagrou a resistência às autoridades Sérvias. Bandos de guerrilheiros *kaçaks* (bandidos / combatentes), muitos dos quais tinham combatido antes contra os Turcos e os Sérvios, continuaram a lutar durante anos, embora as forças sérvias tenham sido brutais ao esmagar a sua revolta. A resistência *kaçak* foi mais acentuada nos anos 1918-24. Os Albaneses mais proeminentes também fundaram o Comité para a Defesa Nacional do Kosovo, que ficou conhecido como KK ou o Comité do Kosovo, que contrabandeou armas através da fronteira da Albânia e coordenou, da melhor forma possível, incursões dentro do Kosovo, da Macedónia ocidental e em partes do Montenegro. O centro do movimento *kaçak* era em Drenica. A lenda dos famosos *kaçaks* perdurou em Drenica ao longo do século XX. O final da sua maior resistência ocorreu quando o governo jugoslavo ajudou Ahmed Zogu, mais tarde Rei Zog, a retornar ao poder em Tirana em dezembro de 1924, para em troca suprimir o KK.[91] De início, os *kaçaks* resistiram à reposição de um governo Sérvio ou Jugoslavo porque queriam juntar-se com a Albânia. Mais tarde, a sua oposição foi alimentada pelo facto de as escolas de língua Albanesa, que os Austro-Húngaros tinham aberto por um breve período durante a Primeira Guerra Mundial, terem sido encerradas[92] e, porque, num esforço para corrigir o equilíbrio étnico, as autoridades encorajaram colonos sérvios e

[89] Glenny, Misha (1999), *The Balkans: Nationalism, war and the Great Powers 1804-1999*, New York: Viking.

[90] Laffan, R. G. D. (1989), *The Serbs: The guardians of the gate,* New York: Dorset Press.

[91] Judah, Tim (2000), Op. Cit.

[92] Blumi, Isa (2002), "The role of education in the formation of Albanian identity and its myths." Em S. Schwadner-Sievers, & B.J. Fischer (Eds.), *Albanian identities: Myth and history.* London: Hurst & Company.

montenegrinos a vir para o Kosovo.[93] A rivalidade étnica e o ódio não diminuíram durante os anos entre guerras. Os Albaneses acusaram as autoridades Jugoslavas desse tempo de os terem tratado como cidadãos de segunda classe e de lhes terem negado os seus direitos mais básicos.[94] Como foi observado por Rebecca West durante as suas viagens pela Jugoslávia, incluindo o Kosovo, em 1937, os Albaneses odiavam os Sérvios com paixão – esperavam ansiosamente que houvesse outra guerra, para que tivessem então a oportunidade de matar Sérvios.[95]

Durante a Segunda Guerra Mundial, a Jugoslávia foi invadida e depois dividida entre as nações do Eixo,[96] tendo a chegada das tropas alemãs à Jugoslávia sido saudada pelos fascistas croatas, albaneses e bosníacos. Foi formado um colaboracionista 'Estado independente da Croácia' (NDH) que incluía a Bósnia e Herzegovina. Aquele foi dividido em zonas de influência Alemã e Italiana e grande parte da costa da Dalmácia foi anexada diretamente pelos Italianos. O Montenegro foi ocupado pelos Italianos e a maior parte da Macedónia foi ocupada pela Bulgária. A Sérvia, a norte do Danúbio, foi dividida ficando parte numa zona húngara, o '*Banat*' submetido ao controlo Alemão e o resto foi dado ao NDH. A Sérvia Central ficou ocupada pela Alemanha com um governo colaboracionista em controlo nominal. O Kosovo foi dividido em três setores. Os Búlgaros receberam uma pequena parte no leste. Mitrovica e as minas produtoras de zinco e chumbo ficaram ligadas à Sérvia ocupada pela Alemanha, mas essa região ainda ficou sujeita a algum controlo local sob a liderança Albanesa. O resto da província e também as áreas habitadas por Albaneses na Macedónia ocidental, foram anexadas à Albânia, que foi criada em 1939 sob controlo italiano. Os Albaneses do Kosovo estavam gratos aos Italianos, pois embora formalmente estes fossem ocupantes, foram eles que trouxeram a unificação de quase todas as terras Albanesas.[97] Esta alteração na correlação de forças deu aos albaneses outra oportunidade para aterrorizar os Sérvios, especialmente os colonos que tinham vindo para o Kosovo nos últimos vinte anos, embora não só estes. Na

93 Batakovic, Dušan T. (1998), Op. Cit.

94 Vickers, Miranda (1998), Op. Cit.

95 West, Rebecca (1941), *Black Lamb and Grey Falcon: A Journey through Yugoslavia*, The Viking Press, N. York.

96 Glenny, Misha (1999), Op. Cit.

97 Costa, Nicolas J. (1995), *Albania: A European enigma*, Boulder, CO: Eastern European Monographs.

sequência do colapso Jugoslavo, bandos armados percorriam os campos, saqueando e queimando as aldeias Sérvias, matando e expulsando os Sérvios, ao ponto de Carlo Umilta, o 'Comissário Civil' Italiano para o Kosovo, ter descrito mais tarde as cenas horríveis que testemunhou. "*Os Albaneses estão decididos a exterminar os Eslavos*", escreveu ele, assinalando que, à passagem de camiões e veículos Italianos, os Sérvios imploravam que os levassem para zonas seguras. Os mosteiros e as igrejas também imploraram aos Italianos por proteção em relação aos Albaneses.[98] Após a capitulação da Itália em setembro de 1943, o Kosovo e a Albânia foram imediatamente ocupados pelos Alemães, que, no entanto, mantiveram a ficção de que a Albânia era um país independente. Embora sob tutela Italiana e Alemã, os Albaneses continuaram a deter o controlo. Tanto os Italianos como os Alemães recrutaram várias milícias no Kosovo, onde encontraram indivíduos mais recetivos do que na própria Albânia, devido ao medo de uma eventual reversão para domínio Sérvio. No entanto, enquanto os Alemães treinavam os Albaneses, "*O seu comportamento fez mais dano do que benefício, já que saquearam os campos como se fossem um antigo exército conquistador*".[99] Em fevereiro de 1944, Hitler aprovou que voluntários albaneses, considerados 'arianos' pelos nazis, formassem uma divisão SS – a *21ª Waffen-Gebirgs Division der S.S. 'Skanderberg'* – que serviria apenas no interior do Kosovo. Designada com o nome do grande herói Albanês, essa unidade SS "*ganhou uma reputação pouco invejável, pois aparentemente preferia violar, pilhar e assassinar, a ter de combater*".[100] Os Alemães tiveram que desarmar alguns batalhões em Peć e Prizren, enquanto "*as unidades que permaneceram intactas foram enviadas contra os Sérvios, a razão pela qual muitos se tinham alistado, isto é, para lutar contra o seu inimigo hereditário*".[101] Juntamente com a 13ª Divisão SS '*Handschar*' (formada com voluntários muçulmanos da Bósnia-Herzegovina e especializada na luta contra os partidários de Tito) praticaram os maiores desmandos, sobretudo sobre os Sérvios, enquanto a situação o permitiu.

A resistência à ocupação alemã foi feita por diversos grupos armados que também se entretinham a lutar entre si e contra opositores étnicos. Aproveitando a atitude ambígua dos resistentes monárquicos do coronel Mihailovič em relação aos alemães, o grupo de '*partisans*' de Tito prevaleceu sobre os outros. No entanto, os combatentes comunistas '*partisans*' tiveram

98 Judah, Tim (2000), Op. Cit. p. 240.

99 Fischer, B. J. (1999), *Albania at war, 1939-1945,* London: Hurst & Company. Tradução do autor.

100 Fischer, B. J. (1999), Op. Cit. Tradução do autor

101 Fischer, B. J. (1999), Op. Cit. Tradução do autor

dificuldades em recrutar no Kosovo, bem como na Albânia, porque o comunismo estava associado ao retorno do governo Jugoslavo. Contudo, os comunistas, com o objetivo de ganhar apoio nessa região, reconheceram que o Kosovo era Albanês e que depois da guerra se deveria juntar com a Albânia, Mas, mesmo assim, não conseguiram recrutar um número significativo de Albaneses do Kosovo para se juntarem a eles.[102]

Na realidade e num encontro em Bujan, no norte da Albânia, durante a passagem de ano 1943-44, os dois comités comunistas Jugoslavos, que detinham responsabilidade pelo Kosovo, emitiram uma declaração importante:

> "*O Kosovo-Metohija é uma área com maioria da população albanesa a qual, agora como sempre no passado, deseja unir-se à Albânia. (...) A única forma de os Albaneses do Kosovo-Metohija se unirem à Albânia é através de uma luta comum com a dos outros povos da Jugoslávia contra os ocupantes e os seus lacaios. Porque a única maneira pela qual a liberdade pode ser alcançada é se todos os povos, incluindo os Albaneses, tiverem a possibilidade de decidir o seu próprio destino, com direito à autodeterminação, até e incluindo a secessão*".[103]

Figura 2.7 – O Marechal Josip Broz Tito (fonte: Total Croatia News)

No final da guerra Tito foi proclamado Marechal do Exército popular e Presidente do governo provisório com o apoio de Churchill, porém, assim que pôde eliminou os ministros monárquicos, aboliu a monarquia e proclamou a República Popular da Jugoslávia em 1945. Tendo libertado sozinho[104] a maior parte do território, Tito afirmou a sua independência face a Moscovo e acabou por romper com Estaline em 1948. Apesar de se ter reconciliado com a

[102] Bogdanovic, Dimitrije (1985), Op. Cit.

[103] Malcolm,Noel (1998), *Kosovo. A short history*. London: Macmillan. p. 200. Tradução do autor.

[104] Sem o apoio do Exército Vermelho soviético.

URSS em 1955, foi um dos chefes do movimento dos países não-alinhados. Muito embora fossem de cariz comunista, os governos de Tito e dos seus sucessores seguiram, durante quatro décadas e meia, uma via própria entre as nações do Pacto de Varsóvia e o Ocidente. Tentaram edificar um modelo socialista original, fundado na autogestão das empresas. Tito, com origem mista de croata e esloveno, conseguiu preservar a unidade da Jugoslávia rodeando-se de colaboradores vindos de todas as repúblicas da Federação.

Entretanto, quando o Kosovo voltou ao domínio Jugoslavo houve de novo revoltas armadas. Em fevereiro de 1945, foi declarada a lei marcial enquanto as autoridades jugoslavas limpavam as remanescentes bolsas de resistência. Em julho de 1945, o Kosovo foi formalmente anexado à Sérvia e declarado como sendo uma região autónoma da Sérvia, que por sua vez se tornou parte integrante da nova República Popular Federal da Jugoslávia.

Nesta altura, os comunistas Albaneses, na Albânia e no Kosovo, estavam de certa forma sob tutela Jugoslava, e isso é parte da razão pela qual não se opuseram à reanexação do Kosovo. A outra razão foi que, até à rotura da Jugoslávia com Estaline em 1948, havia bastantes rumores sobre a possível criação de uma Federação dos Balcãs abrangente, caso em que a questão do Kosovo poderia ser resolvida no âmbito desse quadro mais alargado.[105] Para compensar a reanexação do Kosovo, a fronteira entre os dois países permaneceu aberta até 1948. Os historiadores Sérvios afirmam que durante esse período, vários milhares de refugiados da vizinha Albânia estabeleceram-se no Kosovo, nas terras que os Sérvios tinham deixado para trás quando foram expulsos e, posteriormente, receberam a cidadania Jugoslava.[106]

Com a nova constituição, o Kosovo recebeu autonomia regional, mas até meados da década de 1960 isso pouco significou. A segurança estava nas mãos de Aleksandar Rankovic, que até 1963 foi ministro do interior e chefe da UDBA, a polícia secreta. Depois disso, tornou-se vice-presidente, mas continuou de facto a liderar a UDBA. Sendo um comunista à moda antiga,

[105] De acordo com um artigo publicado num jornal albanês em 1981, Tito, o líder Jugoslavo, disse a Enver Hoxha, o líder Albanês, em 1946:
"*O Kosovo e as outras regiões Albanesas pertencem à Albânia e deveremos devolvê-las a vocês, mas não agora porque a reação da Grande Sérvia não aceitaria um tal facto*". – Citado em Vickers, Miranda (1995), Op. Cit. p. 165. Tradução do autor

[106] Batakovic, Dušan T. (1998), Op. Cit.

Rankovic acreditava nos tradicionais antigos métodos de repressão e estava particularmente atento em relação a quaisquer veleidades de separatismo.[107] No Kosovo, portanto, a maioria dos empregos importantes no imediato pós-guerra, especialmente na polícia e nas forças de segurança, foi para os Sérvios. Não porque pudessem ser confiáveis como Sérvios, mas sim porque havia muito poucos Albaneses comunistas de confiança. Os Albaneses no Kosovo não tinham aderido à luta da resistência e tinham levado a efeito uma rebelião contra as autoridades Jugoslavas. [108] Apesar desta atmosfera de repressão, para Rankovic e outros políticos Jugoslavos, o Kosovo não constituía realmente um problema. [109] Havia alguns grupos clandestinos de Marxistas-Leninistas ou de 'Enveristas'[110] que exigiam a união com a Albânia, mas, politicamente, eram insignificantes. No entanto, o significado histórico a longo prazo desses grupos clandestinos foi imenso, uma vez que os antecedentes políticos do Exército de Libertação do Kosovo (UÇK em Albanês) podem ser traçados diretamente até eles.

No entanto, as coisas começaram a mudar, em toda a Jugoslávia, após a queda de Rankovic em 1966. Os anos anteriores à sua queda tinham sido dominados por conflitos entre os que defendiam o centralismo, em oposição àqueles que queriam mais poder e, especialmente, que a capacidade de decisão no âmbito da economia fosse devolvida às repúblicas.[111] A Jugoslávia começou então a seguir a via da descentralização e do liberalismo. As mudanças constitucionais de 1971 significaram que as repúblicas Jugoslavas estavam na senda de se tornarem estados soberanos. [112] O Kosovo, sem fazer muitas ondas, também estava a caminhar para a sua própria emancipação. Em 1968 surgiram manifestações, lideradas por estudantes que exigiam que a província fosse requalificada em república e que lhe fosse dada a sua própria

[107] Em 1956 houve julgamentos de Albaneses em Prizren que foram acusados de espionagem e subversão. A violência foi também uma característica frequente das rusgas policiais, que visavam apanhar as armas que tinham remanescido após a guerra. Ver: Judah, Tim (2000), Op. Cit.

[108] Bogdanovic, Dimitrije (1985), Op. Cit.

[109] As preocupações mais imediatas de Rankovic eram as relações a longo prazo entre as maiores nações Jugoslavas, nomeadamente entre os Sérvios e os Croatas.

[110] Designados a partir do nome do líder Albanês Enver Hoxha.

[111] Tito não estava particularmente interessado na economia, mas ficou agastado quando descobriu que Rankovic tinha ameaçado os indivíduos que haviam argumentado em favor da descentralização. Também foi alegado que Rankovic estava a restringir o acesso a Tito e tinha posto sob escuta os seus telefones pessoais. Foi então aposentado compulsivamente.

[112] Glenny, Misha (1999), Op. Cit.

universidade em língua Albanesa em vez de continuar a ser uma filial provincial da Universidade de Belgrado. Os protestos alastraram para as áreas habitadas por albaneses na Macedónia ocidental e, no que as autoridades claramente consideraram um desenvolvimento ameaçador, foram gritadas 'palavras de ordem' exigindo a união com a Albânia.[113] No entanto, a transformação em república estava fora de questão. Seguindo o modelo soviético, a Jugoslávia concebeu um tratado constitucional sofisticado para precisamente lidar com essas questões. Os povos da Jugoslávia foram classificados ou como 'nações' ou como 'nacionalidades'. Os primeiros tiveram direito a terem repúblicas Jugoslavas – os Eslovenos, os Croatas, os Sérvios, os Macedónios e os Montenegrinos, a quem, em 1971, se juntaram os Muçulmanos da Bósnia. Em contrapartida, as 'nacionalidades' eram populações que, com efeito, estavam separadas de uma pátria existente. As mais importantes das 'nacionalidades' foram os Albaneses no Kosovo e os Húngaros que habitavam na Voivodina no norte e que eram povos para os quais já existiam Estados.[114] É evidente que isto não passou de uma 'habilidade' legal, primeiro porque existiam muitos grupos que viviam na Jugoslávia e que estavam classificados como 'nacionalidades', mas que eram apátridas e sem uma pátria existente, tais como os Ciganos, os Ruténios, os Valáquios, etc.;[115] em segundo lugar porque, segundo a constituição, as nações que tinham repúblicas, eram teoricamente titulares do direito de secessão; assim, em nenhuma circunstância, poderiam os Albaneses do Kosovo tornar-se numa república, pois então tentariam seguramente exercer esse direito.[116]

Quanto à segunda exigência, a de uma universidade, isso foi concedido. Apesar das prisões e julgamentos de alguns dos manifestantes em 1968, as autoridades decidiram que a melhor maneira de lidar com os Kosovares Albaneses era aplacá-los até um certo ponto.[117] Em 1970, abriu a Universidade Pristina e, tendo em conta a escassez na Jugoslávia de materiais académicos em língua Albanesa, foram feitos acordos com a própria Albânia para fornecer

[113] Vickers, Miranda (1998), Op. Cit.

[114] Mertus, Julie (1999), Op. Cit.

[115] Varady, T. (1997) "Minorities, majorities, law and ethnicity: reflections on the Yugoslav case". Em D. Janjic (Ed.), *Ethnic conflict management: The case of Yugoslavia.* Ravenna: Longo Editore.

[116] Repishti, Sami (1984), "The evolution of Kosova's autonomy within the Yugoslav constitutional framework". Em A. Pipa, & S. Repishti (Eds.), *Studies on Kosova*. Boulder, CO: East European Monographs.

[117] Judah, Tim (2000), Op. Cit.

livros didáticos. Também foram estabelecidos fortes laços entre as universidades de Pristina e Tirana. Enquanto as autoridades esperavam que essas concessões atenuassem a atração pela Albânia pobre, estalinista e ortodoxa, na realidade, tiveram o efeito contrário. Juntamente com o início da albanianização da província, um verdadeiro renascimento nacional Albanês começou então no Kosovo. Anton Logoreci explica que:

> "*O principal motivo para que as coisas se transformassem da forma como se verificou foi porque, tendo sido negado por muitas gerações, tudo aquilo que ajudava a alimentar a consciência e a identidade nacional de um povo, os Albaneses que viviam na Jugoslávia, especialmente a geração do pós-guerra, estavam na década de 1960 como uma esponja muito seca, imensamente ávidos de absorver qualquer coisa que ajudasse a iluminar o seu passado histórico e a fazer algum sentido da sua situação atual.*" [118]

Portanto, aos alunos Albaneses da Jugoslávia estava a ser ensinada a mesma história que estudavam os Albaneses na Albânia; uma versão que Enver Hoxha tinha adaptado para atender às necessidades do presente e que dava um enorme ênfase aos albaneses como contínuas vítimas e heróicos combatentes.[119]

Com a ratificação da constituição de 1974, o Kosovo tornou-se numa República Jugoslava para todos os efeitos, exceto no nome. [120] Estava representado na presidência federal, juntamente com a sua contraparte do norte, a Voivodina, e mais as seis repúblicas. O poder estava agora todo nas mãos dos albaneses comunistas locais. O Kosovo tinha a sua própria assembleia, força policial, banco nacional e todas as outras regalias do estatuto republicano. A bandeira Albanesa estava içada ao lado da Jugoslava. A educação era conduzida em albanês; Os albaneses aprendiam o sérvio como uma segunda, ou mesmo uma terceira língua, enquanto os sérvios também aprendiam o albanês na escola.[121] No entanto, ao longo dessa década houve períodos de prisões e tentativas de subversão, que se enquadravam num padrão geral de repressão dos grupos clandestinos que se opunham ao compromisso '*de facto*' entre a liderança

[118] Logoreci, Anton (1984), "A clash between two nationalisms in Kosova". Em A. Pipa e S. Repishti (Eds.), *Studies on Kosova,* CO: East European Monographs, p. 190. Tradução do autor.

[119] Fischer, B. J. (2002), Op. Cit.

[120] Shoup, P. (1984) "The government and constitutional status of Kosova: Some brief remarks". Em A. Pipa, e S. Repishti (Eds.), *Studies on Kosova*. Boulder, CO: East European Monographs.

[121] Bogdanovic, Dimitrije (1985), Op. Cit.

albanesa do Kosovo e as autoridades em Belgrado; alguns desses grupos de radicais e de linha dura rejeitavam a Jugoslávia e exigiam a união com a Albânia.[122]

Tito morreu em 1980 e, com a sua morte, a política jugoslava ficou privada do seu árbitro supremo.[123] No Kosovo, os primeiros sinais de destabilização ocorreram em março e abril de 1981, quando a província foi abalada por manifestações, que começaram na universidade e, de início, não tinham nada a ver com a política, mas sim com as fracas condições de vida e problemas na cantina. No entanto, após alguns dias, os oradores começaram a protestar contra a corrupção na administração da universidade. Os ativistas dos pequenos grupos marxistas-leninistas juntaram-se ao que tinha começado por ser um protesto espontâneo e a partir daí as exigências de separação da Sérvia tornaram-se no principal tema. Os manifestantes gritaram: "República do Kosovo!", "Somos Albaneses, não somos Jugoslavos!" e "Queremos uma Albânia unificada!".[124] Embora as manifestações fossem influenciadas por grupos marxistas-leninistas, também existiam outras influências; O Kosovo não era anticomunista, mas sim nacionalista e anticolonialista. Seguiram-se as prisões, que provocaram novos protestos exigindo que os detidos fossem libertados. A situação começou a ficar fora de controlo quando os estudantes das escolas secundárias e os trabalhadores das fábricas se juntaram aos protestos.

Entrando em pânico, as autoridades utilizaram as unidades de polícia especial, apareceram blindados nas ruas e foi declarado o estado de emergência. Quando a agitação terminou, o número de pessoas mortas e feridas variou entre 10 e 1.000. As autoridades jugoslavas afirmavam que foram dez, enquanto os albaneses afirmavam que foram mil. Houve bastantes condenações e as respetivas sentenças de prisão foram substanciais. Os albaneses entenderam essas sentenças como uma punição severa e fora do normal e consideram 1981 como sendo o início dos abusos dos direitos humanos no Kosovo. Shkelzen Maliqi explica que os veredictos e a repressão policial foram tão pouco seletivos e tão chauvinistas – em relação a toda a população albanesa – que produziram um padrão de homogeneização defensiva por parte dos albaneses do Kosovo.[125] Em contrapartida, os analistas sérvios (Dušan Batakovic, Dimitrije

[122] Judah, Tim (2000), Op. Cit.

[123] Magaš, Branka (1993), *The Destruction of Yugoslavia: Tracking the Break-up 1980-92*. New York: Verso.

[124] Judah Tim (2000), Op. Cit.

[125] Maliqi, Shkelzen (1998), *Kosova: Separate worlds, reflections and analyses 1989-1998*. Pristina,

Bogdanovic e Branislav Krstic) apontam que a homogeneização nacional dos albaneses precedeu as manifestações e que a repressão policial foi uma reação contra a mesma. É importante notar, porém, que agitações semelhantes nas outras repúblicas, incluindo na Sérvia, foram tratadas da mesma maneira; portanto, a repressão poderá não ter sido etnicamente motivada. Seguiram-se purgas no partido comunista do Kosovo e vários dos seus líderes foram expulsos, já que as autoridades alegaram que estavam a desmascarar grupos 'contrarrevolucionários',[126] como os Enveristas, assim conhecidos pela sua devoção por Enver Hoxha da Albânia.

Contudo, Tim Judah lembra que é importante ter presente que "*nessa conjuntura crucial e até 1989, não eram os Sérvios que estavam no poder no Kosovo. Eram os Albaneses*".[127] De facto, na maioria das vezes foram os comunistas albaneses que realizaram as purgas, julgamentos e repressão. No entanto, a historiografia albanesa atribui tudo isso principalmente aos Sérvios, ou aos seus 'colaboradores'.[128]

Depois dos tumultos, o número de Sérvios que emigravam do Kosovo começou a aumentar e, ainda mais importante, a questão começou a ser discutida. Alex Dragnich e Slavko Todorovich escrevem que em 1969 a Igreja Ortodoxa Sérvia ordenou ao seu povo que compilasse dados sobre a emigração de sérvios e os incidentes de violência contra eles e contra a sua herança. "*Esta ordem resultou de expressões crescentes de preocupação e alarme, tanto dos membros da população sérvia do Kosovo como dos sacerdotes sérvios, que pensavam que a liderança em Belgrado não estava a fazer o suficiente para proteger os fiéis sérvios*".[129] Os sérvios estavam a deixar o Kosovo porque havia frequentes manifestações de hostilidade contra eles e a sua herança, especialmente depois de 1981. As igrejas e cemitérios sérvios foram vandalizados e muitos sérvios sentiram uma forte pressão para partir.[130] Um número crescente de albaneses do Kosovo também estava a trabalhar no estrangeiro, o que significava que

[126] Maliqi, Shkelzen (1998), Op. Cit.

[127] Judah Tim (2000), Op. Cit. pág. 281.

[128] Logoreci, Anton (1984), Op. Cit.

[129] Dragnich, Alex N. e Slavko Todorovich (1984), *The Saga of Kosovo*. New York: Columbia University Press. p. 167. Tradução do autor.

[130] Jevtic, Atanasije (1989), "Hronika stradanja Srba na Kosovu I u Metohiji (1941-1989)" [Crónica do sofrimento Sérvio no Kosovo e Metohija (1941-1989)]. Em AA. VV. *Kosovo I Metohija u srpskoj istoriji* (O Kosovo e Metohija na história da Sérvia). Belgrado: Srpska Knjizevna Zadruga.

podiam oferecer grandes quantias de dinheiro pelas residências sérvias. A maioria dos albaneses acredita que a hostilidade geral em relação aos comuns dos sérvios foi um efeito de 'retribuição' pela repressão após 1981.[131]

O problema foi intensificado por uma acérrima guerra de palavras e mentiras:

> "*Os propagandistas sérvios e albaneses entraram em guerra armados com estatísticas, mentiras e meias-verdades, as quais, longe de ajudarem os dois lados a longo prazo, iriam fazer azedar as relações comunitárias, abrindo caminho para a ascensão de Milosevic, a destruição da Jugoslávia e as mortes de dezenas de milhares*".[132]

A questão da emigração foi fulcral no desenvolvimento da guerra de mentiras. Tim Judah explica que:

> "*De acordo com os resultados do recenseamento, o número de sérvios e montenegrinos no Kosovo permaneceu relativamente estável, oscilando entre 200.000 e 260.000 no período do pós-guerra. O que muda, no entanto, é que os seus números, como percentagem da população como um todo, caíram de um combinado de 27,5% em 1948 para 14,9% em 1981 e 10,9% em 1991. Isso não se deveu apenas à emigração sérvia, que por sua vez contribuiu para a falta de crescimento natural da população, mas também pelo facto de a taxa de natalidade albanesa ser extremamente alta. Curiosamente, se os números do censo de 1991 são mais ou menos precisos (o número de albaneses foi uma projeção, porque estes boicotaram o recenseamento), então a percentagem da população albanesa era de 82,9%. Isto significa que o número frequentemente citado da população albanesa, de que constitui 90% da população do Kosovo, não era, até 1999, verdadeiro*".[133]

Não só é difícil descobrir exatamente quantos sérvios estavam realmente a sair, mas também é difícil descobrir porquê. Durante as décadas de 1970 e 1980, a administração do Kosovo e praticamente tudo o mais na província foi progressivamente 'albanianizado'. Isso significou que os sérvios perderam o seu estatuto privilegiado na administração e no setor estatal. A família e outros contatos inevitavelmente significavam que os albaneses conseguiam emprego

[131] Maliqi, Shkelzen (1998), Op. Cit.

[132] Judah, Tim (2000), Op. Cit. p. 290. Tradução do autor.

[133] Judah, Tim (2000), Op. Cit. p. 291. Tradução do autor.

antes dos sérvios. Isso, por sua vez, significava que as famílias jovens tendiam a mudar-se para a Sérvia, porque havia empregos nas fábricas da Sérvia central e não havia problemas por ser sérvio. A questão é se a maioria das pessoas foi embora porque foi discriminada, se sentiu ameaçada[134] ou simplesmente sentiram que eles ou os seus filhos não tinham futuro num Kosovo dominado pelos albaneses.[135] Os propagandistas sérvios afirmam que foi apenas por causa de ameaças e discriminações, enquanto os propagandistas albaneses acusam os sérvios de o fazerem sobretudo por dinheiro.

Os Sérvios também acusaram que foi feita uma grande injustiça quando, em março de 1945, os colonos sérvios do pré-guerra foram proibidos de retornar ao Kosovo. Inicialmente, essa decisão foi tomada para constituir uma compensação aos albaneses, no sentido de suavizar o trauma da reanexação.[136] No entanto, alguns historiadores (Noel Malcolm e Miranda Vickers) afirmam que houve de facto essa decisão, mas que foi de algum modo reajustada, o que significou que muitos, mas não todos, puderam retornar. Acrescentam ainda que um número significativo também não tinha vontade de voltar, pois, durante a guerra, tiveram que fugir para salvar as suas vidas e também porque alguns receberam as antigas residências de alemães e alojaram-se na Voivodina. Em contraste, muitos outros sérvios, que não eram colonos no sentido de serem agricultores que trabalhavam na terra, mas sim administradores, professores ou pessoas com outros empregos, puderam e realmente retornaram. Uma outra faceta dessa disputa foi sobre o número de albaneses que emigraram para a Turquia nos anos do pós-guerra. Os Albaneses afirmam que se tratou de uma forma de limpeza étnica, enquanto os sérvios dizem que foi uma emigração voluntária de pessoas que queriam morar com a família e que simplesmente não queriam morar num país comunista. Tal como na anterior questão, houve

[134] No entanto, na década de 1980, houve pesquisas conduzidas pelas autoridades sérvias e por vários investigadores que mostram que a emigração foi principalmente devido a ameaças e discriminação. – Ver: Jevtic, Atanasije (1989), Op. Cit.

[135] Outro ponto a ter em atenção é que, desde o final da guerra, ocorreram consideráveis mudanças demográficas na Jugoslávia. A industrialização na Sérvia e na Croácia funcionou, respetivamente, como um polo de atração para os sérvios e croatas bósnios, e para os sérvios do Kosovo. O ensino superior também era um fator de atração, porque os jovens sérvios mais capazes gravitavam para a Universidade de Belgrado, e poucos deles voltavam para casa, pois os empregos para pessoas qualificadas estavam nas grandes cidades. – Ver: Allcock, John B. (2000), Op. Cit.

[136] AA. VV. (1989), *Kosovo I Metohija u srpskoj istoriji* (O Kosovo e Metohija na história da Sérvia). Belgrado: Srpska Knjizevna Zadruga.

provavelmente fatores interligados de pressões num e noutro sentido. Da mesma forma, aconteceu um aceso e polémico debate quanto à questão de quantos albaneses, da Albânia propriamente dita, tinham imigrado durante a guerra, ou nos primeiros anos do pós-guerra, para os territórios da Jugoslávia habitados por albaneses enquanto a fronteira ainda estava aberta.[137]

Até certo ponto, a hostilidade que se começou a gerar nos anos 80 estava ligada à pobreza do Kosovo, que era o território mais pobre da Jugoslávia.[138] Os dirigentes albaneses alegaram que a Sérvia estava a explorar o Kosovo e que este não estava a obter a sua quota-parte das verbas para o desenvolvimento da Jugoslávia.[139] Em contrapartida, as autoridades jugoslavas utilizaram várias estatísticas para provar que o Kosovo estava a receber quantidades desproporcionais de subsídios e investimentos diretos.[140] A Macedónia e a Bósnia começaram a reclamar porque o Kosovo estava a receber mais do que devia, enquanto a Eslovénia e a Croácia, os maiores contribuintes, também se queixaram amargamente das quantias que estavam a ser despendidas em apoio de complexos industriais, quais elefantes brancos; também provocou muito desagrado o facto de uma grande parte das verbas destinadas ao desenvolvimento e canalizadas para o Kosovo terem, na prática, ido parar às contas bancárias dos seus dirigentes, e não aos projetos para os quais estavam designadas.[141]

Todos esses elementos começaram a envenenar a atmosfera geral. Para cada incidente real, muitos mais foram fabricados. Os albaneses foram acusados de violar jovens raparigas e mulheres sérvias,[142] embora pesquisas posteriores tenham revelado que a incidência de violações no Kosovo foi duas vezes e meia mais baixa do que na própria Sérvia e que a

[137] Djuretic, Veselin (1992), *Razaranje srpstva u XX veku: Ideoloska upotreba istorije* (A destruição da Serbianidade no Século XX: O uso ideológico da história). Belgrado: Srpska Akademija Nauka I Umetnosti, Balkanoloski Institut.

[138] Ramet, Sabrina (2002), *Balkan babel: The disintegration of Yugoslavia from the death of Tito to the fall of Milosevic*. Boulder, CO: Westview Press.

[139] Schnytzer, Ady (1984), "The economic situation in Kosova: Notes on a comparison with Albania's economy". Em A. Pipa, e S. Repishti (Eds.), *Studies on Kosova*. Boulder, CO: East European Monographs.

[140] Bogdanovic, Dimitrije (1985), Op. Cit.

[141] Judah, Tim (2000), Op. Cit.

[142] Jevtic, Atanasije (1989), Op. Cit.

violação de mulheres sérvias por homens albaneses foram extremamente raras.[143] Em 1982, as primeiras petições dos sérvios do Kosovo começaram a circular e começaram a acontecer manifestações esporádicas. Protestavam contra a "*condição insuportável da nação Sérvia no Kosovo*" e pediam "*medidas decisivas (…) para terminar com a agressão albanesa no Kosovo e Metohija*".[144]

Em 1985, dezasseis proeminentes académicos sérvios, que incluíam economistas, cientistas, historiadores e filósofos, foram designados para começar a trabalhar num documento que, desde então, passou a ser referido simplesmente como o 'Memorando'. Foram passados extratos do mesmo para a imprensa, que os publicou, e começaram a circular versões fotocopiadas do documento datilografado, que por sua vez foram criticadas pelos dirigentes da Jugoslávia pela linguagem nacionalista que continha e pelas acusações que eram feitas contra a liderança comunista.[145] O seu tema principal era que a descentralização estava a levar à desintegração da Jugoslávia e que os Sérvios eram discriminados pela estrutura constitucional da Jugoslávia.[146] Parte do raciocínio de dar poder às províncias da Sérvia foi que, de outro modo, a Sérvia, que era de longe a república mais populosa, com cerca de 10 milhões de pessoas contra 4,7 milhões na Croácia, inevitavelmente dominaria o resto da Jugoslávia e provocaria um reação anti Sérvia e anti Jugoslávia. Segundo o 'Memorando', essa política de "*uma Sérvia fraca garantir uma Jugoslávia forte*" estava a provocar uma reação negativa entre os sérvios.[147]

Muitos dos pontos tratados pelo 'Memorando' eram áreas legítimas de preocupação. No entanto, a razão que provocou uma reação tão forte e que a sua publicação foi vista como um passo importante no caminho para a guerra, foi a linguagem fora do comum usada para examinar a situação dos sérvios na Croácia e no Kosovo. Enquanto muitos poderiam ter

[143] Kostovicova, Denisa (1997), *Parallel worlds: Response of Kosovo Albanians to the loss of autonomy in Serbia 1989-1996.* London: Hurst & Company.

[144] Magaš, Branka (1993), Op. Cit. p. 49.

[145] Magaš, Branka (1993), Op. Cit.

[146] Assinalava que 24% dos sérvios viviam fora da Sérvia, enquanto 40,3% viviam fora dos limites da Sérvia central, isto é, fora da própria Sérvia, no Kosovo e na Vojvodina – Ver: Mihailovic K. e V. Krestic (1995), *Memorandum of the Serbian Academy of Sciences and Arts: Answers to criticisms*. Belgrado: SANU.

[147] Mihailovic K. e V. Krestic (1995), Op. Cit.

concordado que os sérvios no Kosovo estavam a viver tempos difíceis, o 'Memorando' afirmava que eles estavam a ser submetidos a nada menos do que um genocídio, e denominava de êxodo, a fuga do povo sérvio do Kosovo.[148] O 'Memorando' acusava os políticos de serem passivos e de não estarem a proteger o seu povo. As condenações foram imediatas. Milosevic, que então apenas começava a sua escalada para o poder, denunciou o 'Memorando' como sendo nada mais que um exemplo do nacionalismo mais sombrio; no entanto, mais tarde, utilizou essas mesmas alegações e essa mesma linguagem para mobilizar os sérvios do Kosovo, dizendo-lhes o que eles queriam ouvir.[149] Para reivindicar o poder, Milosevic utilizou os sérvios do Kosovo como tropas de choque, organizando comícios por toda a Sérvia, os chamados 'Encontros da Verdade' de forma a garantir apoio. O mito do Kosovo, que nos anos do pós-guerra tinha sido eclipsado pelo dos heroicos *partisans*, começou então a ressurgir. As palavras de ordem gritadas pelos manifestantes pró-Milosevic incluíam: "*Quem trai o Kosovo, trai o povo*". [150] Fez assim com que o debate político mudasse da ideologia comunista para o interesse nacional sérvio, e desse modo conseguiu enfrentar o poder do então presidente sérvio Stambolic, acusando-o de ser muito fraco e também de ser anti sérvio. Em consequência, as perspetivas da transição da Sérvia para a democracia e modernização foram destruídas.[151] Em vez disso, a Sérvia chegou perto de um confronto, não apenas com os albaneses no Kosovo, mas também com as outras repúblicas jugoslavas.[152] Mas as palavras não eram suficientes; Milosevic teve que cumprir a sua promessa de unir a Sérvia, abolindo a autonomia das províncias. Houve grandes manifestações no Kosovo e na Sérvia[153] para protestar contra a alteração do estatuto constitucional do Kosovo, que foi integrado na Sérvia[154]. Tal como Shkelzen Maliqi explica: "*Todo o Kosovo se levantou – desesperado, assustado e com raiva*

[148] Magaš, Branka (1993), Op. Cit.

[149] Judah, Tim (2000), Op. Cit.

[150] Kostovicova, D. (1997), Op. Cit.

[151] Allcock, John B. (2000), Op. Cit.

[152] Kostovicova, D. (1997), Op. Cit.

[153] Milosevic disse numa manifestação gigante em Belgrado: "*Toda a nação tem um amor que eternamente aquece o seu coração. Para a Sérvia é o Kosovo. É por isso que o Kosovo permanecerá na Sérvia*" – Silber, Laura e Allan Little (1995), Op. Cit. p. 66.

[154] No período que precedeu esse facto, 1.350 mineiros de Trepča iniciaram uma greve de fome clandestina para salvar a província. O seu exemplo foi seguido por outros mineiros, e as manifestações e greves espalharam-se rapidamente pela província.

(...) uma espécie de intifada albanesa já começou".[155] No entanto, os protestos terminaram quando a assembleia do Kosovo, cercada por tanques e polícia, votou a favor das emendas constitucionais, que foram ratificadas no parlamento sérvio cinco dias depois. Legalmente, as províncias ainda existiam, mas as mudanças significaram que a sua autonomia foi reduzida e revertida ao estatuto que tinham antes de 1971;[156] os albaneses, no entanto, reclamam que a sua autonomia foi completamente abolida.[157]

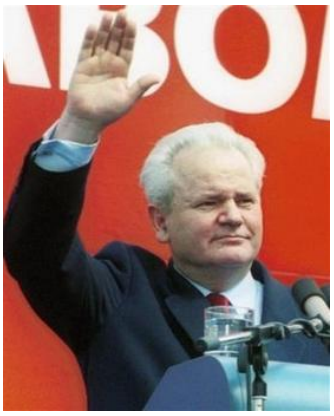

Figura 2.8 – Slobodan Milosević (fonte: A Fábrica)

As autoridades sérvias aprovaram muitas novas leis que tornavam ilegal que os sérvios vendessem terras a albaneses, e muitos incentivos foram oferecidos para encorajar os sérvios que deixaram o Kosovo a retornar. Além disso, as novas leis forneceram a base para a demissão ou renúncia da maioria dos albaneses no setor público, no funcionalismo público ou em funções de gestão. A polícia foi rapidamente expurgada, tornando-se, em essência, uma força completamente sérvia. As empresas públicas que operavam sob a égide do governo provincial foram assumidas pelos seus funcionários sérvios. Os médicos e os outros trabalhadores da saúde foram dispensados. Os jornalistas albaneses perderam os seus empregos; o principal diário de língua albanesa do Kosovo, Rilindja, foi fechado e as autoridades sérvias assumiram toda a transmissão de rádio e televisão em língua albanesa. As instituições culturais e outras instituições foram fechadas ou fundidas com as suas contrapartes sérvias.[158] A aplicação mais dramática das novas medidas aconteceu no campo da educação.

[155] Maliqi, Shkelzen (1998), Op. Cit. p. 82.
[156] Batakovic, Dušan T. (1998), Op. Cit.
[157] Maliqi, Shkelzen (1998), Op. Cit.
[158] Kostovicova, D. (1997), Op. Cit.

Anteriormente a autonomia significava que as autoridades do Kosovo tinham o poder de definir o currículo escolar local. Isso deixou de ser o caso, pois a reunificação também significou que o currículo sérvio passou a ser imposto aos estudantes albaneses. Os professores albaneses rejeitaram isso, bem como as restrições no número de crianças que poderiam ser ensinadas em albanês, o que levou a demissões. Os albaneses, portanto, organizaram um sistema de educação paralela e, como em períodos anteriores, instalaram escolas em casas particulares e outros edifícios. Os alunos foram ensinados em albanês e os seus diplomas tinham o selo da "República Independente do Kosovo". É claro que, quem fosse encontrado na posse de materiais dessas escolas arriscava sérias repercussões. [159]

Entretanto, em julho de 1990, os albaneses do Kosovo declararam o Kosovo uma república independente da Sérvia, mas que ainda fazia parte da Jugoslávia. Quando a guerra começou na Croácia, e as outras repúblicas começaram a separar-se, o Kosovo foi declarado como a 'República do Kosovo' completamente independente (setembro de 1991). Foi organizado um referendo, o qual, embora sendo ilegal, as autoridades não fizeram qualquer esforço para impedir, e 99,87% votaram pela independência.[160] Os albaneses do Kosovo criaram novos órgãos políticos e instituições para compensar a perda efetiva de assistência médica e de instalações educacionais. O principal partido político, o LDK, criou toda uma estrutura governamental simulada. Foram realizadas eleições para o parlamento e presidente. Rugova foi eleito com 99% dos votos. [161] As autoridades sérvias não tentaram prender os organizadores, de modo que os albaneses puderam realizar as suas eleições. Tim Judah observa que, no período até 1997, algo marcante em relação ao Kosovo foi que:

> "*Era um lugar estranho. A repressão policial era permanente, mas Rugova passeava por Pristina numa viatura Audi do tipo presidencial. Tinha que ser feita uma marcação prévia para o ver em audiência como se tratasse de um autêntico presidente. (...) As pessoas cuidavam dos seus afazeres diários, mas os veículos blindados circulavam pelas*

[159] Kostovicova, D. (2002), "'Shkolla Shqipe' and nationhood: Albanians in pursuit of education in the native language in interwar (1918-41) and post-autonomy (1989-98) Kosovo". Em S. Schwadner-Sievers, e B.J. Fischer (Eds.), *Albanian identities: Myth and history.* London: Hurst & Company.

[160] Vickers, Miranda (1998), Op. Cit.

[161] Vickers, Miranda (1998), Op. Cit.

ruas e os polícias em uniforme de combate dirigiam o tráfego. Os cafés estavam cheios e as estradas abertas para qualquer um ir para qualquer lugar".[162]

A política albanesa de resistência passiva e de um sistema paralelo no Kosovo foi nesse momento impulsionada por várias considerações. O raciocínio era que, se Milosevic vencesse, teriam a possibilidade de reivindicar firmemente a nível internacional a sua secessão, com base no que os sérvios tinham feito na Croácia e na Bósnia.[163] Mas se os seus cálculos falhassem, a Sérvia estaria tão enfraquecida que o Kosovo seria capaz de estabelecer uma resistência ativa. Além disso, supunha-se que, por ser evidente que a maioria dos albaneses do Kosovo queria a independência, qualquer futura conferência internacional sobre a ex-Jugoslávia reconheceria a justiça desse facto e recompensaria os albaneses pelo seu 'bom comportamento'. Para os albaneses do Kosovo e o seu desejo de independência, Tim Judah diz que:

"*a pior coisa que poderia acontecer era que (Milosevic) fosse substituído por um democrata de mentalidade ocidental. Enquanto Milosevic permanecesse no poder, os albaneses do Kosovo tinham uma perfeita defesa para rebater o argumento de que deveriam viver no mesmo Estado com a Sérvia*".[164]

Figura 2.9 – Ibrahim Rugova, 1º Presidente do Kosovo (fonte: Zyra e Presidentit të Kosovës)

A declaração de independência do Kosovo significou que, sempre que possível, os albaneses do Kosovo boicotavam as instituições sérvias e jugoslavas. Embora ainda precisassem de usar os dinares e passaportes jugoslavos e de pagar os impostos, podiam optar por não votar. Muitos

[162] Judah, Tim (2000), Op. Cit., p. 300. Tradução do autor.
[163] Vickers, Miranda (1998), Op. Cit.
[164] Judah, Tim (2000), Op. Cit. p. 301. Tradução do autor.

sérvios, que desprezam Milosevic e tudo o que ele fez, acreditam que, se os albaneses tivessem suspendido o seu boicote eleitoral, os seus cerca de 800 mil votos teriam alterado a história. No entanto, Tim Judah explica que "*a liderança kosovar trabalhou no princípio leninista de 'quanto pior, melhor' – isto é, que Milosevic era bom para eles*".[165] Recusaram várias vezes em participar nas eleições na Sérvia, apesar de os líderes da oposição pedirem a sua ajuda[166], prometendo que com esses votos Milosevic seria derrubado imediatamente e isso significaria o fim do seu regime repressivo. Chamaram a atenção para o facto de a repressão no Kosovo não ser diferente do que estava a acontecer na Sérvia, onde os líderes e membros da oposição eram submetidos a tortura, interrogatórios, espancamentos, assassinatos, bem como o encerramento de todas os meios de comunicação social independentes.[167] Contudo, a liderança albanesa recusou, alegando que a oposição sérvia não prometia a independência. Fehmi Agani, o homem por detrás do partido LDK no governo, fez uma revelação da política de realismo dos albaneses do Kosovo: "*Francamente, é melhor (para nós) continuar com Milosevic. Ele não está preparado para uma guerra tão longa. Milosevic teve muito sucesso em destruir a Jugoslávia e, da mesma forma, se continuar, destruirá a Sérvia*". [168]

Entretanto, como lhes tinha sido negada a utilização que anteriormente detinham da televisão estatal, a maioria dos albaneses comprou antenas parabólicas e podiam não apenas assistir a programas estrangeiros, mas sobretudo à televisão albanesa e, mais importante, aos segmentos de notícias e documentários sobre o Kosovo, programas que as autoridades de Tirana forneceram ao governo paralelo. Desta forma, os líderes do LDK podiam comunicar com os seus constituintes. Após o encerramento do '*Rilindja*', o principal jornal do Kosovo, '*Bujku*', um jornal que anteriormente servia a comunidade agrícola, foi transformado no porta-voz do LDK e mais ou menos deixado em paz pelas autoridades.

[165] Judah, Tim (2000), Op. Cit. p. 301. Tradução do autor.

[166] Panić, o candidato a presidente sérvio em 1992, que esteve muito perto de derrubar Milosevic, foi ao Kosovo para tentar obter os votos dos albaneses. Prometeu o retorno do sistema de educação e saúde e uma reversão para o estatuto de autonomia total. Não há razão para duvidar que Panić era genuíno e que quis dizer o que disse, mas mesmo assim não conseguiu esses votos.

[167] Karabeg, Omer (2000), *Dijalog na buretu baruta: Srpsko-Albanski dijalog 1994-2000*. (Diálogo num barril de pólvora: O diálogo Sérvio-Albanês 1994-2000). Belgrado: Medija Centar.

[168] Citado por Judah, Tim (2000), Op. Cit. p. 302. Tradução do autor.

Outra razão, pela qual não havia resistência armada, foi pelo facto de os albaneses não terem armas. Após a redução da autonomia, as armas que pertenciam às forças de defesa territorial do Kosovo tinham sido confiscadas. Rugova explicou que era por isso que os albaneses do Kosovo não possuíam uma opção militar. Embora estando em condições de conduzir uma guerra, as autoridades sérvias também consideraram que lhes era mais favorável a existência de uma resistência passiva do que a ocorrência de uma resistência ativa. De certo modo, Rugova e os seus associados foram postos numa situação em que, com receio do que poderia acontecer se tentassem algo mais robusto, efetivamente pacificaram a província, que era exatamente o que desejavam as autoridades. Em troca, as autoridades sérvias não prenderam Rugova, que estava livre para viajar pelo mundo para pugnar pelo caso do Kosovo, bem como outros membros do LDK. No entanto, a proteção que Rugova e alguns notáveis kosovares desfrutaram, não significou que isso se estendesse ao resto da população. A polícia manteve um regime de constante vigilância, assédio, interrogatório, espancamentos e prisões, que tinham dois objetivos: manter a população intimidada e esmagar qualquer tentativa de resistência mais robusta.[169] Os albaneses alegam que algumas das piores violações dos direitos humanos ocorreram durante esse período.[170]

Houve um constante e generalizado assédio de baixo nível que afetou as pessoas comuns, e que incluía ser levado às esquadras da polícia para interrogatórios e espancamentos. Aldeias inteiras foram muitas vezes cercadas e sujeitas a violentas buscas por armas. Houve também a separação e captura de pessoas específicas e julgamentos políticos. Enquanto os funcionários mais importantes do LDK eram geralmente deixados em paz, os funcionários de menor hierarquia eram frequentemente sujeitos a interrogatórios e espancamentos. O mesmo aconteceu com os funcionários sindicais. Enquanto os albaneses sempre apresentaram estes casos como simples abusos dos direitos humanos, terá havido mais nisso do que sobressai. Por exemplo, os polícias albaneses, de entre os 3.500 que foram demitidos em 1991, organizaram-se num sindicato. Começaram então a tentar atuar como uma espécie de força policial albanesa, uma polícia paralela. As autoridades tentaram suprimi-los, pois os albaneses acabaram por ir longe demais ao forçarem os limites da 'tolerância' sérvia. E, embora seja

[169] Judah, Tim (2000), Op. Cit.

[170] Mertus, Julie (1999), Op. Cit.

verdade que acabaram por ser torturados pela polícia, também é verdade que tinham tentado implementar uma força policial paralela ilegal.[171]

Contudo, tal como Tim Judah salienta:

> "*Retrospetivamente, a questão dos direitos humanos assume algumas dimensões muito interessantes. A primeira é que muitos kosovares conseguiram convencer o ocidente de que a questão do Kosovo era uma de direitos humanos. Na realidade não o foi. No cerne da questão estava essencialmente uma luta entre dois povos pelo controlo do mesmo pedaço de terra. No entanto, na atualidade, os direitos humanos tornaram-se um fator influente na formulação da política internacional. Não quer isto dizer que os kosovares não tenham sofrido graves abusos contra os direitos humanos pelas mãos das autoridades sérvias. Eles sofreram-nos. Mas, com o benefício da retrospetiva, é possível entender como a questão dos direitos humanos se tornou numa outra arma no arsenal dos kosovares. Nisso, foram auxiliados pelas autoridades sérvias que, na maior parte das vezes, ignoravam as práticas judiciais adequadas, espancavam os suspeitos e transformavam o que agora se sabe que poderiam ter sido casos bastante legítimos em farsas jurídicas, que acabaram por jogar a favor dos kosovares*".[172]

Centenas de milhares de albaneses deixaram a província durante esses anos. Se estavam a sair porque pessoalmente tinham um 'fundamentado medo de perseguição', tal como a definição da ONU exige aos requerentes de asilo, ou se estavam a sair por razões económicas, ou uma mistura de ambas, isso era realmente irrelevante uma vez que todos pediam asilo. E, para tornar os factos ainda mais prementes, após 1991, um número crescente de albaneses da Albânia começou a ir para a Alemanha e outros países, todos a alegarem que eram 'kosovares' e, portanto, também elegíveis para asilo e benefícios sociais. Na Grã-Bretanha, uma decisão judicial de 1996 significou que os albaneses do Kosovo foram elevados ao mesmo estatuto que os *Bahais* que fugiam do Irão. Isso significou que foram efetivamente considerados elegíveis para asilo simplesmente pelo facto de serem albaneses do Kosovo, em vez de terem que provar, individualmente, que tinham sido pessoalmente ameaçados.[173] Entretanto, na Alemanha e noutros países da Europa Ocidental, os tribunais negaram repetidamente que os

[171] Judah, Tim (2000), Op. Cit.

[172] Judah, Tim (2000), Op. Cit. p. 305. Tradução do autor.

[173] Judah, Tim (2000), Op. Cit.

albaneses do Kosovo tivessem alguma razão para reivindicar discriminação étnica, e julgaram que a repressão e a discriminação faziam parte da vida quotidiana em toda a Jugoslávia e que não eram etnicamente motivadas.[174]

Na maioria dos países onde os direitos humanos não são respeitados, as organizações de direitos humanos não são autorizadas ou encontram grandes dificuldades para funcionar. No entanto, outra das peculiaridades do Kosovo foi que dois grupos de direitos humanos aí trabalharam legalmente e tiveram liberdade, na sua maior parte, para coligir estatísticas e divulgar a situação.[175]

A política de resistência passiva começou a tornar-se cada vez menos popular, após os Acordos de Paz de Dayton, que provocaram um trauma extraordinário nos albaneses do Kosovo, ao confirmar-lhes que a sua política tinha fracassado e que não seriam recompensados pelo seu 'bom comportamento'. Também ficaram desolados quando, após Dayton, a UE reconheceu a República Federal da Jugoslávia (RFJ), criada em 1992, que consistia na Sérvia (incluindo o Kosovo) e no Montenegro.[176]

Entretanto e por isso mesmo, surgiram divisões entre os políticos kosovares quanto às táticas a utilizar, pois alguns passaram a exigir uma abordagem mais robusta. Os grupos marxistas-leninistas (enveristas) radicais, que até então existiam na clandestinidade, começaram a aparecer e passaram a incitar a eclosão de um levantamento armado.

O UÇK era o braço armado desses partidos. Havia sido fundado em 1993 e, nos quatro anos que se seguiram à sua criação, fundiu-se com diferentes pequenos grupos. Existia uma geração mais velha de radicais emigrados, que tinham sido presos após as manifestações de 1981, a dar apoio financeiro a uma geração mais jovem, alguns dos quais se tinham alistado no exército croata para combater contra os sérvios[177], e no seu conjunto transformaram em armas

[174] Chomsky, Noam (2000), *A new generation draws the line: Kosovo, East Timor and the standards of the West.* New York: Verso.

[175] Estes grupos foram liderados por dois albaneses proeminentes, ambos ativistas políticos clandestinos de fações radicais da política kosovar, e depois membros ativos do UÇK. Embora o seu trabalho tenha sido inestimável na documentação da situação dos direitos humanos, foram criticados por misturar, exagerar e inventar abusos.

[176] Judah, Tim (2000), Op. Cit.

[177] A certa altura houve negociações entre os albaneses e os croatas, que queriam que os albaneses abrissem uma 'segunda' frente ou uma 'frente sul'. Os albaneses recusaram porque estavam sem

os donativos da diáspora albanesa em dinheiro e canalizaram-nas para as pessoas certas. Também estabeleceram ligações com outros indivíduos que eram *kaçaks* à moda antiga, mas não muito fortes; estes eram grupos de famílias rebeldes que tinham a possibilidade de atirar sobre um qualquer polícia e assim fazer com que os sérvios se sentissem inseguros quando passassem pelas suas aldeias. Os primeiros homens, a pegar em armas contra a 'ocupação' sérvia nos anos 90, viam-se como sendo a última geração de *kaçaks*, continuando a luta dos seus pais e avós. E em nenhum outro lugar isso ocorreu tanto como no vale do Drenica.[178]

Os primeiros grupos de guerrilheiros foram treinados na Albânia, por oficiais do exército albanês e, mais tarde, por oficiais de países ocidentais. Mas durante toda a década de 1990, as autoridades sérvias frustraram as suas tentativas de reentrar no Kosovo. Portanto, esses grupos de guerrilheiros inexperientes não tiveram um impacto discernível, além de darem às autoridades a possibilidade de capturar, matar e levar a julgamento grupos relativamente pequenos, a quem podiam acusar de terrorismo.

Também o povo deles não tinha conhecimento. O LDK estava bem implantado na população no interior do Kosovo, porque controlava todo o acesso aos meios de comunicação social albaneses no Kosovo e na própria Albânia, enquanto os partidos radicais eram mais conhecidos no seio da diáspora. O LDK e Rugova denunciaram todos os ataques esporádicos contra polícias e 'colaboradores' como sendo um ardil perverso da polícia secreta sérvia; acusaram-na de tentar manchar a política de resistência passiva matando polícias sérvios e fazendo parecer que tinham sido os albaneses a executar essas ações. Portanto, foram necessários vários anos de trabalho incessante por esses partidos radicais e pelos seus grupos

defesas e porque não queriam ser utilizados como instrumento nas lutas de outrem. No entanto, muitos deles juntaram-se ao exército croata e alguns fizeram parte de uma unidade especial de kosovares, que deveria ser enviada para o Kosovo no caso de uma segunda frente, mas quando essa ideia falhou, a unidade foi dissolvida.

[178] No vale do Drenica, mais do que em qualquer outro lugar, esse sentido da tradição era profundo. Esse era o lugar de onde vinha Azem Bejta, às vezes chamado Galica (o nome da sua aldeia), juntamente com a sua mulher, Shota Galica. Foram *kaçaks* famosos que lutaram contra os sérvios no início do século 20 e no período entre guerras. Com esse peso de tradição e história, era natural que jovens ambiciosos que queriam começar uma revolta contra os sérvios e homens que só queriam matar sérvios acabassem por fazer aqui uma causa comum.

de guerrilheiros para persuadir o povo que eram reais e que ofereciam uma alternativa viável à resistência passiva. [179]

Um dos problemas que enfrentaram foi que não havia como obter e importar grandes quantidades de armamento. No entanto, isso foi resolvido quando, na primavera de 1997, a Albânia, como Estado e país, simplesmente implodiu. Centenas de milhares de pessoas haviam investido as suas economias em esquemas de pirâmide, que o governo não conseguiu parar e, quando tudo desabou, as pessoas perderam todas as suas posses. Indignados, os albaneses ocuparam as ruas e revoltaram-se contra o presidente. No caos que se seguiu, o governo perdeu o controlo, o exército dissolveu-se, a polícia fugiu e os depósitos de armas foram assaltados. A Albânia foi repentinamente inundada por centenas de milhares de kalashnikovs. Repentinamente ficaram disponíveis armas e munições por praticamente nada (o preço das kalashnikovs chegou a ser de 5 US $ cada) e já não existia um governo central em Tirana que impedisse o contrabando de tudo quanto pudesse ser levado para o Kosovo.[180]

Graças a esses três quartos de milhão de armas provenientes do saque dos quartéis da Albânia, houve um aumento significativo no número de ataques contra a polícia, contra os 'colaboradores' albaneses e contra os 16.000 sérvios croatas que haviam sido expulsos da Krajina e que foram forçados a irem para campos de refugiados no Kosovo (o UÇK denunciou-os como sendo ocupantes e colonos sérvios). No entanto, ainda havia muita relutância por parte das pessoas comuns em pegar em armas. O UÇK decidiu, portanto, aumentar a sua pressão. Embora em 1996 tivesse havido 31 ataques do UÇK e 55 em 1997, somente em janeiro e fevereiro de 1998 houve 66; tendo sido atacados sobretudo polícias e 'colaboradores', mas também cada vez mais civis, atingindo praticamente o nível de uma guerra aberta entre as forças de segurança sérvias e o UÇK, que já controlava uma grande parte do território e tinha um núcleo de elementos armados em cada aldeia albanesa-kosovar para impedir a liberdade de movimentos à polícia sérvia. O enviado especial dos EUA para a região, Robert

[179] Judah, Tim (2000), Op. Cit.

[180] Cline, L. E. (2004), "The leaky bucket: Ethnic Albanian cross-border operations in the Balkans". Em J. S. Morton, R. C. Nation, P. Forage, e S. Bianchini (Eds.), *Reflections on the Balkan wars: Ten years after the breakup of Yugoslavia*. New York: Palgrave Macmillan.

Gelbard, atacou o UÇK dizendo: "*Condenamos muito firmemente as ações terroristas no Kosovo. O UÇK é, sem dúvida alguma, um grupo terrorista*".[181]

Este foi um ponto de viragem, porque a polícia sérvia tomou essa declaração como luz verde para acabar com o UÇK. Nas semanas que se seguiram à declaração de Gelbard, a polícia matou e massacrou vários combatentes proeminentes do UÇK e as suas famílias, entre os quais o mais famoso *kaçak* do vale do Drenica – Adem Jashari e toda a sua família, incluindo mulheres e crianças. Tal como Tim Judah escreve: "*Adem estava morto – mas o UÇK tinha ganho um mártir*"[182]. [183] A partir de então, todo o membro do UÇK morto foi proclamado como sendo um mártir pela liberdade. A morte dos Jasharis acelerou a insurreição da guerrilha que estava a ser planeada; do norte da Albânia foram despachadas, através da fronteira, armas e uniformes, e os 'adormecidos' que o UÇK tinha recrutado nos últimos anos 'despertaram'. Os anciãos das aldeias, especialmente no Drenica, que tinha a maior tradição de revoltas de *kaçaks*, decretaram que era chegada a hora de lutar contra os sérvios. Também se começaram a formar milícias das aldeias e, quer fossem ou não do UÇK, logo começaram a denominar-se como do UÇK.

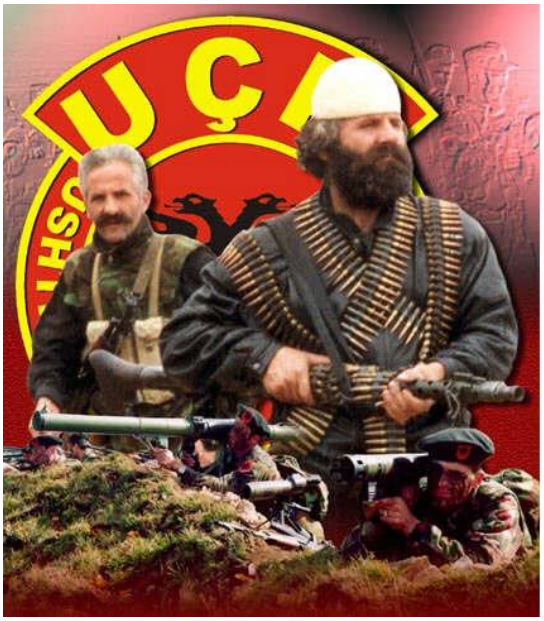

Figura 2.10 – O 'mítico' Adem Jashari (fonte: Turkey & Macedonia)

[181] Agência France Presse, 23 de fevereiro de 1998.

[182] Judah, Tim (2000), Op. Cit. p 307.

[183] Muitas ruas, edifícios, escolas e outras instituições públicas têm o seu nome, e há muitos monumentos em sua homenagem por todo o Kosovo.

No início do ano, o UÇK tinha ocupado cerca de um quarto do território do Kosovo, e enquanto a polícia sérvia reorganizava as suas forças continuou a haver combates esporádicos. Além do Drenica, o UÇK começou a ocupar áreas no centro do Kosovo e ao longo da fronteira albanesa. Todas essas áreas estavam ligadas por linhas de abastecimento que chegavam, por sobre as montanhas, até ao norte da Albânia. As unidades policiais sérvias começaram a ter de organizar o terreno, construindo abrigos fortificados e postos de controlo. Entretanto tiveram lugar as eleições para o parlamento e presidência da 'República do Kosovo', e a polícia sérvia mais uma vez não interveio na votação, na qual Rugova se candidatou para presidente sem qualquer oposição. Cada vez mais os civis passaram a ser envolvidos nos combates e retaliações. Nas zonas libertadas do UÇK, os civis sérvios eram sequestrados e mortos – para encorajar os retardatários a sair. Na aldeia de Klecka, os sérvios desenterraram os restos mortais de 22 civis, incluindo crianças, que eles disseram terem sido assassinados pelo UÇK, que tinha tentado incinerá-los num forno de cal. A polícia, por outro lado, fez algumas incursões no território do UÇK, queimando aldeias e massacrando pessoas. A pequena mas significativa oposição sérvia no Kosovo, liderada pelo bispo Artemije e pelo padre Sava, do mosteiro de Decani, condenou Milosevic pela sua política no Kosovo e condenou o facto de os civis estarem a pagar o preço da guerra. Profetizou significativamente que, se o diálogo não começasse imediatamente e alguma resolução pacífica fosse encontrada, então os Sérvios desapareceriam em Kosovo. Disse o seguinte:

> "*A guerra no Kosovo significaria a perda definitiva do Kosovo. A guerra daria à comunidade internacional uma desculpa para se envolver e, nesse caso, o exército e a polícia sérvios seriam forçados a retirar-se, quais forças de ocupação. Até mesmo se o Kosovo mantiver alguma ligação com a Sérvia, não mais seria sérvio e não seria isso a perda do Kosovo? Se as políticas destrutivas do regime de Belgrado continuarem, e tudo aponta para essa via, Milosevic não se sentará para assinar a passagem do Kosovo para os albaneses, mas preparará a situação para que isso aconteça, sem que aparentemente seja culpado.*"[184]

No verão e numa contundente ofensiva, as forças policiais sérvias, com a ajuda de algumas unidades do exército, recapturaram os territórios perdidos, enviando dezenas de milhares de

[184] Citado em Judah, Tim (2000), Op. Cit. P. 250. Tradução do autor.

albaneses em fuga na sua frente. Mas o UÇK simplesmente recuou, pouco se empenhando porque, como só tinham armamento ligeiro, teriam poucas hipóteses contra os sérvios fortemente armados. Casas e aldeias foram saqueadas e queimadas. Dezenas de milhares de pessoas estavam agora a esconder-se nas colinas e nos bosques. O relatório de 3 de agosto do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) estimou que cerca de 200.000 kosovares albaneses foram desalojados pelos combates. Esta ofensiva acabou por ter um resultado negativo para os Sérvios, porque a publicidade desfavorável gerada pelos refugiados teve um impacto extraordinário no galvanizar da opinião ocidental.[185] Temendo que a violência reativasse o conflito na Bósnia, que tão difícil tinha sido de extinguir, e que até alastrasse à Macedónia com uma população albanesa de 21%, o Conselho de Segurança emitiu a resolução 1160 (1998) de 31 de março,[186] na qual, sob o Capítulo VII, instava as partes a cessar a violência, que fosse concedido um maior grau de autonomia e uma autoadministração ao Kosovo, mas com base na integridade territorial da Jugoslávia e dentro das normas contempladas na Acta de Helsínquia. Antes disso, a comunidade internacional tinha permanecido firme na sua convicção de que o Kosovo era um problema interno e que deveria continuar a fazer parte da Jugoslávia, respeitando a sua soberania. Mas nunca mais seria assim.

A situação continuou a agravar-se, o fluxo de refugiados que deixava o Kosovo aumentou e temia-se uma 'catástrofe humanitária', pelo que uma nova Resolução, a 1199 (1998) de 23 de Setembro,[187] estabelecia que a situação no Kosovo constituía uma ameaça para a paz e segurança na região e, com referência ao capítulo VII, pedia que, entre outras questões, a Jugoslávia cumprisse uma série de condições "*a fim de se alcançar uma solução política para a situação no Kosovo*", bem como, no seu parágrafo 6 "*(...) enfatiza* (sublinhado no original) *que todos os elementos da comunidade albanesa do Kosovo devem procurar alcançar os seus objetivos apenas por meios pacíficos*".[188]

[185] Durante esse período muitos sérvios foram sequestrados e assassinados. No entanto, as mortes de sérvios não tiveram o mesmo impacto que as mortes de albaneses, porque o pano de fundo para os assassinatos de albaneses era o sofrimento dos desalojados, tanto dentro como fora da província.

[186] http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1160(1998)

[187] http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1199(1998)

[188] Tradução do autor.

A aliança ocidental começou então a contemplar o uso da força, mas os juristas dos seus ministérios dos negócios estrangeiros informaram que não havia motivos para o fazer. A Sérvia era um país soberano que não havia atacado nenhum deles, e estava a combater uma insurreição armada, que era um assunto interno. Para utilizar a força da OTAN, também seria necessário um mandato do Conselho de Segurança, mas uma vez que os russos não concordariam, não havia possibilidade de conseguir um. Havia a esperança que pudesse haver uma exceção com base numa emergência humanitária, mas o problema era que até então nunca tinha havido exceções e que muitas dúvidas se levantaram quanto ao ponto em que alguém poderia determinar se um país teria ido além de uma certa linha indefinida – a partir da qual podia ser tão brutal quanto quisesse porque estava a combater um movimento secessionista ilegal – para se desencadear uma ação internacional, porque, ao suprimir a rebelião, esse país estava a criar uma catástrofe humanitária.

A posição dos EUA era que a OTAN podia fazer o que quisesse. A Grã-Bretanha e outros países europeus, no entanto, vinham resistindo a esse argumento, embora a sua oposição estivesse a enfraquecer. Tim Judah relata que "*os americanos ficaram indignados porque disseram que se sempre se tivesse que ir ao Conselho de Segurança, isso daria aos russos a possibilidade de veto sobre a política externa dos EUA*".[189] No entanto, a Rússia, enfraquecida e dependente de ajuda externa, após algumas negociações, disse que apesar de seguramente vetar o mandato no Conselho de Segurança, nada faria se a OTAN bombardeasse. E assim esta acabou por lançar um ultimato à Jugoslávia para cumprir as disposições do Conselho de Segurança, produzindo-se uma paragem na escalada da violência.

Milosevic concordou então com um cessar-fogo e nos dias 15 e 16 de outubro, a Jugoslávia assinou acordos com a OTAN e a OSCE, acordos que foram apoiados e referendados pelas Nações Unidas (Resolução 1203 (1998) de 24 de outubro).[190] A presença militar e policial sérvia começou a retirar-se, enquanto dois mil monitores/observadores chegaram ao Kosovo sob os auspícios da OSCE (KVM – *Kosovo Verification Mission*). Os desalojados começaram a descer das montanhas e a abrigarem-se para o inverno. No entanto, enquanto os Sérvios recuavam, o UÇK seguiu na sua peugada, reocupando as posições de que haviam retirado

[189] Judah, Tim (2000), Op. Cit. p. 310. Tradução do autor.

[190] https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1203(1998)

durante o verão. O acordo, tal como Tim Judah explica, "*chegara na hora certa para os guerrilheiros. Eles tinham sido duramente pressionados e estavam escondidos nas colinas; agora o acordo dava-lhes um alívio, tempo para se reorganizarem e rearmarem e, como diziam a qualquer um que os quisesse ouvir, tempo para se prepararem para a ofensiva da primavera*".[191] Enquanto isso, sequestravam civis e tentavam impor a sua autoridade por todo o Kosovo, prendendo membros do LDK e executando-os, pelo que os monitores da KVM cada vez mais estavam a negociar libertações de reféns e prisioneiros e mesmo cessar-fogos locais. Posteriormente, Holbrooke declarou a esse respeito:

> "*O UÇK estava a armar-se, o UÇK estava a dar passos muito provocadores num esforço para atrair o Ocidente para a crise. Isso acabou por ser bem-sucedido, os Sérvios acabaram por cair diretamente no jogo do UÇK, ao cometerem atrocidades após atrocidades, exagerando, aniquilando aldeias inteiras, ações ultrajantes que precisavam ser respondidas*".[192]

Os serviços de informações dos EUA avisaram que o UÇK "*pretendia arrastar a OTAN para a sua luta pela independência, provocando as forças sérvias para que estas cometessem mais atrocidades*"[193].

O alegado massacre de Račak foi o acontecimento determinante que permitiu a aliança ocidental de agir (45 mortos, incluindo um menino de 12 anos e 2 mulheres). A fação americana da KVM imediatamente emitiu um comunicado alegando que as tropas sérvias eram os responsáveis, enquanto a outra fação (europeia) levantou suspeitas, no que foi acompanhada pelos Sérvios, ao alegar que o UÇK havia tudo encenado para parecer que houvera um massacre de civis, enquanto aqueles corpos eram de membros do UÇK que tinham sido mortos nos combates com a polícia do dia anterior, [194] e foi assim esse o argumento que garantiu a possibilidade de intervenção na região, violando ostensivamente as regras do Direito Internacional.[195] Foram iniciadas as conversações de paz de Rambouillet e ambos os lados

[191] Judah, Tim (2000), Op. Cit. p. 312. Tradução do autor.

[192] BBC, Newsnight (1999), *NATO's Inner Kosovo Conflict*, 20 de Agosto.

[193] Chomsky, Noam (2000), *The New Military Humanism: Lessons from Kosovo*, Pluto Press.

[194] Chomsky, Noam (2000), Op. Cit.

[195] Pode ser consultada na Carta das Nações Unidas a inconsistência com os princípios de respeito da soberania de um Estado (Artigo 2 (4)).

foram informados que, se não assinassem as propostas do projeto de paz, seriam obliterados. Aos sérvios foi-lhes dito que, se não concordassem com as propostas apresentadas, seriam bombardeados, enquanto aos albaneses foi dito que, se o insucesso fosse culpa sua, seriam deixados à mercê das forças de segurança e dos paramilitares sérvios. Por outras palavras, a ambos foi dito: '*Ou assinam ou morrem*' [196] Os albaneses acabaram por assinar porque no acordo estava contemplado um referendo para a independência, enquanto os sérvios não assinaram, porque o acordo autorizava uma invasão '*de facto*' de toda a Jugoslávia pelas tropas da OTAN. Isso foi acrescentado no último minuto, como Apêndice B ao acordo e nele era concedido às tropas da OTAN:

> "*Passagem livre e sem restrições em toda a RFJ, incluindo o espaço aéreo associado e as águas territoriais, juntamente com os seus veículos, navios, aeronaves. Tal deve incluir, mas não se limita ao direito de acampar, manobrar, alojar e utilizar quaisquer áreas ou instalações conforme necessário para o apoio, treino e operações*".[197]

Os sérvios não podiam aceitar um tal acordo, e há vários analistas que afirmam que essa cláusula foi adicionada propositadamente para sabotar as negociações de paz. (p. ex. Chomsky, Cohen, e Gowan). As exigências albanesas de um referendo e a invasão foram as '*cláusulas assassinas*' [198] e ambas foram abandonadas após o bombardeamento, tornando ainda mais óbvio que as 'negociações de paz' estavam designadas para fracassar.[199]

A Sérvia foi então bombardeada, a partir de 24 de Março, durante 78 dias, enquanto simultaneamente era criada uma catástrofe humanitária; esse bombardeamento foi intenso, já que mais de 60% dos seus objetivos eram o que é designado por de duplo uso, ou seja, tinham utilização militar e civil. Incluíram fábricas, refinarias e depósitos de petróleo, estradas, pontes, vias férreas, e instalações de eletricidade e comunicações. A campanha de

[196] Chomsky, Noam (2000), Op. Cit.

[197] Acordo Interino para Paz e Autogoverno no Kosovo, 23 de fevereiro de 1999. Apêndice B: Estatuto da Força Militar Multinacional de Implementação

[198] Chomsky, Noam (2000), Op. Cit.

[199] Neste sentido, é interessante estabelecer um certo paralelismo entre alguns dos termos refletidos na proposta formulada em Rambouillet e o ultimato apresentado à Sérvia pela Áustria em 23 de julho de 1914, o qual, ao não ser aceite, deu início à Primeira Guerra Mundial; o texto deste último documento está disponível em: https://wwi.lib.byu.edu/index.php/The_Austro-Hungarian_Ultimatum_to_Serbia_(English_translation)

bombardeamento da OTAN alimentou diretamente a sensação sérvia de martírio, especialmente porque a maioria dos Sérvios não sabia o que realmente estava a acontecer no Kosovo; o regime sérvio tinha incrementado a sua máquina de propaganda, e os poucos Sérvios que tinham antenas parabólicas e podiam ver as notícias estrangeiras tinham dificuldade em convencer os outros. Além disso, a maioria dos Sérvios estava simplesmente dedicada à sua própria sobrevivência e não podia preocupar-se com o sofrimento dos Albaneses.

O bombardeamento deixou a Sérvia num estado lamentável; o levantamento das sanções económicas e a reintegração da Sérvia no espaço europeu foram descartados, enquanto Milosevic permanecesse no poder. No entanto, mesmo após este ter sido expulso do poder e entregue ao Tribunal de Haia, a Sérvia não recebeu muita ajuda financeira para reconstruir o país e/ou para ajudar o novo governo democrata a modernizá-lo e reorganizá-lo. Os bombardeamentos deixaram muitos Sérvios, que queriam uma democracia genuína ao estilo ocidental, desiludidos e furiosos porque a democracia passou a ser associada ao que a maioria dos Sérvios considerava como o direito injusto do uso da força. A raiva e amargura dos Sérvios também foram estimuladas pelo facto de acreditarem que haviam sido vitimizados e agredidos porque era politicamente possível bombardeá-los e porque isso servia os interesses dos EUA. Os Sérvios, bem como muitos analistas, também chamaram a atenção para as situações da Turquia e os Curdos, a Rússia e a Chechénia, a China e o Tibete, e a Indonésia e Timor Leste, que são exemplos de maiores violações dos direitos humanos, mas para as quais ninguém reagiu por força da '*realpolitik*'.

Noam Chomsky designou o argumento 'humanitário' como uma '*justificação retrospetiva*',[200] e explica que o nível de violência no Kosovo não era tão extremo quanto se afirmava, e que tinha havido uma inflação das atrocidades, tanto antes como durante o bombardeamento. Afirma que a opção de utilizar a força contra um país soberano não se justificava em termos de uma catástrofe humanitária, porque foi a campanha de bombardeamento que realmente acabou por a desencadear. Assim que o bombardeamento começou, dezenas de milhares de refugiados começaram a chegar aos vizinhos Montenegro, Macedónia e Albânia.

[200] Chomsky, Noam (2000), Op. Cit. p. 119.

Figura 2.11 – Bombas 'humanitárias' sobre o Kosovo (fonte: International Relations Today)

Nos primeiros dias da operação de bombardeamento da OTAN, os telespectadores ocidentais viram apenas os resultados das bombas e mísseis a cair sobre a Sérvia – o que lhes foi explicado como sendo pelo facto de haver uma catástrofe humanitária que necessitava ser resolvida. Se essa situação tivesse continuado por muito mais tempo, há poucas dúvidas que teria ocorrido alguma contestação. No entanto, poucos dias após o início do bombardeamento, começaram a aparecer os refugiados e as notícias no Ocidente passaram a ser dominadas pelas cenas apocalípticas de centenas de milhares de refugiados. Isso também aconteceu porque os jornalistas ocidentais deixaram de ter liberdade para viajar para onde e quando quisessem dentro da Sérvia e do Kosovo, e então o seu único foco passou para os refugiados. Além disso, para justificar a campanha, foram utilizados números exagerados de desaparecidos e mortos.

No final quase 850.000 foram deportados ou fugiram do Kosovo[201] e centenas de milhares foram desalojados internamente. Uma grande proporção saiu do Kosovo por ter medo, desejando sair antes de a isso ser forçada. Outra enorme porção foi simplesmente forçada a caminhar por toda a província, enviados numa direção, depois enviados para casa, depois enviados para qualquer outro lugar e depois finalmente expulsos. Poucos dias após o início do

[201] No final dos bombardeamentos tinham deixado a província 848.100 Albaneses kosovares. Destes, 444.600 foram para a Albânia, 244.500 para a Macedónia, 69.900 para o Montenegro e 91.057 foram transportados por via aérea da Macedónia para outros países – ACNUR, Refugiados, vol. 3, nº 116, 1999, p. 11.

bombardeamento, praticamente todos os albaneses foram expulsos de Peć, mas após a limpeza de dois distritos de Priština, não houve mais limpezas em larga escala na capital. A maioria dos analistas concorda que não havia um plano real, e que grupos individualizados de polícias, unidades militares ou de paramilitares estavam a expulsar as pessoas porque assim as podiam roubar. De cidade em cidade, de aldeia em aldeia as experiências foram diferentes. Peć ficou quase completamente limpa e uma grande parte do antigo centro foi incendiado. Priština foi parcialmente limpa, mas a maioria da população fugiu. Prizren foi parcialmente purificada, mas os médicos dessa cidade foram um alvo em particular, presos com as suas batas brancas e levados para a fronteira. Em Đakovica, a experiência foi de novo diferente: aqui, partes da cidade velha foram incendiadas e as pessoas foram expulsas, mas os médicos albaneses que ainda trabalhavam no sistema hospitalar sérvio e as suas famílias, foram salvos e abrigados por um Sérvio, colega médico. No entanto, mais tarde, quando o UÇK entrou triunfalmente em Đakovica, esses médicos foram ameaçados e hostilizados, porque foram rotulados de traidores.

Tudo isso, bem como o aumento das atrocidades cometidas, foi a reação que era esperada por parte das autoridades sérvias e embora a imagem por todo o Kosovo tenha sido confusa, por vezes pode ser identificado um determinado padrão. Em certas operações, o exército assegurava o perímetro de uma área enquanto os paramilitares entravam, muitas vezes matavam algumas pessoas – provavelmente não muitas, porque era suficiente matar algumas para que todas as outras fugissem – e depois passavam ao saque. Alguns dos paramilitares eram grupos de sérvios locais, outros foram recrutados na Sérvia propriamente dita e, nos dias anteriores ao início do bombardeamento, um número desconhecido foi recrutado das prisões sérvias, recebendo amnistias em troca de ir combater.

No entanto, o jornalista do New York Times, David Binder, observou "*uma curiosidade*" documentada num relatório da OSCE: 46% dos albaneses deixaram o Kosovo durante o bombardeamento, juntamente com 60% dos sérvios e montenegrinos. Portanto, "*proporcionalmente, houve mais Sérvios desalojados durante o bombardeamento, e esses não retornaram ao Kosovo*". [202]

[202] Citado por Chomsky, Noam (2000), Op. Cit., p. 114.

Durante os bombardeamentos, quase todo o Ocidente apoiou, a ação da OTAN. No entanto, com o passar do tempo e através de uma mais aprofundada análise dos factos, foram sendo suscitadas algumas dúvidas: afinal os órgãos de comunicação social apenas deram algumas vertentes da problemática, vertentes essas, cuidadosamente selecionadas de forma a escamotear tudo o que fosse contra a opinião que interessava aos agressores da Jugoslávia. Foi atingido um elevado grau de desinformação: Por exemplo:

> "*A OTAN tinha suscitado a indignação geral ao 'revelar' a descoberta de uma 'vala comum' com 700 cadáveres albaneses exumados nas minas de Trepca no Kosovo. Em 11 de Outubro, o porta-voz do TPIJ, citando um relatório de peritos, confessou que a fossa comum de Trepca nunca tinha existido e que nenhum cadáver tinha sido ali exumado, tendo as acusações sido baseadas em testemunhos de Albaneses próximos do UÇK, procurando agravar os factos*".[203]

A campanha aérea prosseguiu, estendendo-se a alvos na Sérvia, civis e militares, enquanto já começavam a ocorrer fissuras na Aliança pela duração e extensão da campanha, mas, finalmente, a combinação da punição infligida à Sérvia com as ações do UÇK no território do Kosovo, utilizando o apoio aéreo das aeronaves da OTAN – destacando-se, devido à sua importância mediática, as ações dos elementos da diáspora albanesa norte-americana enquadrados na chamada 'Brigada Atlântica'[204] – bem como a ameaça de uma intervenção terrestre da Aliança, conseguiram que Milosevic capitulasse[205] em 3 de junho, e a 10 de junho de 1999 a OTAN suspendeu o seu ataque. O Conselho de Segurança da ONU aprovou então a Resolução 1244 que sancionava a entrada de tropas da OTAN no Kosovo, embora mantivesse a garantia da soberania jugoslava.

---

[203] Valle, Alexandre del (2001), *Guerras Contra a Europa*, Hugin, Lisboa, pp.276-7;

[204] The Christian Science Monitor (1999), *From USA to a KLA boot camp*, 18 de maio, disponível em http://www.csmonitor.com/1999/0518/p1s2.html; New York Post (1999), *Fight vs. odds local soldiers´ proudest hour*, 24 de junho, disponível em: http://nypost.com/1999/06/24/fight-vs-odds-local-soldiers-proudest-hour/; Hockenos, Paul (2003), *Homeland Calling: Exile Patriotism & the Balkan Wars*, Cornell University Press, em especial o cap. "Frankie goes to Kosovo", pp. 238-261.

[205] Ninguém sabe realmente porquê, como refere um relatório, "*os comandantes da OTAN ficaram surpreendidos ao ver as robustas colunas que acabaram por se retirar do Kosovo e concluíram que o 3.º Exército jugoslavo poderia ter resistido durante semanas ou mesmo meses*" – Citado em Priest, Dana (1999), "A Decisive Battle that never was", *The Washington Post*, 19 de setembro.

3. O KOSOVO NO SÉCULO XXI

Figura 3.1 – Thaçi, Kouchner, Jackson, Çeku, Clarck (fonte: Adobe Stock)

Após o acordo de Kumanovo (Acordo Técnico-Militar entre a Força Internacional de Segurança (KFOR) e os Governos da República Federal da Jugoslávia e da República da Sérvia, celebrado em 9 de junho de 1999 após a capitulação de Milosevic) [206] e em poucos dias, as fronteiras da Macedónia, Montenegro e Albânia ficaram bloqueadas enquanto centenas de milhares de kosovares voltavam para casa[207]. Foi o mais rápido e maior retorno de refugiados na história moderna, e também a mais rápida inversão de papéis. Tim Judah escreve que as bandeiras albanesas substituíram as sérvias. Os anúncios das lojas em cirílico ou aqueles que eram bilíngues foram modificados. O som da música sérvia '*turbo folk*' foi substituído pelo '*turbo folk*' albanês. Os quiosques, que antes vendiam fotos dos mosteiros e igrejas do Kosovo, passaram a vender fotos de Adem Jashari, parafernália do UÇK e pequenas estátuas de Skanderbeg. Descreve ainda mais a situação:

> "*Era evidente que 'Kosovo' era o passado. Passara, de facto, a ser um país estrangeiro. Agora era 'Kosova'. Embora os sérvios, e provavelmente as outras pequenas minorias, não tivessem aí futuro, a grande maioria dos kosovares albaneses não lamentava nada. A independência parecia inevitável e, de qualquer modo, estavam felizes pelo desaparecimento do governo sérvio*".[208]

[206] O texto completo pode ser consultado em https://www.nato.int/kosovo/docu/a990609a.htm

[207] Regressaram 808.913, de um total de 848.100 (dados do ACNUR).

[208] Judah, Tim (2000), Op. Cit. p. 320. Tradução do autor.

As tropas da KFOR pensavam que vinham para proteger os Albaneses do Kosovo. Mas os Albaneses que voltavam para casa estavam desejosos de vingança. Enquanto eles voltavam, dezenas de milhares de Sérvios saíram junto com a polícia e o exército, temendo pelas suas vidas.[209] As pressões foram demasiado fortes para que a maioria dos Sérvios do Kosovo pudesse resistir. Várias centenas de Sérvios morreram nos meses após a entrada da KFOR e mais de 1.300 foram sequestrados (Comunicado à Imprensa da Amnistia Internacional, 23 de dezembro de 1999). Também os Albaneses estavam a ser assassinados, seja porque eram identificados como colaboradores, ou seja porque o crime floresceu de maneira exponencial nesse ambiente sem lei. Mesmo após a desmilitarização do UÇK, os assassinatos continuaram. Percebe-se bem porque mesmo alguém das autoridades, que tivesse o poder de parar essa perseguição, tivesse decidido não o fazer; pois de facto, por cada sérvio que saía, a reivindicação da província pela Sérvia, por qualquer motivo legal e/ou histórico, ficava muito menos consistente.

Figura 3.2 – O UÇK mostra-se após a retirada das forças Sérvias (fonte: kultplus.com)

[209] Em novembro, a Cruz Vermelha Jugoslava registou cerca de 247.391 pessoas, a maioria, mas não apenas, Sérvios e Ciganos que haviam sido expulsos ou tinham fugido – ACNUR/OSCE (1999), *Análise da situação das minorias étnicas no Kosovo*, 3 de novembro.

Em novembro de 1999, o ACNUR, em conjunto com a OSCE, publicaram um relatório condenatório sobre a situação. Aí se dizia que os não-albaneses, incluindo os eslavos muçulmanos, enfrentavam:

> "*Um clima de violência e impunidade, bem como uma discriminação generalizada, assédio e intimidação dirigidos contra os não-albaneses. A combinação das preocupações com a segurança, a restrição aos movimentos, a falta de acesso a serviços públicos (especialmente educação, assistência médica/saúde e pensões) são, até à data, os fatores determinantes da saída dos Sérvios, principalmente, e de outros grupos não-albaneses do Kosovo*". [210]

Após a onda inicial de fuga e limpeza dos sérvios, a situação 'estabilizou'. Não restou nenhum Sérvio em Prizren, Pec e Djakovica. Em Pristina, os 40 Sérvios que ficaram (dos 40.000 que anteriormente aí viviam) mudaram-se para um só prédio. Em Gnjilane e Orahovac, formaram-se pequenos guetos. Gracanica, Laplje Selo e várias outras aldeias tornaram-se enclaves. Os sérvios eram fortemente guardados por tropas da KFOR e, embora fossem relativamente livres para circular dentro dos seus enclaves, corriam o risco de serem linchados ou sequestrados se se aventurassem fora destes. Essa situação continuou sempre, com cada vez mais sérvios optando por deixar os enclaves. E como seria altamente improvável que as coisas mudassem, os enclaves não teriam futuro no longo prazo.[211]

A resolução 1244 do Conselho de Segurança da ONU, de Junho de 1999, autorizou a permanência no Kosovo de uma força militar da OTAN – a KFOR – encarregada de criar um ambiente de segurança e paz entre as diversas comunidades étnicas. A resolução também criou uma missão da ONU – a UNMIK – para a administração do território desta província sérvia, encarregando-a de criar instituições de autogoverno locais; em relação à natureza e a uma data

---

[210] ACNUR / OSCE (1999), *Overview of the Situation of Ethnic Minorities in Kosovo*, 3 de Novembro. Disponível em: https://www.osce.org/kosovo/13309?download=true

[211] Bird, C. (1999), "Old Serbs become terror target". *The Guardian.* 23 de Agosto.
Clermont, C. (1999), "How not to solve a conflict: The Kosovo question". *Online Journal of Peace and Conflict Resolution*, 2 (4).
Erlanger, S. (1999), "Serbs driven from Kosovo live bitterly in exile". *The New York Times.* 2 de Setembro.
Gray, A. (1999), "Serbs live in fear in Kosovo's kidnap capital". *Reuters*. 15 de Setembro.
Radu, M. (1999), "NATO's KLA problem". *Foreign Policy Research Institute*. 8 de Setembro.

para o estabelecimento de um estatuto definitivo para o Kosovo, nada ficou definido.[212] Saliente-se que no conteúdo desta resolução e entre outros aspetos, as entidades ocupantes obrigavam-se a:

– "*Assegurar as condições para uma vida pacífica e normal de todos os habitantes do Kosovo*", o que logicamente deveria significar 'todos', e não somente os Albaneses;

– "*Assegurar o regresso livre e em segurança de todos os refugiados e deslocados*", os negociadores referiam-se provavelmente aos Albaneses que tinham fugido durante os bombardeamentos, mas como estes regressaram prontamente por si próprios e sem dificuldades, essa estipulação acabava por se referir na realidade aos Sérvios, Ciganos e outros não-Albaneses forçados a fugirem para a Sérvia;

– Estabelecer uma estrutura política interina "*tomando em total consideração (...) os princípios de soberania e integridade da República Federal da Jugoslávia*" – o que traduzia o reconhecimento que o Kosovo continuava a fazer parte de uma entidade política maior constituída pela Sérvia e o Montenegro;

– Permitir o retorno de um número negociado de pessoal Jugoslavo e Sérvio, incluindo a polícia de controlo das fronteiras e os agentes da alfândega;

– Efetuar a manutenção da lei e ordem civis e a proteção dos direitos humanos.

Na realidade, assim que as Forças da OTAN entraram no território, a Resolução 1244 nem sequer passou a valer o papel em que estava escrita.

Uma das suas tarefas era organizar, antes de '*um acordo final*', eleições para as '*instituições democráticas e autónomas provisórias de autogoverno, até que haja um acordo político*'. Ora isso representava uma tarefa aparentemente impossível e contraditória, porque a resolução afirmava claramente que o Kosovo fazia parte da Jugoslávia, mas também dizia à UNMIK para preparar a província para algo que a vasta maioria do seu povo não queria, ou seja, autonomia no seio da Jugoslávia.

[212] UN – United Nations (1999). *Resolution 1244 (1999).* Security Council. Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1244(1999)

Assim, nos primeiros seis meses subsequentes à ocupação do território pela OTAN, cerca de 1200 cidadãos estrangeiros entraram e instalaram-se no Kosovo sem quaisquer documentos, visto ou registo pelas autoridades competentes. Estes funcionários da UNMIK ignoraram a soberania da Jugoslávia em nome da comunidade internacional e as leis federais foram suspensas, os polícias alfandegários da Sérvia não puderam voltar ao Kosovo, como estava acordado para acontecer, e o último reduto de uma soberania, a moeda, foi 'destituído', tendo o marco alemão e depois o euro substituído o antigo dinar jugoslavo. A ONU estabeleceu alfândegas nas fronteiras com a Macedónia, a Albânia, o Montenegro e a Sérvia e utilizou as receitas daí decorrentes para financiar a sua administração. Emitiu novos bilhetes de identidade e documentos para viagem, bem como novas placas de matrícula para as viaturas.

Também foi formado o Conselho Transitório do Kosovo, composto por representantes da população do Kosovo, que deveria aconselhar Bernard Kouchner, o chefe da UNMIK. Os Sérvios estavam representados por Momcilo Trajkovic e pelo bispo Artemije que também eram membros, mas que abandonaram o Conselho em setembro, dizendo que a voz deles não contava para nada e que eram meros símbolos.

O UÇK também foi desmilitarizado. Mas uma vez que efetivamente tinha tomado todo o poder após o bombardeamento, essa não foi uma tarefa fácil.[213] Por conseguinte, foi transformado no Corpo de Proteção do Kosovo (KPC). Embora supostamente fosse uma 'agência de proteção civil de emergência', era composto apenas por combatentes do UÇK. Os líderes do UÇK afirmaram que queriam que o KPC fosse visto como o núcleo do futuro exército de Kosovo, e fizeram pouco segredo do facto que uma boa proporção das suas armas não havia sido entregue [214] (Constatado diretamente pelo autor em 2000 – numa só operação conduzida

[213] O UÇK foi acusado de ter trazido o crime no seu rastro e as pessoas tinham medo dos ex-elementos do UÇK, ou de indivíduos que alegavam ser elementos do UÇK, apropriando-se de apartamentos, lojas e empresas sob a mira de armas.

[214] À distância, o símbolo do KPC parece idêntico ao do antigo UÇK. Mas em vez da águia albanesa negra de duas cabeças num fundo vermelho, o símbolo KPC é um mapa preto de Kosovo sobre um fundo vermelho. Para todos os efeitos, o KPC era o UÇK em naftalina. Uma tradução alternativa do seu nome em albanês 'Trupat Mbrojtese te Kosoves' é 'tropa de defesa do Kosovo', que parece mais marcial. Questionado sobre o futuro, do KPC um dos líderes do UÇK, então vice-ministro dos Negócios Estrangeiros do governo provisório, referindo-se às iniciais albanesas TMK disse: "*Sabe o que dizem os estudantes? Tomorrow Masters of Kosova*" *(Amanhã, Donos do Kosovo)* (Judah,Tim. Op. Cit. 2000, pág. 300).

pela KFOR sobre um dos sectores atribuídos ao KPC foi capturado um imenso e variado arsenal de armamento e munições).

A situação dos sérvios e de outros não-albaneses não melhorou e foi sempre deteriorando-se cada vez mais, uma vez que não tinham os mais básicos direitos humanos, e assim o seu número foi sendo cada vez menor no Kosovo. Tal como Noam Chomsky explica:

> "*As indicações atuais são que o Kosovo sob ocupação da OTAN está a reverter para o que se estava a desenvolver no início dos anos 80, após a morte de Tito, quando as forças nacionalistas resolveram criar uma república albanesa etnicamente limpa, assenhoreando-se de terras sérvias, atacando as igrejas e envolvendo-se numa prolongada violência para alcançar o objetivo de uma região albanesa etnicamente pura, com incidentes quase semanais de violações, fogo posto, pilhagem e sabotagem industrial, aparentemente destinados a expulsar os eslavos indígenas remanescentes no Kosovo… para fora da província*".[215]

Figura 3.3 – Os Sérvios em fuga. (fonte: Kosovo.net)

O investigador especial da ONU para a ex-Jugoslávia, Jiri Dienstbier, relatou à Comissão de Direitos Humanos da ONU que "*330.000 sérvios, ciganos, montenegrinos, eslavos muçulmanos, albaneses pró-sérvios e turcos foram desalojados no Kosovo – o dobro de*

[215] Chomsky, Noam. Op. Cit. 2000, pág. 138-9. Tradução do autor.

estimativas anteriores. O que isso significa é que a maior parte das minorias do Kosovo já não está nas suas casas". O Kosovo, diziam alguns analistas, estava de várias maneiras a assemelhar-se à Bósnia, como "*um covil de ladrões e de fraudulentos fiscais*" sem uma economia funcional, dominado por "*uma classe criminosa abastada que exerce uma enorme influência política e anualmente desvia centenas de milhões de dólares de potencial receita fiscal para si própria*".[216] A consolidação do crime organizado no Kosovo levou a um aumento no tráfico de drogas, armas e mulheres.[217]

A 15 de Maio de 2001 a UNMIK aprovou uma "*Constitutional Framework for Provisional Self Government*." Desta forma produziu-se um enquadramento constitucional mas não uma Constituição no real sentido da palavra. Isto significou que a UNMIK não quis deliberadamente exercer julgamento em relação a assuntos mais controversos, como era o caso da soberania. Já nesta altura a opinião em Bruxelas e Washington era que o '*status quo*' no Kosovo era insustentável e que o estatuto do Kosovo tinha de ser decidido de uma vez por todas. E o estatuto final deveria ser 'independência' e somente 'independência'. Foi aconselhado aos Sérvios para se esquecerem do Kosovo e de toda a conversa do património histórico e em vez disso se focarem na 'Europa' (o grande nome que a União Europeia se arrogou para si própria). Curiosamente, já aos Albaneses do Kosovo não lhes foi sugerido que esquecessem as suas aspirações nacionais e se focassem na Europa.

O processo final relativo ao estatuto começou a ser delineado em 2005, seguindo-se-lhe os anos de 2006 e de 2007 com negociações entre o Kosovo e a Sérvia, processo esse que, no entanto, não gerou consensos. A Sérvia continuou a tentar manter o território kosovar enquanto parte integrante do seu território, ainda que concedendo um elevado grau de autonomia, mas os albaneses do Kosovo não aceitaram nenhuma outra situação que não fosse um Kosovo Independente, embora as suas pretensões de um Estado fossem particularmente duvidosas uma vez que já existia um estado Albanês na Europa e não parecia haver qualquer razão plausível para duplicar esse número.

Na realidade o estatuto de 'independência' tinha sido inteiramente obra da OTAN. No seu afã de demonstrar que ainda tinha relevância, mesmo após o final da Guerra Fria, a OTAN pulverizou a Jugoslávia com bombas de fragmentação e mísseis de cruzeiro durante 11

[216] Smith, J. (2000), "A den of thieves and tax cheats". *Washington Post Weekly*. 3 de Janeiro.
[217] Schork, K. (2000), "Kosovo suffers from contempt for law". *Reuters*. 14 de Março.

semanas, em nome da sua nova proclamada missão de intervenção humanitária. Tal como foi contado e recontado em anos subsequentes pelos coniventes meios de comunicação social, os Estados Unidos e os seus supostamente devotos aliados Europeus eram quais cavaleiros em armaduras brilhantes, abnegadamente matando e destruindo em ordem a salvar os oprimidos Albaneses do Kosovo dos malvados Sérvios sedentos de sangue. As forças da OTAN marcharam vitoriosamente para o interior do Kosovo; mas, essas mesmas ficaram impassíveis enquanto mais de 250.000 Sérvios fugiram ou foram expulsos da província; e então em Março de 2004, na sua maioria, resguardaram-se na segurança dos seus aquartelamentos, enquanto os Albaneses do Kosovo desencadeavam sangrentos motins anti Sérvios.[218] Concretamente, em março de 2004 ocorreu uma violência étnica em grande escala, quando milhares de albaneses do Kosovo desencadearam dois dias de tumultos por todo o Kosovo, em resultado dos quais cerca de 10.000 sérvios fugiram, 19 pessoas morreram, centenas de casas foram danificadas e foram atacadas as igrejas e outros locais de culto ortodoxo dos sérvios.

Figura 3.4 – ‘Morte aos Sérvios’ (fonte: standard.rs)

[218] As situações mais chocantes (sobretudo para alguém como o autor este trabalho, que é militar de carreira) ocorreram com os contingentes franceses, italianos e alemães e austríacos, que se fecharam nos seus acantonamentos enquanto as multidões de albaneses desfilavam na sua frente para irem destruir as aldeias sérvias vizinhas e os mosteiros ortodoxos nas suas áreas de responsabilidade. Mais tarde, estes contingentes alegaram que a sua impassibilidade foi devida ao facto de as suas ‘regras de empenhamento’ não lhes permitirem uma atuação mais musculada; mas a realidade é que mesmo para os restantes contingentes, que atuaram com firmeza, ficou a sensação de ter havido alguma inabilidade e até ‘receio’.

A OTAN e a UNMIK foram no cômputo geral incapazes de conter a violência, uma vez que as turbas enfurecidas também se voltaram contra a administração internacional, tomando como alvo os edifícios e veículos da ONU. [219] Muito poucos dirigentes kosovares intervieram para tentar parar a violência e muitos até a fomentaram e a maioria dos perpetradores nunca foi levada à justiça. A violência de 2004 foi mais do que apenas o último episódio de uma série de confrontos interétnicos. Demonstrou que, apesar dos esforços da comunidade internacional, estava a ser construído um Estado assente num contexto geral de impunidade e ilegalidade, no meio de clivagens causadas por profundas queixas interétnicas e atrocidades do passado.[220] Cinicamente, mas não de todo surpreendentemente, o aparelho político dos EUA (que tanto fizera para destruir a Jugoslávia) utilizou o *pogrom* anti Sérvio de Março de 2004 como uma evidência de que os Albaneses do Kosovo mereciam de imediato um Estado independente.

Os Estados Unidos pressionaram o Secretário-geral da ONU Kofi Annan para iniciar um processo que iria – assim se pensava – resultar num Kosovo independente. Em Junho de 2005, Annan designou o embaixador da Noruega na OTAN, Kai Aide, para determinar se o Kosovo tinha feito progressos suficientes para satisfazer níveis aceitáveis em democracia e direitos das minorias de forma a merecer uma decisão sobre o seu estatuto final. Em Outubro de 2005, Kai Aide reportou devidamente a Annan que, sim, o Kosovo tinha feito um progresso 'esplêndido' e que qualquer posterior demora na resolução do seu estatuto final poderia levar a uma catástrofe. Em boa verdade, o relatório dizia que "*os Sérvios do Kosovo receiam transformar-se em elemento decorativo numa qualquer instituição política a nível central com reduzida capacidade para conseguir resultados tangíveis. Os Albaneses do Kosovo pouco têm feito para que tal possa ser descartado*". O relatório concluía que "*em relação aos fundamentos para uma sociedade multiétnica, a situação é grave*".[221] Apesar disso, não havia um momento a perder, e Annan disse então "*o que é importante, é que as conversações comecem rapidamente*".

E na realidade as conversações começaram. Annan designou o ex-Presidente da Finlândia Marti Ahtisaari como seu enviado especial para conduzir as negociações sobre o estatuto final

[219] Judah, Tim (2008), *Kosovo: What Everyone Needs to Know*, Oxford: Oxford University Press

[220] Mertus, Julie A. (2009), "OAF: handmaiden of independent Kosovo", *International Affairs* 85:3, p. 472

[221] O Relatório pode ser consultado em https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7b65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7d/kos%20S2004%20932.pdf

do Kosovo. Uma estranha forma de recompensar ações de terrorismo: Os Albaneses do Kosovo levaram a cabo motins sangrentos contra a população sérvia durante vários dias em Março de 2004, e… cerca de 18 meses depois, ficaram prestes a receber a oferta da independência. Ahtisaari jamais poderia ser considerado um negociador honesto. Uma das posições que detinha era a de "*Chairman Emeritus*" do "*International Crisis Group*" (ICG), uma das organizações financiadas por George Soros e composta por dignitários internacionais 'fora de serviço' que invariavelmente advogavam a expansão/intervenção da OTAN e um investimento estrangeiro sem obstáculos pelos EUA/UE. O ICG era, desde há muito tempo, um fervoroso propagandista de um Kosovo independente e no seu Conselho sentavam-se veteranos discípulos da tese "*Bombardeiem-se os Sérvios*" tais como Wesley Clark, Zbigniew Brzezinski, Joschka Fischer e Morton Abramowitz.

As negociações sob a égide de Ahtisaari inevitavelmente não levaram a nada, tal como era suposto acontecer. Dado que dirigentes da OTAN/UE já tinham declarado que a independência era inevitável, os Albaneses do Kosovo sabiam que só tinham de aguardar, continuar a rejeitar qualquer opção que não fosse a independência e prepararem-se para receber a sua recompensa dentro de poucos meses.

Em março de 2007, Ahtisaari reportou ao novo Secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon:

> "*O potencial das negociações para produzir um qualquer resultado mutuamente aceitável sobre o estatuto do Kosovo estava esgotado. Nenhumas conversações adicionais, qualquer que fosse o seu formato, iriam superar esse impasse*".

Por isso, anunciou:

> "*Cheguei à conclusão que a única opção viável para o Kosovo é a independência, a ser supervisionada durante um período inicial por parte da comunidade internacional. A minha Proposta Global para a Determinação do Estatuto do Kosovo, que estabelece essas estruturas internacionais de supervisão, fornece as bases para um futuro Kosovo independente que será viável, sustentável e estável, e em que todas as comunidades e os seus membros poderão viver uma existência pacífica e digna*".[222]

[222] Pode ser consultado em https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Kosovo%20S2007%20168.pdf

Fundamentalmente, tal proposta baseava-se na noção de uma "*Independência Supervisada*" para a província. No entanto, acabaria por ser revista várias vezes, e no final foi rejeitada em sede das Nações Unidas devido ao veto da Rússia (20 de Julho de 2007).

Washington, Londres, Bruxelas e outras capitais, aceitaram imediatamente a proposta de Ahtisaari e os seus nobres, mas ocos, sentimentos. Uma vez que uma enorme presença militar da OTAN não fora o suficiente para garantir que as '*comunidades e os seus membros*' do Kosovo vivessem uma, ainda que minimamente, '*existência pacífica e digna*' (como até o enviado de Kofi Annan, Kai Aide, tinha admitido), a ideia de que num Kosovo independente as minorias da província floresceriam era completamente ridícula. Os Sérvios do Kosovo – os poucos que aí permaneciam – viviam atrás de arame farpado e precisavam de uma escolta armada, sempre que saíam dos seus enclaves. De acordo com um relatório da Comissão Europeia, "*apenas 1% dos juízes pertence a um grupo minoritário e menos de 0,5% pertence à minoria sérvia. Apenas seis dos 88 procuradores pertencem a grupos minoritários*". No geral, o relatório concluiu, "*pouco progresso tem sido feito na promoção e aplicação dos direitos humanos*". [223]

Nada disso realmente importava. Os Estados Unidos, a União Europeia e o próprio Ahtisaari fingiam tanta seriedade sobre a proteção das minorias do Kosovo como sobre a criação nesse território de um estado independente. Na verdade, a última coisa que se poderia chamar ao estado que Ahtisaari previa seria 'independente'. Para o confirmar, o território seria tirado à Sérvia, e os Sérvios, Turcos, Croatas, Ciganos e outras minorias do Kosovo empurrados para fora deste, mesmo que os funcionários da OTAN/UE, continuassem sem dúvida a admitir o seu compromisso com um Kosovo multicultural, multiétnico, multi 'qualquer coisa'. Para assegurar este facto, Bruxelas provavelmente conseguiria subornar alguns Sérvios para que retornassem ao – ou mesmo construíssem as suas casas no – Kosovo. Esses 'retornados' seriam então apresentados como prova de que o Kosovo estava em vias de adotar os 'valores europeus'.

Além disso, a União Europeia acionou uma missão da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD). Essa missão "*deve ajudar as autoridades do Kosovo no seu progresso em direção à sustentabilidade e responsabilidade e em desenvolver e reforçar um serviço judiciário,*

[223] Ver https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/sites/near/files/pdf/key_documents/2007/nov/kosovo_progress_reports_en.pdf

policial e aduaneiro independente, assegurando que estas instituições ficam isentas de qualquer interferência política, e fornecer orientação, acompanhamento e aconselhamento na área do Estado de direito em geral, retendo certos poderes, em especial, no que diz respeito aos serviços judiciário, polícia, alfândega e penitenciário".

A missão da PESD tem "*autoridade para garantir que os casos de crimes de guerra, terrorismo, crime organizado, corrupção, crimes interétnicos, crimes económicos e financeiros e outros crimes graves, sejam devidamente investigados de acordo com a lei, incluindo, quando adequado, por investigadores internacionais atuando em conjunto com as autoridades do Kosovo ou de forma independente*". A missão tem autoridade para garantir que os crimes são "*devidamente processados, incluindo, se for o caso, por procuradores internacionais agindo em conjunto com os procuradores do Kosovo ou de forma independente. A seleção dos casos para os procuradores internacionais deve basear-se em critérios objetivos e em garantias processuais, conforme determinado pelo Chefe da Missão da PESD*". A missão tem "*autoridade para, se necessário, reverter ou anular decisões operacionais tomadas pelas autoridades competentes do Kosovo, de forma a garantir a manutenção e promoção do Estado de direito, a ordem pública e a segurança*". A missão tem "*autoridade para monitorizar, orientar e aconselhar sobre todas as áreas relacionadas com o Estado de direito. As autoridades do Kosovo devem facilitar tais esforços e conceder acesso imediato e completo a qualquer local, pessoa, atividade, processo, documento, ou outro item ou evento no Kosovo*". [224]

Há também uma presença militar internacional (PMI) estabelecida pela NATO; esta "*opera sob a autoridade, e fica sujeita à direção e controlo político do Conselho do Atlântico Norte, através da cadeia de comando da OTAN. A presença militar da OTAN no Kosovo não se opõe a uma possível missão militar futura através de outra organização internacional de segurança, sujeita a uma revisão do mandato*". Além disso, a PMI "*tem a responsabilidade global para o desenvolvimento e instrução da Força de Segurança do Kosovo, e a OTAN assume a responsabilidade global para o desenvolvimento e estabelecimento de uma organização liderada por civis do Governo para exercer o controlo civil sobre esta Força*". A PMI é "*responsável por: assistência e aconselhamento no que diz respeito ao processo de*

[224] http://www.eulex-kosovo.eu/en/info/docs/JointActionEULEX_EN.pdf

integração nas estruturas euro-atlânticas" [225] e aconselhar sobre "*o envolvimento de elementos da força de segurança em missões com mandatos internacionais*".

Assim, o Kosovo não pode interferir em relação à tributação, em matéria de política externa e de segurança, na alfândega e na aplicação da lei. A única coisa independente sobre o Kosovo 'independente' é que é independente da Sérvia.

Nenhum relatório sobre a sombria situação dos direitos humanos no Kosovo ou sobre o seu fracasso económico e político malgrado um grande número de intrometidos internacionais, nenhuma invocação, pela Sérvia e pela Rússia, do direito internacional, da Acta Final de Helsínquia ou da Resolução 1244 da ONU, fez qualquer diferença: Washington disse que ia fazer o que fez antes da invasão do Iraque – ignorar as Nações Unidas e reconhecer o Kosovo independente. Bruxelas disse que ia fazer o mesmo. Porém, os russos manifestaram uma opinião perturbadora: "*Se ao Kosovo deve ser permitido separar-se, então porque não outras nacionalidades ou grupos étnicos que vivem como minorias dentro de Estados de outrem*?" Como exemplos, o presidente Vladimir Putin apontou para a Ossétia do Sul, a Abkhazia, o Nagorno-Karabakh e a Transnístria. Mas poderia ter mencionado inúmeros outros: os húngaros na Eslováquia e Roménia, os bascos e catalães na Espanha, os corsos na França, os flamengos na Bélgica, os russos na Ucrânia, na Estónia e na Letónia, os curdos na Turquia, os cipriotas turcos. Holbrooke[226] declarou que a sugestão de que a situação do Kosovo tinha uma qualquer relação com qualquer outra disputa territorial era "*espúria*". O Kosovo "*era um caso único e não criava qualquer precedente para movimentos separatistas em outros lugares*". Porquê? "*Porque em 1999, com o apoio da Rússia, foi dada autoridade à Organização das Nações Unidas para decidir o futuro do Kosovo*". Esta foi mais uma das habituais mentiras descaradas de Holbrooke. O que a ONU estava autorizada a estabelecer era uma administração provisória "*ao abrigo do qual o povo do Kosovo podia desfrutar de uma autonomia substancial dentro da República Federal da Jugoslávia*".

---

[225] "Comprehensive Proposal for the Kosovo Status Settlement – Article 14" https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Kosovo%20S2007%20168.pdf

[226] Político da chamada 'Ala Clintoniana' do aparelho de poder nos EUA. Em 1998/99 foi como enviado especial do Presidente dos EUA tentar mediar o conflito no Kosovo entre o Exército da RFJ e os guerrilheiros do UÇK, mas a sua ação foi sobretudo no sentido de ajudar a guerrilha. Em 2007 era o conselheiro para as Relações Externas da candidata presidencial Hillary Clinton.

Além disso, dado o completo fracasso da administração das Nações Unidas em cumprir a maioria das disposições da Resolução 1244, invocar esta resolução que autorizava a ONU a fazer algo é particularmente abusivo. De acordo com a 1244, entre as responsabilidades da administração interina estava a "*Desmilitarização do Exército de Libertação do Kosovo*; *Estabelecer um ambiente seguro em que os refugiados e deslocados pudessem voltar para casa em segurança*" e assegurar que "*a um número acordado de pessoal jugoslavo e sérvio seria permitido voltar para realizar as seguintes funções: Ligação com a missão civil internacional e com a presença internacional de segurança; Manter uma presença em locais patrimoniais sérvios; Manter uma presença nos pontos de passagem fronteiriços mais importantes*". Escusado será dizer que nada disto ocorreu. Em todo o caso, mesmo que à ONU tivesse sido dada a autoridade para decidir o futuro do Kosovo, então era nisso precisamente que a Rússia, enquanto membro permanente e com poder de veto no Conselho de Segurança, estava a insistir ao rejeitar uma secessão unilateral.

Para todos os efeitos e finalidades, o Kosovo foi governado durante nove anos após a intervenção, como se fosse completamente independente da Sérvia. E no final desse período, havia já uma crescente insatisfação entre os Albaneses, e indicações de que a KFOR e as Nações Unidas já não eram consideradas como os 'libertadores' do Kosovo, mas sim como os ocupantes.[227]

Figura 3.5 – O dia da declaração de Independência (fonte: mtholyoke.edu)

[227] Durante os últimos anos desse período, as instalações da UNMIK chegaram a ser cercadas e isoladas várias vezes por manifestantes Albaneses mais radicais, e numa delas foram mesmo bombardeadas com fruta podre, fezes e outros dejetos de esgoto (situação vivida *in loco* pelo Autor).

No dia 17 de Fevereiro de 2008, Hashim Thaçi, um dos líderes dos albaneses do Kosovo e na altura primeiro-ministro do seu governo, apresentou a declaração de independência, mais tarde consagrada na Constituição da República do Kosovo (15 de Junho de 2008).

A reivindicação do Kosovo para ser um Estado independente é baseada apenas num facto: Os albaneses são a esmagadora maioria no Kosovo. Eles são muçulmanos num estado cristão ao qual não querem pertencer. No entanto, este argumento só pode ser convincente para os distraídos. Primeiro, a maioria do Kosovo pode ser muçulmana; mas os albaneses do Kosovo são apenas uma pequena minoria no seio da Sérvia como um todo. O Kosovo iria votar esmagadoramente pela independência; a Sérvia votaria esmagadoramente contra. A Sérvia era uma entidade legal; o Kosovo não era. Em segundo lugar, não há nada de anormal numa província habitada maioritariamente por muçulmanos, existente no interior de um estado que é predominantemente não-muçulmano. Existem os Moros muçulmanos que habitam Mindanao, nas Filipinas. Existe a província de Xinjiang na China. Há o Caxemira, predominantemente muçulmano, que está sob domínio indiano. A Rússia está repleta de províncias em que a população é maioritariamente muçulmana – o Tartaristão, o Bashquiristão, o Daguestão, a Chechénia. O Chipre do Norte é maioritariamente muçulmano – no entanto, ainda nenhum país do mundo o reconhece como um estado independente, exceto a Turquia. E, claro, há a Cisjordânia, onde mais uma população muçulmana está sujeita às regras de não muçulmanos. Em todos estes casos, houve uma insurgência islâmica, uma guerra procurando libertar os muçulmanos do jugo dos não-muçulmanos, e uma considerável repressão dos governos. No entanto, os líderes ocidentais não protestam em relação a '*status quo*' insustentáveis, não exigem uma ação imediata do Conselho de Segurança da ONU, não insistem que a independência deve ser concedida de imediato e não ameaçam ignorar as Nações Unidas e aceitar a secessão de um Estado.

Além disso, o Kosovo nem sequer tem apresentado uma razão remotamente plausível em como mereceu a sua independência. Em primeiro lugar, apesar de todas as designações de 'kosovares', os residentes de Kosovo identificam-se ou como sérvios ou como albaneses; as línguas que falam são o sérvio ou o albanês. A criação de um segundo Estado albanês na Europa não faz qualquer sentido. Não se governa a si próprio. É um mero laboratório de diversos organismos internacionais. Economicamente, é um caso perdido e vive de enormes donativos. O Kosovo é um exemplo de uma minoria étnica assenhoreando-se de um pedaço

de território, permitindo a imigração sem restrições dos seus conacionais de um Estado vizinho, fazendo uma limpeza étnica no território de todos os outros grupos e criando, assim, uma artificial esmagadora maioria étnica, e, em seguida, exigindo que essas ações fossem recompensadas pela concessão de um estatuto de independência.

Até ao dia 25 de Novembro de 2017, 115 dos 193 Estados-membros da ONU reconheceram a República do Kosovo como independente. Dos 28 Estados-membros da UE, já 23 a reconheceram. Entretanto, a Sérvia continua a não aceitar a declaração de independência do Kosovo.

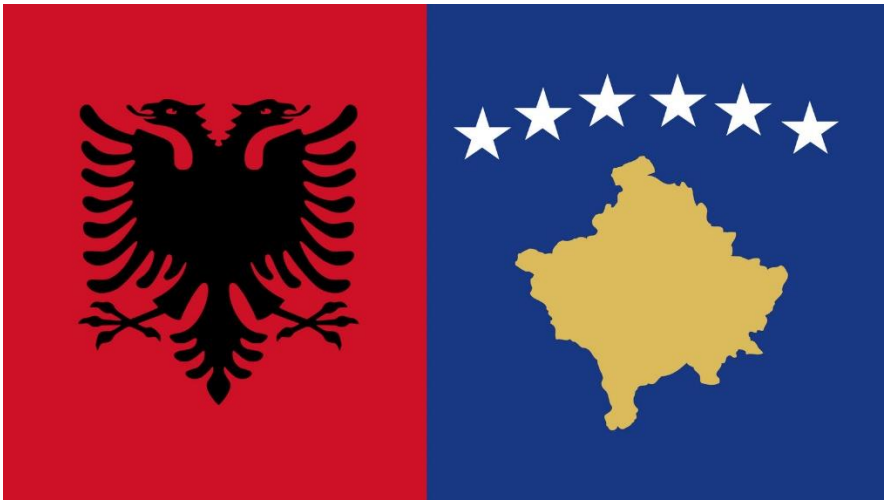

Figura 3.6 – As ‘bandeiras’ do Kosovo (fonte: European Western Balkans)

4. SOBERANIA, ESTADOS, NACIONALISMO E IDENTIDADE

Importa agora discutir alguns conceitos estruturantes que, pela sua interligação e significado, influenciaram a sequência de eventos e as intervenções dos múltiplos atores naquela ex-Província Autónoma da Sérvia. Na realidade, têm vindo a ser constatados avisos quanto a uma excessiva padronização de determinados conceitos, uma vez que, com certa frequência, estes são condicionados por um elevado grau de instrumentalismo e submetidos a verdades pré-estabelecidas, muitas delas de facto radicalmente desvinculadas do contexto social.

4.1. Soberania

Mesmo que não se possa afirmar haver um conceito perfeitamente definido, a noção de soberania nasceu, a partir do final da Idade Média, com a construção da ideia do 'Estado-Nação', estando relacionada com a diminuição do poder papal e o aumento do Poder dos Monarcas.[228]

Relembre-se que o conceito europeu de soberania teve as suas raízes no redescobrimento do direito romano, nas práticas dos Príncipes do Renascimento e sofreu a influência das tradições helénicas, sobretudo dos textos de Aristóteles. Para Adam Watson[229], "*Como o seu nome implica, constituía um objetivo dos governantes e príncipes que queriam ser senhores de todos os seus súbditos, mas não queriam reconhecer senhores para si próprios.*"

Alguns dos grandes pensadores clássicos (Jean Bodin, Hugo Grotius, Thomas Hobbes, Jean-Jacques Rousseau e Immanuel Kant, entre outros) dedicaram parte das suas análises ao tema da soberania. Jean Bodin, nos seus "S*ix livres de la République*" (1576), definia soberania em função das suas características, que eram: *absoluta, imprescritível, inalienável, indivisível e perpétua* e, mais do que isso, era própria das monarquias absolutistas, as quais eram detentoras de um poder que excluía quaisquer outras vontades. Já Thomas Hobbes foi mais longe que Bodin, e na sua obra "*Leviatã*" o Estado era "*ilimitado, ilimitável, irresponsável e omnipotente*". Para ele, a soberania tinha por objetivo estratégico a eliminação da anarquia no território do Estado e assim o valor atribuído à liberdade e à igualdade foi relativizado. A sua

[228] Alves, Filipe Dalenogare (2010), "O conceito de soberania: Do estado moderno até à atualidade". Em *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIII, 83, dez. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8786.

[229] Watson, Adam (2004), *A evolução da sociedade internacional*. Trad. André Loncan. Brasília: UNB, p.407

obra foi decisiva para que o conceito de soberania passasse a ocupar a posição central hoje reconhecida no pensamento político.

No entanto, para os estudiosos das Relações Internacionais, a Paz de Vestefália constituiu um marco histórico fundamental, na medida em que restabeleceu a paz na Europa e inaugurou uma nova fase na história política deste continente ao proporcionar o triunfo da igualdade jurídica dos Estados. Segundo Adam Watson,[230] este acordo legitimou a comunidade dos Estados soberanos. Determinou que o Estado Soberano exercia plenamente o controlo das suas questões internas, bem como assegurou a sua independência externa em posição de igualdade em relação aos outros soberanos, ao estabelecer diversos princípios políticos para a '*nova sociedade de Estados*'. [231] No sistema daí decorrente, há uma demarcação clara entre o que se realiza dentro e o que se realiza para fora das fronteiras do Estado. Nesta doutrina, a soberania estatal implicava a autoridade sobre todos os assuntos internos, bem como a capacidade de agir, em nome dos cidadãos, na área externa. Nenhuma instância de poder interno podia estar acima do soberano e nenhum agente externo podia interferir no exercício das suas prerrogativas dentro das fronteiras nacionais.

Com o enfraquecimento do poder dos reis e o consequente declínio do absolutismo, devido às revoluções burguesas, a soberania sofreu algumas modificações de modo a adaptar-se ao novo modelo de Estado, que começava então a nascer: o Estado Constitucional Moderno. Se antes se considerava que a soberania consistia numa prerrogativa dos monarcas, com o aparecimento do Estado Constitucional Moderno, passou a partir daí a ser considerada como uma prerrogativa da nação como um todo. A soberania deixou então de ser exclusiva da ação dos reis passando a ser partilhada com o povo, que estava representado por uma assembleia, tendo os soberanos de a exercer de uma forma conjunta, tomando em consideração não os seus problemas pessoais, mas sim os problemas de toda a nação. No que passou a ser denominado por '*Soberania da Nação*'.[232]

---

[230] Watson, Adam (2004), Op. Cit., p.108.

[231] Sorensen, Georg e Robert Jackson (2007), *Introdução às relações internacionais*. Trad. Bárbara Duarte. Rio de Janeiro: Zahar, p. 39.

[232] Fonsêca, Victor de Albuquerque Feijó (2011), "Soberania: o fim de uma premissa". *Revista Jus Navigandi*, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 16, 2752, 13 de Janeiro. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/18265/soberania-o-fim-de-uma-premissa. Acesso em 6 de junho 2018.

Em 1928, numa decisão da Corte Permanente de Arbitragem Internacional de Haia, ficou lavrado que a soberania significava independência entre os Estados: "*A independência em relação a uma parte do globo é o direito de exercer as funções estatais nessa região, excluindo todos os demais Estados*". Pelo seu lado, a Carta da Organização das Nações Unidas de 1948 também refere a independência territorial no artigo 2º, números 4 e 7.[233] Mais do que isso, a sua leitura dá a entender que os Estados são absolutamente soberanos no interior dos seus territórios, onde não poderá ser exercida '*qualquer ingerência externa*'**.** Em reforço desta ideia podem encontrar-se outros trechos doutrinários:

> "*Um Estado soberano é autónomo, independente e tem poder supremo. A vontade de um Estado soberano não depende de nenhuma outra vontade. É a vontade suprema garantida, se necessário pela força de coação de que dispõe, pela sua própria natureza, a entidade estatal. Ou seja, a soberania traduz-se na vontade própria do Estado, que, consequentemente, engloba a ideia característica de soberania, qual seja, a de supremacia interna e de independência internacional*".[234]

É comummente aceite que o atual sistema de Estados soberanos nasceu na Europa e é nesta que muitos analistas continuam a sustentar que a soberania se mantém intacta, mesmo nos Estados com recursos de poder limitados. Já outros indicam que o âmbito da autoridade estatal foi sendo reduzido com o passar do tempo e que a capacidade do Estado em exercer um controlo efetivo no interior das suas fronteiras deixou de ser a mesma.[235] Por um lado, determinadas normas, como os direitos humanos, são apontadas como um dos elementos de relativização da soberania estatal. Por outro, não são poucos os que veem nesses regulamentos apenas uma cínica manifestação das preferências dos mais fortes. Finalmente, há aqueles para quem a soberania é uma premissa de análise e um dado inquestionável. No entanto, é inegável que hoje em dia as relações entre e intra estados passaram a ser objeto de um maior escrutínio por força da globalização. E como organização social que o Estado deve ser, este tem de respeitar, pelo menos, cinco valores essenciais: *segurança, liberdade, ordem, justiça e bem-*

[233] Disponível em: https://nacoesunidas.org/docs/carta_da_onu.pdf

[234] Amaral, Renata Vargas (2006), "*Análise jurídica de intervenção humanitária internacional*". 22/11

[235] Por exemplo:
Guéhenno, Jean-Marie (1994), *O fim da democracia*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
Ferrajoli, Luigi (2003), *A soberania no mundo moderno.* São Paulo: Martins Fontes.

estar.[236] Pelo que se compreende que a satisfação desses mesmos deveres pode ser analisada num contexto global, tendo deixado de estar restrita à valoração do Estado em causa, uma vez que o crescente fluxo de informações, bens, serviços, pessoas e capital exerce um efeito considerável nas estruturas sociais, económicas e políticas do Estado.

Após o final da Guerra Fria, a mudança do modelo de sistema internacional obrigou à reformulação das posturas de cada Estado em relação aos demais Estados. Isso aconteceu na medida em que as "*pessoas e os governos sofrem o impacto do que acontece em todos os lugares, das ações dos seus semelhantes em outros países*".[237] Para Robert Keohane e Joseph Nye, as relações internacionais devem ser analisadas a partir do que denominaram de "*interdependência complexa*", o que significa que um Estado está condicionado ou, no mínimo, sofre uma significativa influência por parte de forças externas.[238] De facto, está em curso um processo de globalização que resulta numa interdependência cada vez maior, a qual retira relevância às fronteiras dos Estados nacionais.

As sociedades internas passaram a ser influenciadas diretamente pelas questões internacionais. As crises internas podem ser consequência de crises internacionais e vice-versa. O anterior Estado nacional já não consegue, por si só, dar resposta a todas as questões. Assim, ao considerar-se que o Estado deve defender os cinco valores básicos essenciais, entre os quais se encontra o '*bem-estar*', significa que este tem de assegurar os direitos humanos dos cidadãos. E, como estes são agora objeto de um escrutínio global, isto faz com que a proteção aos direitos humanos ou dos '*direitos dos cidadãos*' se transforme num quesito mundial.

A Conferência de Viena estabeleceu a necessidade de ser dado um maior conteúdo ético às relações internacionais de forma a condicionar e limitar o alcance da soberania no tratamento dos seus cidadãos. Neste sentido, os limites ao poder das soberanias e o predomínio dos direitos humanos foram assim defendidos pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, B. Boutros-Ghali, na sua Agenda para a Paz [239]:

[236] Sorensen, Georg e Robert Jackson (2007), Op. cit. p. 22

[237] Sorensen, Georg e Robert Jackson (2007), Op. cit. p. 159.

[238] Keohane, Robert Owen e Joseph S. Nye (1977), *Power and interdependence: world politics in transition*, Michigan University.

[239] Pode ser consultada em http://www.un-documents.net/a47-277.htm

> *O tempo da soberania absoluta e exclusiva passou entretanto; a sua teoria nunca foi correspondida pela realidade. Hoje em dia, a tarefa dos líderes dos Estados é compreender isso mesmo e encontrar um equilíbrio entre as necessidades de uma boa governança interna e as exigências de um mundo cada vez mais interdependente. O comércio, as comunicações e as questões ambientais transcendem as fronteiras administrativas; mas dentro dessas fronteiras é onde os indivíduos executam as primeiras necessidades das suas vidas em termos económicos, políticos e sociais.*
>
> *(...)*
>
> *Um dos requisitos para a solução dos seus problemas está no compromisso com os direitos humanos, com especial sensibilidade para os das minorias, sejam étnicas, religiosas, sociais ou linguísticas.*

Em consequência, a clássica ideia de soberania, vinculada à noção de absoluto, de territorialidade e de proteção da população de agressões estrangeiras, perde significado e resulta de menor relevância, pois passou a predominar a percepção que as ameaças bélicas, vindas de outros Estados soberanos, são menos importantes que os objetivos de gerar riqueza e promover o bem-estar das populações. De facto, se o conceito de soberania foi criado pelo homem, é exatamente por isso que esta tem de se ajustar às realidades contemporâneas de uma sociedade interdependente, na qual a proteção dos direitos humanos é encarada como um dever global.

Atualmente, até por força da Conferência de Viena de 1993, constata-se que, o conceito de soberania deixou de existir na forma em que foi instituído nos seus primórdios e é agora muito mais flexível. Mas, no que respeita a possíveis intervenções humanitárias, uma questão que se faz relevante é saber da existência de um limite de razoabilidade a partir do qual uma violação dos direitos fundamentais seja legitimamente passível de uma intervenção humanitária. No mundo atual, é muito difícil discernir os limites entre a real necessidade de acudir a uma situação de incumprimento dos direitos humanos e a tentação de ingerência nos assuntos internos de um Estado por oportunismo ou para a concretização dos desígnios imperiais geostratégicos de quem intervém. Releva-se aqui que, no caso do Kosovo, a intervenção da OTAN aconteceu precisamente com o argumento de existir uma situação de violação dos direitos humanos, mas esta ingerência na soberania da Jugoslávia não teve o respaldo de um mandato do Conselho de Segurança da ONU.

4.2 Estados e Identidade

Os Estados ainda são um dos atores mais importantes do direito internacional, apesar da criação e desenvolvimento de várias instituições supranacionais e de fortes parcerias regionais. Mas para este importante ator, o Estado, não existe uma definição globalmente aceite. Talvez a definição mais comummente utilizada seja a que deriva do artigo 1 da Convenção dos Direitos e Deveres dos Estados em 1933 em Montevideu: "*O Estado como pessoa de direito internacional deve possuir as seguintes qualificações: uma população permanente, um território definido, um governo e a capacidade de entrar em relações com os outros Estados*".[240]

Esta definição resume as quatro condições que um Estado deve satisfazer para poder ser como tal designado. Primeiramente, é mencionada '*a população*'. Em nenhum lugar do direito internacional é referido um número mínimo de habitantes. Um Estado deve ser capaz de conceder cidadania aos seus habitantes e assim eles são uma parte constituinte do Estado. Quando pode ser concedida cidadania a uma pessoa, estará sujeito à lei nacional. Em segundo lugar, um Estado deve ter '*um território definido*', estando incluídos nesse território os cursos de água terrestres navegáveis e eventualmente um mar territorial. Novamente, não há restrições em relação ao tamanho mínimo do território. Em terceiro lugar, um Estado deve ter '*um governo*'. Este deve ser um conjunto de instituições que exerça a autoridade pública. Como estas instituições devem ser organizadas é uma responsabilidade nacional. Um Estado pode ser democrático ou não, liderado por um monarca, um presidente ou outras formas de liderança. Embora a democracia não seja legalmente exigida, muitos Estados consideram-na crucial e até promovem a democracia como um direito humano. A quarta condição é '*a capacidade de entrar em relações com os outros Estados*'. Para concretizar essas relações, um Estado deve, em algum grau, ser independente e portanto, soberano. Tal acontece em acordo com a ideia de soberania discutida anteriormente. Também um Estado deve ser reconhecido

[240] Convenção dos Direitos e Deveres dos Estados, assinada em Montevideu a 26 de Dezembro de 1933. Disponível em: http://www.republikmalukuselatan.nl/download.php?file=YXJjaGllZi1kYXRhLzEvNC8xX2FsYnVtL2RvY3VtZW50ZW4vMS5wZGY

por outros Estados a fim de com eles estabelecer relações. Se os outros Estados não aceitarem a entidade como sendo um Estado, não a tratarão como tal.

Mas, será que isto se aplica aos Estados recém-formados? Os Estados podem ser formados de várias maneiras. No caso do Kosovo, foi uma formação por separação. O Kosovo conquistou a sua independência do Estado ao qual pertencia anteriormente, a Sérvia. Legalmente, é muito difícil obter a independência dessa forma. Muitas leis protegem a soberania e as fronteiras de um Estado existente em desfavor da independência de um novo Estado.

Para decidir se foi de facto estabelecido um Estado e se um Estado pode ser chamado de independente, são geralmente utilizados três 'critérios': efetividade, legalidade e reconhecimento. Essas condições devem ser satisfeitas pelos Estados para se chegar à definição de Estado tal como anteriormente apresentada. Se o Estado pode provar ser efetivo, legalmente formado e reconhecido por outros Estados, então foi estabelecido um Estado independente, no qual se aplicam os anteriormente mencionados elementos de um Estado. Estes critérios são um instrumento no qual se pode basear a avaliação de estados recém-formados.

Um Estado efetivo é um Estado que tem condições para estabelecer e manter a lei, por outras palavras, que tem o legítimo controlo sobre todo o seu próprio território. Um Estado só é eficaz se tiver o monopólio da legitimidade. A eficácia está, portanto, ligada à legitimidade. Os cidadãos devem, então, confiar ou acreditar no Estado que os governa.

Além disso, o processo de formação de um Estado deve estar de acordo com o direito internacional, e isso implica dois princípios importantes. A formação de um Estado não pode resultar da violência contra um outro Estado, a fim de criar o seu próprio Estado. Além disso, um Estado não pode violar os direitos humanos no seu processo de formação. Isso pode fazer com que os líderes internacionais não reconheçam esse Estado.Veja-se por exemplo o caso do Chipre do Norte, que foi estabelecido como um Estado através do uso da violência e só é reconhecido pela Turquia.

Além disso, em várias outras leis ou tratados, é definido que os Estados são obrigados a respeitar a soberania e as fronteiras existentes. Tal como é descrito no Processo de Cooperação da Europa do Sudeste: "*Criar relações pacíficas e de boa vizinhança na região através da reconciliação, do reconhecimento da inviolabilidade das fronteiras internacionais existentes*

e da resolução pacífica de disputas, com base no direito internacional".[241] Adicionalmente, foram criadas diretivas para o reconhecimento de novos estados, como na "Declaração sobre as Diretivas para o Reconhecimento de Novos Estados na Europa Oriental e na União Soviética", aprovada em 1991. Essas diretivas exigem condições, tais como a garantia dos direitos de grupos étnicos e minoritários e que uma entidade não será reconhecida se for o resultado de uma agressão.[242]

Se existem regras e leis relativas à formação e reconhecimento de Estados, uma suposição lógica é que todos os Estados reagiriam da mesma maneira. Mas, como sabemos, não é esse o caso em dezenas de situações de separação por todo o mundo. Um tal facto deriva da proliferação de diferentes leis, regras, definições e diretivas sobre os Estados, a sua formação e reconhecimento. Isso implica que os Estados podem aplicar as leis de uma forma diferente ou que utilizem diferentes leis. Algumas leis, como a obrigação de respeitar a soberania e as fronteiras existentes e a do direito à autodeterminação dos povos, parecem ser contraditórias. Além disso, as leis são frequentemente formuladas de tal forma que podem ser interpretadas de muitas maneiras diferentes.

Que qualificações devem ser satisfeitas para que uma minoria obtenha o seu próprio Estado? Para os grupos sociais que se definem através de um sentido de identidade coletiva, mas que permanecem subjugados por governos que não reconhecem essa identidade como legítima, essa questão é muitíssimo importante. A ambição pela independência pode aumentar ou diminuir de importância à medida que os grupos minoritários se tentam assimilar nos países em que habitam, mas na maioria das vezes o objetivo da soberania permanece sempre na consciência desses grupos, na esperança de ser realizado. Na falta de fronteiras definidas para os separar dos grupos sociais vizinhos, essas minorias têm de se unir de forma menos percetível através de uma etnia, religião e língua comuns. Embora, no caso do Kosovo, fosse notória a existência de um país vizinho onde vivia o mesmo grupo étnico, e, por isso mesmo, as reivindicações iniciais terem sido para juntar os dois territórios.

[241] Charter on Good-Neighborly Relations, Stability, Security and Cooperation in South-Eastern Europe https://www.rcc.int/files/user/docs/2013.10.03_CHARTER_SEECD.pdf

[242] Declaration on the Guidelines on the Recognition of New States in Eastern Europe and in the Soviet Union. https://www.dipublico.org/100636/declaration-on-the-guidelines-on-the-recognition-of-new-states-in-eastern-europe-and-in-the-soviet-union-16-december-1991/

As minorias são geralmente definidas "*como um grupo de pessoas – diferenciadas das outras na mesma sociedade pela raça, nacionalidade, religião ou língua – que se consideram um grupo diferenciado e são consideradas pelos outros como um grupo diferenciado com conotações negativas*".[243] Nesta definição, não se mencionam apenas diferenças concretas, a saber, raça, nacionalidade, religião e língua, mas também a concepção do grupo minoritário tanto na sua própria consciência coletiva como na consciência coletiva do grupo dominante, como separado dos outros indivíduos na sociedade compartilhada. Essa concepção carrega um peso igual, se não maior, que as diferenças evidentes nas quais se baseia, devido às conotações nela contidas. Como esta definição indica, existe geralmente uma atitude de negatividade entre o grupo dominante e o grupo minoritário, contextualizando normativamente a divisão entre eles. É importante não só que existam diferenças fundamentais, mas também que essas diferenças tenham significado para ambos os grupos. Falar duas línguas diferentes ou seguir duas religiões diferentes não é inerentemente uma fonte de conflito; no entanto, transforma-se numa fonte de conflito se uma sociedade estabelecer que uma religião é boa e a outra é má, ou que os que falam uma língua são mais propensos a ser inteligentes que os que falam a outra. Ao atribuir juízos normativos a esses factos, os grupos sociais aumentam as lacunas entre eles, cada um salientando os seus próprios aspectos 'positivos' e os aspectos 'negativos' do outro, enquistando-se e reforçando as suas próprias identidades e perpetuando o conflito intergrupal.

A identidade é, portanto, dividida em dois componentes principais: um componente percetível, composto por diferenças tão óbvias quanto são a etnia, a religião e a língua, e um componente intangível, composto pelo conjunto das percepções internas e externas do grupo. Por outras palavras, existem componentes da identidade intrínsecos e reativos, e as identidades albanesa e sérvia não podem ser entendidas adequadamente sem dar atenção a ambas.

O primeiro e talvez o mais facilmente identificável factor da identidade albanesa é a etnia albanesa. A força dos laços formados através de uma etnia compartilhada dificilmente pode ser exagerada. Como é explicado por George De Vos, "*Crescerem juntos numa unidade social (...) permite que os homens desenvolvam acomodações mutuamente compreendidas, que*

[243] Rose, Arnold (1968), "Minorities", *International Encyclopedia of the Social Sciences*, vol 10, p. 365.

diminuem radicalmente as situações de possíveis confrontos e conflitos".[244] De Vos continua e define um grupo étnico como sendo "*um grupo de pessoas que se apercebem por si próprias que têm em comum um conjunto de tradições, não compartilhadas pelos outros com quem estão em contato*", e assinala que "*os membros de um grupo étnico apegam-se a um sentimento de terem sido um povo independente (…) qualquer que seja [o seu papel] numa sociedade plural*".[245] Estes excertos chamam a atenção para as propriedades unificadoras e excluidoras de uma etnia comum. Ao aproximar os membros do grupo étnico, a consciência da sua etnia compartilhada tende a aliená-los do resto da sociedade.

Assim, a etnicidade do povo albanês tornou-se na sua principal fonte de identidade. Tal como Ronald Grigor Suny discute no seu trabalho (que embora seja sobre outro povo é aqui também aplicável), há três etapas na evolução das minorias étnicas.[246] Na primeira, argumenta ele, identificar-se como um povo semi-coeso exige "*a dissolução de prévias alianças tribais e de parentesco e a vinculação desses menores grupos étnicos juntos numa identidade*". Na segunda, "*o grupo étnico torna-se etnicamente consciente [e] ciente da sua própria importância*". Nesta altura, os laços entre os membros do grupo minoritário aumentam em força e importância, e o grupo como um todo, começa a proteger-se contra forças externas percebidas como ameaças. Finalmente, o grupo persegue "*a formação de uma nação ou talvez de um estado-nação*" à medida que o nacionalismo toma conta da consciência política. Todas estas três etapas podem ser claramente vistas na história dos albaneses do Kosovo, começando pela rotura gradual das classificações não-étnicas e o reforço da identificação Albanesa.

Em termos de Identidade e no caso do Kosovo, o facto de o Império Otomano ter agrupado os seus súbditos em termos religiosos e não étnicos impediu a evolução de uma consciência nacionalista. Para o conseguir, o império utilizou o sistema de *millet*, que "*reconhecia todos os grupos como otomanos, (enquanto) diferenciava as populações de acordo com a filiação religiosa*".[247] Como resultado, os diferentes grupos étnicos dentro do império poderiam estar ligados pela cidadania otomana enquanto desfrutavam de uma relativa autonomia para as suas

[244] De Vos, George (1975), "Ethnic Pluralism: Conflict and Accommodation", *Ethnic Identity: Cultural Continuities and Change*, ed. George De Vos and Lola Romanucci-Ross, Mayfield, p. 5.

[245] Ibidem, p. 9.

[246] Suny, Ronald Grigor (1983), *Armenia in the Twentieth Century*, Scholars Press, p. 2-3.

[247] Natali, Denise (2005), *The Kurds and the State: Evolving National Identity in Iraq, Turkey, and Iran*, Syracuse University Press, p.2.

próprias culturas. O nacionalismo étnico só acontece quando a identidade étnica é manipulada de forma a promover o nacionalismo. Aqui a fonte da identificação não são as instituições políticas, mas sim a cultura. Portanto, irá ser ameaçada a existência do Estado, especialmente no caso de um Estado multiétnico, quando os direitos das minorias não forem respeitados pelo grupo étnico dominante. Particularmente, num Estado onde as suas estruturas institucionais forem fracas, o nacionalismo irá provavelmente basear-se então nas distinções étnicas.

Sendo uma minoria no seio de um Estado que tutelava uma região turbulenta, os Albaneses do Kosovo, enquanto aguentavam um poder hostil, mantiveram a sua própria identidade mesmo face a uma pressão considerável. Uniram-se, enfatizando a sua etnia, religião e idioma que compartilhavam. Tal como outros grupos étnicos que porfiaram em formar os seus próprios Estados, os Albaneses do Kosovo também foram estimulados pelo aguilhão do nacionalismo para criarem o seu próprio país, mesmo que não faça sentido algum a existência de dois Estados vizinhos com povos da mesma etnia, com a mesma língua e praticando a mesma religião.

4.3. Nacionalismo e Etnicidade

Considerando a sua origem etimológica, do latim *natio*, de *natus* (nascido), já se tem a ideia que nação significa a reunião de pessoas, da mesma raça, falando o mesmo idioma, tendo os mesmos costumes e adotando a mesma religião, formando, assim, um povo, cujos elementos componentes trazem consigo as mesmas características raciais e se mantêm unidos pelos hábitos, tradições, religião e língua. Mas a rigor, os elementos território, língua, religião, costumes e tradição, por si sós, não constituem o carácter da nação. São requisitos secundários, que se integram na sua formação. O elemento dominante, que se mostra condição subjetiva para a evidência de uma nação assenta no vínculo que une estes indivíduos, determinando entre eles a convicção de um querer viver coletivo. É, assim, a consciência da sua nacionalidade, em virtude da qual se sentem como constituindo um organismo ou um agrupamento, distinto de qualquer outro, com vida própria, interesses especiais e necessidades peculiares.

No conflito sérvio-albanês, como aliás já foi sublinhado, os fatores religiosos e étnicos são bastante importantes, embora seja de valorizar sobretudo a importância dos nacionalismos exacerbados. Por exemplo, não nos devemos esquecer de um pormenor muito relevante que

altera a moldura da situação em análise: os mosteiros e os templos da Igreja Ortodoxa Sérvia de maior significado (incluindo o seu Patriarcado) estão situados no Kosovo, região onde maioritariamente se pratica o culto do Islão. Por outro lado, o fator territorial depende diretamente do anteriormente descrito, ou seja, a situação geográfica do Kosovo que já pertenceu, quer a sérvios, quer a albaneses. De facto, este conflito entre a população sérvia e a albanesa tem como alicerces um problema marcadamente geopolítico (sem o Kosovo independente a Sérvia teria fronteira comum com a Albânia). Se for tido em consideração que os elementos da força de guerrilha que combateram os Sérvios esperavam criar uma terra natal comum, albanesa, unindo as populações albanesas que vivem nos Estados Balcânicos da Sérvia, Albânia, Macedónia, Montenegro e Grécia, constata-se a realidade que constitui uma declaração de independência em que a bandeira exibida pelo povo foi a de um outro Estado (a Albânia), ofuscando por completo o estandarte legal.[248] Por outro lado, de acordo com o mito da formação do Estado da Sérvia, o sangue sérvio foi derramado e consagrado em solo do Kosovo. Decorrente disto, a ideia da integridade da nação sérvia será inconcebível sem a inclusão do Kosovo no seu território.

Mas, se é certo que há uma diferença étnica, religiosa e até cultural entre sérvios e albaneses, também se pode afirmar que têm uma história em comum, ou, pelo menos, em paralelo. Na atualidade, multiplicam-se as entidades que reclamam uma voz própria, tendo a globalização contribuído para um ressurgimento dos particularismos, reacendendo a importância dos laços culturais, por vezes étnicos, em prejuízo dos contratos políticos.

Ao ponderarmos o conceito de Estado verificamos que este é uma Instituição organizada politicamente, socialmente e juridicamente, ocupando um território definido, normalmente onde a lei máxima é uma Constituição escrita, e dirigida por um governo que possui soberania reconhecida tanto interna como externamente. Um Estado soberano é sintetizado pela máxima "*Um governo, um povo, um território*". Se a este conceito associarmos o de Nação, acima descrito, iremos encontrar o Estado-Nação que ocorre quando as delimitações étnicas e políticas coincidem; mas, nestes casos, normalmente, há poucos membros de minorias étnicas, e poucos membros da etnia dominante a viver além-fronteiras, o que decididamente não é o caso do Kosovo que tem num Estado adjacente com ainda mais população albanesa que nele

[248] Testemunho pessoal do Autor, à data naquele território, enquanto quadro superior da UNMIK.

próprio e no seu interior uma importante minoria que não o aceita como soberano. Em concreto e atendo-nos às definições dos termos, a saída do Kosovo da Sérvia só faz sentido numa perspetiva de união com a Albânia e mesmo essa, só deixando para trás a parte Norte do território onde os Sérvios são maioritários. Nesse sentido, atente-se no que diz Adriano Moreira[249]: "*uma das variantes mais importantes do 'nacionalismo' – que parte do conceito segundo o qual o Estado e a Nação devem coincidir – entende que a 'identidade nacional' exprime uma dinâmica acrescentada ao conceito sociológico de nação, porque implica o movimento no sentido de obter e garantir uma soberania completa, e eventualmente uma expansão.*"

E o nacionalismo, que papel ocupa no passado, presente e futuro da região? No Kosovo acontece a interação de grupos com certas tradições culturais diferentes, como sejam a língua, a religião e a tradição nacional, embora sejam pouco distintos do ponto de vista rácico. É o que se verifica com as minorias nacionais existentes em muitas áreas, com variados exemplos nos diversos países da Europa de Leste e cuja história tem sido, justamente, muito afetada pelos problemas de harmonização das diversas nacionalidades. De facto, tudo leva a crer que o que acontece no Kosovo tem uma componente étnica, mas, no entanto, será que tem uma componente nacionalista? Tanto quanto é possível perceber pensa-se que sim, e mais, acredita-se que sejam razões históricas de orgulho nacional de posse. Desde os movimentos nacionalistas que se desenvolveram nos séculos XVIII e XIX, até aos últimos conflitos baseados no exacerbar de sentimentos nacionalistas, étnicos e religiosos por parte de governantes e/ou de líderes locais, até ao mascarar com 'palavras de ordem', tais como os interesses das comunidades, os vários interesses de carácter económico e inúmeras vezes ilícitos, muitos foram os fatores que permitiram este recrudescimento de sentimentos de pertença[250] e combate pela diferença étnica e nacional. Quer sérvios quer albaneses têm as suas razões para encarar o Kosovo como um seu território, onde esta luta nacionalizada acontece há séculos. A sua resolução com um carácter definitivo será muito dificil. A vertente dramática da questão do Kosovo é que se tratou da integridade territorial de um Estado, porque era ali que estava e está a raiz do património histórico da Sérvia.

[249] Moreira, Adriano (1993), "A Crise do Estado Soberano". *Nação e Defesa* 66, Abril-Junho, pag. 31

[250] Veja-se sobre a ideia de pertença a um determinado local/território, Dijkink, Gertjan (1996), *National Identity and geopolitical visions: maps of pride and pain*, Routledge, Londres, pp.1-16;

Mas, "*será que a exaltação das origens, da identidade, a mistificação da história e a partilha de valores semelhantes são suficientes para forjar uma nação? Para criar, no cidadão, o novo sentimento de fazer parte de uma pátria comum? As diferenças que tinham sido minimizadas no processo que levou à unificação – e apenas esta foi obtida – vieram a constituir o fermento de querelas que, tragicamente, deveriam envenenar a vida desse Estado jugoslavo, ameaçado de fragmentação. O nacionalismo tinha cimentado o país, os nacionalismos acabaram por dividi-lo*".[251]

O problema no Kosovo não pode ser encarado nem como resultante de antigos ódios e das naturais respostas, nem como decorrente de uma questão de circunstâncias e de direitos económicos e políticos. O Kosovo não é simplesmente um território contestado, mas é sim uma abstração, com um imenso simbolismo para ambos os grupos étnicos, pois serve para ancorar as suas comunidades imaginadas e as suas identidades nacionais. Portanto, deve-se tentar entender o valor simbólico do Kosovo, bem como o processo de criação e manutenção de identidades contrastantes e que se opõem.

Muitos autores analisaram e explicaram a agressividade que é inerente à natureza dos povos balcânicos, os quais, argumenta-se, vêm travando guerras desde há milhares de anos, de modo que é o seu instinto 'natural' que vem ao de cima, quando vizinhos matam vizinhos e uma violência incrível é perpetrada contra grupos inteiros de pessoas. Essas explicações retratam "*a etnicidade como uma força deprimentemente destrutiva, tanto mais deplorável por causa da profundidade da ligação que nela sentem*".[252]

Porque a nação não é considerada como opcional, ou somente como tendo sido construída, mas sim principalmente como dada e natural, é personificada em termos de possuir origens específicas, fronteiras naturais, missões e um destino que precisa ser cumprido. Tanto os sérvios como os albaneses personificaram as suas nações. Tal como noutros lugares, a nação é pensada como uma 'mãe benevolente', e é frequentemente rotulada diretamente como tal; Os Sérvios referem-se à sua nação como a 'Mãe Sérvia', enquanto os albaneses no Kosovo

[251] Ramonet, Ignácio (1999), *Geopolítica do Caos*, Editora Vozes, Petrópolis, p.94;

[252] Horowitz, Donald L. (2004), "The primordialists". Em *Ethnonationalism in the Contemporary World: Walker Connor and the study of nationalism*, editado por Daniele Conversi, Routledge, London e New York, p. 74.

descrevem os seus desejos de unificação com a Albânia comparando-se a crianças que se querem reunir com a sua mãe.

A história da nação é importante por várias razões. Primeiro, porque fornece a história de uma origem compartilhada, que é a base para reivindicar laços antigos.[253] Os albaneses enfatizam a sua origem ilíria, que não apenas pretende substituir as suas profundas diferenças tribais, regionais e religiosas, mas também pretende dar legitimidade à reivindicação de território. Em segundo lugar a história fornece um relato da 'era dourada' quando a nação estava no seu momento de maior glória, o que serve como um modelo para o despertar nacional.[254] Os sérvios referem-se muitas vezes ao vasto império do czar Dušan, como a prova da sua nação outrora gloriosa. A história também oferece narrativas sobre heróis e mártires que tiram a nação adormecida do seu torpor e a conduzem à vitória e à prosperidade. Para os sérvios é o Príncipe Lazar, para os albaneses é Skanderbeg.

O nacionalismo é assim visto não como um processo artificial e mais ou menos recentemente construído, mas como um despertar de emoções primordiais e a intensificação de laços que constituem uma já dada identidade. A implicação dessa metáfora é que, durante o século XIX, os povos começaram a despertar para a descoberta de identidades nacionais que presumivelmente estiveram implicitamente sempre presentes, embora o não estivessem na consciência dos povos 'adormecidos'. No entanto, apesar dessa imagem se ter tornado profundamente enraizada, não devemos esquecer que não é mais do que uma metáfora.[255] No caso das nacionalidades balcânicas mais recentemente concretizadas (por exemplo, macedónios e bósnios muçulmanos e, mais recentemente, até mesmo em certa medida os montenegrinos numa parte da sua população), tem sido alegado frequentemente que são em grande parte criações artificiais do período pós 2ª guerra mundial e, na pior das hipóteses, dispositivos manipuladores desenvolvidos pelos comunistas. É certo que houve uma mudança na natureza dos processos de identificação nos quais os termos como 'macedónio' ou 'muçulmano' figuram e têm uma função. No entanto, é um erro ver os processos de génese étnica em cada caso como algo espúrio ou artificial. É importante reconhecer que, embora o processo de construção nestes casos seja bastante recente e, portanto, mais visível, não é no

[253] Scott, Peter (1990), *Knowledge and Nation*, Edinburgh University Press.

[254] Scott, Peter (1990), Op. Cit.

[255] Allcock, John B. (2000). *Explaining Yugoslavia*. New York: Columbia University Press.

essencial muito diferente nas suas características daquele experimentado por outras nações, cuja edificação está esbatida, até certo ponto, pela distância histórica. As nações emergem como resultado de um processo de construção: não 'despertam', simplesmente.

No entanto, tanto os sérvios como os albaneses consideram a sua identidade nacional e a sua nação como as primeiras e vinculam veementemente essas reivindicações à história e ao território. Também visualizam a identidade do grupo do 'outro' em termos negativos da sua origem. Tal como escreve Ivan Siber, "*cada nação procura na herança genética provas da sua própria superioridade e dos pecados dos outros*".[256] Ambos os grupos referem-se frequentemente à 'mentalidade' do outro, que é considerada definitiva e imutável. A generalidade dos sérvios vê os albaneses como atrasados, por causa dos seus fortes laços tribais e religiosos, citando como exemplos aqueles albaneses que não se ajustaram bem à vida urbana, que se recusaram a romper os laços tribais, o seu modo de vida patriarcal e os costumes tradicionais dos feudos de sangue, ou como os albaneses lhes chamam – *hakmarre* e *gjakmaria*;[257] também citam o baixo nível de literacia e de educação dos albaneses e a maior taxa de natalidade na Europa, como sinais do seu atraso. A linha de divisão que estabelecem

[256] Siber, Ivan (1997), "Psychological approaches to ethnic conflict in the territories of former Yugoslavia". Em D. Janjic (Ed.), *Ethnic conflict management: The case of Yugoslavia.* Ravenna: Longo Editore, p. 103. Tradução do autor.

[257] O *hakmarre* e *gjakmaria* estão codificados no *Kanun* de *Lek Dukagjini* e são cruciais para a compreensão de todos os albaneses. O *kanun* representa os antigos valores de todos os povos albaneses e o código segundo o qual vivem suas vidas. Lek Dukagjini era um nobre católico Gheg do século XV. Foi contemporâneo de Skanderbeg, era de um clã opositor e seu adversário político. A postura e a honra de Lek, a sua equidade e sentido de justiça fizeram dele um modelo; o *kanun* a ele atribuído codificou as regras tradicionais de honra e vergonha. Lek não foi a origem deste código, já que este representa um antigo conjunto de regras. De acordo com o *kanun*, um homem fica desonrado por um amplo espectro de ofensas. Embora nem todas elas necessariamente resultem diretamente numa disputa de sangue, as mesmas são motivo para essa disputa, caso não for procurada ou acordada uma mediação. No entanto, uma vez começada uma contenda, apenas o sangue pode acabar com a desonra. As disputas prosseguem ao longo de gerações e envolvem todo um clã. Os feudos de sangue são um elemento constante no estilo de vida albanês e são responsáveis pela maioria dos assassinatos cometidos, tanto na Albânia como noutros locais onde vivem os albaneses, mesmo na Europa e nos Estados Unidos. No Kosovo, os feudos de sangue foram temporariamente suspensos na década de 1990 para que os albaneses se pudessem unir na sua luta contra os sérvios. No entanto, essa suspensão foi revogada após a intervenção da OTAN em 1999.

é entre 'Nós', ortodoxos, europeus, civilizados, modernos e progressistas (embora o resto da Europa possa discordar), por oposição a 'Eles', muçulmanos, orientais e retrógrados.

As diferenças religiosas não estão no centro dos violentos confrontos nos Balcãs, mas esses conflitos tornaram-se imbuídos de significado religioso e assumiram conotações religiosas de sofrimento e martírio. Os símbolos religiosos e a sua expressão induzem sentimentos de pertença e fornecem os meios para santificar a própria nação e demonizar a dos seus inimigos, reduzindo realidades sociais e históricas complexas a distinções claras e simples entre as forças do bem e as do mal. Assim, a corrente dominante da historiografia sérvia alega que, desde a Batalha de Kosovo Polje (1389), os sérvios sofreram séculos de opressão pelo Império Otomano e travaram uma batalha interminável contra os seus opressores muçulmanos. Deste modo, são enfatizados o sofrimento e o martírio sérvio, o conflito e a incompatibilidade entre o islamismo e o cristianismo. A imagem assim construída é uma de relações intrinsecamente conflituosas entre os sérvios e os albaneses, especialmente depois dos albaneses terem adotado o islamismo. Na mesma linha, a maioria dos albaneses traça um quadro semelhante de uma contínua angústia albanesa sob o domínio dos sérvios. Os sérvios são acusados de ter uma atitude racista e violenta, quase geneticamente predisposta e, portanto, imutável, em relação aos albaneses. Os albaneses consideram os sérvios naturalmente e inerentemente agressivos, nacionalistas, imperialistas, implacáveis e falsos.

No entanto, enquanto os grupos se referem à antiguidade da identidade do outro em termos negativos, também atribuem o mesmo estatuto à nação do outro; no Kosovo, ambos os grupos são os primeiros a assinalar a antiguidade e a continuidade das suas nações, em contraste com a recente construção da nação do 'outro', sendo que essa construção em curso significa que é falsa e, portanto, ilegítima.

Essa abordagem é eficaz porque oferece um quadro emocional de problemas de segurança e insegurança. Quando a segurança está sob ameaça, os laços nacionais fortalecem-se e muitas vezes tornam-se mais agressivos, porque as pessoas tentam gerar uma sensação de segurança através da coesão e de uma ênfase na identidade compartilhada. No entanto, tal como Peter Scott sugere, "*da mesma forma que podem ajudar a explicar os movimentos étnicos, esses*

mesmos (laços) também devem ser explicados, em termos das circunstâncias, que persistem ou se alteram, sob as quais existem".[258]

Numa outra abordagem, o conteúdo da identidade étnica é considerado o resultado do contexto sociopolítico e económico, em que esse contexto é necessariamente de oposição, [259] argumenta-se também que a saliência de certos aspetos depende do que será mais benéfico e menos prejudicial. Assim, as identidades são consideradas multifacetadas, mas as pessoas enfatizam apenas certos pontos de vista, porque perseguem os seus interesses de uma forma racional.[260]

O nacionalismo é, portanto, um meio de mobilizar os grupos étnicos para se alcançarem objetivos políticos e culturais. O contexto é visto como desempenhando um papel causal, enquanto a formação da consciência identitária é explicada como sendo função da competição, da oposição, da necessidade de segurança e do impulso para alcançar os máximos benefícios políticos, sociais e económicos.

De acordo com esta visão, o nacionalismo no Kosovo, bem como noutras partes da Jugoslávia, foi provocado por um desenvolvimento económico desigual, um acesso seletivo aos recursos e ao poder, uma opressão política e social sobre um grupo desfavorecido, pobreza estrutural, necessidades de desenvolvimento humano não atendidas, ausência de instituições civis e políticas que permitissem opiniões divergentes e um discurso de multiculturalismo, enquanto a etnicidade era uma ferramenta útil para alcançar os objetivos políticos e económicos individuais das elites dominantes. Dušan Janjic sugere que

> "*o monopólio da liderança da Liga dos Comunistas da Jugoslávia (SKJ) na tomada de decisões políticas transformou o federalismo numa mera fachada. A desintegração política foi acelerada pelos esforços das elites políticas nas repúblicas e províncias e dentro da SKJ, para preservar o seu poder construindo 'o seu próprio Estado-nação' e recorrendo com frequência a meios inconstitucionais*".[261]

[258] Scott, Peter (1990), Op. Cit. p. 157. Tradução do autor.

[259] Scott, Peter (1990), Op. Cit. p. 160. Tradução do autor.

[260] Olzak, Susan (1983), "Contemporary ethnic mobilization". *Annual Review of Sociology, 9*.

[261] Janjic, Dušan (1997), "Ethnic conflicts and the breakup of former Yugoslavia". Em D. Janjic (Ed.), *Ethnic conflict management: The case of Yugoslavia.* Ravenna: Longo Editore, p. 15. Tradução do autor.

Como Leonard Cohen propõe, "*numa sociedade plural segmentada*", como era a Jugoslávia, "*as elites desempenharam o papel principal na formação e gestão do conflito político entre os diferentes grupos*".[262] Vladimir Goati diz que "*quando a ordem estabelecida está a ser radicalmente transformada, quando um antigo conjunto de valores está a ser abandonado enquanto é criado um novo, as decisões das elites políticas determinam fundamentalmente o curso dos acontecimentos*".[263] No caso jugoslavo, a elite comunista foi um dos protagonistas na manipulação da questão nacional para fins nacionalistas. Esta elite tem a maior parte das responsabilidades no início da guerra. Como Vladimir Goati também afirma:

> "*No quadro da ordem constitucional da RFJ (República Federal da Jugoslávia), desenvolveu-se uma penosa luta entre as elites políticas das unidades federais (as repúblicas e, até 1989, as províncias). Essas elites pertenciam aos vários grupos étnicos, e assim essa sua luta transformou-se gradualmente num conflito étnico*".[264]

O conflito político assumiu um caráter marcadamente étnico, levando à utilização do potencial de mobilização das palavras de ordem nacionalistas que condenavam o perigo que os outros representavam para cada grupo. A cedência das responsabilidades federais ajudou a revitalizar a propriedade estatal ao nível das Repúblicas e reforçou ainda mais o poder das elites políticas nacionais.[265] A sua ideologia era a do nacionalismo burocrático-comunista.[266] Além disso, Dušan Janjic explica que,

> "*A elite dominante tinha que preservar o seu monopólio ideológico, o seu direito de decidir sobre as questões essenciais do desenvolvimento social e foi forçada a juntar-se à crescente luta pelo poder, que estava a ser travada cada vez mais através do uso de*

[262] Cohen, Leonard J. (1989). *The socialist pyramid, elite and power in Yugoslavia.* Oakville, Ontario: Mosaic Press, p. 297. Tradução do autor.

[263] Goati, Vladimir (1997), "The impact of parliamentary democracy on ethnic relations in Yugoslavia, 1989-1995". Em D. Janjic (Ed.), *Ethnic conflict management: The case of Yugoslavia.* Ravenna: Longo Editore, p. 64. Tradução do autor.

[264] Goati, V. (1997), Op. Cit. p. 58. Tradução do autor.

[265] Lang, Nicholas R. (1975), "The dialectics of decentralization: Economic reform and regional inequality in Yugoslavia". *World Politics, 27*.

[266] Golubovic, Zagorka (1988), *Kriza identiteta savremenog jugoslovenskog drustva* (Crise de identidade na sociedade jugoslava contemporânea). Belgrado: Filip Visnjic.

'movimentos' das massas. O nacionalismo tornou-se o mais forte ponto de união ideológico e político".[267]

Portanto, a '*etnificação*' do processo político foi um produto específico do sistema do socialismo de Estado, que se caracterizava pela crescente incerteza social e política dos indivíduos, os quais, sem proteção como cidadãos por parte de um sistema político autoritário, precisaram de recorrer a uma entidade supra individual da nação para apoio.[268] "*O nacionalismo foi imposto como um substituto para os elementos que faltavam na integração social*", e pretendia "*curar uma comunidade gravemente afetada por uma crise de identidade. Facilitou a busca por um 'culpado', a quem os problemas podiam ser atribuídos e que poderia ser oferecido aos insatisfeitos, como bode expiatório*".[269] Num ambiente caracterizado por uma cultura apocalíptica específica, as pessoas aderiram com grande paixão às identidades étnicas e confessionais, intensificadas pela crise dos valores e perspetivas sociais, e viram no etnocentrismo um escape.[270]

Na ausência de um sistema democrático e do necessário equilíbrio social, a institucionalização dos conflitos étnicos no decorrer dos anos 1970 (Constituição de 1974) fortaleceu a percepção do interesse nacional como sendo a principal preocupação. As elites governantes nas repúblicas e províncias tenderam a monopolizar a representação dos interesses nacionais. Isso afetou as relações interétnicas e inter-repúblicas e contribuiu para a formação e expressão de um 'interesse nacional'. Tendo obtido o estatuto 'nacional', o chamado interesse nacional foi investido como um valor absoluto e transformou-se num determinante interno e externo da nacionalidade. Dentro de cada nação, representava o interesse da burocracia e das forças com as quais se aliava. Fora dela, representava o interesse 'autêntico' da nação e era definido pela burocracia, sempre que apropriado, como o interesse da 'sua própria' classe trabalhadora. Assim, o interesse 'nacional' foi lançado diretamente na arena política em confronto com os interesses das outras repúblicas e províncias.

---

[267] Janjic D. (1997), Op. Cit. p. 16. Tradução do autor.

[268] Schierup, Carl-Ulrik (1991), "The post-communist enigma: Ethnic mobilization in Yugoslavia". *New Community, 18* (1).

[269] Janjic D. (1997), Op. Cit. p. 23. Tradução do autor.

[270] Janjic, Dušan (1997a), "The management of ethnic conflict and the crisis of national identity". Em D. Janjic (Ed.), *Ethnic conflict management: The case of Yugoslavia.* Ravenna: Longo Editore.

Os conflitos assumiram a forma de 'manifestações políticas clássicas' contra os 'outros', inicialmente as elites rivais, mas depois as nações rivais. Os conflitos políticos, sociais e outros, manifestaram-se exclusivamente em termos nacionalistas. As diferenças existentes, a complexidade do Estado e da sociedade, foram substituídas por uma realidade única: divisões nacionais e conflitos. O nacionalismo tornou-se no novo ideal de mobilização, porque detinha uma atração especial para as pessoas que procuravam novas identidades – ser um Sérvio ou ser um Albanês era ter uma identidade segura e imaculada.

Tais visões correspondem à alegação de que a etnia sobrevive, embora as pessoas suponham que ela desaparece nos tempos modernos, porque os grupos étnicos são veículos úteis para promover interesses.[271] Muitos autores argumentam que os albaneses começaram a mobilizar a sua identidade étnica na segunda metade do século XIX somente quando os seus vizinhos invadiram os seus territórios e quando os seus privilégios no Império Otomano estavam a ser ameaçados. Um desses autores esclarece que o nacionalismo albanês foi uma reação ao muito enfraquecido Império Otomano, e à alegação das Grandes Potências, no Congresso de Berlim de 1878, de que não existia uma 'Questão Albanesa'.[272] Naquela época os albaneses muçulmanos eram considerados otomanos, enquanto os albaneses ortodoxos eram rotulados como gregos, porque no Império Otomano a categorização seguia linhas religiosas e não étnicas. Até ao Congresso de Berlim, quando os territórios habitados por albaneses foram concedidos aos seus vizinhos, sem qualquer consideração pelos protestos das elites albanesas ou do povo albanês que vivia nessas regiões, os albaneses tinham sido rigorosamente divididos segundo linhas religiosas, de classe e tribais. No entanto, como resposta a essa nova ameaça, a etnicidade tornou-se num instrumento para se opor não apenas aos seus vizinhos, mas também para reter privilégios económicos e políticos. Também se argumenta que a nação Sérvia foi forjada de um modo semelhante, porque a burguesia comercial queria obter a independência, principalmente em questões económicas.[273] Como Piro Misha sugere, tanto o

[271] Barth, Fredrik (1969). *Ethnic groups and boundaries.* Boston: Little, Brown.

[272] Misha, Piro (2002), "Invention of a nationalism: Myth and amnesia". Em S. Schwadner-Sievers e B.J. Fischer (Eds.), *Albanian identities: Myth and history*. London: Hurst & Company.

[273] Glenny, Misha (1993), *The Rebirth Of History: Eastern Europe in the Age of Democracy*, 2nd Edition, University of California, Penguin.

nacionalismo sérvio como o albanês foram um produto do contexto de uma grave competição por território, poder e privilégios. E explica que,

> "*o processo de construção da nação e autodefinição dos albaneses como uma comunidade consciente da sua própria identidade, distinta em termos linguísticos, etnográficos e culturais, começou como resultado de uma ameaça externa. O Império que eles haviam habitado por séculos estava a entrar rapidamente em colapso, e os seus vizinhos, tentando legitimar as suas reivindicações expansionistas, negaram a própria existência de um povo albanês. Sob tais circunstâncias, os albaneses precisavam não apenas de competir com os seus vizinhos por territórios contestados, mas também foram forçados a defender a sua nacionalidade a fim de obter o reconhecimento por parte das influentes potências europeias*".[274]

Procurando definir os seus territórios nacionais e manter a posição privilegiada que detinham no Império Otomano, os albaneses "*construíram os seus mitos, códigos, símbolos e histórias nacionais para legitimar os seus objetivos políticos e alcançar a homogeneização nacional*".[275]

Discorrendo sobre o último conflito na ex-Jugoslávia, Dušan Janjic diz que "*em troca do presente e do futuro*", aos sérvios e aos albaneses "*foi oferecido um passado distante sob a forma de mitos, adaptados para as finalidades de uma permanente mobilização política e nacional*".[276] Assim, embora o chamado processo de 'despertar' nacional desses dois povos já tivesse ocorrido nos séculos XIX e XX, ambos permaneceram 'nações incompletas', uma vez que não ficaram enquadrados num único Estado cujos limites territoriais coincidissem com os étnicos e, portanto, o seu conflito pode, de fato, ser entendido como "*movimentos nacionais de emancipação retardados*".[277] Janjic sugere ainda que o principal problema com este tipo de nacionalismo é ser separatista, no qual a mobilização étnica consiste num fator de divisão. "*Não tem um programa positivo ou um projeto histórico, mas procura reviver o antigo modelo de homogeneização étnica e linguística no interior de um estado nacional*".[278] Na realidade,

[274] Misha. P. (2002), Op. Cit. p. 34. Tradução do autor.
[275] Ibidem
[276] Janjic D. (1997), Op. Cit. p. 23. Tradução do autor.
[277] Janjic D. (1997), Op. Cit. p. 17. Tradução do autor.
[278] Janjic D. (1997), Op. Cit. p. 23. Tradução do autor.

representa a continuação de um processo que ficou por acabar no final do século XIX e início do século XX.[279]

Segundo outro ponto de vista, existe uma ênfase na nacionalidade como sendo construída, o que acarreta uma implicação importante – que houve um tempo em que não era possível as pessoas conceptualizarem a sua própria identidade em termos nacionais. O processo da sua construção ocorre num momento específico, no qual são criadas identidades genuinamente novas,[280] embora através de modelos já familiares. De acordo com Benedict Anderson, a ascensão do nacionalismo foi possível devido à existência de "*dois sistemas culturais relevantes*" [281] que já vigoravam, embora estivessem em declínio, nomeadamente a comunidade religiosa, que forneceu o modelo para a comunidade imaginada, e o reino dinástico, que forneceu a base para as reivindicações de soberania. No entanto, adverte que não está a afirmar "*que o aparecimento do nacionalismo no final do século XVIII foi 'produzido' pela erosão das certezas religiosas*", nem está a sugerir "*que, de alguma forma, historicamente o nacionalismo 'substitui' a religião*".[282] Portanto, o nacionalismo não é um substituto para a religião, mas baseia-se nos mesmos princípios de dar sentido à vida das pessoas em termos de pertença e existência; assim, os seus processos foram eficazes porque já eram familiares. As pessoas utilizaram antigos padrões de imaginação para criar novas comunidades. Então, o nacionalismo não é algo primordial e inerente, mas é apenas uma forma de identidade; apenas uma das múltiplas identificações através das quais as pessoas participam em comunidades imaginadas.[283]

Na comunidade imaginada no século XIX e início do século XX, o compartilhar foi acionado principalmente através dos meios de comunicação social impressos. Hoje em dia, além das fontes impressas, a rádio, a televisão e a internet permitem uma forma, ainda mais intensa do que anteriormente, de criar e participar de comunidades imaginadas.[284] Contudo, além dessa

[279] Siber I. (1997), Op. Cit.

[280] Mazower, M. (2000), Op. Cit.

[281] Anderson, Benedict (1991). *Imagined communities: Reflections of the origin and spread of nationalism*. London: Verso, p. 12. Tradução do autor.

[282] Ibidem

[283] Duijzings, Ger (2000). *Religion and the politics of identity in Kosovo.* London: Hurst & Company.

[284] Appadurai, Arjun (1999). *Modernity at large*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

abundância de meios, há também uma grande "*diversidade de recursos simbólicos que estão disponíveis para utilização no imaginário de uma nação*".[285] Um desses recursos simbólicos é a identidade de vítima, e como a nação é vista como uma 'comunidade sagrada', a morte, o sacrifício e o martírio pela Pátria são temas importantes, que figuram de maneira proeminente na ideologia nacionalista.[286]

É indispensável a recriação do passado, a fim de utilizar os recursos simbólicos para substanciar as identidades nacionais e participar de uma comunidade imaginada. De facto, a história é uma parte necessária e crucial de qualquer processo que transforme um povo numa nação. A sua utilização criteriosa, que consta numa representação seletiva do passado, fornece uma racionalização para o conflito; "*Cada nação é um 'mártir' que, na interpretação nacionalista, deve finalmente lidar com o seu 'opressor', em ordem a assegurar a paz e um desenvolvimento sem obstáculos*".[287]

4.4 Identidade Nacional e Vitimização

Também é importante examinar como as memórias coletivas interagem e se amalgamam com as narrativas históricas oficiais e dão o seu contributo para os fenómenos de nacionalismo, identidade e vitimização. Embora a fronteira entre a memória coletiva e a história seja confusa, tanto os sérvios como os albaneses fazem uma distinção, que reflete a sua aceitação da história como objetiva e da memória como fabricada, e a sua preocupação em negar validade à história, nação e identidade do Outro. Mas, considerar a memória coletiva como mítica, enquanto a história é objetiva, postula uma visão dicotómica, que é especialmente perigosa quando a história e a memória coletiva são invocadas para apoiar ou refutar a vitimização. A história e a memória são ambas altamente seletivas, parciais e construídas. São construções sociais, retóricas, mutáveis em relação ao tempo e ao lugar, que tornam o passado coerente e utilizável no presente.[288]

---

[285] Allcock, John B. (2000), Op. Cit. p. 311. Tradução do autor.

[286] Duijzings, G. (2000), Op. Cit.

[287] Siber I. (1997), Op. Cit. p. 115. Tradução do autor.

[288] Clark, E. C. e R. E. McKerrow (1998), "The rhetorical construction of history". Em K. J. Turner (Ed.), *Doing rhetorical history: Concepts and cases*. Tuscaloosa: University of Alabama Press; Gronbeck, Bruce E. (1998), *The Rhetorics of the Past: History, Argument, and Collective Memory*, The University of Iowa; Sturken, Marita (1997), *Tangled memories: The Vietnam War, the AIDS Epidemic, and the Politics of Remembering*, University of California Press.

4.4.1. A Função da História e das Memórias Coletivas na Identidade Nacional

Ao criar a nação, a história e a memória coletiva são construídas para que sirvam os propósitos nacionalistas de apresentar a nação como antiga e primordial, unindo o povo num passado comum, e dessa forma o poder compartilhar no presente e no futuro.[289] Para tanto, os historiadores foram pesquisar o passado e conseguiram vislumbrar a existência de 'nações' unificadas que de facto, na época, não existiam.

Ao falar em particular sobre os Balcãs, o famoso escritor croata Miroslav Krleza afirmou que "*não existe uma única nação entre nós que não esteja convencida de que são o único monumento que perdurou por milénios*".[290] Porém, esta sua afirmação pode ser generalizada a todas as nações, que, da mesma forma e com as mesmas palavras, alimentam o nacionalismo iludindo-se a si próprias e ao mundo, quanto às suas próprias características e valores raciais, específicos e genéticos. Nestas nações "*ficaram adormecidos séculos sombrios*".[291]

Contudo, os padrões de migração e de assimilação, que caracterizaram especialmente os povos dos Balcãs desde os tempos mais antigos, tornam improvável e de facto impossível a noção de que existem nessa região grupos de pessoas que possam demonstrar sem problemas uma descendência contínua.[292]

Este ponto pode ser ilustrado por referência às origens dos 'Albaneses' e dos 'Montenegrinos', onde no mundo contemporâneo o sentido de distinção e mesmo de oposição entre os dois povos é relativamente claro e marcado. As diferenças remontam a etnicidades pré-modernas bastante diferentes, e a implicação é que as diferenças de 'etnicidade' fornecem uma base segura para a diferenciação de 'nações' e, consequentemente, dos estados atuais. Os albaneses insistem que o seu povo é descendente dos antigos ilírios. Os montenegrinos reivindicam uma continuidade com os eslavos das antigas Duklea e Zeta medievais. A diferenciação dos albaneses em relação aos seus vizinhos historicamente é, no entanto, uma tarefa complexa.[293] A fronteira entre os dois povos e, de facto, os caminhos e graus com os quais se distinguiram

[289] Anderson, B. (1991), Op. Cit.

[290] Krleza, Miroslav (1975). *Panorama pogleda, pojava, pojmova* (Panorama de observações, acontecimentos, conceitos). Zagred: Mladost, p.29. Tradução do autor.

[291] Krleza M. (1975), Op. Cit. p. 29. Tradução do autor.

[292] Allcock, John B. (2000), Op. Cit.

[293] Allcock, John B. (2000), Op. Cit.

mudaram significativamente ao longo do tempo. Os principais fatores aqui foram a mudança do equilíbrio entre religião e linguagem, bem como a imposição de fronteiras estatais (bastante mais tarde no processo).[294] A questão em discussão não é tanto a de determinar as fronteiras espaciais, psicológicas ou culturais entre os dois 'povos'. A esse respeito, há evidências que, ao longo do tempo, vários grupos se tornaram 'albanizados' ou 'eslavizados' e mudaram a sua própria autodefinição e identidade.[295] Um desenvolvimento comparável ocorreu no Kosovo, onde a fronteira entre as identidades eslava e albanesa tem sido, de modo semelhante, fluida.[296]

As identidades étnicas e nacionais são assim caracteristicamente construídas numa relação dialética entre o passado e o presente. "*O presente explica o passado (em vez do seu inverso determinista)* ";[297] o passado é constantemente reescrito, mas à luz de contextos sempre novos, de modo que as nações e as identidades nacionais são constantemente construídas e reconstruídas. O que é "*notável na comunidade imaginada da nação é a sua aptidão para uma reinvenção constante, como um 'bricoleur' a trabalhar e a refazer os mitos do seu próprio passado*".[298] Assim, mesmo quando os nomes de povos de uma inquestionável antiguidade sobreviveram até ao presente, a relação entre os povos modernos e as suas origens necessita de ser escrutinada de uma forma critica e cuidadosa. John Allcock também assinala que:

> "*Mesmo se admitirmos que há algum tipo de continuidade histórica entre povos que se dizem 'albaneses' e anteriores 'ilírios' ou na identidade de 'montenegrinos', do ponto de vista sociológico isso é postular algum tipo de continuidade simbólica, o que é interessante e importante. A existência de uma etnia é assim construída retrospetiva e seletivamente em relação aos valores simbólicos que estão ativos no presente*".[299]

Desde a última parte do século XIX, a principal preocupação dos patriotas albaneses tem sido a de identificar e coligir evidências que comprovem que os albaneses eram uma nação culturalmente distinta já antes das invasões gregas e eslavas, para legitimar o direito histórico

[294] Durham, Mary E. (1928), *Some tribal origins, laws and customs of the Balkans.* London: George Allen & Unwin.

[295] Bartl, Peter (2001), Op. Cit.; Vickers, Miranda (1998), Op. Cit.

[296] Malcolm, Noel (1998), Op. Cit.; Mazower, Mark (2000), Op. Cit.

[297] Lutard, Catherine (1996), "Essai d'interpretation du nouveau nationalisme post-communiste: Le cas yougoslave". *Revue d'etudes comparatives Est-Ouest*, 1, p. 133.

[298] Allcock, John B. (2000), Op. Cit. p. 350. Tradução do autor.

[299] Allcock, John B. (2000), Op. Cit. p. 350. Tradução do autor.

dos albaneses de serem considerados como uma nação, através da descoberta ou invenção de factos para justificar historicamente as suas reivindicações.[300] No entanto, embora especialmente os autores albaneses, mas também outros, se tenham esforçado bastante para demonstrar a antiguidade de uma distinta identidade albanesa, e embora tenham fornecido algumas valiosas contribuições, os seus esforços estão em muitos aspetos para lá do essencial quando se trata de discutir a existência de uma 'nação' albanesa,[301] porque não contribuem para uma demonstração da antiguidade da nação; no entanto, contribuem em muito para o processo contemporâneo da sua construção retrospetiva e simbólica, embora a legitimação das reivindicações albanesas ao antigo território seja altamente contestada e muito problemática.[302] John Allcock explica que:

> "*O que encontramos aqui é uma retórica ou discurso de etnicidade, que utiliza seletivamente referências a imagens de povos pré-modernos para validar afirmações no mundo contemporâneo sobre a relação entre grupos ou a ligação entre grupos e territórios. A continuidade histórica mesmo dessas etnias pré-nacionais pode também ser mostrada como sendo igualmente fluida*".[303]

Mas a afirmação de um registo histórico menos complicado é uma parte vital do processo de construção de uma nação.[304] As novas elites, que trabalham sob vários constrangimentos estruturais, procuram legitimar novas formas políticas recorrendo à suposta maior antiguidade das suas próprias 'nações'.

Num estudo sobre proeminentes poetas-políticos do movimento nacionalista albanês do final do século XIX e início do século XX, Jane Sugarman demonstra que esses homens produziram obras, tais como poemas, épicos, coleções de músicas, panfletos, etc. com a intenção de "*construir uma história nacional do povo albanês e fornecer imagens de heroísmo militar que pudessem inspirar os homens albaneses a participar numa futura luta pela independência*".[305] Diz também que eles "*pesquisaram ao longo da história com o intuito de localizar*

[300] Misha, Piro (2002), Op. Cit.

[301] Bartl, Peter (2001), Op. Cit.

[302] Misha, Piro (2002), Op. Cit

[303] Allcock, John B. (2000), Op. Cit. p. 345. Tradução do autor.

[304] Allcock, John B. (2000), Op. Cit.

[305] Sugarman, Jane C. (1999), "Imagining the homeland: Poetry, songs, and the discourse of Albanian nationalism". *Ethnomusicology, 43* (3), p.423

personagens que pudessem servir aos albaneses como figuras ancestrais e heróis modelo"[306] na formação da sua identidade nacional. Piro Misha designou isso de 'nacionalização da história'. E explica que "*para os nacionalistas albaneses, a reconstrução do passado foi importante para evidenciar aos albaneses que compartilhavam uma história comum*".[307] Foi ainda mais importante, nas palavras de Ismail Kadare, convencê-los que "*tinham uma história esplêndida e que as calamidades nacionais não eram uma razão para os afastar da pátria, mas, pelo contrário, para ficarem mais perto dela*".[308]

Os textos históricos albaneses chamam a este período '*Rilindja*', que significa renascimento. No entanto, Peter Bartl diz que "*o termo em si (...) é o produto de uma interpretação romântica da história e, pelo menos, no que diz respeito aos albaneses, não é totalmente justificado*".[309] Explica também que utilizar esse termo pressupõe a existência de um estado albanês antes da conquista turca, mas

> "*os albaneses não possuíam um tal império na Idade Média, nem existia uma igreja nacional albanesa que preservasse a tradição do estado medieval ao longo do período turco. Tiveram que recuperar a imagem de Skanderbeg, um inflexível adversário dos turcos, que foi elevado no século XIX ao estatuto de símbolo nacional de todos os albaneses, independentemente da sua filiação religiosa*".[310]

Devido à intensa competição com os gregos e sérvios, a produção de evidências da continuidade histórica dos albaneses, ou seja, demonstrar que os albaneses eram autóctones e que estavam a viver nesse local, se não desde sempre, então pelo menos há mais tempo do que os seus vizinhos, tornou-se extremamente importante.[311] Muitos autores (Peter Bartl, Noel Malcolm, e Miranda Vickers) consideram Sami Frashëri como o pai do nacionalismo albanês. Um conhecido escritor, ativista e político, Frashëri escreveu, em 1899, o manifesto do

[306] Sugarman, Jane C. (1999), Op. Cit. p. 431. Tradução do autor.

[307] Misha, Piro (2002), Op. Cit. p. 41. Tradução do autor.

[308] Kadare, Ismail (1998), *Kombi shqiptar në prag të mijëvjeçarit te tretë* (A nação albanesa na véspera do terceiro milénio). Tirana: Onufri. p. 12. Tradução do autor.

[309] Bartl, Peter (2001), Op. Cit. p. 92. Tradução do autor.

[310] Bartl, Peter (2001), Op. Cit. p. 92. Tradução do autor.

[311] Misha, Piro (2002), Op. Cit.

movimento nacional albanês, intitulado "*Albânia. O que foi, o que é, e o que será*".[312] Neste, delineou a história do povo albanês como nação, construindo uma narrativa que explicava as suas origens e desenvolvimento como sendo o mais antigo povo europeu, cujos antepassados eram os Pelágios, que mais tarde produziram os Ilírios, os Epírios e os Macedónios. Disse ainda que esses "*povos extremamente antigos e historicamente interessantes e importantes eram em grande número e poderosos. Os antigos 'Arnauts'*[313] *habitavam no sudeste da Europa, toda a península balcânica e as terras do Danúbio, portanto a Roménia e a Hungria de hoje, as ilhas do mar Mediterrâneo e a Ásia Menor*".[314] Na época da migração eslava, partes da população albanesa foram eslavizadas, de modo que os bósnios e os dálmatas, e especialmente os montenegrinos, eram na realidade mais albaneses do que eslavos. Frashëri explicou que os albaneses tinham muitos privilégios no Império Otomano, não porque tivessem aceitado o Islão, mas sim porque "*tudo o que os Arnauts gostavam – riqueza, respeito, armas, cavalos, recompensas e liberdade – encontravam nos turcos; e tudo o que os turcos precisavam – coragem, lealdade, destemor da morte – encontraram nos Arnauts*".[315]

Figura 4.1 – A Albânia a defender Shkodra e Janina do macaco (Montenegro), do tigre (Grécia) e da cobra (Sérvia). (fonte: Center for Democracy and Reconciliation in Southeast Europe).

[312] Frashëri, Sami (1899), *Shqipëria, ç'ka qenë, ç'është, e ç'do tëbëhet* (Albânia – O que foi, o que é, e o que será). Tirana: Kristo Luarasi, 1924 (1ª publicação em 1899).

[313] O termo antigo que designava os Albaneses

[314] Citado em Bartl, Peter (2001), Op. Cit. p. 103. Tradução do autor.

[315] Citado em Bartl, Peter (2001), Op. Cit. p. 103. Tradução do autor.

Frashëri também se apropriou de pessoas famosas para aumentar o sentimento de orgulho e realização nacional dos albaneses. No seu já mencionado manifesto, diz que "*os Arnauts realizaram muitos feitos extraordinários; ainda assim, são outros povos a orgulhar-se dessas pessoas famosas. Os gregos consideram como seus Pirro e Alexandre, o Grande!*".[316] De acordo com palavras suas, os albaneses também deram grandes contribuições para o conhecimento, porque "*o maior filósofo da Grécia antiga, Aristóteles, não era grego, mas sim albanês*".[317] Frashëri saudou Skanderbeg como um exemplo que todo o albanês deveria seguir ao trabalhar para o benefício da Albânia. Sugeriu que os albaneses se deviam unir, acabar com as disputas de sangue, esquecer as diferenças religiosas e concentrar todas as suas forças na luta pela liberdade da Albânia. Os nacionalistas albaneses incitaram o povo a esquecer as tendências fratricidas do *hakmarre* e *gjakmaria* e as diferenças religiosas que os dividiam e, ao invés, unirem-se na sua etnia, porque afirmavam "*a religião dos albaneses é o albanianismo*".[318] Construíram uma história que, desde então, se tornou profundamente incrustada na consciência albanesa, e esse seu trabalho em última análise "*ajudou a reestruturar os pontos de vista dos homens rurais e, eventualmente, das suas famílias, em relação a eles próprios e às suas comunidades. Ganharam assim um profundo sentido de si próprios como sendo albaneses: como pertencentes a um grupo nacional que transcendia as divisões religiosas, regionais e de classe*".[319] Mais tarde, os governantes da Albânia, o rei Zog e Enver Hoxha, ainda mais

> "*misturaram história com mito, tanto em relação aos tempos passados como aos tempos presentes. […] Por exemplo, a etnogénese dos albaneses foi uma questão em aberto entre os académicos albaneses durante a década de 1950, mas quando Enver Hoxha declarou que a sua origem era Ilíria (sem negar as raízes Pelágias) ninguém se atreveu a participar em mais discussões sobre a questão. Durante a era comunista, a atividade literária e artística, bem como os estudos académicos (especialmente os estudos históricos e linguísticos), todos aderiram a esse padrão. Através desse meio, criou-se um mundo virtual no qual os albaneses viviam dentro do quadro da propaganda do*

[316] Citado em Bartl, Peter (2001), Op. Cit. p. 104. Tradução do autor.
[317] Citado em Bartl, Peter (2001), Op. Cit. p. 104. Tradução do autor.
[318] Bartl, Peter (2001), Op. Cit. p. 151. Tradução do autor.
[319] Sugarman, Jane C. (1999), Op. Cit. p. 444. Tradução do autor.

> *partido e das obras literárias, artísticas e académicas que preencheram as escolas, bibliotecas, cinemas, teatros e exposições*".[320]

Ao tentar construir o seu próprio mito de Fundador de uma Nova Albânia, Enver Hoxha reformulou a história albanesa; incluiu narrativas históricas altamente seletivas para servir o propósito de construir o moral do povo, transformando-o de colaboradores em vítimas, e assim unindo a nação, que havia ficado dividida durante a Segunda Guerra Mundial entre colaboradores dos nazis, monárquicos e comunistas, num mito comum de luta e resistência aos algozes nazis.[321] Quando a religião foi oficialmente banida na Albânia em 1967, Hoxha promoveu a adoração do passado da Albânia em vez da fé.[322]

Assim, o passado foi trazido para o presente, reconstruído e reconfigurado para fornecer uma história de origem adequada, mitos úteis de vitimização e modelos funcionais que promoveriam a coesão e a unidade.[323] A história nacional conta a história que ajuda a entender quem 'nós' somos (em relação a um específico 'eles'), por referência a um passado construído, que narra como 'nós' viemos a ser e o nosso direito de aqui estar.[324] "*A coesão nacional, […] requer um sentido de consciência e identidade coletiva que é promovido através de um sentido de uma experiência histórica mútua*".[325] Da mesma forma, a memória coletiva e a história dão "*a cada indivíduo uma continuidade com o passado e uma identidade comum com indivíduos com os quais, de outro modo, não estariam conectados*".[326] Muitos outros académicos (por exemplo: Stephen Browne, 1995; Gerard Hauser, 1999; Julie Mertus, 1999; Brian Osborne,

[320] Lubonja, Fatos (2002), "Between the glory of a virtual world and the misery of a real world". Em S. Schwadner-Sievers e B.J. Fischer (Eds.), *Albanian identities: Myth and history.* London: Hurst & Company, p. 103. Tradução do autor.

[321] Standish, M. J. Alex (2002), "Enver Hoxha's role in the development of socialist Albanian myths". Em S. Schwadner-Sievers e B.J. Fischer (Eds.), *Albanian identities: Myth and history.* London: Hurst & Company.

[322] Bartl, Peter (2001), Op. Cit.

[323] Schwadner-Sievers, Stephanie (2002), "Narratives of power: Capacities of myth in Albania". Em S. Schwadner-Sievers e B.J. Fischer (Eds.), *Albanian identities: Myth and history.* London: Hurst & Company.

[324] Allcock, John B. (2000), Op. Cit.

[325] Osborne, Brian S. (2001), "Landscapes, memory, monuments, and commemoration: Putting identity in its place". *Canadian Ethnic Studies, 33* (3), p. 3. Tradução do autor.

[326] Hauser, Gerard A. (1999), *Vernacular voices: The rhetoric of publics and public spheres.* Columbia, South Carolina: University of South Carolina Press, p. 139. Tradução do autor.

2001; Marita Sturken, 1997) concordam que uma importante função das histórias e das memórias coletivas é que estas ajudam a criar e a manter as nossas identidades. Também Patrick Finney argumenta que "*o significado central de qualquer identidade individual ou de grupo, ou seja, um sentido de igualdade no tempo e no espaço, é sustentado pela lembrança, e o que é lembrado é definido pela identidade assumida*".[327] Assim, é essencialmente dialética a relação entre identidade e memória, coletiva ou histórica.

No entanto, como Piro Misha observou sobre a construção da identidade nacional albanesa, "*a abordagem da história era obviamente seletiva: assim como era importante despertar partes do passado, também era importante deixar outras partes de fora ou, se isso não fosse possível, refazê-las*". [328] O processo de ajustamento das histórias nacionais também é caracterizado necessariamente como sendo uma ficção, embora "*de nenhuma forma prejudique a sua eficácia discursiva, material ou política*".[329]

4.4.2. Recordar e Esquecer para Moldar a História e a Memória Coletiva

Um elemento significativo da construção é o que E. Culpepper Clark e Raymie McKerrow chamam de ausências deliberadas; e explicam que "*saber o que deixar de fora e como padronizar uma história é a única maneira de criar aquele sentido de 'realidade construída' para ser lido por outros como 'uma história' do nosso passado*".[330] Sugerem também que "*a seleção da realidade, que é simultaneamente uma deflexão e uma rejeição, aplica-se tanto à história quanto à crítica*", porque "*o que é deixado de fora numa reconstrução histórica, por mais precisos que sejam os métodos utilizados para obter os dados sobre os quais se baseia a interpretação, influencia a criação final*".[331] Marita Sturken concorda que o esquecimento é uma parte intrínseca e inextricável da história e da memória e diz que "*todas as memórias são 'criadas' em conjunto com o esquecimento. [...] Toda a memória cultural e toda a história*

[327] Finney, Patrick (2002), "On memory, identity and war". *Rethinking history, 6* (1), 1-13. Tradução do autor.

[328] Misha, Piro (2002), Op. Cit. p. 41. Tradução do autor.

[329] Hall, Stuart (1993), "Cultural identity in question". Em S. Hall, D. Held, e T. McGrew (Eds.), *Modernity and its future*. Cambridge: Polity, p. 6. Tradução do autor.

[330] Clark, E. Culpepper e Raymie E. McKerrow (1998), "The rhetorical construction of history". Em K. J. Turner (Ed.), *Doing rhetorical history: Concepts and cases*. Tuscaloosa: University of Alabama Press, p. 44. Tradução do autor.

[331] Clark E. C. e R. E. McKerrow (1998), Op. Cit. p. 36. Tradução do autor.

são forjadas num contexto em que os detalhes, vozes e impressões do passado são esquecidos. A redação de uma narrativa histórica envolve necessariamente a eliminação de certos elementos",[332] e é "*essencial para a construção do significado nacional*".[333] Da mesma forma, Benedict Anderson sugere que a construção da nação requer "*mudanças profundas na consciência*", que "*pela sua própria natureza, trazem consigo amnésias características*".[334] Ernest Renan, que em 1882 foi um dos primeiros a teorizar sobre a nação, e assim a enfatizar a crucial 'necessidade de esquecer e recordar', na sua obra "*Qu'est-ce qu'une nation*?", diz o seguinte:

> "*A essência de uma nação é que todos os indivíduos têm muitas coisas em comum e também que todos esqueceram muitas coisas... Todos os cidadãos franceses 'já têm de se ter esquecido' de Saint-Barthelemy e os massacres do Midi no século XII*".[335]

Por outras palavras, afirma que a essência de uma nação repousa sobre indivíduos que têm muito em comum, mas que também se esqueceram de muitas coisas; neste caso, de eventos que envolveram um fratricídio e que, portanto, não correspondiam às aspirações nacionais, as quais se baseiam em '*liberté, égalité et fraternité*'.

Benedict Anderson enfatiza essa dualidade e o caráter de apropriação da memória e da história quando diz que "*a biografia da nação contempla suicídios exemplares, martírios pungentes, assassinatos, execuções, guerras e holocaustos, em contradição com a real taxa de mortalidade. Mas, para servir o propósito da narrativa, essas mortes violentas têm de ser recordadas ou esquecidas como 'nossas'*".[336] A história deve ser útil para criar unidade e coesão nacional. Assim, enquanto as forças que lutavam em Kosovo Polje em 1389 não se poderiam ter considerado e identificado como sérvios ou turcos no sentido moderno, pois a batalha não foi travada entre tropas puramente muçulmanas e estritamente cristãs,[337] e embora houvesse uma grande mistura de povos em ambos os lados, as mortes e o martírio daqueles

[332] Sturken, Marita (1997), *Tangled memories: The Vietnam War, the AIDS Epidemic, and the Politics of Remembering*, University of California Press, p. 6-7. Tradução do autor.

[333] Sturken, M. (1997), Op. Cit. p. 259. Tradução do autor.

[334] Anderson, B. (1991), Op. Cit. p. 204. Tradução do autor.

[335] Renan, Ernest (1961), "Qu'est-ce qu'une nation?". Em *Oeuvres Completes*. Paris: Calmann-Levy. Tradução do autor.

[336] Anderson, B. (1991), Op. Cit. p. 206. Tradução do autor.

[337] Havia muitos vassalos Cristãos a combater pelos Otomanos.

que morreram necessitavam ser construídas e recordadas como sendo apenas de sérvios, para serem úteis aos propósitos nacionalistas. Assim, o Príncipe Lazar tinha que ser lembrado não como um senhor feudal, a combater para não se transformar num vassalo turco e ter de pagar tributo, mas sim como o defensor dos sérvios e, de facto, do cristianismo. Da mesma forma, embora Skanderbeg fosse um personagem ambíguo, tanto em termos da sua etnia,[338] como da sua religião,[339] e embora tivesse combatido contra o Império Otomano para manter os privilégios e o controlo sobre as suas terras, os criadores da nação albanesa saudaram-no como o grande herói albanês, minimizando as suas incertas religião e etnia, além de proclamar as suas motivações individuais como uma grande luta nacional pela libertação e independência. "*Consequentemente, Skanderbeg tornou-se simplesmente o herói nacional dos albaneses, a personificação do mito da 'contínua resistência' ao longo dos séculos contra os seus numerosos inimigos*".[340] Skanderbeg foi uma figura histórica bastante bem documentada, cuja memória ainda estava viva na tradição oral, especialmente entre os Arbereshi. Os Arbereshi são albaneses católicos que vivem na Itália, para onde emigraram após a conquista final turca da Albânia e após a derrota de Skanderbeg. Os escritores nacionalistas precisaram unicamente de lhe atribuir

> "*um significado nacional e algum embelezamento, sujeitando-o àquele laboratório que serve para transformar a história em mito. (…) Skanderbeg tornou-se num herói nacional, embora as suas ações nunca tenham realmente envolvido todos os albaneses. Nem o Kosovo nem a maior parte do sul foram alguma vez incluídos. Na realidade, falhou uma tentativa que fez em 1455 para tomar a cidade de Berat. Portanto, a figura de Skanderbeg necessitava de alguns ajustes. Em particular, a sua orientação cristã poderia prejudicar a causa [da união]. (…) Para os albaneses do século XIX, a maioria*

[338] Alega-se que, enquanto o seu pai era um albanês católico, a sua mãe era de uma tribo montenegrina vizinha. Assim, muitas vezes, os sérvios, mas especialmente os montenegrinos, reivindicam Skanderbeg como um dos seus.

[339] Alterou a sua fé várias vezes, consoante o seu interesse político do momento. Tinha crescido numa casa onde esse tipo de mudança de fé era praticado de forma rotineira; O seu pai tinha mudado de fé sempre que ocorreu essa necessidade.

[340] Misha, P. (2002) Op. Cit. p. 43. Tradução do autor.

dos quais tinha aderido à fé dos inimigos muçulmanos de Skanderbeg, essa dimensão religiosa precisava de ser evitada".[341]

Esta reapropriação e recriação foi útil não apenas em termos de construção da coesão interna, mas também para angariar o apoio das grandes potências europeias para a luta dos albaneses pela sua independência do Império Otomano, no século XX.[342]

Para entender o que é lembrado e o que é esquecido, é útil pensar em histórias e memórias coletivas como regidas pela política da utilidade. Por outras palavras, o que é lembrado é útil para a coesão nacional e para a realização de objetivos políticos e nacionalistas particulares, enquanto o que é esquecido é o que não é benéfico para tal argumento. Escrevendo sobre a guerra no Kosovo, Tim Judah diz que "*como sempre nos Balcãs, e em outros lugares, a verdade não é o que importa, é o que as pessoas acreditam que seja. E o que as pessoas acreditam pode ser usado no dia-a-dia*".[343] Julie Mertus também sugere que "*o Kosovo exemplifica uma sociedade na qual as identidades de dois grupos concorrentes (…) estão há muito ligadas às verdades sobre o outro*".[344] Estas 'verdades' são 'lançadas' e têm aplicações práticas na vida quotidiana, pequenas ou grandes que sejam, desde no orientar da aquisição de conhecimentos, até ao justificar das guerras e da violência. Como Ivan Siber argumenta, "*as interpretações seletivas da história e da experiência, fornecem sempre 'razões' abundantes para racionalizar o próprio comportamento, e a prova da culpa pode ser sempre encontrada na história, se alguém se esforçar o bastante*".[345]

4.4.3. A Identidade de Vítima

No Kosovo, os discursos de sérvios e de albaneses reforçam a identidade do seu grupo em oposição à do 'Outro' e, através de uma recordação seletiva e de uma "*amnésia coletiva*"[346] edificam histórias completamente divergentes e incompatíveis. De facto, "*os processos de 'autorreconhecimento e cristalização históricos' evoluíram com frequência através de*

[341] Ibidem.

[342] Proclamar Skanderbeg como o defensor do mundo cristão contra as invasões de hordas asiáticas, serviu para tentar angariar o apoio das potências cristãs, como o Império Austro-Húngaro e a Itália.

[343] Judah, T. (2000), Op. Cit. p. 2. Tradução do autor.

[344] Mertus, J. (1999), Op. Cit. p. 4. Tradução do autor.

[345] Siber, I. (1997), Op. Cit. p. 106. Tradução do autor.

[346] Osborne, B. S. (2001), Op. Cit. p. 3. Tradução do autor.

conflitos mútuos".[347] O contexto do conflito levou esses dois grupos étnicos a recordar certos eventos e períodos, enquanto esqueciam outros, de modo que forjaram recordações que não apenas contradizem e negam a história e a identidade do 'Outro', como também apresentam o seu grupo como vítima, enquanto sustentam o outro grupo como vilão. Por isso mesmo, Tim Judah afirma que "*no Kosovo, a história é guerra por outros meios*".[348]

Após o colapso do comunismo, a construção da identidade nacional na Rússia "*baseou-se na estratégia de identificar Yeltsin e as suas políticas económicas com 'democracia', juntamente com a exclusão da memória pública da persistente influência do sistema soviético em colapso e da ausência geral de características democráticas*",[349] e assim a identidade nacional foi (re)criada através de um apagão seletivo. Na Alemanha Ocidental, porém, a estratégia não exigia apenas uma 'simples' eliminação dos perpetradores nacional-socialistas, mas também necessitava que os alemães ocidentais se identificassem como vítimas do nacional-socialismo.[350] Tal construção não foi uma questão de "*simplesmente ignorar vastas extensões do passado*", pois isso "*deixaria um vácuo insustentável*", enquanto "*ao recorrer a óbvias inverdades [daria azo] a uma fácil refutação das reivindicações*".[351] Em vez disso, os factos inconvenientes foram silenciosamente deixados de fora, enquanto verdades e meias-verdades úteis foram destacadas, constituindo assim uma repressão consciente e deliberada das histórias desfavoráveis sobre o passado. Os alemães ocidentais "*empurraram para baixo do nível de consciência a maior parte das memórias das atrocidades alemãs e qualquer lembrança de uma responsabilidade coletiva ou individual pela miséria que se abateu sobre as vítimas da Alemanha, sobre a Alemanha e sobre eles próprios. Preencheram o espaço resultante com memórias ativas, se bem que auto gratificantes, da sua miséria e vitimização*".[352] Portanto, na década de 1950, "*construíram uma memória coletiva, um discurso socialmente predominante sobre o passado, no qual virtualmente todos os alemães tinham sido vítimas e não*

[347] Janjic (1997a), Op. Cit. p. 13. Tradução do autor.

[348] Judah, T. (2000), Op. Cit. p. 1. Tradução do autor.

[349] Bruner, M. Lane (2002), *Strategies of Remembrance: The Rhetorical Dimensions of National Identity Construction.* Columbia, South Carolina: University of South Carolina Press, p. 7. Tradução do autor.

[350] Bruner, M. L. (2002), Op. Cit.

[351] Hughes, M. L. (2000), "'Through no fault of their own': West Germans remember their war losses". *German History, 18* (2), p. 193. Tradução do autor.

[352] Hughes, M. L. (2000), Op. Cit. p. 206. Tradução do autor.

perpetradores".[353] Esta reconstrução das memórias coletivas moldou uma nova identidade, que ajudou os alemães ocidentais a lidar com o trauma e a destruição, embora apenas temporariamente; essas memórias alimentaram debates nacionais fervorosos nos anos 1960, "*quando uma nova geração chegou à maturidade, uma que não precisava de esquecer e valorizar a recordação dos crimes alemães*".[354]

Esta estratégia não foi exclusiva da Alemanha, pois outros países, que tinham participado na Segunda Guerra Mundial do lado nazi, empregaram a mesma tática de criar novas memórias coletivas e, essencialmente, reescrever a história, para se apresentarem como vítimas do regime nazi.[355] Outros grupos também usaram a experiência judaica para construir as suas próprias identidades de vítima.

Estas observações, embora não diretamente relacionadas com os Balcãs, podem, no entanto, ser apropriadamente aplicadas a essa região e aos seus povos, especialmente porque as imagens e o vocabulário do Holocausto têm sido consistentemente aplicados para descrever eventos e ações aí ocorridos.[356] Este tipo de retórica abundou nos círculos oficiais sobre a guerra e a intervenção no Kosovo. Noam Chomsky disse que "*a propaganda desceu para uma forma de revisionismo do Holocausto, incomum na sua proeminência: exposta para ter o maior acesso e não em setores desprezados e marginais, num amargo insulto à memória das vítimas de Hitler*".[357] As operações sérvias no Kosovo, bem como noutras partes da antiga Jugoslávia, foram apelidadas de "*políticas genocidas de limpeza étnica*" e Milosevic foi repetidamente comparado a Hitler. O ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha justificou o envolvimento militar alemão nos esforços de guerra aliados para o Kosovo, juntando memórias passadas e a história futura. A Alemanha deve participar, disse, "*para que não hajam mais Auschwitzes*".[358] "*Houve (…) algo surpreendente sobre a intensidade e o teor*

[353] Hughes, M. L. (2000), Op. Cit. p. 194. Tradução do autor.

[354] Hughes, M. L. (2000), Op. Cit. p. 211. Tradução do autor.

[355] Bruner, M. L. (2002), Op. Cit.

[356] Hauser, G. A. (1999), Op. Cit.; Zelizer, Barbie (1998), *Remembering to forget: Holocaust memory through the camera's eye*, Chicago: University of Chicago Press.

[357] Chomsky, Noam (2000), *The New Military Humanism: Lessons from Kosovo*, Pluto Press, p. 95. Tradução do autor.

[358] Gong, Gerrit W. (2001), "The beginning of history: Remembering and forgetting as strategic issues". *The Washington Quarterly*, 24 (2), p. 47. Tradução do autor.

com que os participantes, propagandistas e observadores foram buscar insistentemente as imagens e o vocabulário de 1939-45 para enquadrar as contingências do confronto sobre o Kosovo entre as forças da OTAN e da Sérvia".[359] A retórica oficial sérvia também utilizou analogias históricas da luta do povo contra as forças nazis na Segunda Guerra Mundial, para os seus propósitos, apelidando a OTAN de 'Organização Terrorista Americana Nazi'.[360] Este tipo de retórica também ressoa e é espelhado com muita frequência pelos membros normais de um grupo, que a usam tanto para entender como para descrever as suas experiências. Utilizar palavras emocionalmente carregadas como o Holocausto, o genocídio ou a limpeza étnica é a maneira mais eficaz e direta de retratar o seu grupo como vítima e o outro grupo como vilão e deste modo, o poder das imagens e das comparações com o Holocausto acaba por influenciar as pessoas comuns.

A preferência por reivindicar uma identidade de vítima parece estar omnipresente. Joseph Amato explica que a vitimização está no cerne da identidade nacional, social ou mesmo individual, dizendo que "*se não temos sofrimentos ou sacrifícios que possamos chamar de nossos, não temos história para contar, e sem história para contar, não somos pessoas de todo*".[361] Da mesma forma, Brian Osborne diz que

> "*por razões que nos parecem obscuras, a memória coletiva a nível nacional gosta de se debruçar sobre experiências negativas. Em particular, a noção de vítima e vitimização desempenha um papel crucial na memória coletiva de praticamente todos os países. Mais forte em alguns do que em outros, diferindo na sua intensidade de acordo com o tempo e o espaço, cada país parece ter tido pelo menos um trauma no seu passado que continua a assombrar a sua memória coletiva*".[362]

Discordo da afirmação de Osborne de que são obscuras as razões pelas quais a identidade de vítima é tão endémica em cada sociedade, e penso que assim é porque a identidade de vítima fornece uma base para a coesão nacional e étnica, um elevado posicionamento moral, granjeia

[359] Finney, P. (2002), Op. Cit. p. 1. Tradução do autor.

[360] Jansen, Stef (2000), "Victims, underdogs and rebels: Discursive practices of resistance in Serbian protest". *Critique of Anthropology, 20* (4), 393–419.

[361] Amato, Joseph (1990). *Victims and values: A history and a theory of suffering.* New York: Greenwood Press, p. 210. Tradução do autor.

[362] Osborne, B. S. (2001), Op. Cit. p. 3. Tradução do autor.

simpatia e pode servir de justificação e desculpa; enquanto, o ser retratado como o vilão ou o agressor é certamente desfavorável, já que invoca acusações, culpabilidade e, mais importante, uma punição. As partes em conflito veem a identidade de vítima como privilegiada porque lhes garante recursos emocionais. Invocar memórias coletivas de vitimização é muito útil para a mobilização coletiva, ao construir coesão étnica e justificar políticas e ações, e assim é indispensável para a etnicidade.[363] Julie Mertus explica que essa identidade é muito valiosa nesses momentos, e ainda assim muito perigosa, porque "*uma vez que nos vemos como vítimas, podemos identificar claramente um inimigo. Quando mergulhados na nossa própria vitimização, já não nos sentimos limitados por considerações morais ao nos tornarmos em agressores*".[364] Dušan Siber diz que "*isso deixa-nos cara a cara com o mecanismo de espelho, no qual o nosso próprio comportamento é atribuído aos outros e tomado como uma desculpa para a nossa própria intolerância*".[365]

No Kosovo, "*ambos os lados se sentem agora como vítimas; ambos os lados se sentem agora no direito de usufruir de alguma liberdade para 'retomar' o que é seu por direito*".[366] Esta posição ideológica acaba por servir de ancoragem para as identidades de ambos os grupos e é útil na procura de objetivos e reivindicações políticas particulares. É especialmente funcional para justificar atos de violência por parte do grupo como sendo uma justificada retribuição. Quando confrontados com as duras políticas de Slobodan Milosevic, os sérvios frequentemente respondem lembrando os séculos de sofrimento sérvio sob o terror albanês e a prevalência destes durante o regime comunista. Da mesma forma, quando solicitados a comentar os crimes violentos perpetrados pelo UÇK contra os sérvios e a sua herança cultural e religiosa, os albaneses invocam o seu sofrimento principalmente na década de 1990, sob o governo de Milosevic, e a 'colonização sérvia' do Kosovo entre as duas Guerras Mundiais. Quando escreve sobre a Bósnia, Gerard Hauser diz que "*histórias conflituantes de vitimização (fornecem) justificações mutuamente exclusivas para as políticas e atos de mútuo extermínio*".[367] Nietzsche explica esse aspeto da vitimização como '*ressentimento*', que Schwartzman apelida de "*o extremar negativo da memória pública – vingança*". A vingança,

[363] Hauser, G. (1999), Op. Cit. p. 150. Tradução do autor.
[364] Mertus, J. (1999), Op. Cit. p. 1. Tradução do autor.
[365] Siber, D. (1997), Op. Cit. p. 110. Tradução do autor.
[366] Mertus, Julie A. (1999), Op. Cit., p. 7 Tradução do autor.
[367] Hauser, Gerard A. (1999), Op. Cit., p. 150 Tradução do autor.

diz ele, "*torna-se num catalisador para punir aqueles que ofendem os outros*",[368] embora muitas vezes o seja através do que Freud chama de 'deslocamento', porque as pessoas que cometeram os crimes já não estão presentes, e assim "*são as recentes gerações a ser punidas*",[369] ou então outros grupos.

Stef Jansen mostra que nas suas narrativas do passado, os retornados sérvios para as aldeias na Croácia, de onde tinham sido 'limpos' durante a operação Tempestade, "*distanciaram-se dos militantes sérvios que haviam proclamado a Krajina como uma república sérvia separada*"[370] e que tinham sido responsáveis por uma considerável violência naquela área, demonstrando assim a sua inocência e boa vontade, ao retornarem a essa zona etnicamente limpa sobrevivendo a muitas dificuldades. Infelizmente, o peso da violência e discriminação croata, denominado 'vingança', caiu sobre este grupo depois que eles retornaram. Da mesma forma, no Kosovo, os sérvios que permaneceram após a intervenção da OTAN em 1999, diferenciaram-se consistentemente das tropas paramilitares sérvias, que causaram uma enorme devastação na população albanesa durante os bombardeamentos. De facto, muitos dos que ficaram ajudaram os albaneses a esconder-se ou a fugir durante esse período. No entanto, infelizmente, foram vítimas da violência e discriminação albanesa, também justificadas como 'vingança', após a intervenção da OTAN. O sentimento de vitimização que esses sérvios agora sentem tem o potencial de desencadear outra rodada de vingança quando a oportunidade se apresentar.

As relativamente frequentes mudanças de poder na região oferecem a oportunidade para a vítima se 'vingar' do vilão.[371] No decurso do prolongado conflito no Kosovo, a minoria étnica tornou-se frequentemente em maioria e vice-versa, devido a mudanças nas fronteiras do Estado, aos sistemas políticos e a fatores demográficos. Em tais circunstâncias, a nova maioria procura 'igualar' a discriminação e agressão a que o seu grupo tinha sido previamente

[368] Schwartzman, Richard (2001), "Recovering the lost canon: Public memory and the Holocaust", *Rhetoric & Public Address*, 4, (3), p. 548. Tradução do autor.

[369] Schwartzman, R. (2001), Op. Cit. p. 549. Tradução do autor.

[370] Jansen, Stef (2002), "The violence of memories: Local narratives of the past after ethnic cleansing in Croatia". *Rethinking History, 6* (1), p. 87. Tradução do autor.

[371] Ellis, Donald G. (2005), "Intercultural communication in intractable ethno-political conflict". Em *Taking stock in intercultural communication: Where to now?,* William J. Starosta and G.M. Chen (Eds.), International and intercultural communication annual, vol. XXVIII.

sujeito.[372] Esta posição ideológica constitui um apoio para as identidades de ambos os grupos e é útil na prossecução de objetivos e reivindicações políticas específicas.

Não é suficiente ler sobre a história do Kosovo em livros de história. É necessário analisar a forma como a ideologia dos grupos se produz e é depois reproduzida nos seus discursos e como contribui desse modo para reforçar os conflitos. Os esforços de resolução de conflitos devem concentrar-se em como a história é instrumentalizada e utilizada na vida e discursos quotidianos para perpetuar a dicotomia vítima / vilão e os antagonismos assim gerados. Como a identidade de vítima está tão intimamente ligada à violência e às emoções, penso que, uma vez que a 'vitimização histórica' é uma das características simbólicas mais proeminentes das identidades nacionais e de grupo, tal irá fazer com que os sérvios e os albaneses continuem imersos num intratável conflito.

[372] Goati, Vladimir (1997), "The impact of parliamentary democracy on ethnic relations in Yugoslavia, 1989-1995". Em *Ethnic conflict management: The case of Yugoslavia,* Dusan Janjic (ed.), Ravenna: Longo Editore.

Página intencionalmente deixada em branco

5. OUTROS ATORES INFLUENTES

Apesar dos antagonismos regionais absolutamente latentes, os Balcãs são uma área onde as disputas geoestratégicas/geopolíticas, por parte de vários Estados e organizações, estão especialmente inflamadas, ainda que nem sempre visíveis numa primeira análise.

> "*Alguns dos países que têm mantido os Balcãs como uma zona de disputa são os Estados Unidos da América, a Rússia, a França, a Alemanha, o Reino Unido, a Turquia e a Itália. E a Igreja Católica, a União Europeia, a OSCE e a ONU, são as Organizações Internacionais que têm influenciado os acontecimentos na encruzilhada balcânica*".[373]

Recuando ao final dos bombardeamentos de 1999, a OTAN impôs a KFOR de acordo com a Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (UNSCR) 1244[374] adotada a 10 de Junho de 1999 (quando do fim do bombardeamento), que previa somente um autogoverno para o Kosovo, e reconhecia a "*soberania e integridade territorial da República Federal da Jugoslávia*" e portanto, o estatuto do Kosovo não poderia ser modificado sem uma nova resolução. Por força daquela resolução, o Kosovo ficou sob a administração temporária da Missão das Nações Unidas no Kosovo (*United Nations Interim Mission in Kosovo* – UNMIK), liderada por um Representante Especial do Secretário-geral (SRSG) da ONU. De novo, atente-se que nesta resolução havia um compromisso por parte de todos os Estados-membros da ONU em termos da soberania e da integridade territorial da República Federal da Jugoslávia (RFJ) tal como de outros Estados da região. Este facto teve sobretudo por base o "*Helsinki Final Act*" [375] e o Anexo 2 da resolução.

Tendo presente o acima exposto, vejamos então, em seguida, que atores e como influenciaram decididamente a evolução da situação em direção a uma declaração de independência, procurando discernir das suas intenções, motivações e/ou ambições, na busca de uma explicação coerente para a sua atuação. Desde Países a Instituições Internacionais e mesmo os meios de comunicação social, o crime organizado e o terrorismo, muitos foram os intervenientes e, obviamente, começaremos pelo principal influenciador dos acontecimentos.

---

[373] Ilic, Jovan (1995) "The Balkan Geopolitical Knot and the Serbian Question", em *Serbian Question in the Balkans*, Faculdade de Geografia – Universidade de Belgrado, Belgrado, p. 16-19;

[374] Disponível em http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1244(1999)

[375] Disponível em https://www.osce.org/helsinki-final-act?download=true

5.1. Estados Unidos da América

Quando em 1981 ocorreram no Kosovo grandes manifestações dos Albaneses em reação à eliminação da autonomia da província e que foram duramente reprimidas, acentuou-se então a espiral de violência e embora isso fosse considerado como uma questão interna da Jugoslávia pelo Congresso e governo americanos, a situação acabou por atrair a sua atenção.

Entretanto, com a chegada ao poder de Bill Clinton, este orientou mais a política externa americana para o vértice humanitário e mesmo de 'assistência social'. No entanto esta sua orientação sofreu alguns reveses, nomeadamente na Somália e Serra Leoa, e, quando começou o desmembramento da Jugoslávia, Clinton viu aí uma ocasião para dar um novo impulso à sua intervenção 'humanitária' e também aproveitar para 'limpar' a sua reputação, manchada pela questão da senhora Monica Lewinsky.[376]

Para esse efeito, a Jugoslávia era o objetivo oportuno para substituir a África. A sua Secretária de Estado, Madeleine Albright, acreditava que só a intervenção dos EUA podia impedir a Europa de reviver uma tragédia histórica, passados que eram quase sessenta anos dos genocídios dos nazis. A administração Clinton passou então a favorecer a separação dos Eslovenos, Croatas, Bosníacos muçulmanos e Macedónios, da Jugoslávia dominada pelos Sérvios. Mas era um favorecimento seletivo, pois aos Sérvios já não era permitido destacarem-se das outras entidades políticas, como na Croácia e na Bósnia. Ou seja, os princípios humanitários que eram válidos para uns, não eram aplicáveis aos que eram percebidos como os agressores, mau grado as atrocidades cometidas serem recíprocas.

A postura americana em relação ao Kosovo refletiu de início essa mesma orientação. Quando se analisa a política externa dos EUA em relação ao Kosovo e os desenvolvimentos que levaram à criação do Estado do Kosovo, resulta muito interessante verificar com que rapidez a mesma mudou a sua postura sobre o Kosovo, que passou de ser "*uma questão interna da República Federal da Jugoslávia*" para passar a ser um problema internacional.

Em 19 de junho de 1998, ocorreu uma reunião do Conselho de Segurança Nacional dos EUA para determinar qual a política em relação ao Kosovo, a partir desse momento, até ao

[376] Pravica, Michael (2014), "NATO's barbaric assault on Serbia, and Monica Lewinsky", *Pravda*, 27 de Março.

bombardeamento da República da Jugoslávia. Presentes na reunião estavam Samuel Berger, Conselheiro de Segurança Nacional do Presidente, a Secretária de Estado Madeleine Albright, Strobe Talbot, o Embaixador Robert Gelbard também como representante do Departamento de Estado, o Secretário da Defesa William Cohen e Bear Mc Donald do Departamento de Defesa. O embaixador dos EUA na ONU, William Richardson, o General Hugh Shelton, Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas dos EUA, Jim Steinberg e Donald Carrick, da Casa Branca, e Jack Covey, do Conselho de Segurança Nacional. Após uma longa discussão, foi feita uma lista de medidas a serem tomadas: (1) Restaurar a autonomia do Kosovo na República da Jugoslávia com a sua própria Assembleia, poder executivo, polícia e sistema judicial e uma representação proporcional a nível federal. (2) Criar ligações entre o Kosovo e a Sérvia através de organismos mútuos para tratar questões como a economia, questões culturais e religiosas. (3) Assentar garantias para as minorias no Kosovo. (4) Realizar eleições democráticas no Kosovo e a nível federal. (5) Criar mecanismos de defesa para o Kosovo no caso de o nível federal decidir propor e conduzir medidas que fossem opostas pelos kosovares. (6) Dar garantias internacionais à República da Jugoslávia de um levantamento gradual das sanções económicas e políticas que ficariam vinculadas a um acordo que deveria ser alcançado, ao mesmo tempo aplicar sanções mais pesadas a todas as partes que obstruíssem um acordo que seria internacionalmente monitorizado. Todos os presentes na reunião defenderam que os EUA, juntamente com o Grupo de Contato e outros Aliados, deveriam liderar os esforços para se chegar a uma decisão política, impedir as hostilidades no local, eliminar todos os postos de controlo das forças de segurança Sérvias no Kosovo, exigir a retirada das unidades do Exército da Jugoslávia presentes no Kosovo, a retirada de grupos armados de Albaneses (o que significava o UÇK) para áreas que pudessem ser monitorizadas internacionalmente. Para ambas as partes, os EUA apresentariam ameaças se não obedecessem ao que lhes era proposto. [377]

Para Milosevic, isso significaria maiores e mais pesadas sanções se não acatasse essas imposições, ou o levantamento gradual de sanções e a normalização da situação, caso cumprisse as orientações dos EUA. Para os Albaneses do Kosovo, a desobediência significaria

[377] Reunião dos Diretores do NSC 19 de junho de 1998 – Resumo das conclusões da Reunião do Comité de Diretores sobre o Kosovo, desclassificado em parte pelo E.O.13526, Biblioteca do Presidente Clinton (16/04/2014).

que não haveria mais proteção em caso de ataques da polícia e militares sérvios, e a interrupção do financiamento do UÇK, mas se aceitassem os termos, seria garantido um lugar na mesa das negociações internacionais para decidir o futuro do Kosovo. Nesta reunião também ficou assente que uma Conferência Internacional para decidir o futuro do Kosovo seria realizada fora das fronteiras da República da Jugoslávia. Os participantes concordaram que deveria haver mais cooperação com a Rússia e com os outros membros do Conselho de Segurança da ONU; em particular, os EUA queriam usar o Capítulo VII da Carta da ONU para acionar uma missão de monitores internacionais no Kosovo. Os participantes também concordaram que se deviam intensificar os contatos com a Grã-Bretanha e a França no sentido de criar uma base legal para, se necessário, a OTAN poder bombardear a Sérvia, mesmo sem uma resolução específica da ONU. O processo de preparação para a guerra aérea contra a Sérvia foi paralelo aos esforços políticos para resolver a situação, de modo que, se esta opção falhasse, não haveria um vácuo para a intervenção.[378] Dessa reunião resulta óbvio que a estratégia da política externa dos EUA não era mudar as fronteiras da Jugoslávia, mas sim reforçar a posição interna do Kosovo sem o retirar à Sérvia. Na verdade, tanto o presidente Clinton como a secretária de Estado, Madeleine Albright, na época da capitulação de Milosevic, declararam que o objetivo não era criar um Kosovo independente, mas também ficava claro que o Kosovo deixara de ser '*uma questão interna da República da Jugoslávia*'.

O seguinte presidente dos EUA, George W. Bush, visitou o Kosovo em 2001, na sua primeira digressão pela Europa, mas o seu objetivo era mais encontrar-se com as tropas dos EUA estacionadas no Kosovo do que oferecer uma solução para o futuro. Bush era contra a formação de novas nações, pois a sua agenda para os assuntos externos estava direcionada para o Médio-Oriente e Golfo Pérsico e acreditava que, se os EUA tinham assumido o custo de bombardear a Sérvia, deveriam ser os europeus a regular o que aconteceria ao Kosovo.[379] Mas, a sua insistência em levar a cabo uma política externa militar, espalhou tanto os militares dos EUA, que precisava então de sair de algum lugar e mostrar esse facto como um sucesso.[380]

[378] Reunião dos Diretores do NSC 19 de junho de 1998 – Resumo das conclusões da Reunião do Comité de Diretores sobre o Kosovo, desclassificado em parte pelo E.O.13526, Biblioteca do Presidente Clinton (16/04/2014).

[379] Issues (2000), "Geoge W. Bush on Kosovo", *Every Presidential Candidate's View on Every Issue*. http://www.ontheissues.org/George_W__Bush_Kosovo.htm

[380] Issues (2000), Op. Cit.

O Kosovo parecia ser essa oportunidade e assim, o Subsecretário Nicholas Burns recebeu o encargo de encontrar uma maneira de definir uma solução para o Kosovo e tirar as forças dos EUA desse território. Isto significou, evidentemente, que o Kosovo teria de ser deixado a ser governado por instituições democráticas, mesmo que provisórias, o que foi mais um passo, ou uma mudança de posição dos EUA, em relação à independência do Kosovo.

E assim, porquê, com o presidente Bush, os EUA mudaram a sua posição e passaram a apoiar definitivamente um Kosovo independente? Uma das razões era simples; os Albaneses do Kosovo foram persistentes nas suas exigências de independência porque sentiam que essa solução estava mesmo prestes a ser-lhes garantida e que somente essa os libertaria da presença e controlo dos Sérvios. E provaram por três vezes que, caso isso não se verificasse, podiam ser um fator de instabilidade: nos confrontos no sul da Sérvia com forças de segurança sérvias imediatamente após a guerra do Kosovo, na interferência em confrontos com forças de segurança da Macedónia em 2001 e nos motins contra a minoria sérvia com a destruição de igrejas e monumentos ortodoxos em 2004.

Então, para o presidente Bush, havia várias opções em favor das exigências albanesas. Em primeiro lugar, tinham sido os EUA que pararam a expulsão de Albaneses do Kosovo e derrubaram Milosevic. Também no Kosovo, tinham uma população muito solícita, ligada por laços familiares à Albânia e à Macedónia, o que, a longo prazo, poderia ser útil para os interesses dos EUA e para a Política Externa e de Defesa dos EUA.

Em segundo lugar, na época do segundo mandato de Bush, Pristina e Tirana, eram provavelmente as únicas capitais de maioria muçulmana que estavam totalmente a favor das políticas dos EUA. O senador norte-americano Joe Biden mencionou que, se os EUA pudessem promover a independência de Kosovo, convenceriam ou pelo menos provariam a outros líderes muçulmanos do mundo que a "*guerra contra o terrorismo*" não era uma guerra contra os muçulmanos.[381]

Em terceiro lugar, esta robusta política de Bush tinha o objetivo de mostrar aos Aliados dos EUA na Europa e a uma Rússia cada vez mais poderosa, que os Balcãs se situavam na esfera

[381] Biden, Joe R. (2005), *Opening Statement, Hearing on Kosovo: A Way Forward*, p. 3.

de interesse dos EUA e que, se necessário, também poderia considerar os Albaneses do Kosovo como aliados.

Finalmente, os EUA compraram legalmente os terrenos e construíram no Kosovo, a maior base militar americana na Europa, '*Camp Bondsteel*', capaz de receber até 20.000 militares dos EUA que poderiam então ser empenhados em qualquer outro lugar. Numa perspetiva de análise militar, isso permitiria aos EUA a transferência de forças de norte para sul, da Europa Ocidental e Setentrional para os Balcãs, Kosovo, Roménia e Bulgária. Alguns analistas consideram até '*Camp Bondsteel*' como uma base criada exatamente para ligar o teatro de operações do Mediterrâneo com o teatro de operações do Médio-Oriente.[382]

A presença militar dos EUA no Kosovo significa que os seus estrategas não preveem que a Sérvia se junte à OTAN num futuro próximo, e então avançaram para a Ucrânia e os combates que agora aí têm lugar são-no exclusivamente por influência dos Estados Unidos e devido às políticas de alargamento da OTAN, contra as tentativas da Rússia de ser novamente uma superpotência global. Se a Ucrânia e a Geórgia, em algum momento, conseguirem aderir à OTAN, então, os aliados da Rússia (a Sérvia e até uma parte da Bósnia e Herzegovina) ficarão rodeados por membros da OTAN e com as suas capacidades estratégicas diminuídas.

Além disso, em todas as fases da desintegração da Jugoslávia de 1991 até 2008, quando o Kosovo se tornou independente, a Política Externa dos EUA, quer na administração de Clinton quer na de Bush, teve sempre simpatia pelos Albaneses do Kosovo e pelas suas reivindicações. É significativo que as unidades de informações dos EUA tenham acompanhado de perto os desenvolvimentos na Jugoslávia após a morte de Tito. As violentas manifestações albanesas no Kosovo em 1981 e em 1989 provaram aos americanos que os Albaneses do Kosovo não receavam confrontos violentos com as forças de segurança Sérvias.[383] Muito antes da morte de Tito, os analistas norte-americanos já estudavam o que poderia acontecer na Jugoslávia após aquela se verificar.[384] Num relatório que englobava análises da CIA (26/01/1983) e do NSC (14/03/1984), os especialistas em informações dos EUA reiteraram que as tensões étnicas

[382] Vukadinovic, Radovan (2008), "Americka Politika I stvaranje kosovske drzave" (A Política Americana e a criação do Estado do Kosovo), *Medjunarodne Studije*, ano 8, 1, Zagreb. p. 17

[383] Ramet, Sabrina P. (2002), op. cit., p. 44-46.

[384] Baev, Jordan (2000), "US Intelligence Community Estimates on Yugoslavia". *National Security and the Future.*

na Croácia e no Kosovo, bem como as acusações do Kosovo de que "*a Sérvia está a tratar o Kosovo como uma sua colónia política e económica*", eram elementos estratégicos que podiam iniciar a dissolução da Jugoslávia. É salientado nesse relatório que as manifestações violentas dos albaneses do Kosovo tinham uma importância estratégica, uma vez que estes estão ligados até por laços familiares e partilham uma fronteira com a Albânia.[385] Portanto, tendo em vista todos esses documentos, pode-se concluir que, em relação ao apoio da Política Externa dos EUA às ambições de Kosovo, tudo estava fundamentado numa sólida pesquisa de informações e, claramente, se adequava aos interesses dos EUA nessa região. Interesses esses bem expressos pelo diretor executivo do '*Balkan Action Council*', o Sr. James Hooper, que num discurso no Museu do holocausto em Washington, a 23 de Fevereiro de 1999, disse o seguinte: "*os Balcãs são uma região de interesse estratégico para os Estados Unidos, a nova Berlim se quiserem, o terreno de ensaio para a firmeza da OTAN e a liderança dos Estados Unidos*".[386]

Depois do Kosovo proclamar a sua independência, o presidente Bush declarou abertamente que com a conclusão desse processo, que tinha durado nove anos, estavam criadas as condições para a obtenção de paz e estabilidade nos Balcãs, o que me parece ser demasiado otimismo e sobretudo muito afastado da realidade. A orientação da política externa dos EUA que lidou com o processo da criação de um novo país nos Balcãs sem intenção de a alterar, foi assumida independentemente das críticas, dos avisos e das preocupações manifestadas por aliados e inimigos de que o exemplo do Kosovo poderia influenciar a estabilidade das relações internacionais e que poderia vir a ser utilizado como modelo para serem criados novos Estados por todo o mundo, o que infelizmente parece estar a verificar-se. Curiosamente é a própria Rússia quem se está a aproveitar deste feito para apresentar argumentos justificativos do seu reconhecimento da independência dos putativos Estados que lhe são afins, como por exemplo a Ossétia do Sul e a Abkhazia.

Em jeito de síntese conclusiva e resumindo, podemos identificar os seguintes objetivos estratégicos para a intervenção militar dos EUA contra a Sérvia: (1) Impedir qualquer expansão da Rússia nos Balcãs e afastá-la do Mediterrâneo; (2) Bloquear o acesso da Europa

[385] NSDD 133 (1989), *US policy towards Yugoslavia*. 14 de Março. https://catalog.archives.gov/id/6879731

[386] Citado em Johnstone, Diana (2006), *Cruzada de cegos: Jugoslávia, a primeira guerra da globalização*, Editorial Caminho, Lisboa., p.353.

e da Rússia aos hidrocarbonetos das repúblicas muçulmanas da ex-URSS, controlando a rota do gás e petróleo até aos seus terminais ocidentais; (3) Alargar e reforçar o papel da OTAN numa fase em que se discutia um novo conceito estratégico para esta Organização; (4) Criar um dispositivo de bases americanas no sudoeste da Europa para poder intervir facilmente em 3 direções – Europa Ocidental, Médio-Oriente e Comunidade de Estados Independentes.[387]

No entanto, é minha convicção que não houve e também agora não há, uma grande visão estratégica americana focalizada no Kosovo. Pode dizer-se que não se chegou à presente situação como resultado de um grande plano estratégico, decidido previamente nos finais dos anos 80, ou durante os anos 90. A política americana para o Kosovo foi sendo determinada, na sua maior parte, pelos eventos que foram ocorrendo. No meu entender foi sobretudo reativa em vez de tentar a sua previsão. Mas também e inequivocamente, favoreceu sempre o lado albanês, mesmo que para isso tivesse tido de fechar os olhos para não ver com quem estava a colaborar e desgraçadamente sem entrar em linha de conta com as possíveis consequências das suas ações. Lembra-se, por exemplo, os efeitos que teria uma desestabilização da Macedónia por radicais Albaneses, comprometendo qualquer utilização do eixo Belgrado – Skopje – Salónica que liga a Europa central ao Mar Egeu; não esquecendo que Salónica fica no cruzamento de um outro eixo que liga o Mar Negro ao Mar Adriático.

Importa ainda acrescentar alguns factos bem indiciadores de consistência de atuação: o grande argumento para que os EUA e a OTAN pudessem impor as 'negociações' em Rambouillet foi o assim chamado 'massacre de Račak'; ora este dito 'massacre' ocorreu após um ataque de forças sérvias a um reduto do UÇK nessa localidade em que foram abatidos bastantes guerrilheiros,[388] o Ministério do Interior Sérvio noticiou esse facto nessa noite, mas também nessa noite o UÇK reocupou a aldeia e no dia seguinte o senhor William Walker (embaixador americano e chefe da KVM – '*Kosovo Verification Mission*'), acompanhado por meios de informação ocidentais e albaneses, deixou-se guiar por elementos do UÇK até ao local e face àquilo com que se deparou e perante as câmaras apressou-se a declarar, antes de qualquer

[387] Valle, Alexandre del (2001), *Guerra contra a Europa, Bósnia, Kosovo, Chechénia*, Hugin Editores, Lisboa, p. 178.

[388] Esse ataque em Račak foi acompanhado por observadores da KVM e foi inclusive objeto de cobertura televisiva por uma equipa da 'Associated Press'.

investigação, que se estava diante de "*um massacre, um crime contra a humanidade*"; no dia seguinte a essas declarações de Walker, o Conselho da OTAN reuniu de emergência e declarou que os acontecimentos de Račak "*representam uma violação flagrante do direito internacional*" deixando também a velada ameaça de poderem ser lançados ataques aéreos. E foi assim, com base em alegações fabricadas, imprecisas e por parte interessada que acabou por ter lugar uma ação militar que viria a ser determinante no estabelecimento de uma nova ordem internacional. Algo muito semelhante já tinha ocorrido na Bósnia, quando o alegado massacre no mercado de Maršala em Sarajevo, por efeito de granadas de morteiro sérvias e contestado com fundamento técnico por observadores militares presentes no terreno, serviu de justificação para a OTAN poder bombardear os Sérvios bósnios, levando mais tarde e pela sua ação a que os Sérvios aceitassem o Acordo de Dayton. Afloram também à memória outros dramáticos casos históricos que serviram de pretexto para os EUA iniciarem guerras e/ou bombardeamentos: o afundamento do 'Maine' (navio de guerra americano) em 1898 em Havana, que os EUA utilizaram como pretexto para declarar guerra à Espanha, apesar de esta nada ter a ver com a explosão que fez afundar o navio; os alegados ataques de embarcações do Vietname do Norte ao navio dos EUA 'Maddox', no golfo de Tonquim em 1964 – pretexto para a entrada dos EUA na guerra do Vietname; a acusação que o Iraque possuía armas de destruição massiva, que nunca foram encontradas e que serviu de pretexto para o ataque a esse País, [389] conduzindo a uma guerra que ainda hoje se arrasta e que tem deixado um inenarrável rasto de morte e destruição; a acusação à Síria de utilizar armas químicas, utilização reportada pelos ditos 'capacetes brancos'[390] e que originou que aquela fosse bombardeada pelos EUA e Aliados já por duas vezes.

[389] Branco, Carlos (2016), *A Guerra nos Balcãs – Jihadismo, Geopolítica e Desinformação, vivências de um Oficial do Exército Português ao serviço da ONU*, Edições Colibri, Lisboa, Novembro, p. 221.

[390] Um grupo reconhecido como 'afiliado' do RU e EUA, fundado em 2013 na Turquia por James Le Mesurier, um ex-oficial do exército britânico, e cuja página na internet pertence à organização '*The Syria Campaign*' registada no Reino Unido. Em várias fotografias vindas a público, puderam ser identificados alguns dos seus elementos como 'ex' combatentes da Al-Qaeda. Sputnik (2016), *O lado 'escuro' dos Capacetes Brancos: 5 fatos sobre os 'defensores civis da Síria'*, 17 de Dezembro. https://br.sputniknews.com/oriente_medio_africa/201612177202322-capacetes-brancos-lado-escuro/

Certamente que todos estes factos causam alguma perturbação em quem tenha de fazer alguma pesquisa histórica e por isso mesmo, o autor deste trabalho tem alguma dificuldade em aceitar que muitos dirigentes internacionais, académicos, juristas, comentadores e jornalistas, que reputadamente podem ser considerados honestos, inteligentes e preocupados com estas situações, persistam em aceitar como válidas estas repetidas representações e argumentações que acabam por dar origem a agressões, intervenções e guerras, de todo evitáveis se houvesse um mínimo de clarividência, bom senso e humanismo.

Desde o final da última guerra mundial os Estados Unidos têm vindo a exercer uma manipulação do poder em todo o mundo de uma forma sustentada, sistemática e clínica, enquanto pretendem ser uma força em prol do bem universal. Ou, por outras palavras, assumindo-se como o polícia do mundo. É um estratagema brilhante – e mesmo engenhoso – e, de facto, tem tido um notável sucesso e também, pelo menos ao nível interno a verdade é dita. Foi em 1948 que George Kennan, então responsável pelo Departamento de Estado dos EUA, estabeleceu as regras fundamentais para a política externa dos EUA num documento interno "*Top Secret*",[391] que dizia o seguinte:

> "*(…) teremos que dispensar todo o sentimentalismo e o sonhar acordados; e a nossa atenção terá que se concentrar nos nossos objetivos nacionais imediatos em todos os lugares. (...) Deveríamos deixar de falar sobre objetivos vagos e irreais tais como os direitos humanos, a melhoria dos padrões de vida e a democratização. Não vem longe o dia em que teremos de lidar com conceitos diretos de poder. Quanto menos formos embaraçados por divisas idealistas, melhor será (…)*".

Apesar do meu sentimento de respeito pela sua história e pelo seu poderio militar e também das especiais amizades criadas quando aí frequentei um curso das suas forças especiais, acredito que os Estados Unidos, tantas vezes descritos – as mais das vezes por si próprios – como o bastião da democracia, da liberdade e dos valores cristãos, durante muito tempo reconhecidos como os líderes do 'mundo livre', são na realidade e sobretudo desde o final da 2ª guerra Mundial, uma força perigosa e agressiva, que desdenha do direito internacional, indiferente ao destino de milhões de pessoas que sofrem com as suas ações, desconsiderando

[391] Keenan, George (1948), *Review of Current Trends, U.S. Foreign Policy*. TOP SECRET Report by the Policy Planning Staff, Foreign Relations, Volume I, 24 de Fevereiro, pp. 524-525.

os seus dissidentes ou as críticas, preocupada apenas em manter o seu poder económico e pronta para rapidamente proteger esse poder por meios militares, de uma forma brutal, implacável e inabalável. Mas, de facto, a política externa dos EUA tem sido quase sempre notavelmente consistente e inteiramente lógica.

5.2. República Federal da Alemanha

Curiosamente, a Alemanha seguiu em relação aos Balcãs e com as devidas diferenças ideológicas, uma política muito semelhante à do Terceiro Reich.[392] Mas, para o conseguir fazer utilizou o artifício de atribuir a outrem os crimes e atitudes que no passado lhe tinham sido imputados; e utilizando conhecidas técnicas de propaganda, desenvolveu uma campanha mediática de acusações aos Sérvios ('*os novos nazis*', '*os últimos comunistas*') e ao seu líder Milosevic ('*o carniceiro dos Balcãs*') definindo-os como sendo os responsáveis por tudo o que de mau ocorria na Jugoslávia. A Alemanha sentia que tinha chegado a hora da sua afirmação como uma grande potência devido ao seu poder económico e que devia, logo que possível, fazer valer esse poder numa área que considerava situar-se dentro dos seus 'interesses vitais'. Para isso o primeiro passo teria de ser a destruição da Jugoslávia, que à época era uma potência concorrente, e a retirada de poder à Sérvia com quem até tinha contas antigas para ajustar (as derrotas aí sofridas em qualquer das guerras mundiais).

A principal preocupação da Alemanha, no entanto, não era a Jugoslávia, mas sim os assuntos mais próximos de casa. O foco da sua campanha foi a reabilitação internacional da recém-unida Alemanha. O governo em Bonn reivindicou uma nova legitimidade para assumir a liderança no cenário internacional e intervir nos assuntos jugoslavos, numa base de antimilitarismo e de direitos humanos, em contraste direto com a linguagem desacreditada do expansionismo alemão do passado.[393] A fim de o poder alemão ser reabilitado, era necessário moralizar o conflito na Jugoslávia e apresentá-lo não como uma guerra civil por causas económicas, mas como um conflito étnico e uma guerra de agressão externa. A Alemanha, portanto, liderou a campanha para reconhecer a Croácia e, no processo, iniciou a demonização

[392] Johnstone, Diana (2006), *Cruzada de Cegos – Jugoslávia a primeira guerra da globalização.* Editorial Caminho, Lisboa, p. 206.

[393] Woodward, S. (1995), *Balkan Tragedy: Chaos and Dissolution after the Cold War,* Washington, DC: Brookings Institution.

no Ocidente dos sérvios e do presidente sérvio Slobodan Milošević, agora considerados como os agressores.

As primeiras ações passaram por, numa reunião em dezembro de 1991 em Maastricht, coagir os restantes onze membros da então Comunidade Europeia, que favoreciam a unidade da Jugoslávia, a reconhecerem a independência da Eslovénia e da Croácia. Essa atitude garantiu à Alemanha um amplo agradecimento desses novos países, materializado de imediato no seu acesso sem restrições ao mar Adriático, mas por outro lado, esse prematuro reconhecimento sem serem acautelados os direitos das minorias que aí viviam foi precisamente mais um dos ignidores dos conflitos que se seguiram.[394] De facto já antes desse reconhecimento era notório o apoio dado pela Alemanha aos independentistas croatas – o autor deste trabalho pôde testemunhar pessoalmente a utilização de fardamentos (os quais inclusive ainda tinham as bandeiras alemãs) e armamento (armas individuais, artilharia e carros de combate provenientes da ex-RDA).

O passo seguinte foi quando a Alemanha autorizou a participação dos seus aviões *Tornado* nos bombardeamentos aos Sérvios da Bósnia. O então Chanceler Helmut Kohl afirmou na altura que apesar da necessária contenção face aos sofrimentos causados aos povos dos Balcãs na 2ª Guerra Mundial, a Alemanha não podia "*fugir à sua responsabilidade*" e tinha de contribuir para essa "*intervenção humanitária*". Em seguida e já até com apoio dos 'Verdes', em dezembro de 1995, o parlamento alemão autorizou que pela primeira vez fossem enviados soldados alemães para fora da zona de defesa da OTAN – pesaram obviamente os argumentos morais do dever de combater o 'genocídio' e foi assim reiniciada a militarização da política externa alemã.[395]

Na década de 1990, a Albânia recebeu apoio do governo alemão, então liderado por Helmut Kohl (CDU). Este apoio assumiu a forma de um acordo germano-albanês assinado em Tirana em 1995 pelo presidente alemão Roman Herzog. Nesse pacto era definido o "*direito de autodeterminação de todos os povos*", o que visava claramente o Kosovo. Simultaneamente,

[394] Branco, Carlos (2016), op. cit., p. 58

[395] Johnstone, Diana (2006), op. cit., p. 259.

foi criado em Tirana um gabinete do Serviço de Informações Alemão (BND) encarregado de garantir assistência logística à guerrilha clandestina dos kosovares albaneses no Kosovo.

O dinheiro para esse projeto foi obtido por Bujar Bukoshi, primeiro-ministro do governo não-oficial do Kosovo em exílio na Alemanha e que mantinha contatos próximos com o ministro alemão dos Negócios Estrangeiros na época, Klaus Kinkel, do Partido Democrático Livre (FDP). Em 1995, Bukoshi distanciou-se da via não violenta favorecida pelo seu presidente Ibrahim Rugova e começou a reunir recrutas para o Exército de Libertação do Kosovo (UÇK). Com a ajuda dos EUA e da Alemanha, o UÇK conseguiu expandir-se e fornecer, através da fronteira na Albânia, as armas e equipamentos adquiridos aos seus combatentes.

Em 1998, após um aumento da pressão internacional para que houvesse um embargo ao armamento para essa região, o primeiro-ministro albanês, Fatos Nano, apelou à OTAN para que esta fornecesse assistência em relação ao controlo da região fronteiriça do seu país com o Kosovo, numa tentativa de controlar o UÇK. Qualquer envio de tropas de combate da OTAN para a Albânia nesse momento significaria um confronto direto com o UÇK e teria afetado seriamente os desígnios alemães para os Balcãs. O ministro alemão dos Negócios Estrangeiros, Kinkel, vetou uma tal intervenção, declarando: "*Naturalmente, é preciso considerar se, moral e eticamente, se deve impedir que os Albaneses do Kosovo comprem armas para a sua autodefesa*".

O ministro da defesa alemão na época, Volker Rühe (CDU), apresentou a posição, que mais tarde se tornaria a posição oficial do governo alemão, de que Milosevic estava a realizar uma limpeza étnica em larga escala. Disse o seguinte: "*O problema do Kosovo não pode ser resolvido com o envio de tropas para a Albânia, fechando a fronteira com o Kosovo e, assim, encorajando as operações do Sr. Milosevic*". Os seus comentários equivaleram a dar um cheque em branco para as atividades do UÇK.

Em 1999, o *Frankfurter Allgemeine Zeitung* revelou que a Alemanha e outros países estavam a encorajar o UÇK a provocar uma crise humanitária, que seria utilizada como justificação para a intervenção da OTAN. O jornal citou o seguinte excerto do relatório geral da reunião parlamentar da OTAN sobre a crise do Kosovo:

> "*As repressões sérvias diminuíram durante o período de outubro a dezembro de 1998. Por outro lado, houve medidas insuficientes para conter o UÇK, que conseguiu*

> *angariar doações nos EUA e na Europa Ocidental – em particular, da Alemanha e da Suíça – bem como conseguir mais recrutas e contrabandear armas através da fronteira albanesa. Com base nisso, desde o início de dezembro de 1998, o UÇK pôde intensificar os seus ataques contra as forças de segurança e civis sérvios*". [396]

Em consonância com as posições dos EUA e RU, a Alemanha iniciou a preparação da intervenção da OTAN no Kosovo e como tal, em Março de 1999 o ministro da Defesa alemão, Rudolf Scharping anunciou que no Kosovo estava em curso "*um genocídio de base étnica*", poucos dias depois mais uma afirmação sem qualquer fundamento ao dizer que existia um campo de concentração perto de Pristina no qual "*os professores são reunidos e fuzilados diante dos alunos*", em Abril debitou outras repetições de boatos propagados pelos Albaneses, de forma a retratar os Sérvios como os piores dos vilões: cortavam os braços e as pernas das vítimas; jogavam futebol com as cabeças cortadas e teriam mesmo assado o feto de uma mulher grávida.[397] A 8 desse mês anunciou a existência de um plano dos Sérvios para expulsar do Kosovo toda a população albanesa, plano esse cujo nome "*Potkova*" (ferradura) até estava escrito em croata [398] e não em sérvio, pois estes utilizam o alfabeto cirílico nos seus documentos e a própria palavra é ligeiramente diferente – mais tarde o general alemão Heinz Loquai confessou que o tal plano não existia.[399] Todas estas invenções e/ou exagerações serviram para prestar um bom serviço à OTAN de modo a esta legitimar o seu ataque à Sérvia e também e infelizmente, ao próprio UÇK que assim possuía os argumentos necessários para justificar a sua violência e as atrocidades que cometeu depois. Além do que, quando posteriormente todas estas atrozes acusações se revelaram infundadas, o momento para que pudessem ser contestadas já tinha passado e os seus autores e propagandistas (como o ministro da Defesa alemão) nunca tiveram de se retratar.

Na conferência de Fevereiro de 1999 em Rambouillet, na França, o governo jugoslavo, então liderado pelo presidente Milosevic, foi confrontado com um ultimato cujos termos eram

[396] Kreickenbaum, Martin (2008), *Germany's role in the secession of Kosovo*, 26 de Fevereiro. Disponível em https://www.wsws.org/en/articles/2008/02/koso-f26.html

[397] Johnstone, Diana (2006), Op. Cit., p. 347.

[398] Interpretação exclusiva do autor: talvez se tratasse do plano croata para a expulsão dos Sérvios da Krajina, no qual teriam sido alteradas as designações das localidades.

[399] Goetz, John e Tom Walker (2000), "Serbian ethnic cleansing scare was a fake, says general", *The Sunday Times*, 2 de Abril.

claramente inaceitáveis. O documento foi elaborado principalmente pela secretária de Estado dos EUA, Madeleine Albright, e pelo ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Joschka Fischer (Partido Verde).

Anteriormente, Fischer tinha conseguido que fosse o austríaco Wolfgang Petritsch a representar a União Europeia nas negociações em Rambouillet. Petritsch não era somente um dos adversários de linha-dura da Sérvia, como também tinha contatos próximos com o UÇK e organizou a participação desse movimento guerrilheiro apoiado pelo Ocidente, que foi representado na mesa das negociações por Hashim Thaci. O governo alemão desempenhou assim um papel fundamental na garantia de que o UÇK se tornasse o factor político determinante no Kosovo.

Como esperado, o lado sérvio rejeitou o ultimato estabelecido em Rambouillet e a OTAN iniciou, em março de 1999, a sua guerra aérea contra a Sérvia. Isso abriu o caminho para a primeira intervenção militar do exército alemão em solo estrangeiro desde o final da Segunda Guerra Mundial. Então, o chanceler alemão Schröder (SPD) falou de "*remover o tabu das forças armadas*", reforçando assim as renascidas ambições da Alemanha de ser uma grande potência.

A Alemanha participou nos bombardeamentos à Sérvia e mais tarde, quando a KFOR ocupou o Kosovo, foi-lhe atribuído o sector de Prizren, berço do nacionalismo albanês, regressando assim como força ocupante a um território de onde tinha sido varrida em 1945. Note-se que este regresso fazia reviver os tempos em que as SS tinham ajudado os fascistas Albaneses a expulsar os Sérvios e assim "*os alemães foram recebidos como velhos amigos. As crianças estendiam os braços na saudação 'Heil' de Hitler. Alguns velhos recordavam as raízes comuns indo-germânicas gritando fraternalmente 'nós somos todos arianos'!*" [400].

Desde o início da administração conjunta das Nações Unidas e da OTAN no Kosovo, o governo alemão conseguiu garantir que posições de elevada importância, tanto na UNMIK como na KFOR, fossem ocupadas por diplomatas e generais alemães. Um general alemão, Klaus Reinhardt, assumiu o comando da KFOR em 1999. A Reinhardt seguiu-se Holger

[400] Der Spiegel (1996), "Grosser Bruder", *Der Spiegel*, 42/96, 14 de outubro.

Kammerhof, que liderou a KFOR de Setembro de 2003 a Agosto de 2004. Outro general alemão, Roland Kather, liderou a KFOR de Setembro de 2006 a Agosto de 2007.

No entanto, a prestação das forças alemãs no Kosovo deixou muito a desejar e evidenciou uma notória impreparação para este tipo de operações. Mau grado a elevada qualidade do seu armamento, material e equipamentos, a sua falta de flexibilidade e a sua postura de parcialidade fizeram com que não cumprissem a principal das suas missões que era a defesa das estruturas históricas e religiosas sérvias do seu sector. Com a desculpa das suas 'regras de empenhamento' e da não autorização de atuar por parte das autoridades germânicas, os militares alemães e austríacos desse sector acobertaram-se nos seus aquartelamentos e permitiram que os Albaneses amotinados, em março de 2004, destruíssem todos os monumentos, igrejas e mosteiros sérvios aí existentes.[401]

Dois proeminentes diplomatas alemães chefiaram a missão civil das Nações Unidas no Kosovo, UNMIK. Michael Steiner liderou a administração da ONU de 2002 a 2003. Steiner tinha sido o coordenador da política alemã para os Balcãs, trabalhando para Schröder. Desde setembro de 2006, o mesmo cargo na UNMIK foi ocupado por Joachim Rücker, que, tal como Steiner, estava próximo do SPD. Rücker já tinha trabalhado para a ONU e para o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Alemanha na Bósnia-Herzegovina.

Também proeminentes na região foram Tom Koenigs (Partido Verde); adjunto do primeiro supervisor da ONU, Bernard Kouchner (depois ministro dos Negócios Estrangeiros da França na presidência de Sarkozi), responsável pela criação de uma administração civil no Kosovo; e Bodo Hombach (SPD), ex-chefe da chancelaria de Schröder. Em 1999, Hombach foi nomeado coordenador do pacto de estabilidade da União Europeia para o sudeste da Europa.

Os líderes políticos alemães também estiveram envolvidos nos planos da UNMIK para a reconstrução das infraestruturas do Kosovo e o desenvolvimento da sua economia. O 'renascimento' da economia do Kosovo teve de ocorrer sob os estritos princípios do 'livre mercado' e significou, na prática, que as potências da OTAN – com a Alemanha em primeiro

[401] Diga-se, em abono da verdade, que não foram só os alemães que tiveram um comportamento indigno. Também os franceses e os italianos permaneceram imóveis e refugiados nos seus quartéis enquanto decorriam os motins e destruições, mesmo a escassos metros das suas vedações. Curiosamente, foram as forças americanas e as de países menos poderosos (p. ex. Irlanda, Noruega e Suécia) que não deixaram de cumprir o seu dever.

plano – se puderam apropriar dos recursos naturais da província. O 'renascimento' significou a privatização das empresas industriais e agrícolas do Kosovo, que eram anteriormente estatais, na sua maior parte.

Tais privatizações foram a grande prioridade da *Kosovo Trust Agency* (KTAS), que foi criada em 2003 sob os auspícios do ex-ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Nikolaus Graf Lambsdorff (FDP). Sucedeu-lhe em 2004 o diplomata Joachim Rücker. Rücker implementou e supervisionou um processo implacável de privatizações. Os trabalhadores empregados nas indústrias estatais foram demitidos ou receberam pagamentos de compensação mínimos para deixar os seus empregos. A maioria das cerca de 200 empresas estatais foi vendida a investidores estrangeiros em negociações pouco transparentes, o que levou a acusações de corrupção contra a KTAS.

Os indivíduos e interesses comerciais envolvidos na KTAS são tidos como o 'quem é quem' do mundo empresarial alemão e incluem empresas financeiras importantes como o *Deutsche Bank*, o *Hypo Vereinsbank* e grandes empresas como a *Siemens*. O seu porta-voz no Kosovo foi Michael Schäfer, ex-diretor político do ministério dos Negócios Estrangeiros da Alemanha. Schäfer é acusado de ter utilizado o seu cargo e influência em favor do atual primeiro-ministro do Kosovo, Ramush Haradinaj, que foi acusado de crimes contra a humanidade pelo Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia, em Haia.

Entretanto, o governo alemão continuou a sua estreita parceria e cooperação com as forças nacionalistas do Kosovo. Nos seus cargos de liderança na UNMIK e na KFOR, os representantes alemães fecharam os olhos aos crimes levados a cabo pelos nacionalistas extremistas da província, os quais conduziram uma campanha de assassinatos e expulsões de forma a garantir um Kosovo albanês 'etnicamente puro'.[402]

Resulta claro, no meu ponto de vista, que os conflitos nos Balcãs e particularmente no caso do Kosovo marcaram uma nova atitude da Alemanha em termos de política externa. A vontade de afirmar a sua importância no meio internacional por força do seu poder económico e em simultâneo cuidar de fazer valer os seus interesses em áreas que considerava vitais em termos estratégicos, conduziram à necessidade, antes negada, de participar com forças e meios militares em ações que coerentemente se encaixavam nos seus objetivos estratégicos. Foi

[402] Kreickenbaum, Martin (2008), Op. Cit., p. 5.

precisamente no caso do Kosovo que os decisores políticos alemães levaram ao limite essa participação, se bem que com um prévio 'apaziguamento' da opinião pública interna através dos sucessivos alertas para uma possível 'catástrofe humanitária' que estaria em vias de acontecer pela mão dos Sérvios. De facto, os proponentes de uma maior participação em operações militares começaram a dominar o discurso político e a própria opinião pública começou a ver com maior simpatia essa participação.

A realidade é que política externa alemã perseverou ativamente por mais de uma década para separar o Kosovo da Sérvia, e os Alemães entendem agora que a participação do seu país em operações militares deve refletir o seu papel na política mundial, ao nível das grandes potências suas aliadas, sobretudo a França e o Reino Unido. Segundo este ponto de vista pode-se afirmar que para a Alemanha é o momento de deixar de ser um ator político de segunda ordem na cena internacional, como é refletido pelo seu desejo de se tornar num membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.[403] Resulta evidente esta evolução da política externa alemã quando se constata a forma como os seus dirigentes políticos não só responderam à evolução da estrutura do sistema internacional e às conflituantes expectativas internacionais e da sociedade, como conseguiram moldar o seu discurso público com novos factos de forma a obter um consenso doméstico para o aumento dos empenhamentos militares da Alemanha.

5.3. Comunicação Social

Com exceção da Turquia, todos os países da OTAN envolvidos na guerra de 1999 contra a Jugoslávia desfrutavam de liberdade de imprensa. Nesses países, o esmagador apoio dos meios de comunicação social à guerra da OTAN no Kosovo não pode ser explicado pela censura, controlo ou intimidação pelo governo. De facto, durante as crises jugoslavas da década de 1990, muitas vezes parecia que eram os meios de comunicação social quem ditava a política aos governos ocidentais, e não o contrário. A influência desses meios na preparação da opinião pública para aceitar e aplaudir a guerra foi ainda mais importante. Durante os anos anteriores, numerosos editorialistas e colunistas censuraram publicamente os governos pela sua aparente relutância em iniciarem ações militares na Jugoslávia. Foi o conspícuo desempenho da maioria

[403] Branco, Carlos (2016), Op. Cit., p. 59.

dos meios de comunicação social, qual coro moralista, que permitiu aos governos dos países membros da OTAN alegar que o Kosovo era o cenário da primeira guerra puramente altruísta da história, destituída de propósitos geoestratégicos ou de interesses económicos, apenas iniciada em resposta aos incitamentos de consciência da 'comunidade internacional'. Segundo a versão oficial, o Kosovo tinha um problema e a OTAN forneceu a solução. Na realidade, a OTAN tinha um problema de 'afirmação' e o Kosovo forneceu a solução.

No conflito do Kosovo, embora tenham aparecido nominalmente várias posições políticas, culturais e de interesses, houve notáveis semelhanças entre os meios de comunicação social ocidentais, o que indica claramente que esses meios podem ser considerados como um elemento único e específico do conflito. Os meios de comunicação social desempenharam então um papel relevante; esse foi um dos momentos em que esses meios tiveram um impacto moral sobre os líderes ocidentais e os seus Estados, e vice-versa, que era o que os guerrilheiros Albaneses desejavam. Este foi o momento em que os direitos e valores humanos foram salientados para, como é hábito, pressionar os líderes internacionais a agir. Consequentemente, esses líderes começaram a condenar os ataques das forças de segurança sérvias à população albanesa desarmada, resultando na intervenção da OTAN para impedir o genocídio sérvio contra a população albanesa no Kosovo.

O que daí resulta é uma imagem do mundo no qual as guerras contemporâneas e os meios de comunicação social modernos se atraem. Neste processo, os meios de comunicação social tornam-se parte integrante das guerras. Desempenham um papel complexo na conduta e prossecução das guerras, que não se pode limitar a serem simplesmente observadores de eventos. Transformam-se em participantes e até catalisadores de crises internacionais. O principal aspeto do envolvimento dos meios de comunicação social nas guerras é a relação gerada entre a cobertura mediática das guerras e crises e a formulação das políticas externas dos países.

Os meios de comunicação social afetam a sequência dos eventos, atribuindo prioridade a uma determinada questão e forçando assim os formuladores das políticas a lidar com essa questão antes de quaisquer outras. Existem ainda alguns outros efeitos produzidos pela cobertura desses meios e esses podem ser um efeito acelerador, um efeito de bloqueamento, um efeito de propaganda e um efeito de desafio. O efeito acelerador, ao colocar a pressão do público,

faz com que o processo de tomada de decisão do governo seja mais apressado. Mesmo que algo esteja a acontecer num país distante da audiência, os meios de comunicação social podem apresentar uma determinada questão como prioritária, como essencial para os valores dos direitos humanos, e isso levará a uma pressão pública para que o governo tome decisões imediatas de forma a parar com as atrocidades e dar uma resposta às injustiças.

Quando se examina a cobertura pela organização global de televisão de notícias '*Cable News Network*' (CNN) do bombardeamento da Jugoslávia pela OTAN de Março a Junho de 1999, pode-se argumentar que a ação da OTAN, criadora de um precedente (foi o primeiro conflito em que a aliança militar mais poderosa do mundo interveio nos assuntos internos de um Estado soberano), foi relatada sem quaisquer críticas e apresentada pela CNN como sendo uma intervenção humanitária. As imagens de televisão tenderam a seguir a agenda de notícias criada pelos militares dos EUA. Poucos foram os pontos de vista alternativos veiculados e, mais importante, uma mudança fundamental na natureza da OTAN (a de uma aliança de defesa para a de uma organização ofensiva de imposição da paz) foi amplamente ignorada.[404] A guerra foi apresentada como uma emergência humanitária, o último recurso quando todas as opções diplomáticas tinham sido esgotadas. Ao atribuir uma grande parte dos tempos dos noticiários aos comandantes militares dos EUA, aos porta-vozes da OTAN e, em geral, a agressivos especialistas 'independentes', a CNN tentou legitimar o bombardeamento. Embora os líderes Jugoslavos e Sérvios também tenham tido a oportunidade de expor os seus pontos de vista, o tempo que lhes foi destinado foi muito limitado. Esse foi também o caso do programa de análise e comentários da CNN, '*Insight*', e dos relatórios especiais alargados da '*Worldview*'. A maioria dos especialistas entrevistados – militares e civis – apoiou a ação da OTAN, argumentando que a Aliança era a melhor garantia para a paz na Europa. A CNN, tal como outros meios de comunicação social ocidentais, apresentou o bombardeamento como uma cruzada moral contra um tirano. A demonização dos Sérvios e a personalização do conflito em Slobodan Milosevic foi uma continuação de oito anos de relatos ocidentais sobre os Sérvios como sendo estes os principais perpetradores do que tem sido rotineiramente chamado de 'limpeza étnica'. O UÇK, que em 1998 tinha sido rotulado como uma organização

[404] Thussu, Daya Kishan (2000), "Legitimizing 'Humanitarian Intervention'? CNN, NATO and the Kosovo Crisis". *European Journal of Communication*, 15(3), 345–361. http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0267323100015003005

terrorista pelo governo dos Estados Unidos e por um grupo de direitos humanos liderado pelos EUA, e que financiava as suas operações com os lucros do tráfico internacional de drogas, foi transformado pela CNN num exército de 'combatentes da liberdade'.[405] Na verborreia, nas suposições, e na seleção e tratamento das questões e fontes, a CNN e os seus repórteres na guerra do Kosovo seguiram a liderança da OTAN e serviram de facto como um parceiro de informação pública. Esses jornalistas não questionaram os motivos da OTAN, não exploraram quaisquer possíveis agendas ocultas, não desafiaram as alegações da OTAN ou seguiram pistas de investigação que não estavam de acordo com os requisitos da propaganda da OTAN. Os jornalistas da CNN não só seguiram a agenda da OTAN e não fizeram perguntas críticas, como também serviram de promotores da guerra da OTAN. No cômputo geral, a CNN serviu, mesmo que inadvertivamente, como o braço de informações públicas da OTAN durante a Operação '*Allied Force*'. Apesar das suas pretensões de ser uma empresa 'global', a sua produção de notícias não foi significativamente diferente da dos seus rivais dos meios de comunicação social dos EUA. Qualquer possibilidade de ser 'aberta' e 'equilibrada' foi submersa pela aceitação, interiorizada pelos seus repórteres, dos objetivos, da linguagem e dos referenciais da OTAN. Foi assumida totalmente a verdade basilar da OTAN e foi oferecido o comando da palavra aos seus porta-vozes. Apesar de ter obtido um imenso sucesso ao atingir um grande público com as suas 'notícias de última hora', o que a CNN deu foram as notícias que a OTAN queria destacar e raramente se afastou da perspetiva da OTAN.[406]

Para se ter uma ideia de como as notícias dos EUA informaram sobre a guerra no Kosovo, um dos vários estudos realizados consistiu numa análise do tratamento linguístico do bombardeamento do Kosovo e eventos relacionados, conforme foram relatados nos principais meios de comunicação dos EUA durante a semana de 22 a 28 de Abril de 1999. Esse período decorreu sensivelmente a meio do bombardeamento da OTAN. Os meios de comunicação especificamente analisados foram: os jornais *Christian Science Monitor*, *Los Angeles Times*, *New York Times* e *Washington Post*; a agência de notícias *Associated Press* (AP); e os canais de notícias de televisão e por cabo ABC, CBS, CNN e MSNBC. Nesse estudo foram

[405] Thussu, Daya Kishan (2000), op. cit.

[406] Hammond, P., e D. Peterson (2000), "CNN: Selling NATO's War Globally". Em P. Hammond & E. S. Herman (Eds.), *Degraded Capability: The Media and the Kosovo Crisis* (pp. 111–122). London & Sterling: Pluto Press.

identificados os quatro temas que mais capturaram a atenção dos jornalistas: (a) os Sérvios como terroristas, (b) os Sérvios como perversos, (c) Milosevic como ditador e (d) os refugiados do Kosovo como temerosas vítimas de Milosevic e dos Sérvios.[407]

Noutro estudo sobre a cobertura dos meios de comunicação dos EUA, observou-se que os relatos sobre os supostos 'massacres' representaram quase metade dessa cobertura, e as evidências resultantes desse estudo demonstram que os efeitos das ações dos meios de comunicação foram um dos fatores que influenciaram a decisão da OTAN de intervir militarmente no Kosovo. Cada incidente relatado foi garantindo oportunidades para que a opção política evoluísse gradualmente para uma intervenção militar. De facto, esse estudo demonstra que os efeitos dos meios de comunicação foram mais um dos fatores que pressionaram a política em direção a uma intervenção. Outras variáveis também contribuíram para tal e essas estiveram relacionadas com os combates reais no Kosovo e as suas consequências para os civis. E esses outros fatores, que receberam pouca ou nenhuma cobertura pelos meios de comunicação, foram a base para as mais tradicionais ações de iniciativa dos governos as quais, só em alguns casos, foram acompanhadas pela cobertura dos meios de comunicação social.[408]

Uma das principais técnicas de enquadramento utilizada pelos meios de comunicação social é a da comparação de um evento corrente com eventos anteriores semelhantes, e a guerra do Kosovo não foi isenta desse tipo de generalização tendo sido frequentemente comparada com o Holocausto. Ao comparar a guerra do Kosovo com o Holocausto, os líderes de opinião reforçaram a necessidade de intervenção dos países ocidentais. "*Se, por exemplo, a crise do Kosovo fosse retratada com sucesso através de alusões diretas ou indiretas como sendo outro Holocausto, o imperativo de evitar um genocídio justificaria algum tipo de intervenção americana no Kosovo*". [409] Essas comparações foram utilizadas por esses meios de comunicação e discutidas na televisão nacional nos Estados Unidos por influentes líderes de opinião. Fazer tais referências e metáforas fez com que o público ativasse respostas

[407] Vincent, Richard (2000), *A Narrative Analysis of U.S. Press Coverage of Slobodan Milosevic and the Serbs in Kosovo*.

[408] Bahador, B. (2007) *The CNN Effect in Action: How the News Media Pushed West toward War in Kosovo*. Palgrave Macmillan US.

[409] Paris, R., (2002) "Kosovo and the Metaphor War". *Political Science Quarterly*, 117(3), 423–450, p. 425. Tradução do autor. https://doi.org/10.2307/798263

conscientes e subconscientes, racionais e emocionais em relação a esses acontecimentos, condicionando dessa forma a opinião pública sobre a guerra do Kosovo.[410] Por outras palavras, a guerra do Kosovo podia não ser um novo Holocausto, mas tinha de ser apresentada como um evento semelhante para que a intervenção internacional fosse necessária. Essas declarações e comparações, divulgadas nos meios de comunicação social, foram repetidamente feitas pela administração Clinton, bem como por outros líderes e políticos.

Quanto aos meios de comunicação social europeus, estes acompanharam, sensivelmente, o roteiro dos meios de comunicação dos EUA. Quando olhamos para a cobertura do conflito, especialmente nos países que são membros da OTAN, podemos ver os mesmos estereótipos e generalizações, e um apoio quase total aos bombardeamentos da OTAN por razões 'humanitárias'.

Na imprensa britânica, os jornais politicamente conservadores, como o *The Times*, o *Telegraph, Express* e o *Daily Mail*, expressaram o seu habitual apoio às forças armadas britânicas. Em contrapartida, para a ala mais liberal da imprensa, particularmente o *Guardian* e o *Independent*, para quem uma postura pró-militar não é uma resposta reflexa tão tradicional, foi a proclamada missão moral da OTAN que capturou a imaginação. Com a ajuda dos meios de comunicação social, Blair criou um 'objetivo moral nacional' temporário em relação ao Kosovo. E agarrando o sugerido pelo seu discurso do Bem contra o Mal, muitos jornalistas celebraram o ataque da OTAN como sendo uma guerra justa para as vítimas da opressão, simplificando e distorcendo a realidade do conflito. Tal como as Cruzadas Cristãs necessitavam dos Infiéis, a cruzada moral de Blair requeria bárbaros antissociais que tinham de ser ensinados sobre tolerância, se necessário, com violência.[411] A BBC atribuiu prioridade ao conflito no Kosovo e, portanto, a cobertura do bombardeamento da OTAN foi a maior operação logística de um meio de comunicação social alguma vez desenvolvida pela BBC. Como exemplo do tipo de reportagem que produziu, o bombardeamento do Kosovo foi relatado no noticiário da BBC como sendo "*o som de anjos*".[412] No cômputo geral, uma análise

[410] Paris, R. (2002), op. cit.

[411] Hammond, Phil (2000), "Third Way War: New Labour, the British Media, and Kosovo". Em Edward Herman & Phil Hammond (Eds.), *Degraded Capability: The Media and the Kosovo Crisis* (pp. 123–131). London & Sterling: Pluto Press.

[412] Pilger, John (2000), "Censorship by Omission". Em P. Hammond & E. S. Herman (Eds.), *Degraded Capability: The Media and the Kosovo Crisis* (pp. 132–140). London & Sterling: Pluto Press.

da cobertura pelos meios de comunicação social britânicos demonstra que os seus jornalistas nunca questionaram os objetivos, as justificações e os motivos da OTAN.

A cobertura da crise do Kosovo pelos meios de comunicação social franceses foi a continuação de uma cruzada já desenvolvida na Bósnia, na qual as suposições ideológicas excluíram os factos indesejados e a indignação silenciou as interrogações. O papel de liderança na formação da atitude francesa em relação aos conflitos jugoslavos foi inquestionavelmente desempenhado pelo seu jornal mais influente – o *Le Monde*. Sendo a principal fonte de informação para os intelectuais que fazem questão de serem seus leitores, foi através dos seus artigos, bem como dos da outra imprensa de centro-esquerda, como o *Libération* e o semanário *Le Nouvel Observateur*, que foi forjada a contribuição dos intelectuais e comentadores franceses na promoção da ideologia da 'intervenção humanitária', desenvolvendo assim a opinião pública sobre essa questão.[413]

As reportagens alemãs sobre a guerra da OTAN não foram melhores do que em outros países do Ocidente. Do que as pessoas se lembraram depois foi em grande parte da unilateral condenação dos Sérvios. Na sua maior parte, os meios de comunicação social repetiram as justificações oficiais da guerra e até ofereceram argumentos e retóricas próprias para legitimar os ataques aéreos. Os políticos alemães afirmaram que a OTAN não estava a desencadear uma guerra, mas sim a defender os direitos humanos e a tentar impedir o genocídio que Milosevic tinha planeado há já muito tempo. Tais alegações não foram apenas repetidas de uma forma acrítica, mas ativamente promovidas por jornalistas que eram abertamente simpatizantes de uma das partes do conflito.[414]

Desde o início, os meios de comunicação social da Noruega, um país membro da OTAN, mantiveram um perfil discreto em relação aos efeitos dos ataques aéreos, mas estes foram normalmente descritos como necessários para restaurar a paz no Kosovo. Na realidade,

[413] Johnstone, Diana (2000), "French Media and the Kosovo War". Em S. H. Edward & P. Hammond (Eds.), *Degraded Capability: The Media and the Kosovo Crisis* (pp. 141–152). London & Sterling: Pluto Press.

[414] Deichmann, Thomas (2000), "From 'Never again War' to 'Never again Auschwitz': Dilemmas of German Media Policy in the War against Yugoslavia". Em S. H. Edward & P. Hammond (Eds.), *Degraded Capability: The Media and the Kosovo Crisis* (pp. 153–163). London & Sterling: Pluto Press.

praticamente todos os jornais noruegueses assumiram uma posição pró-guerra nas suas colunas editoriais. Além disso, a imprensa fez um grande esforço para salientar o papel da Noruega no conflito, assumindo uma linha fortemente patriótica, apesar da ausência de qualquer nítido interesse nacional. Portanto, não surpreende de todo que a maioria da opinião pública norueguesa estivesse a favor da guerra.[415]

Nos meios de comunicação social russos, uma grande parte da discussão foi centrada nas reportagens ocidentais e na propaganda da OTAN. Enquanto os meios de comunicação social ocidentais apresentaram os refugiados de etnia albanesa como óbvias vítimas de atrocidades e de 'limpeza étnica' dos Sérvios, descrevendo o êxodo como uma 'catástrofe humanitária', os jornalistas russos assinalaram que as pessoas estavam a fugir dos bombardeamentos da OTAN e que os ataques aéreos, supostamente planeados para proteger os albaneses do Kosovo, só pioraram a sua situação. A imprensa russa argumentou que os meios de comunicação social ocidentais estavam a travar uma guerra de propaganda ao lado dos seus próprios governos, visando a opinião pública interna e a própria Jugoslávia. Os jornalistas ocidentais foram censurados pelos seus colegas russos vistas as suas reportagens unilaterais, e a OTAN foi frequentemente criticada pela sua condução de uma guerra de propaganda 'implacável'.[416]

Em jeito de conclusão, pode-se dizer que os meios de comunicação social dos países dominantes da OTAN não quebraram a sua tradição de apoio na forma como procederam à cobertura da crise e guerra do Kosovo. Os meios de comunicação social das potências dominantes da OTAN, mais do que nunca, alcançaram todo o mundo, procurando influenciar pessoas e governos para lá das suas próprias fronteiras. A cobertura por quase todos os meios de comunicação social dos membros da OTAN (Grã-Bretanha, França, Alemanha e Noruega) demonstra que eles foram mais um dos atores favoráveis a uma das partes e muitas vezes desempenharam na prática o papel de porta-voz da OTAN. O seu principal argumento foi que havia violência no Kosovo e que a intervenção era indispensável. A OTAN queria que esses meios se concentrassem nas atrocidades sérvias e esses meios seguiram essa linha, com

[415] Røn, K. T. (2000), "'Thank you, God! Thank you, Norway!' Norwegian Newspapers and the Kosovo War". Em P. Hammond e E. S. Herman (Eds.), *Degraded Capability: The Media and the Kosovo Crisis* (pp. 164–169). London & Sterling: Pluto Press.

[416] Hammond, P., L. Nizamova e I. Savelieva (2000), "Consensus and Conflict in the Russian Press". Em P. Hammond e E. S. Herman (Eds.), *Degraded Capability: The Media and the Kosovo Crisis* (pp. 177–184). London & Sterling: Pluto Press.

entusiasmo e credulidade. Portanto, foi com alguma justificação que Maggie O'Kane, do *The Guardian*, se queixou das críticas que o porta-voz de Blair, Alasdair Campbell, fez à cobertura dos meios de comunicação social em relação ao Kosovo: "*Campbell deveria reconhecer que foi a divulgação da guerra da Bósnia e da crise dos refugiados do Kosovo, que deu ao seu chefe o apoio e a simpatia do público de que ele precisava para combater o bom combate contra Milosevic*".[417] O'Kane queria, justificadamente, algum crédito por ter feito com que os Sérvios fossem bombardeados, na grande cruzada humanitária que a OTAN alegou estar a conduzir.

Nos anteriores parágrafos foi desenvolvida uma análise crítica dos meios de comunicação social e do papel que estes desempenharam no conflito do Kosovo. Do seu conteúdo resulta claro que as narrativas dominantes, que passaram nas reportagens dos meios de comunicação social sobre o conflito, apoiaram a linha oficial da OTAN, e não criticaram e/ou analisaram significativamente as informações que foram fornecidas pelas 'fontes oficiais'. De facto, o poder dos meios de comunicação social influenciou decisivamente o conflito no Kosovo: o seu início, a sua escalada e o seu resultado, pelo que quase se pode considerar que a verdadeira vitória lhes pertence.

5.4. 'Jihad' Islâmica

É lamentável que a situação nos Balcãs, aparentemente, não tenha sido considerada pela administração Bush como parte da guerra contra o terrorismo, ou seja, contra a *jihad* global islâmica. Em vez disso, foi posta de lado como sendo uma questão diplomática separada, a ser resolvida pela diplomacia. Historicamente, os Balcãs sempre foram entendidos como uma 'caixa de Pandora' de tensões religiosas e políticas, pelo menos desde o Congresso de Berlim de 1878. Os Balcãs são a área do sudeste da Europa onde o Islão conseguiu os seus maiores avanços contra a cristandade e onde o cristianismo católico e ortodoxo entraram em contato direto e em conflito com o Islão. Foi onde as crianças cristãs foram levadas para longe dos seus pais e transformadas em 'janízaros', ou seja, em guerreiros islâmicos do Império Otomano.

[417] O'Kane, Maggie (1999), "We reported; we did not lie", *The Guardian*, 11 de Julho. Disponível em https://www.theguardian.com/world/1999/jul/11/balkans3

Alija Izetbegovic, o presidente da Bósnia-Herzegovina, declarou a independência da Bósnia-Herzegovina em 1992, o que conduziu à guerra nessa região. Em 1970, na sua Declaração Islâmica (republicada em 1990 em Sarajevo), tinha escrito o seguinte:[418]

> "*A definição exaustiva da Ordem Islâmica é a unidade da religião e do direito, da educação e da força, dos ideais e dos interesses, da sociedade espiritual e do Estado. O muçulmano não existe de todo como um indivíduo independente (...) Não pode haver paz ou coexistência entre a fé islâmica e a fé e instituições não-islâmicas. O movimento islâmico deve e pode tomar o poder assim que for moral e numericamente forte o suficiente, não apenas para destruir o poder não-islâmico, mas para construir o islâmico*".

Ficou claro que a Europa e os Estados Unidos ignoraram abertamente as nítidas evidências do que provavelmente viria a acontecer na Bósnia.

No seu recente livro intitulado '*Terror Islâmico e os Balcãs*', Shaul Shay remete uma muito necessária atenção para os Balcãs, como sendo uma via para a disseminação da *jihad* islâmica na Europa.[419] Após o colapso da Jugoslávia, Izetbegovic visitou Teerão para expandir e consolidar as relações com o Irão e prosseguir com o seu objetivo de uma Bósnia Islâmica. Em resposta, o Irão prometeu uma grande quantidade de ajuda económica e também militar. A administração Clinton aprovou o envio de armas do Irão para a Bósnia. Em 1992, Bin Laden e Zawahiri e as suas organizações começaram a construir uma infraestrutura para penetrar nos Balcãs e estabelecer ali campos de instrução jihadistas. Pouco depois, Bin Laden visitou pessoalmente a Bósnia e a Albânia para examinar as redes terroristas aí implantadas. Os Acordos de Dayton de Dezembro de 1995 estipulavam que os *mujahedins* islâmicos deveriam deixar a Bósnia, mas tal não aconteceu.

Em 1995, vinte e cinco organizações islâmicas radicais reuniram-se para planear a expansão das atividades jihadistas nos Balcãs. Também estava na agenda o planeamento de formas melhoradas de penetrar na Europa e transformar a Europa no '*dar al harb*', ou seja, no mundo da guerra, e depois converter a Europa no '*dar al Islam*', ou seja, no mundo do Islão. Depois

[418] Izetbegovic, Alija (1970), *The Islamic Declaration*. http://www.slobodanpraljak.com/english/The_Islamic_Declaration.pdf

[419] Shay, Shaul (2011), *Islamic Terror and the Balkans*, Transaction Publishers.

do 11 de setembro, houve uma escalada dos ataques islâmicos contra os Sérvios no Kosovo, no sul da Sérvia e na Macedónia, uma muito maior atividade do Exército Nacional Albanês (ANA) no Kosovo e na Macedónia e uma escalada da violência na Bósnia-Herzegovina.

Conforme relatado por Shay, as instituições de caridade islâmicas nos Balcãs, da Arábia Saudita, do Irão e de outros estados árabes, contribuíram com centenas de milhões de dólares, bem como com equipamentos militares e abastecimentos para as organizações jihadistas nos Balcãs. Apresenta-se em seguida uma lista parcial fornecida por Shay, dessas instituições de caridade: *Fundação Internacional de Benevolência. Fundação Islâmica Al Haramain. Comité de Ajuda Conjunta da Arábia Saudita. Fundação Om al Quara. Interesse Humano Internacional. Organização Internacional de Socorro Islâmico. Alto Comissariado da Arábia Saudita. Agência de Socorro do Terceiro Mundo. Agência Islâmica de Socorro. Comité de Caridade do Qatar. Crescente Vermelho do Irão. Comité de Assistência Conjunta do Koweit. Organização de Socorro Humano. A Caridade Maktab al Kidmat*. A lista das instituições de caridade islâmicas que operam nos Balcãs é, por assim dizer, extensa. Shay relata ainda que a Al-Qaeda criou uma organização clandestina para ajudar a transferir fundos para os movimentos de *mujahedins* e outras organizações terroristas, a fim de estabelecer infraestruturas terroristas nos Balcãs.

Em 1996, a ONU acusou o Irão de violar os acordos de paz de Dayton, que puseram fim à guerra na Bósnia. Durante a guerra, muitos *mujahedins* iranianos tinham-se mudado para a Bósnia a fim de combater os Sérvios. Bastantes deles não saíram, conforme determinado, mas, em vez disso, casaram-se com mulheres locais e continuaram a estabelecer redes islâmicas no país. Durante a guerra, o governo Clinton deu luz verde ao Irão para enviar grandes quantidades de contrabando para a Bósnia, violando o embargo que estava em vigor. Shay estima que, de 1994 a 1996, 5.000 toneladas de produtos militares, incluindo armas anticarro e mísseis terra-ar, foram enviados para a Bósnia. Saliente-se, entretanto, que dois dos sequestradores do 11 de Setembro tinham ligações com a infraestrutura da Al-Qaeda nos Balcãs.

Em 1992, Sali Berisha tornou-se presidente da Albânia. Desde logo, deixou claro o seu desejo da criação de uma 'Grande Albânia' que incluiria parte do Kosovo, e a sua crença de que a luta no Kosovo, dos Albaneses muçulmanos contra os Sérvios, era de facto uma '*jihad*' – uma guerra santa em nome do Islão. A Albânia quase entrou em colapso em 1997 devido à

instabilidade económica e aos distúrbios subsequentes. Durante o caos que se seguiu, foram transferidos da Albânia para o Kosovo enormes quantidades de armas de fogo e munições.

A própria historiografia do UÇK afirma que os seus guerrilheiros foram treinados primeiro por oficiais do Exército Albanês e só mais tarde por graduados de exércitos da OTAN (EUA e RU). No entanto, a primeira afirmação não parece credível, pois aqueles além de a sua proficiência técnica ser muito discutível, mais ainda o seria em termos de guerra de guerrilhas, para a qual não tinham qualquer preparação ou antecedentes. Assim sendo, parecem-nos muito mais realistas as alegações de os guerrilheiros do UÇK terem sido inicialmente treinados por combatentes jihadistas oriundos da Chechénia e Afeganistão.

Com as devidas reservas, apresenta-se em seguida um excerto de um relatório do Serviço de Informações e Segurança da Sérvia[420] divulgado em Setembro de 2003 e que, no mínimo, contém alguma informação pertinente e quiçá verdadeira:

> "*A presença do elemento radical islâmico no território do Kosovo e Metohija foi confirmada por uma participação ativa de mujahedins inseridos em formações do UÇK nos conflitos armados no Kosovo, bem como pelas atividades de várias organizações humanitárias islâmicas. Na 16ª Conferência Islâmica, realizada no Paquistão em Outubro de 1998, o separatismo albanês no Kosovo foi definido como 'jihad' e foi pedido ao mundo islâmico que ajudasse com todos os meios disponíveis essa "luta pela liberdade nos territórios muçulmanos ocupados". Referindo-se à jihad, a organização terrorista de Osama Bin Laden anunciou ataques terroristas contra os 'infiéis', isto é, a Grã-Bretanha, os EUA, a França, Israel, a Rússia, a Índia e a Sérvia.*
>
> *A presença do islamismo radical no Kosovo e Metohija é assinalada pelo facto de em 1995 Osama Bin Laden ter visitado a Albânia como convidado de Sali Berisha, que era o presidente da Albânia na época, altura em que foram criadas as bases para o apoio logístico e financeiro à organização Al-Qaeda, com células no Kosovo. Além de Bin Laden, esse encontro contou com a participação de Bashkim Gazideda, ex-chefe da polícia secreta da Albânia, Hashim Thaçi e Ramush Haradinaj. Na ocasião, Bashkim*

[420] BIA, Security Information Agency (2003), *Albanian Terrorism and Organized Crime in Kosovo and Metohija*, Setembro. Disponível em http://www.kosovo.net/albterrorism.html Tradução do autor.

Gazideda foi eleito para integrar um grupo de líderes da Al-Qaeda para a região dos Balcãs.[421]

O senador Pat Roberts, presidente da Comissão de Segurança do Senado, afirmou que os EUA tinham provas sobre as ligações do UÇK com Osama Bin Laden, bem como sobre o envolvimento de membros do UÇK no tráfico ilícito de drogas.

Os círculos dos serviços de informações na Albânia confirmam uma forte presença da rede de Bin Laden neste país, bem como a existência dos seus planos para ataques a cidadãos e instalações americanas. As mesmas fontes confirmaram a presença de quatro grupos de 'Combatentes da Jihad' (do Egipto, Arábia Saudita, Argélia, Tunísia e Sudão) no norte da Albânia e a participação dos seus membros nos conflitos no Kosovo, como parte das forças do UÇK. [422]

Combatentes islâmicos fanáticos do Afeganistão, Argélia, Egipto, Chechénia, Irão e de outros países foram incluídos nas estruturas de comando do UÇK no Kosovo. Em alguns casos, esses indivíduos, radicalmente orientados e profissionalmente altamente treinados, estabeleceram as suas unidades independentes para operações especiais e missões táticas específicas. Participaram diretamente na ocupação de territórios e em operações de limpeza, no sequestro de civis e de membros das forças policiais, e em torturas e assassinatos brutais. Foram também contratados como instrutores para o treino especial de algumas formações do UÇK.

Em 1998, o Departamento de Estado colocou o UÇK na lista das organizações terroristas, fundamentando-o com o facto de as operações do UÇK serem financiadas pelo produto da venda internacional de drogas e por empréstimos de países e indivíduos islâmicos, entre os quais, aparentemente, se contava o próprio Osama Bin Laden. De acordo com informações fornecidas pela Interpol, outra ligação com Bin Laden é o

[421] Em 22 de junho de 2001, referindo-se a declarações dos principais representantes das Forças de Segurança da Macedónia, o 'Washington Times' publicou um artigo intitulado "Os Novos Enviados Especiais de Bin Laden", alegando que Osama Bin Laden era um dos principais patrocinadores do grupo terrorista 'Albanian National Army' (ANA) e que até essa data teria desembolsado 6,7 milhões de dólares para as necessidades dessa organização.

[422] Stephen, Chris (1998), "Bin Laden opens European terror base in Albania", *Sunday Times*, 29 de Novembro.

facto de Muhammed Al Zawahiri, irmão do Dr. Yaman Al Zawahiri, dirigente da organização da jihad egípcia e ideólogo da Al-Qaeda, ser o comandante de uma unidade de elite do UÇK no conflito no Kosovo.[423]

Na região de Drenica, integrada nas forças do UÇK, no período de maio até o final de junho de 1998, esteve a atuar uma unidade combinada de mujahedins, designada por 'Abu Bekir Sidik', sob o comando de Ekrem Avdi de Kosovska Mitrovica. As atividades da unidade 'Abu Bekir Sidik', como sejam, a aquisição e fornecimento ilegal de armas foram financiadas por organizações de Zenica (B-H), com os nomes de 'Centro Islâmico dos Balcãs' e 'Juventude Islâmica Ativa'. [424] *A unidade era composta por 115 mujahedins, dos quais cerca de 40 eram estrangeiros (10 da Arábia Saudita, 2 do Egipto, 4 da Albânia, 2 da Inglaterra, 1 da Irlanda e 1 da Escócia, enquanto os restantes eram cidadãos da ARJM e da B-H).*[425] *Os combatentes da 'Abu Bekir Sadik' de origem étnica albanesa regressaram aos seus locais de residência no Kosovo depois de a unidade ter sido dissolvida, enquanto outros tentaram entrar no território da Albânia.*

Em agosto de 1998, as Forças de Segurança da República da Albânia prenderam Ekrem Avdija, Shpend Kopriva e Nexhmedin Laush e, posteriormente, também outros membros da unidade. Por causa das suas atividades terroristas, foram condenados a um longo período de prisão, mas em 2001, todo o grupo foi perdoado sob pressão da comunidade

[423] Apresentação perante o Congresso dos EUA, em 13 de dezembro de 2000, por Ralf Mutschke, diretor adjunto da Divisão de Informações Criminais da Interpol. O tema era: "O risco da convergência do crime organizado, tráfico de drogas e terrorismo".

[424] Abdulah Duhajman da Arábia Saudita é o fundador e responsável pelo 'Centro Islâmico para os Balcãs' em Zenica. O Centro foi fundado a partir da organização não-governamental denominada 'Escritório Mundial para o Apelo Islâmico', com sede em Riad e patrocinada por ricos empresários da Arábia Saudita. As atividades do 'Escritório Mundial para o Apelo Islâmico', também fundado pelo mesmo Abdulah Duhajman, estão orientadas para a propaganda e a *jihad* e para a mobilização dos muçulmanos para a *jihad*. No decurso dos conflitos armados na B-H, Duhajman participou ativamente dos combates integrado na unidade com o nome de 'El-Mujahid'. Está em contato com a organização terrorista islâmica 'Irmandade Muçulmana' e há indícios da sua colaboração com Osama Bin Laden (algumas informações não confirmadas sugerem que Abdulah Duhajman pode ser um pseudónimo do próprio Osama Bin Laden).

[425] A unidade 'Abu Bekir Sidik' estava equipada com espingardas automáticos de fabrico jugoslavo, chinês e russo; também possuíam armas com alça telescópica, bem como lança-granadas de 40 mm, RPGs, metralhadoras ligeiras e pesadas, granadas de mão e outras armas.

internacional. Logo após a sua libertação da prisão, Ekrem Avdija continuou a liderar a organização denominada 'Gabinete Islâmico do Kosovo' que, ao longo de um certo período de tempo, expandiu o âmbito das suas atividades através da criação de numerosas sucursais em todas as grandes cidades do Kosovo e Metohija. Logo depois, reativou um grupo de mujahedins com o mesmo nome, 'Abu Bekir Sidik', com base na parte sul de Kosovska Mitrovica.

Além de tudo isso, as atividades do ANA na Macedónia foram apoiadas pela participação direta de cerca de 150 mujahedins da Arábia Saudita, Afeganistão, Bósnia-Herzegovina e Turquia, bem como da Albânia, ARJM e Kosovo, que anteriormente viviam em outros países árabes onde tinham sido treinados. Os dados que o comprovam foram obtidos quando da detenção de Sedula Morati, um membro da unidade 'Ismet Jashari' que operava nas regiões de Kumanovo e Lipkovo. A transferência dos mujahedins para o território da Macedónia foi organizada por Daut Haradinaj, além de outros.[426]

Com o pretexto de desenvolver atividades humanitárias, a organização 'Albanian-Haramain', com sede em Prizren, transporta armas ilegalmente, participa na formação e financiamento de terroristas e dá apoio logístico aos extremistas albaneses no Kosovo e na ARJM. A maioria dos fundos utilizados para patrocinar esta organização vem da Arábia Saudita.

A 'Ajuda Unida Saudita para o Kosovo' é uma organização que fornece armas aos elementos do ANA. Onze membros desta organização foram presos pela KFOR devido às suas ligações com a organização terrorista internacional, Al-Qaeda. A 'Fundação de Socorro Global' é uma organização não-governamental com um fundo de cerca de

[426] O jornal britânico 'Sunday Times' citou fontes albanesas dos serviços de informações, afirmando que a rede de Bin Laden foi estabelecida na Albânia de forma a possibilitar a realização de ações na Europa. Esses serviços também estimam que alguns terroristas já se infiltraram em países europeus selecionados utilizando os canais de migração ilegal. Os analistas também sugerem que a região é importante para a Al-Qaeda e para os seus terroristas por causa da possibilidade de estabelecer o controlo sobre os oleodutos que ligarão a Bulgária aos portos albaneses. Desta forma, seria possível à Al-Qaeda controlar as remessas de petróleo para os EUA.

1 milhão de dólares, patrocinada por países islâmicos. O chefe da sucursal do Kosovo e dois outros ativistas foram presos pela KFOR sob suspeita de atividades terroristas.[427]

Alguns representantes da organização humanitária 'El-Yila' consistem na principal ligação entre países islâmicos e os terroristas no sul da Sérvia, no Kosovo e na ARJM e estão envolvidos no recrutamento e transferência de terroristas para o Kosovo e para o sul da Sérvia.

Abu Muhamed e Yamel Lamprani, também conhecido como 'Abu Musab', que foi, durante os conflitos armados no Kosovo e Metohija, um dos instrutores da unidade 'Abu Bekir Sidik', são, respetivamente os responsáveis pelas sucursais da organização humanitária 'Igasa' em Skopje e Zagreb. Ambos estudavam na Universidade de Belgrado e, no início dos anos noventa, foram presos por serem membros de uma organização terrorista religiosa chamada 'Frente de Salvação Islâmica'. Esta organização, em colaboração com o movimento de resistência islâmica 'Hamas', ou seja, a ala radical da organização designada por 'Irmandade Muçulmana', recrutou estudantes do Sudão, Argélia, Palestina e Egipto.

As atribuições e tarefas que costumavam ser realizadas por uma organização humanitária conhecida por 'Socorro Islâmico' foram assumidas por duas organizações islâmicas – a 'Fundação Humanitária Islâmica' da Arábia Saudita e a 'Flores de Bin Laden'.[428] *Durante um alargado período de tempo, o 'Socorro Islâmico' recrutou crianças albanesas órfãs para ações terroristas suicidas. O recrutamento dessas crianças foi realizado no Hotel Lion em Uroševac situado perto das instalações da*

[427] No início de 2001, a organização internacional não-governamental 'Amnistia Internacional' anunciou que, numa das ações da KFOR, foram detidos dois cidadãos iraquianos, Ahmad Said e Abdul Ragiz, sob suspeita de estarem ligados à rede terrorista internacional da Al-Qaeda. Representavam a organização humanitária conhecida por '*Global Relief Foundation*'. Falando sobre isso, George Robertson, Secretário-Geral da OTAN, disse então que "*a infiltração do terrorismo islâmico é geralmente realizada através de organizações humanitárias islâmicas*".

[428] Esta é uma organização ilegal fundada recentemente, em que até o próprio nome sugere atividades terroristas.

organização. Depois de os EUA terem atacado o Iraque, houve uma queda substancial das atividades dessa organização." [429]

Também um relatório, supostamente com origem no serviço de informações alemão e que chegou ao conhecimento da KFOR e da UNMIK, comunicava o retorno à região de Bashkim Gazideda (já acima mencionado e um dos homens de confiança de Sali Berisha), vindo da Turquia onde se tinha refugiado e sendo a sua presença no Kosovo relacionada com a atividade do novel serviço de informações e segurança do Kosovo (SHIK) criado por Hashim Thaçi, e com a promoção de novas atividades subversivas no sul da Sérvia e na Macedónia. O SHIK é apoiado pelos partidos políticos que controlam o crime organizado – o Partido Democrático do Kosovo (PDK) de Thaçi e a Aliança para o Futuro do Kosovo (AAK) de Haradinaj; é dirigido por Xhavit Haliti, conhecido pelas suas ligações a grupos de extremistas islâmicos da Síria e da Chechénia.

Por outro lado, o elevado número de organizações não-governamentais islâmicas foi pessoalmente comprovado pelo autor durante os quase quatro anos que serviu no Kosovo. Os indícios de atividades suspeitas relatados até por serviços de informações ocidentais também comprovam de algum modo as ligações de alguns dos líderes Albaneses do Kosovo às redes de terrorismo islâmico, se bem que estou em crer que a rápida assimilação dos vícios e costumes de novos-ricos que agora os caracterizam, talvez os levem a esquecer os seus deveres de contribuição para a *jihad*.

Embora seja difícil de garantir com absoluta e comprovada certeza todo este conjunto de informações indiciando uma importante atividade de apoio e participação da *jihad* islâmica no conflito no Kosovo e com uma importante influência no seu desenvolvimento e desfecho, é minha convicção que de facto essa participação existiu e só não foi combatida e desmascarada publicamente pelos poderes ocidentais, porque contribuía para as mesmas finalidades. Como diz o nosso povo: "Não há fumo sem fogo!" e na realidade, são demasiados os indícios e as coincidências para que nada tenha acontecido..

[429] Em Março de 2000, a BBC informou que a KFOR tinha revistado as instalações e escritórios do 'Socorro Islâmico', pois as autoridades americanas tinham alertado que a organização poderia estar ligada à Al-Qaeda. A organização rejeitou veementemente essas acusações.

5.5. Crime Organizado

Seja quem for que tenha algum interesse sobre o Kosovo sabe que essa região tem sido e continua a ser um paraíso para um terrível emaranhado de criminalidade, tráfico e corrupção ligados à sua liderança política e baseados nos clãs locais. Embora seja difícil obter informações precisas sobre a dimensão desta atividade clandestina, e às vezes aquelas sejam produto de especulações, ainda é possível identificar as amplas mudanças na atividade criminal, a natureza da interdependência entre as economias informais e a vida política pública e as tendências que podem vir a alterar estas ligações. Estas questões tornam-se ainda mais importantes por causa da acentuada preocupação doméstica e internacional quanto às origens de grande parte da atual classe política kosovar. Em particular, que relevância deve ser dada às supostas atividades criminosas nos anos 90 e depois, dos comandantes guerrilheiros e dos seus aliados que agora ocupam posições em Pristina de elevado poder político?[430]

Embora muitas das evidências permaneçam circunstanciais, numerosos especialistas em informações e análise política concordam que os ex-líderes do UÇK, incluindo o ex-primeiro ministro Thaçi, e o líder do AAK (e agora primeiro-ministro) Ramush Haradinaj, criaram fortes ligações com o submundo do crime.[431] Relatórios de serviços de informações de vários países, incluindo as células nacionais de informações presentes na KFOR, bem como o recente 'Relatório Marty' para o Conselho da Europa,[432] afirmaram que Thaçi e outros membros do governo lideravam mafias criminosas no Kosovo, e como resultado estavam, ou tinham estado, envolvidos num elevado número de atos bárbaros, incluindo num esquema para colher e vender órgãos humanos.

[430] Para uma breve sinopse das opções políticas da UE à luz de recentes desenvolvimentos, ver: Emerson, Michael e Jan Wouters (2011), "Time for Justice in Kosovo". *CEPS Commentary*. Disponível em: https://www.ceps.eu/publications/time-justice-kosovo

[431] Ver, por exemplo, "Report identifies Hashim Thaçi as 'big fish' in organized crime". *Guardian*, 24 de Janeiro de 2011.

[432] Relatório do Conselho da Europa compilado por Dick Marty e apresentado em 16 de dezembro de 2010, que alega que um grupo do UÇK em Drenica (sob o comando de Thaçi) foi responsável pelo assassinato e extração forçada de órgãos humanos a Sérvios e Albaneses. Sendo o resultado de dois anos de investigação, este relatório baseou-se em entrevistas, em várias fontes de informações e em investigações anteriores concluídas por outros países, incluindo a Alemanha e a Sérvia. Disponível: http://assembly.coe.int/nw/xml/News/FeaturesManager-View-EN.asp?ID=964

O período da guerra na década de 1990, quando os fundos para comprar armamento dependiam do crime transnacional, constituiu um dos picos para a relação político-criminal. No entanto, o período imediatamente após a retirada das forças sérvias foi provavelmente o mais significativo para o futuro carácter do Estado kosovar. Nessa época, o UÇK começou o processo de se transformar numa força política formal, administrando assuntos municipais e desmobilizando as suas tropas para a Polícia local e para o KPC. Ao mesmo tempo, a ausência de uma clara autoridade e a lenta consolidação das capacidades da UNMIK permitiram que a atividade criminosa, já enraizada em quase todos os municípios, prosperasse e que os ativos económicos locais, tais como o imobiliário e os serviços públicos, fossem tomados de assalto.[433] A região ocidental de Dukagjin, controlada por grupos ligados a Haradinaj, era um centro de contrabando de combustíveis e cigarros. A região de Drenica caiu sob a autoridade dos aliados de Thaçi, tornando-se um local de violência entre fações e etnias. A região de Gniljane, no leste, ficou sob o controlo do comandante do UÇK Shaban Shala, um aliado próximo de Thaçi. Ficou conhecida na época como sendo o ponto de entrada da heroína no Kosovo.[434]

Uma possível interpretação dessa conjunção entre o crime e a liderança da guerrilha local é que se formou entre os dois um elo duradouro para procurar obter o máximo de proveitos, e que continua a persistir na atual atividade política do Kosovo. Um relatório, que chegou ao conhecimento público, elaborado pelo serviço de informações alemão em 2005, assevera que existem "*estreitos laços entre a política, a economia e as estruturas do crime que operam internacionalmente no Kosovo*", e que o crime organizado na região constituía "*uma ameaça para a Europa de elevado potencial*".[435] Por sua vez, a EULEX decidiu que o combate ao crime organizado era uma das suas principais prioridades. O Representante Civil Internacional (RCI) descreveu-o como "*o principal desafio para o estabelecimento de um estado de direito*". [436] O zelo retórico na luta contra o crime organizado no Kosovo contrasta

[433] Incluindo prédios municipais, coleta de lixos, cemitérios e áreas dos mercados. Declarações ao autor de um anterior administrador municipal da UNMIK.

[434] International Crisis Group (2000). *What Happened to the KLA?* ICG Balkans Report 88. Pristina/Washington/Brussels.

[435] German Intelligence Service (BND). (2005). *Kosovo Intelligence Report 2005*. Disponível: https://wikileaks.org/wiki/BND%20Kosovo%20intelligence%20report,%2022%20Feb%202005

[436] Discurso do RCI na Universidade Americana do Kosovo, 27 de Abril de 2010.

decididamente com a alegada ambivalência da classe política interna. A confirmá-lo, o relatório de progresso da Comissão Europeia de 2010 afirmava – em termos inequívocos – "*A interferência política (...) levanta obstáculos a uma luta eficaz contra o crime organizado*".[437]

Apesar da aparente robustez desta evidência, a suposição de que os líderes políticos e os criminosos desfrutam de uma colaboração fluida baseada em interesses mútuos fortes e duradouros precisa ser discernida. Em primeiro lugar, a situação do pós-guerra nos municípios dominados pelo UÇK era uma de autoridade real limitada, na qual os novos líderes tinham de gerir os assuntos locais na ausência de qualquer segurança formal ou de aparelho judicial, e na presença de poderosos interesses da guerrilha. Estes contextos favoreceram o aparecimento de interesses e fações rivais, que os líderes locais apoiavam, ou apenas toleravam, conforme as necessidades políticas. Pode ser constatado um paralelo com a posição do primeiro-ministro reformista da Sérvia em 2000, Zoran Djindjic, que admitiu não ter outra opção a não ser a de se envolver em negociações com o crime organizado.[438]

É também importante uma segunda consideração: As ligações entre políticos e crime variam de acordo com a natureza e extensão da atividade criminosa. A Interpol estima que os albaneses étnicos, dos quais os kosovares constituem uma parte importante,[439] controlavam, no ano 2000, 70 % do mercado de heroína na Alemanha e em outros países da Europa Central[440] e que a rota dos Balcãs continua a ser uma importante via para a entrada de heroína na Europa Ocidental.[441]

[437] European Commission (2010), *Kosovo 2010. Progress Report.* Brussels: EC.

[438] Glenny, Misha (2008), *McMafia*, London, Bodley Head, p. 54.

[439] Os albaneses étnicos do Kosovo constituem cerca de um terço da população albanesa nos Balcãs (*CIA World Factbook, 2011*). Dos albaneses étnicos na Europa Ocidental, os migrantes da Albânia são o grupo mais importante na Itália, enquanto os kosovares são dominantes em muitos outros países.

[440] United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC) (2010). *The Globalization of Crime. A Transnational Organized Crime Threat Assessment.* Viena: ONU.

[441] Estima-se que 87 toneladas de heroína passem pelo Sudeste da Europa todos os anos, sugerindo que a corrupção dos agentes da lei e das autoridades locais é endémica em toda a região. Apesar da aparente redução nas atividades da mafia albanesa transnacional, os albaneses ainda estão fortemente envolvidos nos mercados de heroína na Itália e na Suíça. – UNODC (2010), Op. Cit., pp. 119-125.

Um conjunto de provas policiais e judiciais indica que a natureza do crime no Kosovo está agora a evoluir e, consequentemente, também a essência das suas relações com a classe política e com as autoridades do Estado. Ao mesmo tempo, a Comissão Europeia,[442], análises de especialistas[443], pesquisas de opinião[444] e numerosas entrevistas acentuaram a crescente percepção popular no Kosovo e também na UE de que a corrupção no seio do setor público está em ascensão. De acordo com um funcionário internacional envolvido em investigações criminais no Kosovo, as carreiras de alguns funcionários de nível médio e alto no UÇK evoluíram de um aforramento de tempo de guerra, através do tráfico transnacional, para o poder político e daí para os negócios e para o crime organizado de colarinho branco.[445] Infelizmente, a falta de capacidade judicial e policial torna muito difícil acompanhar essa evolução, ou os papéis precisos desempenhados por personalidades individualizadas.

Quanto às características deste novo estilo de corrupção, vale a pena destacar aqui dois aspetos gerais. Em primeiro lugar, a análise da atividade criminosa a partir do final da década de 1990 indica que houve uma tendência para a procura de rendimentos num setor estatal alargado através da utilização de redes informais entre os interesses públicos e privados. Como resultado, a relação político-criminal – se quisermos supor que existe e que continuou ao longo do tempo – alterou as suas atividades, o seu uso da violência e as suas perspetivas em relação ao Estado. Em suma, pode-se considerar como tendo sofrido uma grande transformação.

Um dos focos de corrupção tem sido a infraestrutura rodoviária e de comunicações, onde o Ministério dos Transportes e Comunicações é o responsável pela tomada de decisões. Este ministério, que gastou em 2009 cerca de 10 % do orçamento anual do Kosovo, era na altura liderado pelo número dois na lista eleitoral do partido no poder: Fatmir Limaj, herói de guerra do UÇK e ex-acusado pelo TPIJ, que está agora sob investigação por lavagem de dinheiro, chantagem, fraude, abuso de poder e crime organizado. Uma investigação de alto nível realizada pela EULEX sobre corrupção em concursos para a construção de estradas resultou numa ação de revista ao ministério e à casa do ministro em 29 de Abril de 2010. A investigação

[442] Comissão Europeia (2009). *Kosovo under UNSCR 1244/99 2009. Progress Report*. SEC 2009

[443] Youth Initiative for Human Rights (YIHR) (2010). *State of Constriction? Governance and Free Expression in Kosovo.* Pristina.

[444] Transparency International (2010). *Global Corruption Barometer 2010.* Disponível em: https://www.transparency.org/policy%20research/surveys%20indices/gcb/2010/results

[445] Declarações ao autor de um funcionário da EULEX em 10 de Janeiro de 2009.

em curso teve mais desenvolvimentos no início de 2011. A EULEX revistou empresas nos municípios de Peć, Prizren, Pristina e Gnjilane e interrogou o responsável pelas aquisições do Ministério dos Transportes, um colaborador próximo de Limaj, tudo isso relacionado com a alegada rede de corrupção.

A proximidade de Limaj a Thaçi (ambos operavam na região de Drenica durante a ofensiva do UÇK), e as somas relatadas envolvidas na fraude, podem vir a comprometer o antigo primeiro-ministro e várias figuras proeminentes do regime. Um parente do ex-primeiro-ministro é o responsável pelas aquisições da empresa de eletricidade KEK, enquanto outros indivíduos próximos da família Thaçi receberam lucrativos contratos pela mesma empresa através de aquisições por contratos restritos, cuja utilização aumentou acentuadamente desde 2007.[446] As recentes reclamações à Agência Anti-Corrupção do Kosovo[447] e vários relatórios de investigações [448] indicam que a seleção discricionária de licitações se tornou no mecanismo normalmente utilizado para recompensar as empresas 'leais', algumas das quais são criadas da noite para o dia e preenchidas por associados dos principais membros do governo de Pristina.

Avaliações internacionais e estudos recentes caracterizam o Kosovo como estando repleto de crime organizado e corrupção, e apontam para a ligação entre o crime organizado, a iniciativa privada e os atores políticos.[449] Na ótica de um especialista, o governo tornou-se numa

[446] De acordo com a Comissão Europeia, os procedimentos restritos representaram 15 por cento do valor dos contratos públicos. No entanto, os procedimentos negociados caíram para 11% – Comissão Europeia (2010), *Kosovo 2010. Progress Report.* Brussels: EC, p. 35.

[447] International Crisis Group. (2010). *The Rule of Law in Independent Kosovo.* Europe Report 204. Pristina/Bruxelas, p. 4

[448] Marzouk, Lawrence e Petrit Collaku, (2010). "Kosovo Minister's Friends Flourish from Road Bonanza". *Balkan Investigative Reporting Network*, 30 de Julho.
IKS/Kosovo Stability Initiative. (2010). *Untying the Knot. The Political Economy of Corruption and Accountability in Kosovo.* Pristina, p. 9-12.

[449] Strazzari, Francesco. (2008). "L'Oeuvre au Noir: the Shadow Economy of Kosovo's Independence". *International Peacekeeping 15:2*, pp. 155-170.
Montanaro, Lucia. (2009). "The Kosovo State building Conundrum: Addressing Fragility in a Contested State". *FRIDE Working Paper 91*. Madrid.
Phillips. David L. (2010). *Realizing Kosova's Independence.* New York: National Committee on American Foreign Policy, p. 8.

"*empresa criminosa conjunta*".[450] De acordo com essas interpretações, a formulação de políticas pelo governo é repetidamente desviada face às necessidades estratégicas e financeiras dos atores criminosos que trabalham 'nos bastidores' no Kosovo.

Ao contrário de algumas percepções, o estado kosovar não foi inteiramente 'capturado' por elementos criminosos, mas o crime organizado também não opera inteiramente à parte das organizações políticas e sociais. Os anos desde que grupos criminosos organizados financiaram a insurgência do UÇK viram ocorrer uma mudança radical no papel dos albaneses kosovares nas redes de crime transnacionais. Há também evidências de que a relação simbiótica entre líderes políticos e criminosos foi modificada. A tendência mais significativa, possivelmente em toda a região, é a mudança no carácter da atividade ilícita, que agora é mais do tipo 'colarinho branco'.

Verificam-se duas exceções a esta tendência. A primeira são as atividades de contrabando em Mitrovica Norte, cujo estatuto ainda não foi resolvido, onde falta um aparelho judicial funcional e cujas fronteiras estão mal patrulhadas, o que é idêntico às condições do Kosovo no período imediatamente após o conflito. Uma segunda exceção é alegadamente a do SHIK, o serviço de informações e segurança interna que herdou do UÇK as obscuras redes de espionagem e que, após a guerra, ligaram criminosos e líderes políticos de todos os partidos. Parte das atividades desta organização envolve a intimidação de líderes da oposição e outras vozes críticas em Pristina e na região: um líder do grupo radical opositor 'Vetêvendosje' informou que o seu partido foi infiltrado por um espião do SHIK em 2005; e a um dos críticos mais salientes do governo foram feitas ofertas de colocações no estrangeiro por emissários desse serviço. Ao mesmo tempo, num recente relatório americano, o SHIK é acusado de obter "*200 milhões de dólares por ano através de serviços de suborno, chantagem, extorsão e proteção*".[451]

Entretanto, o Estado do Kosovo apresenta repetidamente uma acentuada relutância em entregar poderes de auditoria a árbitros neutros ou em fortalecer o aparelho judicial. Neste âmbito, a atual liderança política parece persistir em não se querer desfazer do tipo de poder,

[450] Citado por Deda, Illir, (2010), responsável pelo think-tank KIPRED, em "Kosovo: Time to go straight", *The Economist*, 19 de Março.

[451] Philips, David. L. (2010), op. cit., p. 8.

mecanismos de lealdade pessoal e procura de lucros mútuos que é possível de exercer no seio de uma economia informal. Além disso, nos últimos anos, o orçamento estatal e o controlo político sobre a economia tornaram-se nas fontes mais lucrativas e de garantias de renda para os atores políticos do Kosovo.

5.6. Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia (TPIJ)

Não podía deixar de incluir neste capítulo aquele que na minha opinião foi um dos atores de maior influência na forma como todo o conflito foi evoluindo. Na realidade, quando se analisa o percurso deste Tribunal, as suas acusações e as sentenças delas decorrentes e a intervenção mediática dos seus principais procuradores de justiça, inevitavelmente e sobretudo para quem já tenha exercido funções de juiz, se conclui que a justiça ideal – imparcial, séria e legítima – andou bastante arredada daquela instituição.

Nos relatos sobre os conflitos nos Balcãs, podemos facilmente discernir 'uma linha oficial' – havia um homem mau, um ditador e um dos remanescentes comunistas, que utilizou apelos nacionalistas para mobilizar os seus conterrâneos, que foram assim os seus "*executores voluntários*"[452] Este homem mau empenhou-se em criar uma 'Grande Sérvia' e no processo cometeu grandes crimes de limpeza étnica e genocídio que foram iniciados e principalmente realizados por ele e pelas suas forças. O Ocidente, liderado pelos Estados Unidos, entrou mais tarde nesse conflito, eventualmente bombardeando as forças e o país desse homem mau para proteger os Albaneses do Kosovo.[453] O Ocidente organizou este Tribunal em 1993 para lidar com os crimes de Milosevic e de outros, e esse Tribunal, embora com alguma dificuldade, dada a lenta cooperação do Ocidente e a obstrução por parte dos Sérvios, prestou o serviço

[452] Sullivan, Stacy (1999). "Milosevic's Willing Executioners", *New Republic*, 10 de Maio.

[453] Um exemplo da 'linha oficial', ou da versão padrão dos meios de comunicação social, vem da acusação do Tribunal a Milosevic pelas guerras que consumiram a antiga República da Bósnia-Herzegovina, em que o Tribunal o acusou de ter iniciado a participação num "*empreendimento criminal conjunto*" desde 1 de agosto de 1991 (ou seja, pelo menos sete meses antes de o governo liderado por muçulmanos em Sarajevo declarar a sua independência da Jugoslávia), cujo propósito explícito era a "*remoção forçada e permanente da maioria dos não-sérvios, principalmente muçulmanos-bósnios e croatas da Bósnia, de grandes áreas da República da Bósnia e Herzegovina*." – O Procurador do Tribunal contra Slobodan Milosevic, Acusação (para a Bósnia-Herzegovina), Caso Nº IT-01-51-I, 22 de Novembro de 2001, par. 5-9. http://www.un.org/icty/indictment/english/mil-ii011122e.htm.

encomendado, se bem que não se possa concluir que tenha de algum modo contribuído para a causa da justiça e da reconciliação.

O enquadramento geral dentro da qual o Tribunal trabalhou foi, na realidade, o de uma narrativa de fundo moral, com uma clara delimitação entre os bons e os maus contendores. No que respeita ao próprio Tribunal, no enquadramento do Tribunal, da OTAN e dos meios de comunicação social (que são idênticos), o Tribunal era obviamente bom – independente, sem preconceito político e simplesmente em busca de justiça, aderindo aos padrões judiciais ocidentais e a trabalhar sob difíceis condições por força de uma cooperação imperfeita do Ocidente e uma ainda mais grave obstrução por parte da Jugoslávia.

No entanto, existem enquadramentos alternativos, entre os quais podemos distinguir:

(1) O Tribunal como um planeado e efetivo colaborador político e das relações públicas da OTAN.
(2) O Tribunal como um 'tribunal desonesto', sem estatuto legal, e que violou vários princípios judiciais ocidentais na sua avidez de alcançar os seus objetivos políticos.

Estes enquadramentos alternativos foram utilizados por especialistas independentes e só foram permitidos em declarações de Slobodan Milosevic, que denunciou o seu encarceramento e julgamento e o trabalho do Tribunal em geral, como tendo sido realizados estritamente e injustamente por razões políticas. Este facto ilustra bem um dos artifícios típicos dos serviços de propaganda que é o de confinar as linhas de argumentação indesejadas à voz de alguém com pouca credibilidade no público-alvo, facilitando assim a sua rejeição sem ter de as confrontar com argumentos e factos sérios.

5.6.1. O Tribunal como colaborador judicial das relações públicas da OTAN

Considerar o Tribunal como o colaborador pseudo judicial das relações públicas da OTAN – baseia-se em fatos estruturais, admissões de alguns dos seus dirigentes e, mais importante, no registo do desempenho do Tribunal. O Tribunal foi uma criação do Conselho de Segurança da ONU,[454] com os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a Alemanha a desempenhar os papéis principais, e os Estados Unidos com cada vez mais uma maior proeminência. É interessante

[454] Ver Resolução 827 do Conselho de Segurança da ONU, 25 de Maio de 1993. Disponível em: http://www1.umn.edu/humanrts/peace/docs/scres827.html

que os Estados Unidos tenham recusado qualquer cooperação com o novo Tribunal Criminal Internacional, devido à suposta ameaça de poderem ser apresentadas acusações contra cidadãos dos EUA com base numa agenda 'politicamente motivada' do TCI.[455] Contudo, os Estados Unidos nunca temeram isso do TPIJ, devido ao seu papel crucial na organização do Tribunal, financiando-o (juntamente com os seus mais próximos aliados da OTAN), fornecendo o seu pessoal, escrutinando os seus juízes e promotores, garantindo-lhe a sua força policial, fornecendo-lhe informações e dando-lhe apoio político.

Durante os 78 dias de bombardeamentos, quando juristas dissidentes e outras entidades tentaram persuadir o TPIJ a investigar a liderança da OTAN por crimes relacionados com essa forma de conduzir a guerra, o porta-voz das relações públicas, Jamie Shea, respondeu assim a uma pergunta sobre a jurisdição do Tribunal em relação às ações da OTAN: "*Acredito que quando a Procuradora Arbour iniciar a sua investigação, ela o fará porque nós assim lhe permitiremos (...) A OTAN é quem tem procedido à detenção de criminosos de guerra na Bósnia para o Tribunal (...) os países da OTAN são aqueles que garantiram o financiamento para criar o Tribunal, estamos entre os financiadores maioritários (...) queremos que os criminosos de guerra sejam levados à justiça e tenho a certeza que, quando a Procuradora Arbour for ao Kosovo e analisar os factos, acusará pessoas de nacionalidade jugoslava e eu não prevejo nenhumas outras nesta fase*".[456]

Houve outras declarações de dirigentes ocidentais que indicavam que estavam seguros que o Tribunal faria o que eles queriam que fizesse. Assim, o New York Times noticiou em julho de 1999 que "*Washington ameaçou Draskovic com uma acusação pelo tribunal internacional de crimes de guerra em Haia pelas atividades na Croácia, em 1991, do seu grupo paramilitar 'Guarda Sérvia' (de curta duração)*".[457] Um boletim informativo do governo dos Estados

[455] Scheffer, David J. (1998), "Testemunho do Congresso sobre o Estabelecimento de um Tribunal Penal Internacional Permanente, perante o Comité de Relações Exteriores do Senado dos EUA", Federal Document Clearing House, 23 de Julho. Scheffer servia então no governo democrata de Clinton como Embaixador itinerante para questões de crimes de guerra.

[456] Shea, Jamie (1999), "Daily NATO Briefing", NATO Headquarters, Brussels, Belgium, *Federal News Service*, 17 de Maio.

[457] Citado em: Hayden, Robert M. (1999), "Biased 'Justice': Humanrightsism and the International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia," *Cleveland State Law Review*, pp. 560-561. https://engagedscholarship.csuohio.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1499&context=clevstlrev

Unidos declarou que "*Tomaremos uma decisão sobre se as ações da Jugoslávia contra os étnicos Albaneses constituem genocídio, (…) O TPIJ acusará os que forem responsáveis por crimes contra a humanidade e genocídio*". As autoridades britânicas também fizeram declarações semelhantes, o que indica que acreditavam ter o poder de fazer com que o TPIJ entrasse em ação.[458]

A maioria dos, assim chamados, 'peritos dissidentes' caracterizou o Tribunal como um "*tribunal político*" (Edward Greenspan) e um "*meio de levar a efeito a política*" (Christopher Black), um "*instrumento de vingança em vez de justiça*" (Jon Holbrook) cujas acusações são de "*natureza puramente política*" (Hans Koechler), ao mesmo tempo como o "*braço judicial da OTAN*" (Kirsten Sellars) e também como o "*braço de propaganda da OTAN*" (Michael Mandel), políticas essas que fluíam da finalidade, organização, financiamento e pessoal do Tribunal. Sem qualquer surpresa, os procuradores do TPIJ afirmavam ser completamente independentes, sem outra agenda que a da justiça pura, e queixavam-se do quanto difícil era obter a cooperação dos seus organizadores, financiadores, provedores de informações e do seu pessoal e de agentes policiais, na sua busca imparcial por justiça.[459]

Houve muitas manifestações de serviço político prestado à OTAN pelo Tribunal. Logo em junho de 1998, a OTAN começou a planear a guerra da primavera de 1999 contra o Kosovo para coincidir com a comemoração do 50º aniversário da Aliança, programada para ter lugar em Washington DC, em abril de 1999. Quase imediatamente, o Tribunal seguiu na senda da OTAN ao intensificar as suas atenções sobre os Sérvios e ao manter um fluxo constante de comunicados de imprensa sobre a conduta da Sérvia na província. Assim, por exemplo, os meios de comunicação social informaram em agosto de 1998 que "*O tribunal de crimes de guerra das Nações Unidas está a intensificar as suas investigações de crimes de guerra na província sérvia do Kosovo*", apesar de "*os Sérvios reivindicarem que os eventos na província (…) são um assunto interno*".[460] A barragem de propaganda escalou imediatamente após a

[458] Citado em: Skoco, Mirjana e William Woodger (2000), "War Crimes", em Philip Hammond e Edward S. Herman (eds.) *Degraded Capability: The Media and the Kosovo Crisis*, London: Pluto Press, p. 35.

[459] As queixas da ex- Procuradora-Geral Louise Arbour foram tornadas públicas por: Simons, Marlise (1999), "Proud but Concerned, Tribunal Prosecutor Leaves", *New York Times*, 15 de Setembro.

[460] Simons, Marlise (1998), "U.N. War Crimes Tribunal Steps Up Its Inquiry Into Kosovo", *New York Times*, 26 de Agosto.

alegação de um massacre sérvio na aldeia albanesa de Račak em janeiro de 1999, um incidente que Arbour declarou, com base em informações não verificadas fornecidas pelo funcionário americano William Walker, que foi "*um massacre de civis*", e que, portanto, "*cabe diretamente dentro do mandato do TPIJ*";[461] Esta alegação de massacre foi bem recebida pelos dirigentes dos EUA, fornecendo-lhes o pretexto ansiosamente procurado para os bombardeamentos. O Washington Post informou que quando a Secretária de Estado dos EUA, Madeleine Albright, soube pela primeira vez das alegações de Walker sobre o incidente de Račak, telefonou para a Consultora de Segurança Nacional Sandy Berger e disse-lhe "*A primavera chegou cedo ao Kosovo*".[462] O desempenho de Arbour nesta ocasião foi uma séria violação da ética do Ministério Público, e a sua própria afirmação de que "*nós certamente não avançaremos uma acusação contra alguém com base em alegações não confirmadas, não verificáveis e não corroboradas*", [463] foi especialmente aproveitada para as ações de propaganda da OTAN.

O mesmo ocorreu dois meses depois, quando Arbour anunciou a acusação do líder paramilitar sérvio Zeljko Raznjatovic (Arkan), preparada em setembro de 1997, mas não comunicada até 31 de março de 1999, uma semana após o início dos bombardeamentos da OTAN, dando assim à guerra mais um impulso de propaganda. A suposta razão de Arbour para divulgar esta informação neste momento específico era que ela queria alertar qualquer um que "*pudesse reter os seus serviços (de Arkan) ou obedecer às suas ordens*", e que "*seriam contaminados pela sua associação com um indivíduo acusado de ser um criminoso de guerra*".[464]

Então, em abril, tal como descrito por Kirsten Sellars, "*a meio do conflito no Kosovo, Arbour deu uma volta pelas capitais da OTAN, coligindo promessas de assistência onde quer que fosse*". A sua viagem a Londres "*parecia ter sido expressamente projetada para destacar o*

[461] Agência France Presse (1999), "War crimes court opens inquiry into Kosovo massacre", 17 de Janeiro.

[462] Gellman, Barton (1999), "The Path to Crisis: How the United States and Its Allies Went to War", *Washington Post*, 18 de Abril; e Little, Allan (2000), "How NATO was sucked into the Kosovo conflict", *Sunday Telegraph*, London, 27 de Fevereiro.

[463] Citado em: Skoco, Mirjana e William Woodger (2000), op. cit., p. 35. É claro que pode ser verdade que Arbour considerou a informação "corroborada" pelo simples facto de ter sido a OTAN fornecê-la. Mas, se for verdade, a independência de Arbour deixa de existir.

[464] Simons, Marlise (1999), "Militia Leader Arkan Is Indicted For War Crimes", *New York Times*, 1 de Abril.

apoio do tribunal a um das partes da guerra. Juntou-se a Robin Cook e ao Chefe de Estado-Maior, General Sir Charles Guthrie, numa conferência de imprensa realizada no Ministério da Defesa, o departamento responsável pelos ataques da Grã-Bretanha à Sérvia". Nesta conferência de imprensa, foi prometido publicamente a Arbour uma importante divulgação de material do serviço de informações britânico referente a alegadas atrocidades Sérvias. "*Respondendo a uma pergunta feita na conferência de imprensa, Louise Arbour afirmou que era 'inconcebível' que o tribunal estivesse 'ao serviço de uma agenda política'. No entanto, a sua presença nesse golpe publicitário, que serviu para aumentar a onda de histórias de atrocidades já em circulação nos meios de comunicação social britânicos, desmentia as suas palavras*".[465] Marcus McGee, num artigo no Toronto Globe and Mail, apontou que "*faz parte da estratégia de guerra da OTAN retratar os líderes da Jugoslávia como criminosos de guerra que precisam ser detidos. Ao aceitar esses documentos, dizem os críticos, a Procuradora Arbour corre o risco de se tornar parte dessa estratégia e perder a sua imparcialidade*".[466]

Mas, o máximo desempenho de Arbour como agente das relações públicas da OTAN ocorreu no meio dos bombardeamentos, em 22 de maio de 1999, quando a OTAN começou a bombardear instalações civis sérvias a fim de acelerar a rendição jugoslava, incluindo pontes, fábricas, redes de eletricidade, instalações de energia e água, e até mesmo escolas e hospitais. Isso provocou crescentes críticas mesmo nos países da OTAN. Nesse momento, Arbour apressou-se a entrar em ação com uma acusação a Milosevic (bem como a quatro dos seus adjuntos mais próximos) por crimes contra a humanidade e violações das leis ou costumes da guerra, todos baseados, mais uma vez, em informações não verificadas fornecidas por dirigentes dos EUA e britânicos. A Secretária de Estado americana Albright e o chefe das relações públicas do Departamento de Estado, James Rubin, rapidamente citaram esta última acusação como justificação para a campanha de bombardeamento[467] – um exemplo do serviço

[465] Sellars, Kirsten (2002), *The Rise and Rise of Human Rights*, London: Sutton Publishing, pp. 183-184.

[466] McGee, Marcus (1999), "Doubts Raised Over Impartiality of Prosecutor", *Globe and Mail*, 21 de Abril.

[467] A Secretária de Estado dos EUA, Madeleine Albright, explicou o significado da acusação do Tribunal a Milosevic, devido ao Kosovo, numa conferência de imprensa em 27 de maio de 1999: "*Este é um importante passo em frente e fará com que fique muito claro para o mundo e para os públicos nos nossos países que isso se justifica por causa dos crimes cometidos, e acho que também nos permitirá levar por diante todos estes processos, tal como acabei agora de dizer, a ideia de*

de propaganda do Tribunal que não somente era grosseiro, mas também era em defesa das ações da OTAN que, claramente, eram elas próprias crimes de guerra.[468]

A acusação do Tribunal a Milosevic *et al.* por alegados crimes cometidos na província sérvia do Kosovo é notável por uma outra razão pouco conhecida: Com exceção das acusações que dizem respeito ao suposto massacre de 40-45 albaneses étnicos em torno da aldeia de Račak, todos os outros alegados crimes contidos na acusação ocorreram após o início da guerra da OTAN em 24 de março de 1999. Em essência, isso significou que o Tribunal tentou conceder aos poderes da OTAN não apenas um pretexto *de jure* para empreender uma guerra de agressão contra um estado soberano sem a aprovação da ONU, mas que o alvo dessa guerra, a Jugoslávia, seria a única a ser acusada de uma litania de crimes, dos quais os líderes da OTAN estavam isentos por força de uma seletividade de natureza política.[469]

Ao mesmo tempo que autoridades do governo dos EUA citavam a acusação do Tribunal a Milosevic como evidência da justiça da guerra da OTAN, a própria Arbour explicava que, embora todos os indivíduos tenham "*o direito à presunção de inocência até serem condenados*", as acusações à liderança sérvia "*levantam sérias dúvidas sobre a sua adequação para serem os garantes de qualquer acordo, quanto mais de um acordo de paz*".[470] Além de

continuar com a campanha aérea, lidar com a situação humanitária. e também continuar através de várias ações diplomáticas". – FDCH Political Transcripts (1999), "Madeleine Albright Holds Media Availability with Canadian Minister of Foreign Affairs Axworthy", 27 de Maio.

[468] Culminando as suas conclusões, a 'Human Rights Watch' declarou a OTAN culpada de violações do direito internacional humanitário, enquanto a 'Amnesty International' acusou a OTAN de crimes de guerra pelo bombardeamento de alvos civis.
Human Rights Watch (2000), *Civilian Deaths in the NATO Air Campaign*, 6 de Fevereiro, http://www.hrw.org/reports/2000/nato/; Amnesty International (2000), *Collateral Damage or Unlawful Killings?*, 6 de Junho, http://web.amnesty.org/library/index/ENGEUR700182000.
Para uma análise da intervenção 'humanitária' da OTAN enquanto guerra de agressão, ver o Memorando apresentado pelo Professor Ian Brownlie CBE, QC ao Comité de Relações Exteriores da Câmara dos Comuns britânica., 23 de Maio de 2000, https://publications.parliament.uk/pa/cm199900/cmselect/cmfaff/28/28ap03.htm.

[469] Ver: O Procurador do Tribunal contra Slobodan Milosevic *et al.*, Acusação Inicial (pelo Kosovo), Caso Nº IT-99-37, 22 de Maio de 1999, http://www.un.org/icty/indictment/english/mil-ii990524e.htm, bem como as subsequentes Acusações Emendadas.

[470] New York Times (1999), "Crisis in the Balkans; Prosecutor's Statement: 'Sufficient Evidence'", 28 de Maio.

se contradizer ao empreender uma ação que presumia culpa, para mais baseada em informações ainda não verificadas pelo Tribunal, anunciou a sua determinação política pessoal de que Milosevic seria excluído como negociador, e nas palavras de Hans Koechler, que foi Presidente da Organização Internacional do Progresso (uma ONG que trabalha com as Nações Unidas há muitos anos): "*Através da sua declaração, a Procuradora-geral (Arbour) tentou agir como um político substituto e influenciar eventos políticos, no interesse dos países da OTAN que estão atualmente em guerra contra a Jugoslávia*".[471] Em muitas outras ocasiões, as acusações foram usadas pelo Tribunal para criminalizar e efetivamente remover indivíduos do processo de negociação. Milosevic teve que depender dos russos para negociar em nome da Jugoslávia o fim dos bombardeamentos, e os líderes sérvios bósnios Radovan Karadzic e Ratko Mladic também foram removidos de qualquer processo diplomático na Bósnia devido às acusações. Antonio Cassese, ex-presidente do Tribunal, reconheceu com orgulho essa exclusão intencional por virtude das acusações: "*A acusação significa que esses senhores não poderão participar das negociações de paz (…) Os políticos podem não dar a mínima importância a isso, mas eu estou a contar com a pressão da opinião pública*."[472] Também por esta via, foram todos efetivamente demonizados antes mesmo do julgamento e condenação, e qualquer violência da OTAN ficou justificada na consciência dos meios de comunicação social e do público, dadas as acusações do Tribunal.

Ao invés, em anos anteriores, quando Milosevic foi considerado útil à OTAN como negociador na Bósnia, nem ele nem o líder croata Tudjman foram acusados pelo Tribunal de quaisquer crimes, embora Milosevic já estivesse bastante demonizado, e no seu posterior julgamento, a sua alegada responsabilidade por crimes nesses anos anteriores ter sido um dos principais focos do processo de acusação. O diplomata da ONU, Cedric Thornberry, observou que essa isenção política de Milosevic e Tudjman "*cortejou-os diplomaticamente para que não saíssem do processo de paz*", e objetou que "*nenhuma garantia política deveria ser oferecida de modo a sugerir que um qualquer líder, implicado credivelmente numa grave*

[471] Koechler, Hans (2001), "Illegal Tribunal – Illegal Indictment", 23 de Abril, http://emperors-clothes.com/docs/prog2.htm.

[472] ANP English News Bulletin (1995), *Karadzic A Pariah, Says War Crimes Tribunal Chief*, 27 de Julho.

atividade criminal, ficasse imune a processos judiciais".[473] Com efeito, já em 1996 Thornberry estava a criticar o Tribunal, por servir como braço político da OTAN.

Outra ação política significativa levada a cabo por Louise Arbour, bem como pela sua sucessora, Carla Del Ponte, foi isentar a OTAN de quaisquer acusações por crimes de guerra. O Conselho de Segurança excluiu convenientemente dos crimes de guerra sujeitos à jurisdição do Tribunal aquele que o tribunal de Nuremberga declarou ser o "*supremo crime*" – conduzir uma guerra de agressão.[474] A OTAN podia, portanto, atacar a Jugoslávia em violação da Carta da ONU, sem cometer automaticamente um crime sujeito à autoridade do Tribunal. No entanto, o Artigo 5 da Carta do Tribunal de Justiça considerava ilícitos "*crimes contra a humanidade*", que incluam "*homicídio*" e "*outros atos desumanos*"; e o Artigo 3 incluía "*o emprego de armas tóxicas ou de outras armas calculadas para causar um sofrimento desnecessário*" e "*o ataque, ou bombardeamento, por quaisquer meios, de cidades, aldeias, residências ou edifícios indefesos*". Os artigos 1 e 16 do estatuto que regulava o Tribunal obrigavam-no a processar quaisquer destas ações ilegais.[475]

A forma como Arbour e Del Ponte se esforçaram para não investigar os crimes de guerra da OTAN, e o contraste com o seu rápido serviço em proveito da OTAN, são absolutamente ofensivas na grosseira diferença entre ambas as situações. O professor de direito canadense,

[473] Thornberry, Cedric (1996), "Saving the war crimes tribunal", *Foreign Policy*, Outono, p. 78.

[474] Como John Laughland observa: "*Pensamos agora em Nuremberga principalmente como o julgamento do Holocausto. Não foi assim que os arquitetos de Nuremberga viram as coisas. Exaustos por quase seis anos de guerra total, os aliados estavam preocupados principalmente com o facto de que a Alemanha nazi tinha mergulhado o mundo inteiro em conflito. (...) Para os juízes de Nuremberga, o primordial crime de guerra foi em primeiro lugar o de iniciar uma guerra. Todos os outros crimes de guerra fluíram daí. Embora a crua agressão sempre tenha sido ilegal sob o direito internacional consuetudinário – como o atestam as numerosas e sem dúvida espúrias justificações jurídicas, feitas ao longo da história por estados beligerantes para as suas ações – Nuremberga foi inovadora na sua clara formulação legal de que o planeamento e execução de uma guerra de agressão constituiu um ato criminoso no âmbito do direito internacional. Foi por este crime, e não por crimes contra a humanidade, que em Nuremberga todos os nazis foram julgados*". Laughland, John (2002), "This is not justice: The Hague has replaced Nuremberg's jurisprudence of peace with a licence to the west to kill", *The Guardian*. London, 16 de Fevereiro.

[475] Para consultar uma cópia do Estatuto atualizado do Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia (Setembro de 2009), Ver: http://www.icty.org/x/file/Legal%20Library/Statute/statute_sept09_en.pdf.

Michael Mandel, descreve como, em maio de 1999, ele e um grupo de advogados da América do Norte e do Sul apresentaram uma bem documentada queixa por crimes de guerra contra 68 líderes da OTAN e viajaram para Haia para fazer entrega do processo a Arbour e Del Ponte. "*Tal como literalmente milhares de pessoas de todo o mundo*", disse ele, "*exigimos que Arbour e Del Ponte façam cumprir a lei contra a OTAN*." Mas Mandel também diz que acabou por desistir quando ficou claro que, nas suas próprias palavras, "*o tribunal era uma fraude*".[476]

Demorou mais de um ano para que Del Ponte anunciasse, em 2 de junho de 2000, que a OTAN não era culpada de crimes e que (sem qualquer lógica) "*não iria abrir uma investigação sobre se havia cometido algum*".[477] Nessa altura divulgou um relatório da pré-investigação do seu Gabinete do Procurador, abertamente baseado na crença que "*os comunicados da imprensa dos países da OTAN e da OTAN são geralmente fiáveis e que as suas explicações foram dadas de forma honesta*". No entanto, o Gabinete do Procurador reconheceu que a OTAN por vezes se recusou a responder a perguntas – "*não se referiu a determinados incidentes específicos*", conforme foi então dito.[478] Neste caso, como a OTAN não queria uma investigação, o Gabinete do Procurador optou por nada mais procurar e simplesmente abandonou o assunto. Como é que se pode considerar isto como uma avaliação judicial independente?

Na acusação a Milosevic, Arbour utilizou evidências de eventos que tinham ocorrido apenas seis semanas antes numa zona de guerra, fornecidos por uma parte interessada (a OTAN), não verificados pelo pessoal do Tribunal, e em conflito com a sua alegação de que nunca procederia com base em evidências "*não corroboradas*". Mas nem ela nem Del Ponte puderam sequer "*abrir uma investigação*" sobre a conduta da OTAN durante a guerra, após um ano, havendo provas esmagadoras no domínio público relativas às ações da OTAN que tinham causado muito mais mortes do que os números apresentados na acusação inicial a Milosevic (22 de maio de 1999). Essa acusação e a acusação de "*crimes contra a humanidade*"

[476] Mandel, Michael (2001), "Politics and Human Rights In International Criminal Law: Our Case Against NATO and The Lessons To Be Learned From It", *Fordham International Law Journal*, 25: 95-128, Novembro, p. 95.

[477] Ibidem, p. 95.

[478] Relatório final ao Procurador, pelo Comité estabelecido para a Rever a Campanha de Bombardeamento da OTAN contra a República Federal da Jugoslávia, (2000), UN Doc. PR/P.I.S./510-E. Disponível em: http://www.icty.org/en/press/final-report-prosecutor-committee-established-review-nato-bombing-campaign-against-federal.

basearam-se em alegados 385 assassinatos, pelos quais Milosevic teria assumido a "*responsabilidade de comando*"; mas o Relatório do Gabinete do Procurador concluiu que as 500 mortes atribuíveis às ações da OTAN eram muito poucas para serem consideradas. "*Simplesmente não há evidência da quantidade de crimes necessária para acusações de genocídio ou crimes contra a humanidade*".[479] (Note-se também que o primeiro procurador-geral do TPIJ, o 'consagrado' Richard Goldstone, defendeu vigorosamente a forma como o Tribunal lidou com as acusações à OTAN num debate com John Laughland, dizendo que o Tribunal simplesmente "*considerou que não havia provas suficientes contra indivíduos para justificar uma investigação adicional*", quando, como foi indicado, não houve uma investigação inicial séria e as 500 mortes, reconhecidas pelo Gabinete do Procurador, excederam o total atribuído a Milosevic.)[480]

Ao examinar possíveis crimes de guerra da OTAN, os investigadores do Gabinete do Procurador consideravam as evidências e escolhiam então uma interpretação favorável à OTAN, como no bombardeamento das instalações de radiodifusão sérvias, ou simplesmente decidiam arbitrariamente que, como "*é igualmente possível uma outra interpretação*" a investigação não é necessária (aqui em referência ao bombardeamento pela OTAN em 12 de abril de 1999 de um comboio que atravessava uma ponte sobre o desfiladeiro de Grdelica, ao sul de Belgrado). Michael Mandel dá uma série de exemplos deste método de exoneração, que, segundo ele, "*ficam o mais próximo possível de serem um comunicado de imprensa da OTAN, que poderia ter sido emitido por Jamie Shea ou James Rubin*".[481]

Depois de Del Ponte substituir Arbour em meados de setembro de 1999, anunciou que "*a atenção principal do Gabinete do Procurador deve ser a investigação e o julgamento dos cinco líderes da República Federal da Jugoslávia que já foram acusados*", admitindo implicitamente que não tinha provas suficientes, mas mais uma vez deixando claras as suas prioridades de serviço em favor da OTAN.[482] Apesar das furiosas alegações de "*genocídio*" no Kosovo pelo conjunto dos meios de comunicação social da OTAN / Tribunal durante os

[479] Ibidem, par. 53.

[480] *BBC Newsnight*, 12 de Fevereiro de 2002.

[481] Mandel, Michael (2001), op. cit., pp. 117-118.

[482] Agência France Press (1999), "UN war crimes tribunal focusing on commanders and leaders Kosovo", 29 de Setembro.

78 dias de bombardeamentos, os menos de 5.000 corpos (resultantes de todas as causas e pertencentes a todas as partes) que foram encontrados, após uma busca forense historicamente sem precedentes no pós-guerra, dificilmente sustentariam uma acusação de genocídio contra Milosevic.[483] Portanto, após a sua detenção e transporte em 28 de junho de 2001 para Haia, Del Ponte anunciou que as acusações contra Milosevic seriam expandidas para conterem a sua responsabilidade de comando nas mortes na Croácia e na Bósnia. A busca foi então para se encontrarem evidências de mortes e, especialmente, a prova da existência de um '*grande plano*' de Milosevic. Essa foi a fórmula normal do Tribunal: Acusar; orgulhosamente publicitar as acusações; e procurar depois pelas provas.

Outra evidência do serviço do Tribunal em nome da OTAN foi o facto de que, desde o início, os sérvios terem sido o alvo da OTAN e portanto, também o alvo do Tribunal. Já no verão de 1992, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, Klaus Kinkel, começou a acusar os sérvios de '*genocídio*'[484] e em dezembro de 1992, quando o Tribunal estava em processo de formação, o Secretário de Estado americano Lawrence Eagleburger nomeou publicamente quatro líderes sérvios. – Milosevic, Karadzic, Mladic e Arkan – como alvos do iminente Tribunal, invocando mesmo a necessidade de um 'segundo Nuremberga'.[485] A Presidente do Tribunal Gabrielle Kirk McDonald referiu-se à Sérvia como um '*Estado pária*', e outro Presidente do Tribunal, Antonio Cassese, expressou a sua gratificação por as '*acusações*' terem tornado impossível aos líderes sérvios participarem nas negociações. Cassese não se incomodou que o abuso de acusações do Tribunal fosse usado como instrumento político, e até mesmo o defensor da guerra no Kosovo, Geoffrey Robertson, observou que "*a sua*

[483] Ao anunciar que o seu "*programa forense tinha sido concluído com sucesso*", Carla Del Ponte afirmou que os investigadores tinham "*encontrado os restos mortais de cerca de 4.000 vítimas*". "Comunicado de Imprensa de Carla Del Ponte" (2000), FH/P.I.S./550-E, 20 de Dezembro. http://www.icty.org/en/press/statement-press-carla-del-ponte-prosecutor-international-criminal-tribunals-former-yugoslavia

[484] As acusações de Kinkel de que os sérvios eram a "*principal fonte do mal*" no conflito, que a sua "*guerra implacável tinha por objetivo criar uma grande Sérvia etnicamente limpa*" e que estavam a cometer um "*genocídio*" no processo, surgiram no final de agosto de 1992, nos dias que antecederam a Conferência Internacional sobre a Jugoslávia, em Londres. Ver: Moser, Patrick (1992), "Peace conference on Yugoslavia opens in London", *United Press International*, 26 de Agosto.

[485] Sciolino, Elaine (1992), "U.S. Names Figures It Wants Charged with War Crimes", *New York Times*, 17 de Dezembro.

presunção da culpa dos sérvios e a sua agitação pela sua captura, teriam desqualificado Cassese devido à sua parcialidade, em muitos dos sistemas jurídicos nacionais".[486]

Foi gritante o duplo padrão que o tribunal utilizou no tratamento dado os Sérvios em relação com aquele dado aos outros. A acusação do líder sérvio paramilitar Arkan foi tornada pública em março de 1999, mas o seu equivalente muçulmano bósnio, Naser Oric, que se gabara da morte de inúmeros civis sérvios,[487] não foi acusado até 2003, e mesmo então com apenas modestas acusações e o seu '*timing*' a sugerir uma tentativa de criar a aparência de equilíbrio.[488] O presidente da República sérvia da Krajina, Milan Martic, foi acusado em 25 de julho de 1995 por, entre outras acusações, um ataque com bombas de fragmentação lançadas por foguetes contra alvos militares em Zagreb em maio de 1995, com o fundamento que o foguete "*não tinha tido a intenção de atingir alvos militares, mas sim de aterrorizar os civis de Zagreb*". No caso de Martic, o Tribunal esforçou-se para investigar a natureza, os efeitos e o caráter anti civil das bombas de fragmentação, concluindo que a sua utilização era inerentemente criminosa – "*um armamento antipessoal designado apenas para matar pessoas*".[489] Mas, as bombas de fragmentação da OTAN sobre Nis, em 7 de maio de 1999, que atingiram repetidamente um mercado e um hospital longe de qualquer objetivo militar, e matando pelo menos 15 civis nessas ações, não produziram quaisquer acusações.

---

[486] Robertson, Geoffrey (2000), *Crimes Against Humanity: The Struggle for Global Justice*. New York: The New Press, p. 301. "*Frustrante como era para os juízes, esperarem que os suspeitos caíssem numa rede que a OTAN não estava preparada para lançar*", acrescenta Robertson," *era inapropriado que (Cassese) exigisse a sua prisão numa linguagem que sugeria que já havia decidido sobre a sua culpa*".

[487] "*Os troféus de guerra de Nasir Oric não revestem as paredes do seu confortável apartamento. Estão numa videocassete: casas sérvias queimadas e homens sérvios decapitados, com os seus corpos amassados numa pilha patética*". – Pomfret, John (1994), "Weapons, Cash and Chaos Lend Clout to Srebrenica's Tough Guy", *Washington Post*, 16 de Fevereiro.

[488] Oric só foi acusado em 28 de março de 2003, e apenas por acusações relacionadas com "*violações das leis e costumes de guerra*", o menos grave entre a hierarquia de crimes pelos quais o TPIJ podia fazer acusações – mas não por "*crimes contra a humanidade*" e certamente que não por "*genocídio*". Ver: O Procurador do Tribunal contra Naser Oric, Acusação Emendada, Caso Nº IT-03-68-PT, 16 de Julho de 2003, http://www.un.org/icty/indictment/english/ori-ii030328e.htm.

[489] O Procurador do Tribunal contra Milan Martic, Acusação Inicial, Caso Nº IT-95-11, 25 de Julho de 1995, par. 7; par. 15-18, http://www.un.org/icty/indictment/english/mar-ii950725e.htm;
e também Hayden, Robert M. (1999), op. Cit., pp. 573-575.

O general sérvio bósnio Stanislav Galic foi considerado culpado pelo tribunal por "*ter infligido terror numa população civil*",[490] mas, as numerosas admissões feitas por líderes da OTAN que os bombardeamentos da Sérvia em abril e maio de 1999 foram para infligir dor – ou seja, para aterrorizar – a essa população e forçar a sua rendição, e que foram concretizados numa escala muito maior do que as operações de Galic em torno de Sarajevo, já não interessou ao Tribunal. E a maciça limpeza étnica de cerca de 250.000 sérvios da Krajina, por forças croatas com conselheiros dos EUA em agosto de 1995, com muitas centenas de mortos, não levou a acusações até 21 de maio de 2001 (embora anunciadas apenas no final de julho), quando Del Ponte pressionava agressivamente o novo governo jugoslavo para extraditar Milosevic e outros acusados sérvios, e aparentemente sentindo a necessidade de demonstrar a sua imparcialidade, acusou tardiamente um único oficial croata pelo seu papel na Operação Tempestade, o general Ante Gotovina, juntamente com o general Rahim Ademi, um albanês étnico, que serviu no exército croata e esteve envolvido no massacre de sérvios em Medak em 1993.[491] (Antes dessas acusações, nenhum croata com responsabilidades de comando na Operação Tempestade havia sido acusado, e apenas sérvios foram acusados pelas suas ações na região da Krajina, na Croácia).

Em acordo com esse mesmo modelo de parcialidade política, apenas líderes sérvios foram acusados de '*genocídio*' e do tipo de responsabilidade criminal de cima para baixo pelos atos de subordinados, o que se pode verificar na acusação do Tribunal que Milosevic teria planeado um 'empreendimento criminoso conjunto' para proceder à limpeza étnica dos não-sérvios de grandes áreas da Croácia e da Bósnia. Numerosos assassinatos em massa por muçulmanos bósnios – incluindo por *mujahedins* importados cuja especialidade era a decapitação de vítimas civis [492] – e por militares e paramilitares croatas nunca levaram o Tribunal a usar a palavra '*genocídio*' ou a atribuir responsabilidades ou a acusar o falecido presidente croata

[490] Simons, Marlise (2003), "General Gets 20 Years for Sarajevo Atrocities", *New York Times*, 6 de Dezembro.

[491] O Procurador do Tribunal contra Ante Gotovina, Caso Nº IT-01/45-I, http://www.un.org/icty/indictment/english/got-ii010608e.htm.

[492] Sobre a presença de *mujahedins* bem como de mercenários e outras forças ligadas a corporações de natureza militar (maioritariamente americanas) na Bosnia, ver: Wiebes, Cees (2003), *Intelligence and the War in Bosnia 1992-1995*, London: Lit Verlag. Cap. 4, "Secret Arms Supplies and Other Covert Operations", pp. 207-208.

Franjo Tudjman ou o seu homólogo muçulmano bósnio, Alija Izetbegovic.[493] E no seu pretenso olhar para os crimes da OTAN, Del Ponte considerou apenas as responsabilidades dos pilotos da OTAN e dos seus comandantes imediatos, e não as dos dirigentes que tomaram a decisão de atacar as infraestruturas civis e as populações. O duplo padrão foi neste caso mais que evidente.

5.6.2. O Tribunal como um 'Tribunal Desonesto'

O TPIJ foi estabelecido pelo Conselho de Segurança sob a Resolução 827 do Conselho de Segurança em 25 de maio de 1993 e sob a alegada autoridade conferida pelo Capítulo VII da Carta da ONU. Mas o Capítulo VII da Carta dá autoridade ao Conselho de Segurança apenas em questões de segurança, e o argumento de que as violações do direito humanitário "*constituem uma ameaça à paz e segurança internacionais*" não fornece uma base legalmente defensável para se assumir uma função judicial.[494] Ironicamente, o Capítulo VII exige que todos os países cooperem com qualquer decisão tomada, embora esta tenha sido votada apenas pelo Conselho de Segurança. Enquanto isso, o Congresso dos EUA, ao explicar porque se recusava a cooperar com o Tribunal Penal Internacional, afirmou que "*é um princípio fundamental do direito internacional que um tratado é apenas vinculativo para as suas partes, não cria obrigações para as não-partes e sem o seu consentimento estas não podem ser obrigadas. Os Estados Unidos não são uma parte do Estatuto de Roma e não estarão vinculados a nenhum dos seus termos*".[495] Mas, já não há problemas quando se trata de

[493] Após as mortes de Franjo Tudjman (10 de dezembro de 1999) e Alija Izetbegovic (19 de outubro de 2003), o Gabinete do Procurador alegou que os dois estavam sob investigação para uma possível acusação por ações das suas presidências verificadas no decurso da guerra. Naturalmente, em nenhum dos casos foi alguma vez produzida uma acusação; e em ambos os casos, as mortes desses dois 'figurões' fecharam definitivamente os seus casos.
Sobre Tudjman, ver: Agência France Presse (1999) "Tudjman buried Monday", 13 de Dezembro; e Potter, Beth (1999), "Court: Tudjman indictment was discussed", *United Press International*, 14 de Dezembro;
Sobre Izetbegovic, ver: Associated Press (2003), "U.N. prosecutors were investigating former Bosnian president Izetbegovic", 22 de Outubro; e Castle, Stephen (2003), "Bosnian Leader Was Suspected of War Crimes", *The Independent*, London, 23 de Outubro.

[494] Ver a análise de Koechler, Hans (2001), op. cit.

[495] Citado em Szamuely, George (2002), "US Hypocrisy on Those IKCs – You Guessed It, International Kangaroo Courts", *CounterPunch*, 24 de Setembro. http://www.counterpunch.com.szamuely0924.html.

obrigar os países a cooperar com o TPIJ (ilegalmente constituído) porque este está sob o controlo dos EUA e foram outros a ser coagidos a cooperar sem dar o seu consentimento.

É uma ironia ainda mais espetacular que o Tribunal tenha sido criado em 1993, logo após Eagleburger ter nomeado publicamente os líderes sérvios que deviam ser levados a julgamento e durante um período em que os Estados Unidos haviam começado "*a destruição de todas as hipóteses de paz, desde o plano Vance-Owen na Bósnia até à farsa de Rambouillet, até à própria campanha de bombardeamento*".[496] Ou seja, o papel do Tribunal era ajudar os Estados Unidos e os seus aliados a utilizar um suposto '*exercício de justiça*' como parte do aparelho de propaganda para evitar a paz, ajudar a desmantelar a Jugoslávia e através da guerra colocar a Sérvia no seu lugar. A maioria das mortes na Croácia, na Bósnia e no Kosovo ocorreu depois de terem sido tomadas decisões para procurar a '*justiça*' em vez da paz. O reconhecimento do papel do Tribunal numa política baseada na força estava implícito na declaração do ex-presidente do Tribunal, Antonio Cassese, que observou que "*a resposta política e diplomática (ao conflito dos Balcãs) toma em consideração as exigências e o ritmo da comunidade internacional. A resposta militar virá no momento apropriado*".[497] Como Robert Hayden observou posteriormente, "*em vez de ser a justiça do vencedor após o conflito, (o Tribunal) foi uma ferramenta destinada a assegurar a vitória durante o conflito*".[498] De facto, na fase do pós-guerra, o Tribunal está a servir para ministrar a justiça dos vencedores e também − um final apologético para a guerra.

A maioria dos procuradores e juízes do Tribunal foram selecionados de países da OTAN, e todos os importantes foram escrutinados pelas autoridades dos EUA.[499] Como as potências da OTAN constituíam partes no conflito, e até cometeram imputáveis crimes de guerra, bem como se empenharam em cometer o '*crime supremo*' de conduzir uma guerra por 78 dias, há

[496] Michael Mandel, "Milosevic Has a Point", Toronto Globe and Mail, July 6, 2001, http://www.commondreams.org/views01/0706-05.htm.

[497] Declaração de Antonio Cassese ao Secretário-geral das Nações Unidas em 21 de janeiro de 1994; citado em Black, Christopher (1999), *An Impartial Tribunal? Really?*, 21 de Novembro. http://emperors-clothes.com/analysis/Impartial.htm.

[498] Hayden, Michael (2004), *Biased 'Justice': Illegal Wars, Collateral Damage and Crimes Against Humanity*, London: Pluto, Junho, p. 569.

[499] Sobre o processo de escrutínio dos juízes que serviram nos bancos do ICTY, ver: Mandel, Michael (2004), *How America Gets Away With Murder: Illegal Wars, Collateral Damage and Crimes Against Humanity*, London: Pluto, Junho, Ch. 4

um tremendo conflito de interesses enquistado na estrutura judicial do Tribunal. Como afirmou Hans Koechler, "*se o 'Tribunal' levasse a sério os padrões jurídicos normais de imparcialidade, teria sido obrigado a determinar que há um conflito de interesses para os 'juízes' de países que estão a empreender uma guerra não declarada contra a Jugoslávia, fazendo parte de um painel que inicia uma ação 'judicial' contra o Chefe de Estado do país que está sob esse ataque*".[500]

No que diz respeito à conceção do processo judicial em termos mais restritos, o Tribunal violou em grande escala os padrões judiciais ocidentais, uma vez que teve a liberdade de criar as suas próprias regras à medida que avançava. Assim, no seu Anuário de 1994 afirmava-se que "*o tribunal não precisa de estar manietado pelas regras restritivas que se desenvolveram a partir do antigo sistema de julgamento por júri*";[501] e para Louise Arbour, "*Para mim, a lei deve ser criativa e utilizada para fazer as coisas certas*".[502] De facto, o processo devido e outras '*antigas*' proteções são inconvenientes para procuradores agressivos. John Laughland observa que "*o Tribunal mergulhou numa mistura dos diferentes sistemas legais de todo o mundo. Num dos casos, o tribunal defendeu-se contra acusações de ter apreendido ilegalmente documentos do governo bósnio, dizendo que os seus procedimentos eram compatíveis com a lei do Paraguai*".[503] Enumera-se, em seguida, uma lista não-exaustiva dos procedimentos de '*tribunal desonesto*' compilada por Laughland: [504]

(1) Sem direito a fiança ou a um julgamento rápido;

(2) Os réus podem ser julgados duas vezes pelo mesmo crime (artigo 25 do estatuto do Tribunal);

(3) Sem direito a um julgamento por júri;

(4) Não existe um tribunal de recurso independente;

[500] Koechler, Hans (2001), op. cit.

[501] Citado em Black, Christopher (1999), op. cit.

[502] Citado em Laughland, John (1999) "The anomalies of the International Criminal Tribunal are legion. This is not Victors' Justice in the Former Yugoslavia – in Fact, it is no Justice at all", *The Times*, London, 17 de Junho.

[503] Ibidem

[504] Ibidem

(5) Admissão de provas por 'ouvir dizer';

(6) As confissões são presumidas como livres e voluntárias, a menos que o contrário seja estabelecido pelo prisioneiro (artigo 92); e

(7) Não é necessária definição do ónus da prova para uma condenação, tal como "para além de qualquer dúvida razoável".

Outra característica muito importante da prática do Tribunal foi o uso das acusações como uma ferramenta política. No '*antigo julgamento por júri*' e nos sistemas de processo devido em prática no Ocidente, uma pessoa acusada não é por esse facto um criminoso, mas sim alguém para quem as provas parecem justificar um julgamento de forma a determinar a sua culpa ou inocência. Para o Tribunal, a acusação foi utilizada para criminalizar sem julgamento, para remover ao acusado a sua efetiva autoridade e em simultâneo desacreditá-lo e demonizá-lo. Como já foi assinalado, Arbour usou essa arma regularmente como uma ferramenta política e de propaganda, enquanto afirmava piamente que os acusados eram inocentes até que se provasse a sua culpa. Até mesmo Geoffrey Robertson, um defensor da guerra da OTAN em 1999, reconheceu que "*a guerra exigia a criminalização (de Milosevic), e então a promotora de Haia, Louise Arbour, foi convocada para Londres para lhe serem entregues pelo Secretário das Relações Exteriores do Reino Unido, Robin Cook, as interceções do NSA/GCHQ que há muito havia solicitado*".[505] Milosevic foi acusado pouco depois. Em 1995, o antecessor de Arbour, Richard Goldstone, admitiu ter acusado Karadzic e Mladic para os excluir das iminentes conversações de Dayton,[506] mas não Milosevic, que só foi posteriormente acusado de ser o alegado '*arquiteto*' dos eventos pelos quais Karadzic e Mladic foram acusados.

[505] Robertson, Geoffrey (2000), op. cit., p. 418. Acrescenta que embora Arbour tenha certamente ficado "*grata*" pela ajuda, ela "*não foi sensata ao tirar fotos com o Sr. Cook e com o beligerante general da OTAN, Wesley Clark, o que projetou uma sombra sobre a sua imparcialidade*" - negligenciando o facto de não haver nenhum outro motivo para Arbour ter feito essa viagem, a não ser para melhorar a imagem pública da parceria OTAN-TPIJ, e da justeza do "*bombardeamento pela humanidade*" da OTAN.

[506] "*Outra conquista dos tribunais tem sido marginalizar os criminosos de guerra indiciados que ainda não foram presos*", explica Richard J. Goldstone, citando como principais exemplos as acusações feitas em julho de 1995 a Radovan Karadzic e Ratko Mladic e a acusação de maio de 1999 a Slobodan Milosevic. – Goldstone, Richard J. (2000), *For Humanity: Reflections of a War Crimes Investigator*, New Haven: Yale University Press, p. 126.

Os procuradores do Tribunal orientaram-se bastante pelos meios de comunicação social, tendo utilizado principalmente as acusações criminais nos seus esforços para mobilizar esses meios para o apoio ao Tribunal. Entre outros incidentes, em junho de 2001, Del Ponte anunciou que Milosevic seria brevemente acusado por crimes adicionais,[507] uma ação que não teve nenhuma outra finalidade que a de manter os assuntos do Tribunal sob o olhar do público e criar um ambiente público e moral tendencioso contra o réu. Cassese empregou abertamente a mesma tática de se dirigir ao público sobre os '*criminosos acusados*', a fim de forçar a ação política. Da mesma forma, Richard Goldstone reconheceu francamente que os jornalistas "*responderam aos meus pedidos para uma cobertura positiva e de apoio*" ao Tribunal.[508] De novo, as violações dos princípios judiciais, inerentes a este apelo e mobilização, foram notórias, mas inteiramente consistentes com os procedimentos deste Tribunal.

5.6.3. O julgamento de Milosevic – um Juiz no mínimo controverso.

A proteção às testemunhas de acusação foi uma das especialidades do juiz Richard May no julgamento de Milosevic. Desde o início, ao invés de tender para ajudar um acusado não representado, não só demonstrou uma aberta hostilidade em relação a este como limitou e interferiu no seu interrogatório, ao mesmo tempo em que dava uma enorme liberdade e protegia a acusação e as suas testemunhas. O experiente advogado canadense Edward Greenspan ficou indignado com o facto de May ter violado "*o conhecido princípio de nenhum juiz poder arbitrariamente fixar um limite de tempo ou interferir num interrogatório*". Após hora e meia do início do primeiro interrogatório de Milosevic, "*May perguntou impacientemente: 'Quanto tempo mais acha que vai estar com essa testemunha?' (...) Era a primeira testemunha do que provavelmente seria um longo julgamento, e o juiz já estava a colocar limites de tempo ao acusado. May nem sequer fingia imparcialidade ou, na realidade, interesse*". Greenspan também ficou chocado com a advertência de May a Milosevic para não

[507] Simons, Marlise (2001), "War Crimes Tribunal Expands Milosevic Indictment", *New York Times*, 30 de Junho. O jornal 'The Times' informou posteriormente que, numa entrevista que o jornal francês 'Le Monde' publicou na manhã da primeira audiência de Milosevic perante o Tribunal, em 3 de julho de 2001, para ouvir as acusações levantadas contra ele por supostos crimes no Kosovo, Del Ponte anunciou que "*prevê acusações de genocídio contra Milosevic por crimes sérvios nas guerras da Bósnia e da Croácia*". Cohen, Roger e Marlise Simons (2001), "At Arraignment, Milosevic Scorns His UN Accusers", *New York Times*, 4 de Julho.

[508] Citado em: Skoco, Mirjana e William Woodger (2000), op. cit., p. 37.

interrogar "*como uma forma de assediar ou intimidar as testemunhas*". A rispidez é "*calculada para enervar, confundir, mas sobretudo para revelar. O interrogatório é um duelo entre o advogado e a testemunha. A única arma de que o réu dispõe é o direito de fazer perguntas*".[509]

Um observador dos métodos do juiz May na primeira semana de junho de 2002, o funcionário judicial britânico Ian Johnson, observou que "*em nenhum momento durante este processo o juiz (…) determinou um limite de tempo para a acusação. No entanto, quando foi a vez de Milosevic interrogar a testemunha, o juiz May instruiu que fosse colocado um prazo nesse procedimento*". Johnson relata ainda que quando testemunhou pela acusação o Sr. Buyo, um comandante do UÇK na área de Račak, este foi pressionado por Milosevic quando o apanhou numa contradição e com a testemunha claramente em apuros, o juiz May instruiu: "*Passe adiante Sr. Milosevic, já elaborou o bastante sobre esse ponto*". Como Johnson assinala: "*o Sr. Buyo estava safo!*".

No interrogatório de outra suposta testemunha ocular de um massacre de civis, que disse que as forças sérvias separaram as mulheres e crianças dos homens e depois executaram todos, Milosevic perguntou porque seria que se tinham incomodado em fazer uma separação se os iam matar a todos. Mas aí, o juiz May interveio: "*Não penso que você possa esperar que a testemunha saiba isso*", quando, é claro que Milosevic estava a explorar a possibilidade de um falso testemunho; essa tentativa foi assim obstruída pelo juiz. Com outra testemunha, que alegava ter ouvido conversas ameaçadoras de comandantes sérvios a partir da sua posição escondida num sótão, Milosevic colocou-a em dificuldades com base no barulho e na distância, no meio do que, o juiz May interferiu: "*Passe adiante Sr. Milosevic, a testemunha já lhe disse a sua posição*", protegendo a testemunha de um sério embaraço e de ficar desacreditada. Noutro caso, em que a testemunha alegava que a sua cidade fora atingida por aviões da Jugoslávia, demonstrando um conhecimento de nomes técnicos de armamento que eram pouco plausíveis e que indiciavam um prévio treino, quando Milosevic tentou insistir nesse ponto, May simplesmente interrompeu-o: "*Ela respondeu à sua pergunta (sobre quem*

[509] Greenspan, Edward L. (2002), "This is a lynching", *National Post*, 13 de Março.

lhe disse para dizer o que disse). E ela disse que ninguém o fez e que é isso o que ela viu, e é esse o seu depoimento. Não adianta argumentar sobre isso".[510]

Ainda mais dramático foi o tratamento dado pelo juiz May ao testemunho de William Walker em 11-12 de junho de 2002. Embora Walker se tenha alongado, incluindo mesmo uma sua estimativa da '*atitude geral*' de Milosevic, May não o interrompeu uma única vez em quase duas horas de depoimento. Embora o alegado 'Massacre de Račak' fosse a base de 45 acusações de homicídio contra Milosevic na acusação para o Kosovo, e embora a credibilidade de Walker como o principal agente dessa alegação fosse importante e relevante, May anunciou antecipadamente um limite de três horas para o contrainterrogatório e, em seguida, interrompeu a argumentação de Milosevic mais de 70 vezes. A sua deferência para com o 'Embaixador' Walker, como May lhe chamava, foi impressionante, pois May evitou ativamente um forte contrainterrogatório que poderia ter desafiado a credibilidade de Walker e exposto as suas mentiras. Se Walker simplesmente se esquivava a uma pergunta com um "Não me lembro", May protegia-o de quaisquer outras perguntas. May recusou-se a permitir que Milosevic comparasse a conclusão imediata de Walker de que a descoberta dos corpos em Račak constituia um massacre, com o relutante comportamento de Walker no caso dos assassinatos em El Salvador, quando servia como embaixador dos EUA nesse país em 1989: "*esta Câmara decidiu que é irrelevante a sua tentativa de desacreditar esta testemunha com eventos de há tanto tempo atrás*", insistiu May.[511] Em suma, este episódio de proteção de uma testemunha e de abuso judicial, por si só, forneceria um motivo muito forte para anular este julgamento como injusto, num qualquer sistema judicial íntegro.

May permitiu frequentemente que as testemunhas de acusação depusessem demoradamente sobre as suas experiências pessoais e que atacassem Milosevic, normalmente sem provas sustentáveis e verificáveis, e que relatassem experiências baseadas em 'ouvir dizer'. No testemunho de Mahmut Bakali em 18 de fevereiro de 2002, este citou o que um funcionário sérvio local afirmou ter ouvido do que Milosevic tinha dito sobre o Kosovo – 'ouvir dizer' em

[510] Johnson, Ian (2002), "The Judge As Prosecutor: Two Days At The 'Trial' of Slobodan Milosevic", 19 de Junho, http://www.icdsm.org/more/days-i.htm

[511] Mandel, Michael (2004), op. cit., Cap. 5.

dois níveis – sem interferência do juiz.[512] Em contraste, o juiz May não permitiu que Milosevic citasse artigos do 'Le Monde' e do 'Le Figaro', que levantavam sérias dúvidas sobre a natureza do incidente de Račak, no seu contrainterrogatório a William Walker – o nosso meticuloso juiz insistiu que teriam que ser levados a testemunhar os próprios jornalistas, em vez dos artigos que escreveram. Devido à ausência de qualquer proibição do 'ouvir dizer' e da parcialidade judicial, estima-se que "*mais de noventa por cento*" das provas citadas nos procedimentos do Tribunal tiveram origem em fontes do tipo 'ouvir dizer'.[513] O Tribunal também decidiu que, em casos de violação ou crimes sexuais, "*não será necessária nenhuma confirmação através do testemunho da vítima*".[514]

Deve-se também mencionar que o juiz May disse repetidamente às testemunhas que não deveriam comunicar com quem quer que fosse durante o período em que estavam a depor, como na audiência de 13 de novembro de 2003: "*Sr. Tenente-coronel, tal como recordamos a todas as testemunhas, por favor lembre-se que não pode falar com ninguém sobre o seu depoimento até que este termine*". Mas já com o General Wesley Clark, permitiu que o governo dos EUA impusesse uma sessão à porta fechada e que o testemunho fosse redigido previamente, e Clark teve permissão de falar com outrem no decurso do seu testemunho. Clark pôde até telefonar para Bill Clinton no meio de seu depoimento, pedir-lhe para enviar uma carta por fax e ler essa carta no tribunal – tal como já foi dito, May não permitiu a Milosevic introduzir artigos do 'Le Monde' e do 'Le Figaro', exigindo-lhe a presença física dos respetivos jornalistas. Em resposta a uma simples pergunta de Milosevic sobre uma declaração acerca de Clark feita pelo seu superior, o general Henry Shelton, Clark lançou-se um monólogo de autoadulação por dez minutos, sem qualquer interrupção pelo juiz May. Este 'juiz' também não permitiu que Milosevic fizesse perguntas sobre a intervenção da OTAN, se o ataque à Jugoslávia era legal, ou se era uma guerra. Não pôde fazer perguntas que desafiassem a credibilidade de Clark, ou qualquer uma outra que não se relacionasse diretamente com as alegações verbais de Clark. De novo, tal como com o testemunho de William Walker, isto seria a base para declarar o julgamento como injusto num sistema

[512] Ver: "Kosovo, Croatia and Bosnia", Caso nº IT-02-54, 18 de Fevereiro de 2002, p. 523, http://www.un.org/icty/transe54/020218IT.htm.

[513] A estimativa é de Michael Scharf, tal como citado em Sellars, Kirsten (2002), op. cit., p. 187.

[514] Regras de Procedimento e Prova, Artigo 96, Provas em Casos de Agressão Sexual, 17 de dezembro de 2003, www.un.org/icty/basic/rpe/IT32_rev19.htm#Rule96.

judicial honesto. Tristemente, nunca alguém contestou esta quase cómica farsa de processo judicial.[515]

5.6.4. Notas Conclusivas

O legado, que o TPIJ deixa, marcou de forma evidente a integridade de um órgão internacional *ad hoc* pela sua negligente observância do direito judicial. O Tribunal de Haia é o exemplo de um abuso da jurisprudência para servir os propósitos de maior hegemonia daqueles mesmo que o estabeleceram. Considerando que o TPIJ ficou gravado na história juntamente com os seus controversos julgamentos difundidos por um tendencioso jornalismo, o que resultou foi que escamoteou a verdade à humanidade enquanto produtor de falsos registos históricos.

O maior pecado do Tribunal foi de natureza moral, ao produzir um ainda mais grave e debilitante impacto na sociedade como um todo. Contribuiu para uma campanha de propaganda no sentido de demonizar uma nação inteira atribuindo-lhe o pior de todos os crimes – o genocídio. Criou condições insuportáveis para a manutenção de uma simples coexistência de nações que tinham estado em guerra, sem falar da promoção da reconciliação e da edificação de melhores relações. Em vez de contribuir para a paz e a estabilidade na região, a política do tribunal deteriorou ainda mais os pilares de esperança sobre os quais aquelas podem ser alcançadas.

Tentei demonstrar que o Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia perseverou em ajudar a OTAN e os seus interesses, e que o modelo político do TPIJ assenta perfeitamente na sua história e registo. Também tentei evidenciar que a sua prática judicial violou em contínuo e quase em toda a linha os padrões ocidentais tradicionais, mesmo sem entrar em conta com as suas seletivas e politizadas (e hiperpublicitadas) acusações, julgamentos e sentenças. O Tribunal foi utilizado por Estados poderosos como uma conveniência legal para flexibilizar as regras, a fim de continuarem a perseguir as suas mais vastas agendas. Os bombardeamentos da OTAN sobre a Jugoslávia e a subsequente secessão unilateral do Kosovo são excelentes exemplos de uma justiça dos vencedores.

[515] Dickson, Tiphaine (2003) "Protesting Wesley Clark: As Saddam Faces War Crimes Trial, Milosevic's Kangaroo Court Hops to US Orders", *Counterpunch*, 1-15 de Dezembro;
Mitchell, Paul (2003), "Milosevic trial sets precedent: US granted right to censor," 31 de Dezembro. http://www.wsws.org/articles/2003/dec2003/cens-d31_prn.shtml.

Página intencionalmente deixada em branco

6. RECONHECIMENTO E NÃO-RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA – CRITÉRIOS [516]

Para procurar entender quais os argumentos que foram utilizados para justificar posições de reconhecimento ou de não-reconhecimento pelos diferentes Países, foram selecionados quatro países que reconheceram a República do Kosovo e quatro países que não o fizeram. Importa assinalar que não são apresentadas mais posições, porque o leque de escolhas é bastante vasto e só assim se poderá fazer alguma 'análise do conteúdo' das declarações proferidas.

Dos Estados-membros da ONU e até Novembro de 2017, cerca de 59,58% (115 Estados de entre 193) reconheceram o Kosovo enquanto Estado independente e soberano. Dos 28 Estados-membros da União Europeia, 23 já demonstraram o seu reconhecimento em relação ao Kosovo (82,14%). No que diz respeito aos membros da OTAN, 86,21% manifestaram o reconhecimento do Estado Kosovar, ou seja, 25 em 29. Já no Conselho da Europa o número de reconhecimentos decresce um pouco, 77,08%, o que em números concretos revela 37 reconhecimentos de 48 Estados-membros. Uma elevada percentagem de reconhecimentos é igualmente constatada ao nível do G8, onde dos oito Estados-membros, sete reconheceram o Kosovo como independente.

6.1. Posições de Reconhecimento [517]

De entre os países que até Novembro de 2017 reconheceram a República do Kosovo como um Estado independente, optámos por selecionar, de forma a poder proceder a uma análise mais minuciosa quanto aos argumentos dos mesmos, os EUA, a França, a Itália e Portugal. Esta seleção baseou-se em algumas razões que convém esclarecer. No que concerne aos EUA a escolha assentou, fundamentalmente, no seu poderio económico, militar e tecnológico, que neste momento lhe confere, na prática, o estatuto da mais poderosa *Grande Potência Mundial*. Além desta óbvia razão, importa referir que foi sobretudo por iniciativa dos EUA que a OTAN iniciou os bombardeamentos ao território Sérvio em 1999, bem como, porque os norte-

[516] O texto deste capítulo foi baseado e adaptado de "*Será o Kosovo um Novo Estado? Uma análise da aceitação e da não-aceitação no discurso dos Estados sobre o Kosovo*". Trabalho de Investigação da Mestre em Ciência Política, Patrícia Calca

[517] As declarações de Reconhecimento podem ser consultadas em http://www.kosovothanksyou.com, acedido em 24Nov2014.

americanos têm vindo a demonstrar desde há anos um acentuado interesse estratégico nessa região.

Além do anteriormente referido, convém a este propósito sublinhar a importância que a região balcânica tem para a Rússia, quer por ser ponto de passagem de condutas de gás natural, quer por ser uma zona de influência *natural* da mesma desde os tempos da czarina Catarina 'a Grande'. De notar igualmente que existe uma grande comunidade de albaneses do Kosovo imigrados em território norte-americano. Contudo, apesar destes interesses estratégicos e até geoestratégicos, não deixa de ser relevante a realidade de que os albaneses no Kosovo são na sua maioria muçulmanos e que, decorrente deste facto, existirem referências (as quais já foram mencionadas anteriormente) a ligações entre o Exército de Libertação do Kosovo (UÇK) e a Al-Qaeda.

Outro dos países que se apresenta em análise é a França. Em boa verdade a atuação dos franceses tem sido um pouco oscilante. Historicamente, a França sempre demonstrou interesse e afinidade pelos países da região balcânica, sobretudo pela Sérvia. Apesar disso e contrariamente ao que se poderia inicialmente pensar, quando dos bombardeamentos de 1999, os franceses apoiaram essas ações. Acredita-se que, uma vez que a ação era já impossível de suster, esse apoio talvez tenha sido com a finalidade de tentar que houvesse um mínimo de danos à Sérvia, bem como ao seu povo, com vista a acelerar a sua reconstrução e a reconciliação entre as etnias presentes no seu território.[518]

Relativamente à Itália importa destacar que, habitualmente, este país trata de uma forma muito particular com todas as crises balcânicas, ou não sentisse diretamente o impacto dessas mesmas crises, devido à sua proximidade geográfica. A ordem europeia saída da 2ª GM foi encontrando, aos poucos, no Adriático, uma fronteira que separa a Itália das regiões balcânicas, onde detinha parte da sua zona de influência. Em verdade, a Itália está separada da península balcânica pelo Adriático, onde se liga ao Mediterrâneo pelo estreito de Otranto[519].

[518] Sobre este assunto ver: Artaud, Denise (2001), "Wesley K. Clark – Waging Modern War. Bosnia, Kosovo and the Future of Combat". Em: *Politique étrangère*, 2 – 2002 – ano 67, pp. 499-505.

[519] Estreito de grande importância estratégica entre a Itália e a Albânia (72 Km). Permite o controlo absoluto da passagem do Mar Adriático para o Mar Jónico (ambos pertencentes ao Mediterrâneo). Como os dois países são seus Aliados, os EUA e a OTAN detêm assim o controlo de toda a margem norte do Mediterrâneo

As suas fronteiras tocam-se de tal forma que 'Fiume', uma cidade que chegou a pertencer à Itália, no final da 2ª G.M. passou a ser da Jugoslávia e é agora da Croácia com o nome de 'Rijeka' (que tal como 'Fiume' se traduz por 'Rio'), aliás, em toda a península da Ístria, agora dividida entre a Croácia e a Eslovénia, as povoações têm nomes croatas/eslovenos e também italianos. E não deixa de ser importante o modo como os próprios EUA veem a Itália, qual local estratégico importante no que aos Balcãs diz respeito, conforme se comprova pelas seguintes palavras. "*É inegável que os americanos sempre consideraram a Itália mais como uma base estratégica (devido ao facto de estar no coração do Mediterrâneo), do que como um aliado militarmente importante*".[520]

Portugal foi escolhido por razões óbvias, primeiro porque é do nosso interesse perceber quais são as posições do Estado português no que concerne à *criação* deste novo Estado, depois para tentarmos depreender porque é que o nosso país se comportou como a maioria dos Estados-membros da UE, e finalmente por outras duas questões essenciais, o facto de Portugal ter participado na KFOR, a força de manutenção da paz da OTAN e também na UNMIK, e por ter havido uma certa hesitação no reconhecimento português. Não deverá ser alheio a esse atraso o facto de os nossos vizinhos, os espanhóis, não terem apoiado esta declaração de independência. Tendo em consideração o anteriormente referido, importa agora fazer uma análise dos respetivos discursos, por cada país selecionado, entre os que reconheceram a independência do Kosovo.

Desta forma, será apresentada em seguida individualmente a declaração de cada um dos países, primeiro o seu discurso oficial, e depois a interpretação possível dos textos. Além dos textos das declarações dos diferentes Estados, será apresentada a referência à existência ou não de minorias étnicas com peso e reivindicativas de independência no território desses Estados (isto para se tentar discernir se a argumentação do *precedente* e a influência das suas próprias situações, pode ser deduzida).

6.1.1. A declaração dos EUA

Os Estados Unidos reconheceram hoje formalmente o Kosovo como um estado soberano e independente.

[520] Bruno Teissier, *Geopolitique de l'Italie,* Éditions Complexe, Bruxelas, 1996, p.11.

O estabelecimento destas relações reafirmará os laços especiais de amizade que unem o povo dos Estados Unidos e o do Kosovo.

Nove anos atrás, a comunidade internacional, liderada pela OTAN, atuou para acabar com os ataques brutais contra a população albanesa kosovar, (…) No ano passado, o enviado especial da ONU Martti Ahtisaari desenvolveu um plano para edificar um Kosovo democrático e multiétnico e recomendou que o Kosovo fosse independente, sujeito a um período de supervisão internacional. À luz dos conflitos da década de 1990, a independência é a única opção viável para promover a estabilidade na região. (…)

A combinação inusitada dos fatores verificados na situação do Kosovo – incluindo o contexto da desintegração da Jugoslávia, a história da limpeza étnica e dos crimes contra civis no Kosovo e o período alargado da administração da ONU – não se verificam noutros locais e, portanto, fazem do Kosovo um caso especial. O Kosovo não pode ser visto como um precedente para qualquer outra situação no mundo de hoje.

Os Estados Unidos aproveitam esta oportunidade para reafirmar a sua amizade com a Sérvia, uma aliada durante duas guerras mundiais. (…) [521]

Existência de minorias étnicas com peso e reivindicativas de independência: (ainda) NÃO

Os EUA apresentaram a sua declaração de reconhecimento da República do Kosovo um dia depois de esta ter sido anunciada. Sendo um dos fortes apoiantes da causa kosovar, a primeira frase da declaração manifesta inequivocamente o reconhecimento, "*Os Estados Unidos reconheceram hoje formalmente o Kosovo como um estado soberano e independente".*

O facto de o país mais influente do mundo considerar que esta região é um Estado soberano e independente, tem um significado particularmente importante. Os EUA falam mesmo em relações e laços especiais de amizade entre o povo norte-americano e o povo kosovar.

Posteriormente, há nas palavras desta declaração algumas justificações de carácter valorativo e interpretativo, equacionadas como verdades e que convém aprofundar. Fala-se dos conflitos que se deram em 1999 quando da ação da OTAN, no entanto, consideram-se estranhas algumas das palavras utilizadas como, por exemplo, *comunidade internacional*, quando inicialmente foi a OTAN que agiu unilateralmente e sem o apoio da ONU e portanto não foi

[521] Tradução do autor

uma comunidade internacional legitimada por aquela instituição, e, quando se mencionam *ataques brutais contra a população albanesa kosovar*, não deixa de ser interessante constatar que morreram mais pessoas vítimas dos bombardeamentos do que nas supostas *matanças* anteriores, das quais a mais mediatizada (em Raćak), que como tivemos oportunidade de demonstrar, não passou de um embuste.

Outra das argumentações para o reconhecimento baseia-se no carácter democrático e multiétnico que o Kosovo tem demonstrado ter nos últimos anos, o que, sobretudo no referente ao multiétnico, é uma extrapolação que roça o limiar da fantasia dada a comprovada limpeza étnica de sérvios que se verificou e que continua permanentemente a ocorrer. E a mencionada democraticidade também suscita algumas dúvidas, pois não há notícia da participação de um número significativo de sérvios nos processos eleitorais.

E, seguidamente, os últimos argumentos, que obviamente teriam de aparecer, para reforçar o carácter excecional desta ação em relação ao Kosovo: Primeiro ao afirmar-se que esta é a única solução para a região – "*À luz dos conflitos da década de 1990, a independência é a única opção viável para promover a estabilidade na região*". Depois, o registar-se a diferença desta situação com outras, com o nítido objetivo de evitar a criação de um precedente (o que é manifestamente irrealista) – "*A combinação inusitada dos fatores verificados na situação do Kosovo (…) [que] não se verificam noutros locais e, portanto, fazem do Kosovo um caso especial. O Kosovo não pode ser visto como um precedente para qualquer outra situação no mundo de hoje*".

Finalmente há uma tentativa desconcertante (por não parecer irónica) e de certo modo ingénua, de repor alguma boa imagem junto dos Sérvios (depois de os terem bombardeado), ao reafirmarem a sua amizade com a Sérvia e referirem que foram seus aliados nas duas Guerras Mundiais.

6.1.2. A declaração da França

Os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos vinte e sete Estados membros da União Europeia, tomando nota desta nova realidade, confirmaram hoje o empenhamento europeu no Kosovo.

Tenho a honra de informar que a França, em plena concordância com esta declaração da União Europeia, e retirando as consequências da resolução aprovada pela Assembleia do

Kosovo em 17 de Fevereiro de 2008, reconhece desde agora o Kosovo como um estado soberano e independente.

Aproveito também esta oportunidade para reiterar o valor que a França atribui ao facto de a independência do Kosovo contribuir para a estabilidade dos Balcãs Ocidentais. Faço votos para que a aplicação das disposições deste estatuto possa avançar rapidamente e que o Kosovo estabeleça boas relações de vizinhança com todos os seus vizinhos.[522]

Existência de minorias étnicas com peso e reivindicativas de independência: (ainda) NÃO

A declaração francesa é proferida no dia a seguir ao da própria declaração de independência da República do Kosovo. As primeiras palavras são direcionadas para uma justificação europeia, ou seja, refere-se que os ministros dos negócios estrangeiros dos 27 Estados-membros "*tomando nota desta nova realidade, confirmaram hoje o empenhamento europeu no Kosovo*". Como referencia a declaração, existe por parte da França um pleno acordo com esta decisão da UE e esse facto é bem salientado pelos próprios, em jeito de justificação.

Finalmente a segunda e última argumentação, além da institucional já referida, prende-se com o sublinhar de que a independência do Kosovo contribui para a estabilidade da zona dos Balcãs ocidentais, tendo para isso de ser tido em consideração o estabelecimento de boas relações com os países vizinhos.

6.1.3. A declaração da Itália

O Conselho (de Ministros), após ouvir o relatório do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Massimo D'Alema, e em consonância com as conclusões do Conselho de Ministros da União Europeia de 18 de Fevereiro, decidiu autorizar o Ministro dos Negócios Estrangeiros a responder positivamente ao pedido, formulado pelas Autoridades de Pristina, para reconhecer o Kosovo como país independente, num quadro de supervisão internacional, e para estabelecer relações diplomáticas com o Kosovo.[523]

Existência de minorias étnicas com peso e reivindicativas de independência: (ainda) NÃO

[522] Tradução do autor

[523] Tradução do autor.

Tal como a França, o Estado italiano optou por se justificar com base na decisão conjunta do Conselho de ministros da União Europeia, tomada no dia 18 de Fevereiro, conforme palavras da declaração.

Como se pode verificar pela redação da declaração italiana, há um outro ponto que procura salientar e que certamente se prende com a proximidade geográfica da Itália em relação ao Kosovo, ou seja, a afirmação de que o novo país independente se encontra "*num quadro de supervisão internacional*", ou seja, ainda não definitivo. Utilizando os motivos de um conjunto de Estados e não apenas os oriundos de uma decisão autónoma, a Itália coloca-se numa posição mais confortável (típica da sua diplomacia), quer perante o Kosovo quer perante a Sérvia, que são ambos seus vizinhos.

6.1.4. A declaração de Portugal

Portugal, que neste momento contribui para KFOR com um batalhão, procedeu a uma avaliação metódica da questão, constatando que as autoridades do Kosovo têm respeitado os compromissos assumidos perante a ONU. O Governo entende que a evolução dos acontecimentos no Kosovo é globalmente positiva.

Verifica-se também que 21 Estados-membros da União Europeia e outros tantos da NATO efetuaram já o reconhecimento do Kosovo. Foram ainda acompanhados por Estados que nos são próximos, num total de 47. Estão assim a ser criadas as condições para que o Kosovo se integre plenamente na comunidade internacional.

O Kosovo representa, recorde-se, um caso único, tendo o processo que levou à sua independência sido conduzido pelas Nações Unidas, com envolvimento direto da União Europeia e de outras organizações que Portugal integra. O Relatório do Enviado Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, Martti Ahtisaari, foi devidamente ponderado nesse quadro.

Portugal reiterou consistentemente o seu apoio às aspirações europeias da Sérvia, e não se tem poupado a esforços para que estas possam ser concretizadas. Dar uma perspetiva europeia à Sérvia é um dos objetivos da nossa política externa, a par do reforço das relações bilaterais com aquele Estado.

Existência de minorias étnicas com peso e reivindicativas de independência: NÃO

O reconhecimento de Portugal à República do Kosovo foi feito muito mais tarde quando comparado com os outros 21 Estados-membros que, na altura, já tinham reconhecido o território, pois data de 7 de Outubro de 2008. De facto, chegou a ser especulado que esse reconhecimento só foi então feito porque pouco antes a Secretária de Estado dos EUA (Condoleeza Rice), em breve passagem pelo nosso País, teria exercido uma forte pressão para que Portugal avançasse com essa ação.[524]

A argumentação portuguesa procura bastantes justificações, pelo menos se comparada com as anteriormente apresentadas. Inicialmente refere-se a participação de Portugal na KFOR e a sua avaliação relativamente à realidade. Como se constata, faz-se uma avaliação do comportamento kosovar relativamente aos compromissos assumidos.

A segunda argumentação apresentada é a europeia, ou seja, o facto de a maioria dos Estados-membros da EU terem reconhecido o Kosovo, e depois os da OTAN, seguindo-se-lhe os números relativos à ONU, conforme as seguintes palavras, "*e outros tantos da NATO efetuaram já o reconhecimento do Kosovo. Foram ainda acompanhados por Estados que nos são próximos, num total de 47*". Fala-se então em viabilidade e, deste modo da plena integração do novo Estado na comunidade internacional.

Na tentativa de evitar a criação de um precedente, refere-se a particularidade da situação, *o Kosovo representa, recorde-se, um caso único, tendo o processo que levou à sua independência sido conduzido pelas Nações Unidas, com envolvimento direto da União Europeia e de outras organizações que Portugal integra.*

E finalmente, assumem alguma relevância as palavras dirigidas à Sérvia, quando manifestam o apoio português e sobretudo por acrescentar uma nota muito importante, a de que se insere nos objetivos da política externa portuguesa a integração europeia do país em questão, *Portugal reiterou consistentemente o seu apoio às aspirações europeias da Sérvia, e não se tem poupado a esforços para que estas possam ser concretizadas. Dar uma perspetiva europeia à Sérvia é um dos objetivos da nossa política externa, a par do reforço das relações bilaterais com aquele Estado.*

[524] Esquerda.net (2008), *Governo tem pressa em reconhecer Kosovo*, 2 de Outubro. https://www.esquerda.net/content/governo-tem-pressa-em-reconhecer-kosovo

6.2. Posições de Não-Reconhecimento

Houve países que não reconheceram até aos dias de hoje a República do Kosovo e é o seu discurso que analisaremos seguida, as suas justificações e os seus argumentos.

No que respeita à República Popular da China o não reconhecimento era previsível, logo porque, quando dos bombardeamentos da OTAN em 1999, a sua própria Embaixada foi atingida. A China ter-se-á sentido visada já que interliga estes factos com a sua política no Tibete e com a sua posição relativa a Taiwan. Ainda no ano dos bombardeamentos, Jiang Zemin e Boris Yeltsin discutiram na China, em Junho de 1999, a situação do Kosovo. Ambos renovaram a ideia de ter de se respeitar a integridade territorial da Jugoslávia, e a necessidade de se terminarem os bombardeamentos. Também se verifica uma grande semelhança da posição da China em relação à da Rússia, no sentido de ter de se encontrar uma solução pacífica para o Kosovo.

Por outro lado, a Grécia, apesar de pertencer hoje à UE, insere-se numa região complexa em termos de conflitos, por exemplo:

> "*O território grego oferece vantagens consideráveis para intervir na península balcânica, aquela transformou-se num maior jogo regional onde se jogam as relações entre as diferentes potências europeias, a Rússia e os Estados Unidos. Os antigos perigos desapareceram, os americanos poderiam inspirar-se no exemplo russo e soviético e tentar utilizar o espaço grego e balcânico como um instrumento de desestabilização da região com o fim de estabelecer a sua influência hegemónica sobre o Mediterrâneo oriental assim como sobre o Oriente próximo. Por outro lado, a colocação em evidência das enormes riquezas petrolíferas do mar Cáspio criou um novo jogo, pois, no momento, a principal rota de exportação destes petróleos atravessa o mar Egeu, via o mar Negro e os estreitos*".[525]

Nos últimos tempos a Grécia tem tido um importante papel ao procurar a estabilidade nos Balcãs, mesmo quando a Jugoslávia se começou a desintegrar nos anos 90. E também no relativo à democratização da Sérvia, a Grécia tem tido uma importante função, pois uma Sérvia mais estável e democrática possibilitaria uma política balcânica mais vantajosa para os países

[525] Georges Prévélakis, *Geopolitique de la Gréce*, Éditions Complexe, Bruxelas, 1997, p.16;

da zona. *Com os seus fortes laços com a Sérvia, a Grécia está bem colocada para desempenhar um papel importante na promoção do seu processo de integração.*[526]

Já no que diz respeito à Índia a situação de proximidade é marcadamente diferente. Em 1999 a Índia opôs-se à ingerência da OTAN no território jugoslavo, basicamente por motivos idênticos aos da Rússia. A Índia tem problemas internos relacionados com minorias étnicas e religiosas e, a ingerência num Estado soberano como a República Federal da Jugoslávia poderia vir a criar um precedente para outras ações. O fundamento da ação indiana reside em Caxemira, onde diversos movimentos muçulmanos, desde há muito reivindicam a sua autodeterminação e relatam violações dos direitos humanos, perseguições e ações contra essa população. Mas, a posição indiana nem sempre foi nesse sentido pois, por exemplo em 1971, na Guerra do Bangladesh, a Índia apoiou a independência deste. Mais tarde, nos anos 80, interveio no Sri Lanka. Como se pode comprovar a Índia interferiu nas soberanias de alguns dos seus países vizinhos, quer por interesses geopolíticos, quer por interesses estratégicos. Todavia, algumas vezes realizou intervenções por razões humanitárias.

No caso da Rússia, a sua oposição a estas alterações do mapa tem sido consistentemente mantida. Com os bombardeamentos da Aliança, o sentimento russo em relação ao Ocidente tornou-se ainda mais suscetível. Sobretudo a partir deste período, passou a haver uma clara desconfiança dos russos em relação à atuação da OTAN, mais concretamente, no que respeita aos Estados Unidos. O autor Alexei Arbatov declarou que "*a guerra na Jugoslávia terminou com as esperanças de uma parceria genuína em termos de segurança militar e de cooperação entre a Rússia e a OTAN. Uma vez mais, a Rússia ajuíza a OTAN como a sua principal preocupação num futuro previsível*".[527] Ainda sobre esta relação entre a OTAN e a Rússia, há como que um invisível braço de ferro. Henry Kissinger argumentou, no decurso do último processo 'aumentativo' da Aliança, que "*os Estados da Europa Central ao tornarem-se membros da OTAN podem realmente ajudar a desacreditar o movimento revanchista russo ao demonstrarem que o Ocidente resolve os seus problemas*".[528] A anterior e nítida influência russa, que noutros períodos foi de elevado pendor nesta região do globo, foi claramente

[526] Idem, p.40;

[527] Alexei G. Arbatov, *The Transformation of Russian (...), Op.cit.,* pp.1-2;

[528] Hall Gardner, *Surviving the Millennium: American Global Strategy, the Collapse of the Soviet Empire, and the Question of Peace*, Praeger, Westport, 1994, p.16;

afetada. Na Bulgária, na Hungria, na Roménia e mesmo na Ucrânia, quem agora lidera é a Aliança Atlântica. Seguramente não agradou à Rússia ter sido remetida para um segundo plano no que diz respeito ao caso do Kosovo, até porque, essa zona foi em tempos, como já foi sublinhado, uma das suas muitas áreas de influência, e o Kremlin demonstra sempre uma grande apreensão no que concerne a ingerências por fatores humanitários, em primeiro lugar e obviamente devido à Chechénia e depois à possibilidade de recrudescimento dos muitos outros nacionalismos existentes no seu território.

6.2.1. A Declaração da China

"*O Kosovo declarou unilateralmente independência em 17 de fevereiro, sobre o que a China expressa uma grande preocupação.*

A resolução da questão do Kosovo afeta a paz e a estabilidade da região dos Balcãs, as normas fundamentais que regem as relações internacionais, bem como a autoridade e o papel do Conselho de Segurança da ONU. A China acredita sempre que um plano aceitável quer para a Sérvia e quer para o Kosovo, através de negociações, é a melhor maneira de resolver esta questão.

A medida unilateral tomada pelo Kosovo levará a uma série de consequências. A China está profundamente preocupada com o seu grave e negativo impacto na paz e estabilidade da região dos Balcãs e com o objetivo de criar uma sociedade multiétnica no Kosovo."[529]

Existência de minorias étnicas com peso e reivindicativas de independência: SIM

A República Popular da China não reconheceu a declaração de independência do Kosovo. De facto, manifestou, desde logo no dia 18 de Fevereiro, uma grande preocupação em relação a esta declaração unilateral.

A sua argumentação prende-se com o facto de essa declaração poder colocar em risco a estabilidade e a paz na região dos Balcãs, bem como ferir as normas que regulam as relações internacionais e quebrar a autoridade do Conselho de Segurança da ONU. E, em coerência com esta declaração, foi um dos países que não aprovou nesse Conselho o plano Athissaari.

[529] http://www.mfa.gov.cn/eng/xwfw/s2510/t408032.htm, acesso em 21/01/2015. Tradução do autor.

Os argumentos chineses continuam a salientar a necessária negociação entre sérvios e kosovares no sentido de resolverem a situação a contento.

A República Popular da China declara acreditar que esta ação unilateral terá uma série de graves consequências e demonstra a sua preocupação com a situação sublinhando, novamente, que a situação pode pôr em causa a paz e a estabilidade na região dos Balcãs e sobretudo por poder levar ao não cumprimento do objetivo de criação de uma sociedade multiétnica no Kosovo.

Cerca de um ano depois e num encontro bilateral com a Sérvia, a China confirmou a sua posição com o seguinte texto, no ponto VI do comunicado final:

> "*A parte Chinesa reafirma o seu respeito pela soberania e integridade territorial da Sérvia. A parte Chinesa acredita que a melhor maneira de resolver a questão do Kosovo é elaborar um plano aceitável para ambas as partes através do diálogo e da negociação entre o Governo da Sérvia e as autoridades do Kosovo, em conformidade com os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e com as resoluções pertinentes do Conselho de Segurança da ONU, e no âmbito do direito internacional. Uma ação unilateral não ajudará a resolver o problema. A comunidade internacional deve criar condições favoráveis para a resolução da questão*."[530]

6.2.2. A Declaração da Grécia

"*Antes de mais, permitam-me que lhes diga que os 27 chegaram a acordo sobre um texto comum para as posições da União Europeia sobre o Kosovo. Foi uma discussão longa e extremamente difícil e conseguimos, no final, concordar com o texto que vos será distribuído e que estabelece os eixos básicos da política europeia.*

A Grécia sempre acreditou e continua a acreditar que as melhores soluções para as diferenças e problemas surgem de acordos mutuamente aceitáveis. Do diálogo e das negociações. Não de ações unilaterais e de factos realizados.

[530] Declaração conjunta entre a República Popular da China e a República da Sérvia sobre o estabelecimento de uma parceria estratégica, 2009/08/20. Acesso em 05/01/2018 de http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjb_663304/zzjg_663340/xos_664404/gjlb_664408/3260_664742/3261_664744/t581207.shtml

O que é mais importante agora – e o que precisa ser assegurado – é a estabilidade e a segurança da região. Estes são, além disso, os pré-requisitos fundamentais para quaisquer aspirações a uma perspetiva europeia.

Como membro mais antigo da UE e da NATO no sudeste da Europa, a Grécia dará a sua própria contribuição para esse esforço coletivo. A nossa participação na presença europeia no Kosovo confirma e reforça o nosso papel como força regional de responsabilidade e estabilidade.

No que diz respeito à questão do reconhecimento do novo estado de coisas – que de modo algum pode servir de precedente, – a Grécia tomará as suas decisões numa próxima fase, quando examinar todos os desenvolvimentos em profundidade; todas as dimensões e consequências que estes desenvolvimentos têm para a segurança regional e os interesses da Grécia. (...)

Continuaremos a trabalhar em estreita colaboração com os nossos parceiros europeus e os nossos países vizinhos, tendo em conta o papel especial que a Sérvia desempenha na manutenção do equilíbrio e estabilidade regionais."[531]

Existência de minorias étnicas com peso e reivindicativas de independência: SIM

O primeiro ponto apontado pelos gregos refere-se à União Europeia e, mais uma vez, a comunidade serve de referência legitimadora para os aspetos mais controversos. Afirma-se especificamente que "*os 27 chegaram a acordo sobre um texto comum para as posições da União Europeia sobre o Kosovo*".

A declaração grega continua no sentido de reforçar a ideia da serem preferíveis soluções mutuamente aceites e baseadas em acordos, mostrando claramente o seu desagrado por ações unilaterais, com factos já realizados.

A posição da Grécia relativamente aos desenvolvimentos em análise é por enquanto a do não reconhecimento, mas deixa, todavia, em aberto a possibilidade de alterar a sua posição após verificação de qual o impacto que esta nova situação terá na segurança regional e nos seus interesses particulares.

[531] Comunicado à imprensa do MNE da Grécia. http://www.mfa.gr/www.mfa.gr/Articles/en-US/190208_alp_1300.htm, acesso em 22/01/2015. Tradução do autor.

O outro aspeto central do seu discurso é a preocupação quanto à estabilidade e a segurança da região, o que é aliás uma constante em todas as declarações analisadas. De facto, qualquer instabilidade regional iria afetar diretamente a Grécia, devido à sua proximidade geográfica. E finalmente dirige-se à Sérvia (com a qual tem especiais relações de amizade), ao reconhecer o seu importante papel naquela região e dando a entender que continuará a apoiar à sua integração regional e europeia.

6.2.3. A Declaração da Índia

"*A Índia tem uma política consistente e de longa data sobre a questão do reconhecimento [de uma independência]. O reconhecimento é normalmente concedido com base em que um país tenha um território definido, um Governo constituído de acordo com as regras de um Estado de direito, que esteja em funções e seja aceite pelo povo e que tenha um controlo efetivo sobre a área que lhe compete governar. Tem sido a posição consistente da Índia que a soberania e a integridade territorial de todos os países devem ser plenamente respeitadas por todos os Estados. Acreditámos que a questão do Kosovo deveria ter sido resolvida através de meios pacíficos e através da consulta e do diálogo entre as partes interessadas*."[532]

Existência de minorias étnicas com peso e reivindicativas de independência: SIM

De todos os textos a que foi possível aceder, este é o único que assinala considerar essencial para que um Estado seja reconhecido, que tenha um território, um governo corretamente constituído e em funções e que seja aceite pelo povo, bem como uma soberania que se verifique através do controlo efetivo da área que governa. Reconhecem-se aqui os critérios normalmente utilizados para a definição de um Estado em sentido lato, tal como já foi descrito no Capítulo 4 deste trabalho: "*Um governo, um povo, um território*". E, no caso do controlo do território, esta frase indicia que a Índia sabe que o governo do Kosovo não o consegue exercer na sua totalidade. Tal como já foi assinalado, a parte Norte, que é quase exclusivamente habitada por sérvios, continua a resistir à entrada das autoridades de Pristina e mesmo dificultar a ação da EULEX, sobretudo nos postos da fronteira com a Sérvia.

[532] Comunicado à imprensa do MNE da Índia. http://meaindia.nic.in/pressbriefing/2008/02/18pb01.htm, acesso em 23/01/2015. Tradução do autor.

No seu comunicado, a Índia reafirma a sua posição quanto ao facto de considerar que a soberania e integridade territorial de qualquer país deve ser absolutamente respeitada, e que por isso mesmo o caso do Kosovo só poderia ter sido resolvido através de negociações. Pode-se deduzir destas palavras uma velada crítica à forma como foi conduzido o processo (desde a intervenção da OTAN até à declaração unilateral de independência).

6.2.4. A Declaração da Rússia

Vladimir Putin:

Pensamos que apoiar uma declaração unilateral de independência pelo Kosovo é imoral e contra a lei. A integridade territorial é um dos princípios fundamentais do direito internacional. O Conselho de Segurança emitiu a Resolução 1244, que fala da integridade territorial da Sérvia, e todos os membros da ONU devem respeitar essa resolução. Não quero ofender ninguém, mas mesmo assim, se realmente se levantar esta questão, há 40 anos que existe uma República independente do Chipre do Norte. Porque vocês não a reconhecem? Vocês europeus não têm vergonha de aplicar padrões duplos para resolver um problema idêntico em diferentes partes do mundo? Aqui nesta região temos a Abkhazia, a Ossétia do Sul e a Transnístria, que existem como estados independentes. Estão sempre a dizer-nos que o Kosovo é um caso especial. Isso são tudo mentiras. Não há nada de tão especial no Kosovo e todos sabem isso muito bem. É exatamente a mesma situação de um conflito étnico, crimes cometidos por ambos os lados e concluir com uma independência de facto. (…). Porque devemos incentivar o separatismo? Há pessoas em Espanha que não querem viver juntas num mesmo estado, porque não ir e apoiá-las? Há quatrocentos anos que a Grã-Bretanha vem combatendo pela sua integridade territorial na Irlanda do Norte. Porque é que vocês não apoiam os irlandeses? Tem que haver padrões idênticos. Se agirmos apenas por conveniência política e servirmos apenas os interesses políticos de certos países, iremos somente debilitar o direito internacional e a ordem mundial em geral. (…)

O que faremos se começarem a reconhecer a independência do Kosovo unilateralmente e nós não fizermos o mesmo? Nós não vamos começar a fazer de tolos. Se alguém toma uma decisão errada e incorreta, isso não significa que devemos agir da mesma forma. Mas é claro que isso seria um sinal para nós e responderíamos ao comportamento dos nossos parceiros de modo a garantir que os nossos interesses sejam protegidos. Se eles acreditam que têm o direito de promover os seus interesses dessa maneira, então por que não podemos nós? Mas, repito, não

faremos de tolos agindo como se isso fosse uma consequência necessária ou fizéssemos a mesma coisa. Nós temos os nossos próprios interesses e sabemos o que iremos fazer. (…)[533]

Existência de minorias étnicas com peso e reivindicativas de independência: SIM

A autoridade máxima da Rússia não emitiu uma declaração oficial relativamente ao Kosovo, mas, três dias antes da declaração unilateral de independência e durante a sua "Grande Conferência de Imprensa Anual" foram colocadas ao presidente russo Vladimir Putin algumas questões sobre a situação do Kosovo, por parte de um jornalista alemão. Podem assim ser retirados para análise alguns elementos do seu depoimento.

Verifica-se pelas suas palavras, que o presidente russo se opõe absolutamente à possibilidade de uma declaração unilateral de independência por parte do Kosovo, na sua opinião tal é mesmo "*imoral e contra a lei.*" E avança de imediato com um argumento de ainda maior peso – "*A integridade territorial é um dos princípios fundamentais do direito internacional.*"

Os seus argumentos contra esta iniciativa dos kosovares continuam a reforçar a questão de dever ser mantida a integridade territorial da Sérvia respeitando o conteúdo da Resolução 1244 do Conselho de Segurança da ONU. Em seguida, ataca diretamente a postura da União europeia – "*Vocês europeus não têm vergonha de aplicar uma dualidade de padrões para resolver um problema idêntico em diferentes partes do mundo?*", e dá alguns exemplos que sustentam a sua perspetiva, contestando em absoluto que o Kosovo seja uma situação especial.

Quando questionado sobre qual a reação da Rússia caso houvesse uma declaração unilateral de independência pelo Kosovo, que na realidade acabou por ocorrer três dias depois, o presidente russo afirmou que "*só porque alguém toma uma decisão errada e incorreta, isso não significa que devemos agir da mesma forma*." Contudo vê isso como um claro sinal de que, com essa atitude, fica aberta a possibilidade de a Rússia agir da mesma forma, e que se o fizer será no sentido de satisfazer os seus próprios interesses. De facto, um dia após a declaração unilateral de independência pelo Kosovo, as duas câmaras do parlamento russo

[533] Declarações de Vladimir Putin sobre o Kosovo em 14/02/2008. Tradução do autor. Disponível em http://www.kremlin.ru/eng/speeches/2008/02/14/1011_type82915_160266.shtml, acesso em 24/01/2015.

emitiram uma declaração conjunta que na prática apontava para a necessidade de a Rússia alterar a sua política em relação aos conflitos estagnados nos países mais próximos.

"*(Os líderes dos países que apoiaram a independência do Kosovo) arcarão com toda a responsabilidade pela inevitável intensificação dos conflitos territoriais existentes e pelo aparecimento de novos (...) conflitos, bem como pelas consequências demolidoras para todo o sistema de direito internacional e para a estabilidade internacional. (...) Agora que a situação no Kosovo se transformou num precedente internacional, os conflitos territoriais existentes têm de ser tratados pela Federação Russa, tendo em conta a situação no Kosovo e as medidas práticas tomadas por alguns países relativamente ao estatuto do Kosovo. (O Parlamento) considera que o reconhecimento do Kosovo dá todas as condições prévias necessárias para a construção de um novo formato nas relações entre a Federação Russa e os autoproclamados Estados situados na área de interesses reais ("estestvenny") da Rússia, primeiro que tudo no espaço pós-soviético*".[534]

Alguns meses mais tarde, em 26 de agosto e através de um decreto presidencial, a Rússia reconheceu a independência da Abkhazia e da Ossétia do Sul e declarou a sua intenção de estabelecer relações diplomáticas com esses dois novos 'Estados'.

Verificamos assim que os Estados que reconheceram o Kosovo enquanto Estado não têm no seu território minorias étnicas, religiosas ou outras que advoguem independência, e os Estados que não reconheceram o Kosovo enquanto Estado têm no seu território minorias étnicas, religiosas ou outras que advogam a independência, o que dá bem ideia de como prevalecem os próprios interesses no condicionar das posições.

Por outro lado e de um modo ou de outro, quer tenham ou não reconhecido a independência daquela província, houve sempre a tentativa de nas suas declarações apresentarem alguns conceitos normativos e valorativos para explicar e/ou justificar a tomada de posição de cada um dos Estados. Foram sendo relembrados conceitos como a amizade, a estabilidade ou o respeito, e/ou também outros mais *normativos* como a integridade territorial dos Estados, a resolução 1244 da ONU, a segurança regional, ou o facto de fazerem parte de organizações internacionais (UE, OTAN) que decidiram em conjunto por uma determinada orientação.

[534] Disponível em https://www.balcanicaucaso.org/eng/layout/set/print/Areas/Russia/Moscow-s-approach-towards-de-facto-states-after-Kosovo-s-recognition-140382, acesso em 22/11/2017

Página intencionalmente deixada em branco

7. OUTRAS AUTO PROCLAMAÇÕES DE INDEPENDÊNCIA

O facto de o Kosovo ser um caso 'único' tem sido o permanente argumento dos dirigentes ocidentais. Em 19 de dezembro de 2007, Zalmay Khalilzad, representante permanente dos EUA na ONU, disse no Conselho de Segurança da ONU que "*o Kosovo é uma situação única – é um território que costumava ser parte de um país que já não existe e tem sido administrado desde há oito anos pela Organização das Nações Unidas com o objetivo último de definitivamente resolver o estatuto do Kosovo. As políticas de limpeza étnica que o governo de Milosevic prosseguiu contra o povo do Kosovo garantiram para sempre que o Kosovo nunca mais voltaria a ser governado por Belgrado. Este é um facto inevitável e a consequência direta dessas políticas bárbaras*".[535]

Em 21 de dezembro de 2007, o Secretário de Estado Adjunto para os Assuntos Europeus e da Eurásia, Daniel Fried, disse que "*o Kosovo é, obviamente, um caso único, porque não há nenhum outro lugar no mundo onde a ONU tenha sido a administração de um território, em conformidade com uma resolução do Conselho de Segurança. Portanto não há outra siuação como esta e por isso claramente não é um precedente. É nossa opinião que o Kosovo não é um precedente para qualquer lugar. Não é para a Ossétia do Sul, não para a Abkhazia, não para a Transnístria, não para a Córsega, não para o Texas. Para nenhum lugar. Nenhum*".[536] Em 18 de fevereiro de 2008, o Subsecretário dos Assuntos Políticos, Nicholas Burns, declarou: "*É uma situação única. Milosevic tentou aniquilar mais de um milhão de kosovares albaneses muçulmanos. Isso foi-lhe negado pela OTAN. Nós combatemos uma guerra por causa disso. E as Nações Unidas e a OTAN e a UE mantiveram aí a paz por oito anos e meio. E agora, cerca de 94 ou 95 por cento das pessoas que lá vivem são kosovares albaneses muçulmanos*".[537]

O absurdo da declaração de Burns ilustra bem até onde vão os esforços dos dirigentes ocidentais para justificar o que, obviamente, não pode ser justificado. *Milosevic tentou aniquilar mais de um milhão de kosovares albaneses muçulmanos*? A Fundação para o Direito Humanitário liderada por Nataša Kandić, o Centro de Informação e Documentação da Bósnia-Herzegovina liderado por Mirsad Tokač e o 'Documenta' da Croácia, executaram um projeto

[535] Ver: http://webcast.un.org/ramgen/ondemand/stakeout/2007/so071219pm.rm
[536] Ver: https://2001-2009.state.gov/p/eur/rls/rm/101386.htm
[537] Ver: https://2001-2009.state.gov/p/us/rm/2008/100976.htm

que procurava estabelecer o número de mortos e desaparecidos nas guerras da Jugoslávia. Segundo um artigo de Slavica Đukic publicado pelo 'Bosnian Institute', "*no Kosovo este projeto documentou 9.702 pessoas mortas ou desaparecidas durante a guerra no Kosovo de 1998 a 2000. Deste número, como as coisas estão agora, 4.903 mortos e desaparecidos são albaneses e sérvios são 2.322, sendo o restante ou pertencentes a outras nacionalidades ou permanecendo incerta a sua identidade étnica*".[538] Deve-se acrescentar também que esses números nada dizem sobre como as pessoas foram mortas, seja em combate ou de outra forma, e por quem. E não há nenhum esclarecimento a respeito de quantos foram mortos pelos bombardeamentos da OTAN. O que esses números afinal revelam é que foram os sérvios, e não os albaneses, que sofreram de uma forma desproporcional no Kosovo. Se Burns está certo e *cerca de 94 ou 95 por cento das pessoas que lá vivem são kosovares albaneses muçulmanos*, isto significa que existem 19 vezes mais albaneses do que existem sérvios no Kosovo. No entanto, de acordo com estes números, as baixas albanesas são apenas um pouco mais do dobro das vítimas sérvias. Face a isto, qualquer observador imparcial não poderá deixar de concordar com a nossa classificação da declaração em causa.

Em comparação com a situação do Kosovo, uma das poucas diferenças constatadas é que as províncias, cujo pedido de reconhecimento o Ocidente rejeita, têm-se autogovernado já há alguns anos. Vejamos em seguida algumas situações que se podem considerar paradigmáticas e que exemplificam bem a dualidade de critérios e a incoerência que se tem verificado.

7.1. Transnístria

A Transnístria declarou-se independente da Moldávia em 1990. A Transnístria funciona como uma república presidencial, com o seu próprio governo e parlamento; as suas autoridades adotaram uma constituição, uma bandeira, um hino nacional e um brasão de armas; tem a sua própria moeda e a sua própria força militar e policial. No entanto, a posição dos EUA e da UE é que a Transnístria não tem direito à independência, e que a integridade territorial da Moldávia deve ser respeitada. Em 2003, os EUA e a UE anunciaram um boicote de vistos aos 17 membros da liderança da Transnístria, acusando-os de um "*continuado obstrucionismo*". Em

[538] Dukic, Slavica (2007), "Establishing the number of victims in the Yugoslav wars of succession", *Bosnia Report*, The Bosnian Institute, New Series, 55-56, January-July. http://www.bosnia.org.uk/bosrep/report_format.cfm?articleid=3175&reportid=173

2006, a Ucrânia introduziu novos regulamentos aduaneiros na sua fronteira com a Transnístria, declarando que só iria importar mercadorias de Transnístria se estas tivessem a documentação processada pelas instâncias aduaneiras da Moldávia. Os EUA, a UE e a OSCE aplaudiram a decisão da Ucrânia, apesar de esta ter constituído efetivamente na imposição de um bloqueio. Em 2006, a Transnístria realizou um referendo em que 97,2% dos eleitores votaram pela independência. A OSCE recusou-se a enviar observadores e a UE anunciou imediatamente que não reconheceria os resultados do referendo. As mesmas OSCE, UE e Estados Unidos que, alguns meses antes, se tinham apressado a reconhecer os resultados do referendo para a independência do Montenegro, apesar do facto de que a votação a favor da independência ter sido por uma maioria simples (e só possível com a ajuda de uma população votante itinerante, que circula entre a Albânia, Kosovo, Macedónia e Montenegro)[539], em vez dos dois terços normalmente exigidos para uma mudança constitucional, e que aos montenegrinos que viviam na Sérvia foi negado o direito de votar nesse referendo.

Figura 7.1 – Transnístria (fonte: Foreign Policy)

[539] Testemunho pessoal do Autor – só de Pristina partiram cerca de 80 autocarros cheios com votantes Albaneses, e informações recebidas na UNMIK reportaram a mesma atividade a partir de Tetovo (Macedónia) e Tirana (Albânia).

7.2. Ossétia do Sul

Os Ossétios têm a sua própria língua. A Ossétia do Sul tinha sido um enclave autónomo no interior da República Socialista Soviética da Geórgia. Em 1990, o Soviete Supremo da Geórgia revogou essa sua autonomia. A OSCE declarou o seu "*firme compromisso de apoiar a soberania e integridade territorial da Geórgia*". Em novembro de 2006, 99% da Ossétia do Sul votou pela sua independência da Geórgia. Várias entidades internacionais mostraram a sua desaprovação. A União Europeia, a OSCE, a OTAN e os EUA condenaram o referendo. O Conselho da Europa apelidou o referendo de "*desnecessário, inútil e injusto. A votação não fez nada para antecipar a procura de uma solução política pacífica*". A OSCE declarou "*a intenção de realizar o referendo como contraproducente. Não será reconhecido pela comunidade internacional e não será reconhecido pela OSCE e vai impedir o processo de paz*". O Secretário-geral da OTAN, Jaap de Hoop Scheffer, disse da Ossétia do Sul "*em nome da OTAN, junto-me a outros líderes internacionais na rejeição do chamado 'referendo'. Tais ações não servem nenhum outro propósito, além de exacerbar as tensões na região do Cáucaso do Sul*".

Figura 7.2 – Geórgia e Ossétia do Sul (fonte: DW-World)

A 8 de agosto de 2008, com o apoio dos EUA, que incluía a presença de conselheiros militares americanos junto das forças armadas georgianas, a Geórgia desencadeou de surpresa e

traiçoeiramente[540] uma ofensiva em larga escala contra a Ossétia do Sul. Após algum sucesso inicial, uma rápida intervenção de forças militares russas da região do Cáucaso do Sul (a qual seguramente a Geórgia e os EUA não tinham previsto nos seus planos) desbaratou por completo os contingentes da Geórgia e os seus conselheiros. A 12 de agosto, a embaraçante derrota militar da Geórgia deixou os governos de facto de Sukhumi e Tskhinvali em total controlo da Abkhazia e da Ossétia do Sul, em concordância com as fronteiras que delimitavam esses territórios desde os tempos da União Soviética.

Curiosamente, a Rússia justificou em parte a sua incursão armada em 2008 na Geórgia como sendo um ato legítimo de autodefesa destinado a proteger cidadãos russos.[541] O embaixador de Moscovo na ONU descreveu os ataques georgianos a cidadãos russos como uma "*utilização ilegal de força militar contra a Federação Russa*" e que tal tinha desencadeado o inerente direito de autodefesa da Rússia devido à presença de "*cidadãos da Federação Russa na Ossétia do Sul*".[542] A legislação russa e as suas interpretações jurídicas confirmam a opinião de Moscovo de que o direito de autodefesa inclui a proteção de seus cidadãos no estrangeiro.[543]

7.3. Nagorno-Karabakh

O Nagorno-Karabakh também pode apresentar um caso muito mais substanciado do que o do Kosovo para a sua independência. Desde 1923, o enclave autónomo do Nagorno-Karabakh tinha feito parte da República Socialista Soviética do Azerbaijão, apesar de cerca de 94% da

[540] Dois dias antes da ofensiva e numa evidente manobra de deceção, o Presidente da Geórgia tinha anunciado que iria realizar em breve negociações com os líderes dos territórios rebeldes.

[541] O artigo 61 (2) da Constituição da Federação Russa estabelece que "*a Federação Russa garantirá aos seus cidadãos, no exterior das suas fronteiras, a sua defesa e proteção*".

[542] ONU, (2008), *Carta do Representante Permanente da Federação Russa para as Nações Unidas dirigida ao Presidente do Conselho de Segurança*, 11 de Agosto. Disponível em: http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Georgia%20S%202008%20545.pdf.

[543] "Lei Federal Russa sobre a Política do Estado em Relação aos Cidadãos Residentes no Exterior", 1999, disponível em http://www.loc.gov/law/help/russian-georgiawar.php#t41. Nela está previsto que "*se um Estado estrangeiro violar as normas reconhecidas de direito internacional e de direitos humanos em relação a expatriados russos, a Federação Russa empreenderá os esforços autorizados pelo direito internacional para defender os seus interesses*". O presidente do Tribunal Constitucional da Rússia também justificou a intervenção nesses termos num artigo de agosto de 2008 na Rossiyskaya Gazeta. Zorkin,Valery (2008) "Imposição da Paz e direitos humanos", *Rossiyskaya Gazeta*, 13 de Agosto, http://www.rg.ru/2008/08/13/zorkin.html.

sua população ser arménia. Em novembro de 1991, o parlamento da RSS do Azerbaijão aboliu o estatuto de autonomia desse enclave. Em resposta, o Nagorno-Karabakh realizou em dezembro de 1991 um referendo, que aprovou esmagadoramente a criação de um Estado independente. No entanto, a UE, a OSCE e os Estados Unidos decidiram que a orientação seria a de que o Nagorno-Karabakh deveria continuar a fazer parte do Azerbaijão, independentemente do facto de quase 100% da população não o desejar. Curiosamente, ao declarar-se independente em 1991, o Azerbaijão afirmou ser o Estado sucessor da República do Azerbaijão que existira de 1918 a 1920. Ora, a Liga das Nações, não havia reconhecido a inclusão do Nagorno-Karabakh como parte do território reivindicado pelo Azerbaijão. Isso torna a inclusão do Nagorno-Karabakh no seio do Azerbaijão como ainda mais questionável. Se os Estados que se separaram da União Soviética devem ser considerados como Estados independentes, é difícil perceber com que fundamentos a partes autónomas desses estados está a ser negado o direito à independência após uma consulta aos seus habitantes.

Figura 7.3 – Nagorno-Karabakh (fonte: The Economist)

Em 2002, o Nagorno-Karabakh realizou uma eleição presidencial; em resposta, a presidência da União Europeia declarou: "*A União Europeia reitera o seu apoio à integridade territorial do Azerbaijão e lembra que não reconhece a independência do Nagorno-Karabakh. A União Europeia não pode considerar legítimas as eleições presidenciais. (...) A União Europeia não acredita que estas eleições devam ter um impacto sobre o processo de paz*."

Em dezembro de 2006, o Nagorno-Karabakh realizou mais um referendo sobre a independência: Cerca de 98% dos votantes foi a favor da independência. A União Europeia anunciou imediatamente que não iria reconhecer os resultados do referendo e disse que "*só um acordo negociado entre o Azerbaijão e os arménios que controlam a região pode trazer uma solução duradoura. A UE recorda que não reconhece a independência do Nagorno-Karabakh. Não reconhece o 'referendo' nem o seu resultado*". A UE acrescentou que a realização do referendo antecipou o resultado de eventuais negociações e "*não contribuiu para os esforços construtivos no sentido da resolução pacífica do conflito*". Neste caso, a atitude da UE foi absolutamente diferente da manifestada em relação ao Kosovo. No Kosovo, a UE declarou que a recusa da Sérvia em abandonar o seu território soberano foi a razão para o fracasso das negociações, e que tal foi supostamente a justificação para a declaração de independência do Kosovo.

7.4. Catalunha

Desde há muito tempo que a Catalunha deseja a sua independência da Espanha e na realidade a região tentou a sua independência em meados do século XVII e novamente no século XVIII, mas sempre sem sucesso.[544] Recentemente, o ímpeto independentista ganhou força, motivado pela crise económica e pelas divergências em relação ao Estatuto de Autonomia da Catalunha e a região também acusa Madrid de estar a redistribuir injustamente os recursos do país e de procurar restringir a sua autonomia económica e cultural.[545] De facto, a Catalunha é a segunda região com mais população em Espanha e constitui o principal contribuinte para a economia nacional, tendo representado, de acordo com dados da OCDE, quase um quinto do PIB do país na última década. Além disso, esta região autónoma representa 25% de todas as exportações espanholas e 23% de toda a indústria[546], apesar de só ter 10,5% da população de Espanha e de ocupar apenas 6% do seu território.

[544] Lima, António Saraiva (2017), "História da Catalunha. Relato de uma submissão indesejada", *Jornal i*, 1 de Outubro. https://www.comunidadeculturaearte.com/historia-da-catalunha-relato-de-uma-submissao-indesejada/, acesso em 15/11/2017

[545] Romão, Filipe Vasconcelos (2016), "Catalunha: o fracasso da estratégia independentista", *Janus* 2015- 2016, pág. 60-61. http://janusonline.pt/images/anuario2015/2.3_FilipeRomao_Catalunha.pdf

[546] Jornal do Brasil (2017), *Por quais motivos a União Europeia pode reconhecer a independência da Catalunha*, 16 de Setembro. http://www.jb.com.br/internacional/noticias/2017/09/16/por-

Foi somente após a ditadura de Franco e quando a Espanha retomou um regime democrático que as instituições catalãs puderam voltar a exercer. A Constituição espanhola de 1978 reconheceu desde então a existência de diferentes nacionalidades em Espanha e, de facto, com a democracia foi concedido um Estatuto da Autonomia à Catalunha e a língua catalã obteve o estatuto de língua oficial daquela região espanhola, a par do castelhano. A Catalunha voltou a ter um governo (*Generalitat*) e um Parlamento próprios.

As autoridades catalãs assumiram desde 2003 o compromisso de reformular o Estatuto de Autonomia, mas o documento apresentado com esse projeto só foi definitivamente aprovado pelas autoridades espanholas em maio de 2006, após terem retirado do mesmo algumas das exigências dos nacionalistas catalães. Em concreto, Madrid rejeitou a transferência da gestão dos portos e aeroportos para o governo regional e também não aceitou que a Catalunha passasse a escolher num círculo próprio os seus deputados ao Parlamento europeu, mantendo um círculo único para toda a Espanha. Só em 2010 o Tribunal Constitucional comunicou a sua decisão sobre o novo Estatuto da Catalunha, tendo anulado 14 dos mais de 200 artigos do documento, dos quais se relevam o veto ao apresentar da língua catalã como 'preferencial' naquela região e à possibilidade de esta ter um sistema de justiça autónomo, além do que foram diminuídas as suas prerrogativas fiscais.[547]

Figura 7.4 – Catalunha (fonte: Reuters)

quais-motivos-a-uniao-europeia-pode-reconhecer-a-independencia-da-catalunha/, acesso em 15/11/2017.

[547] Marques, Cristopher (2017), *1640-2017. Guerras, estatutos, crise. Como a Catalunha chegou até aqui*. RTP, 23 de Novembro. Disponível em https://www.rtp.pt/noticias/mundo/1640-2017-guerras-estatutos-crise-como-a-catalunha-chegou-ate-aqui_es1028949, acesso em 15/11/2017.

Face à crise europeia das dívidas soberanas a Espanha empreendeu um programa de austeridade que incluiu a Catalunha, mau grado esta não se sentir abrangida pelos problemas das restantes regiões. O presidente da *Generalitat*, Artur Mas, para obstar a essa situação propôs então que a Catalunha ficasse com a totalidade dos impostos que pagava, dando apenas alguma compensação, mas Madrid rejeitou essa proposta. Em resposta, foram convocadas eleições regionais antecipadas e o governo resultante tentou então realizar um referendo à independência da Catalunha. Nem o parlamento espanhol nem o Tribunal Constitucional o autorizaram e assim foi realizado em 9 de novembro de 2014 um "*processo participativo sobre o futuro político da Catalunha*" com as seguintes questões: - Quer que a Catalunha seja um Estado? Se sim, quer que este Estado seja independente? Nessa consulta o SIM às duas questões teve mais de 80%, mas apenas 40% dos eleitores participaram.

Tentando uma maior base de apoio, o governo autonómico convocou novas eleições antecipadas para 27 de setembro de 2015, mas embora os independentistas tenham obtido a maioria no parlamento catalão (72 contra 63), não tiveram a maioria dos votos (47,8% contra 50,6%), ou seja, ganharam as eleições mas perderam o 'plebiscito' à independência.[548] Tirando as consequências desse facto, Artur Mas demitiu-se, sendo o seu cargo assumido por Carles Puigdemont que, radicalizando o conflito, anunciou para o dia 1 de outubro de 2017, um referendo à independência. Depois de os independentistas conseguirem a aprovação da lei do 'referendo' no parlamento catalão, através de uma manobra de antecipação, o Tribunal Constitucional suspendeu essa lei e as autoridades espanholas reagiram energicamente tomando uma série de medidas para tentar evitar a execução dessa consulta: multa aos organizadores, detenção dos principais responsáveis, apreensão de urnas e boletins de voto, impedimento da utilização de fundos públicos e envio de milhares de polícias para Barcelona. Mesmo com todas essas ações o referendo teve lugar e nessa votação, para a qual os partidos anti independência haviam pedido a não participação da população, os resultados foram de 90% a favor da independência, com uma participação de 43% do eleitorado.[549]

[548] Noguer, Miquel (2015), "Los independentistas ganan las elecciones y pierden su plebiscito", *El País*, 28 de Setembro. https://elpais.com/ccaa/2015/09/27/catalunya/1443387513_045607.html

[549] Lusa (2017), *Resultados finais do referendo na Catalunha: 90,18% a favor da independência*, 6 de Outubro. https://www.rtp.pt/noticias/mundo/resultados-finais-do-referendo-na-catalunha-9018-a-favor-da-independencia_n1031878

Com base nesses resultados, no dia 10 de outubro de 2017 Carles Puigdemont declarou a independência catalã de forma unilateral e duas semanas mais tarde, em 27 de outubro de 2017, o parlamento da Catalunha aprovou uma resolução que criou unilateralmente uma República independente. Em consequência disso e pouco depois, alguns dos dirigentes independentistas catalães foram presos e o presidente da *Generalitat* teve de se exilar, estando agora sob ameaça de ser extraditado para Espanha, que pediu a sua captura. Entretanto e em novas eleições autonómicas os partidos independentistas voltaram a obter a maioria dos assentos no parlamento regional.[550]

Em termos gerais, é possível afirmar que a situação está de certo modo 'congelada'. Em todo o caso, embora se possa concluir que em 2017, o movimento de independência viu a sua força confirmada, também ficou evidente que seria incapaz de cumprir a sua estratégia unilateral, dada a percepção pelos seus próprios líderes de que não tinham um apoio maioritário nem o controlo efetivo sobre todo o território da região. Além do que toda esta tensa situação levou a uma divisão social intensificada e teve um impacto negativo na economia catalã: houve uma forte desaceleração do investimento estrangeiro, uma gradual diminuição no crescimento em relação ao resto da Espanha e a saída de mais de 3.000 empresas, que transferiram as suas sedes para outros locais. Tudo somado, haverá que aguardar por ulteriores desenvolvimentos que seguramente irão ocorrer. [551]

São apresentadas em seguida, por serem consideradas como bastante singulares e especialmente significativas de uma evidente dualidade de critérios, as posições oficiais de alguns países e organizações face à situação da Catalunha:

Alemanha – Angela Merkel, chanceler alemã: "*nós apostamos na integridade territorial de todos os países. É muito diferente da independência e criação de regiões independentes*".[552]

---

[550] Observador (2017), *Catalunha: os resultados finais, por partido e por cenário*, 22 de Dezembro. https://observador.pt/2017/12/22/catalunha-os-resultados-finais-por-partido-e-por-cenario/, acesso em 17/11/2017

[551] Real Instituto Elcano (2018), *The conflict in Catalonia*, Madrid, Espanha. Disponível em http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/c0f90dae-76d1-4a8e-8f78-0058f048a44b/Catalonia-Dossier-Elcano-October-2017.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=c0f90dae-76d1-4a8e-8f78-0058f048a44b.

[552] http://www.ccma.cat/324/Merkel-sobre-el-proces-sobiranista-Comparteixo-la-posicio-del-govern-espanyol/noticia/2451354/, acesso em 17/11/2017.

Estados Unidos – Caitlin Hayden, porta-voz em matéria de segurança dos EUA: "*os Estados Unidos reconhecem a singularidade cultural e as tradições da região catalã, mas consideramos o estatuto da Catalunha como um assunto interno da Espanha*".[553]

França – François Hollande, presidente da República Francesa: "*as aspirações de independência da Catalunha são um assunto interno da política espanhola*".[554]

Portugal – Em 2017 o primeiro-ministro português António Costa disse que a Espanha era um "*país irmão*" e pediu respeito à "*Constituição de Espanha*" e à "*unidade da Espanha*".[555]

Rússia – O presidente da Rússia, Vladimir Putin, declarou-se "*seriamente preocupado*" pela situação na Catalunha, considerando o conflito como um "*assunto interno*" da Espanha, mas confiado em que o país "*supere a crise*".[556]

União Europeia – A questão da independência da Catalunha foi sempre respondida da mesma maneira "*é uma questão interna*" e a UE não tem nada a dizer. Em setembro de 2017, Juncker avisou que a Catalunha ficaria fora da União Europeia se votasse em favor da secessão.[557]

OTAN – O seu secretário-geral, Jens Stoltenberg, considera que a "*questão catalã é um assunto doméstico que tem de ser resolvido dentro da ordem constitucional da Espanha*".[558]

Ou seja, a declaração das autoridades catalãs não recebeu até agora qualquer apoio estrangeiro: Merkel, Hollande, Obama, May, Macron, Trump, Juncker, Tusk, Putin e quase todos os líderes internacionais favorecem explicitamente a integridade de uma Espanha unida e o respeito pela sua constituição.

---

[553] https://www.vilaweb.cat/noticia/4080198/20130202/casa-blanca-creu-problema-catala-resoldre-marc-espanyol.html, acesso em 17/11/2017.

[554] https://www.elperiodico.com/es/politica/20141201/hollande-sobre-catalunya-queremos-una-espana-estable-y-aliada-3735769, acesso em 17/11/2017.

[555] https://www.dn.pt/mundo/interior/catalunha-portugal-defende-respeito-pela-constituicao-e-unidade-do-estado-espanhol----costa-8834061.html, acesso em 17/11/2017.

[556] http://elmon.cat/mon/putin-diu-que-situacio-catalunya-assumpte-intern-despanya, acesso em 17/11/2017.

[557] https://www.vilaweb.cat/noticies/juncker-si-guanya-el-si-a-la-independencia-de-catalunya-ho-respectarem/, acesso em 17/11/2017.

[558] https://www.eldiario.es/politica/OTAN-defiende-cuestion-constitucional-Espana_0_696081371.html, acesso em 17/11/2017.

7.5. Crimeia

Vou agora analisar com muito maior extensão e pormenor a questão da anexação da Crimeia pela Rússia, nomeadamente porque se trata de uma das situações mais recentes e que por força do interesse que despertou e da consequente facilidade em aceder a uma maior e mais detalhada informação, permite uma opinião mais fundamentada; mas também porque os seus contornos gerais lhe conferem muitas semelhanças com o ocorrido no Kosovo e com as situações referidas anteriormente. Na realidade, considero todas as posições e comportamentos das potências ocidentais durante esta crise, como sendo perfeitamente exemplares de incoerência e perfídia, também reveladas no caso do Kosovo.

Figura 7.5 – Crimeia: da Ucrânia ou da Rússia? (fonte: CEIRI Newspaper)

7.5.1. Resumo Histórico

A península da Crimeia tornou-se oficialmente parte do Império Russo em 1783 no reinado de Catarina, a Grande (1762-1796), quando o exército imperial russo derrotou finalmente as forças do Canato da Crimeia – um estado que estava nominalmente sob o controlo do Império Otomano.[559] Desde então, os portos marítimos da Crimeia tornaram-se o lar da frota russa do

[559] Anderson, M. S. (1958), "The Great Powers and the Russian Annexation of the Crimea, 1783-4". *The Slavonic and East European Review*. 37 (88): 17–41.

Mar Negro e a península foi imediatamente considerada como sendo o posto avançado estrategicamente mais importante da marinha russa. A península foi também o local da Guerra da Crimeia de 1853 em que o Império Russo lutou contra a Grã-Bretanha, a França e o Império Otomano.[560] Em suma, sendo o local das origens e identidade cristãs da Rússia, a terra das glórias e tragédias militares russas e um centro de rejuvenescimento cultural – a Crimeia tem um lugar especial no coração e na alma russa.

Em outubro de 1921, a República Socialista Soviética Autónoma da Crimeia foi proclamada como uma unidade da RSSF da Rússia.[561] O novo nome e o estatuto de autonomia estavam relacionados com a presença de minorias ainda não-russas de um considerável volume. Em 1922, a Crimeia foi incorporada na União Soviética e permaneceu no seio da URSS até à dissolução desta em dezembro de 1991. A Crimeia tornou-se parte da Ucrânia na segunda metade do século XX quando a jurisdição e autoridade sobre o território foi transferida para a República Socialista Soviética da Ucrânia em 1954, por iniciativa de Nikita Khrushchev, que era ele próprio ucraniano e então o Primeiro Secretário do Partido Comunista da União Soviética. Naquela época, foi um evento que passou despercebido, pois nessa altura era impensável uma eventual implosão da União Soviética. Acredita-se que Khrushchev tenha decidido transferir a Crimeia para a Ucrânia a fim de conciliar os membros do Partido Comunista Ucraniano e garantir a sua lealdade. Na verdade, o Partido Comunista Ucraniano era o segundo maior na União Soviética e, portanto, uma entidade política poderosa cujo apoio era um pré-requisito crucial para uma liderança segura do Partido Comunista.[562]

As tentativas inapropriadas de 'ucranização' da Crimeia e as ameaças de expulsão da península da frota russa do Mar Negro abalaram qualquer sentimento de pertença da república à Ucrânia e afastaram ainda mais os habitantes de etnia russa. Assim, a decisão das autoridades da Crimeia de se separar da Ucrânia e de se tornar parte da Federação Russa não foi de todo surpreendente. Em 16 de março de 2014, num referendo organizado apressadamente, a

[560] Encyclopædia Britannica, *Crimean War*.

[561] Blacksea-Crimea.com, "History", *Travel Assistant #1*, http://www.blacksea-crimea.com/history1.html, acesso em 24/03/2018.

[562] Kramer, Mark (2014), *Why did Russia give away Crimea sixty years ago?*, The Wilson Center, 19 de Março

esmagadora maioria dos habitantes da Crimeia votou a favor da secessão da Ucrânia e subsequente admissão na Federação Russa.[563]

7.5.2. A Ingerência do Ocidente

Durante as manifestações populares na Praça da Independência contra o governo legítimo da Ucrânia, as desajeitadas e provocatórias demonstrações de apoio evidenciadas pelos governos ocidentais violaram com frequência as normas estabelecidas de decoro diplomático e constituíram uma interferência descarada nas questões políticas internas de um país soberano. Em resumo, as hostis insinuações diplomáticas criaram uma viva percepção do papel instrumental do Ocidente, e dos EUA em particular, nos bastidores dos protestos antigovernamentais em Kiev. Por exemplo, chefes de Estado e ministros dos Negócios Estrangeiros da Polónia e dos países bálticos, tradicionais antagonistas russos, participaram frequentemente e discursaram nos comícios organizados na Praça da Independência. A responsável pela política externa da UE, Catherine Ashton, reuniu-se repetidamente com os líderes da oposição ucraniana, prometeu apoiar os seus esforços políticos e até visitou os locais dos protestos.[564]

Particularmente notável foi a falta de consideração e compreensão dos diplomatas americanos quanto à natureza altamente sensível da situação. Primeiro, o senador John McCain, um defensor bem conhecido da política de contenção da Rússia, compareceu nos comícios na praça, em que censurou a decisão de Yanukovych de não assinar o acordo de associação com a UE e expressou o seu forte apoio aos manifestantes antigovernamentais. A 24 de março de 2014, numa declaração durante uma entrevista à televisão, o senador McCain pediu à administração de Obama que fornecesse assistência militar letal e não-letal para neutralizar as ações da Rússia na Crimeia[565]. Também sugeriu a realização urgente de exercícios militares perto da fronteira russo-ucraniana. Além disso, numa óbvia atitude de ingerência diplomática, a secretária adjunta dos Estados Unidos, Victoria Nuland, que na altura estava acompanhada

[563] BBC News (2014), *Governo diz que 95% dos eleitores votam por anexação da Crimeia à Rússia*, 16 de Março. https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/03/140315_referendo_resultado_parcial_lk.shtml

[564] Rettman, Andrew (2013), "Ukraine police Attack protesters under Ashton's nose", *euobserver*, 11 de Dezembro. https://euobserver.com/foreign/122431, acesso em 22/05/2015

[565] BBC News (2014), *Ukraine Crisis: US Military needed, says McCain*, 23 de Março. http://www.bbc.com/news/uk- politics-26705212, acesso em 22/05/2015

pelo embaixador dos EUA na Ucrânia, Geoffrey Pyatt, empenhou-se numa inexplicável e estravagante missão de oferecer biscoitos e pão aos manifestantes anti governo. Além disso, uns dias após essa distribuição dos biscoitos, uma conversa telefónica aparentemente escutada e gravada, entre o embaixador Pyatt e a secretária adjunta Nuland, chegou ao conhecimento público.[566] O teor dessa conversa confirmou os piores receios da Rússia quanto à possibilidade de o governo dos Estados Unidos já estar a planear orientar a transição pós-Yanukovych na Ucrânia, chegando mesmo ao ponto de já estar a decidir qual dentre os líderes, da desconjuntada oposição ao governo, deveria conduzir o país após o governo de Yanukovych implodir.

Portanto, isso levou o governo russo a reavaliar a situação na Ucrânia e a reconsiderar a sua disposição de interferir nesse país. Por outras palavras, as ações provocatórias dos diplomatas e políticos europeus e americanos no auge da crise na Ucrânia confirmaram uma já longa crença entre os conservadores russos de que o Ocidente jamais reconhecerá e respeitará o significado dos legítimos laços económicos, sociais e culturais que existem entre a Rússia e a Ucrânia. Assim, uma desajeitada diplomacia ajudou a desencadear forças políticas na Ucrânia que o Ocidente não consegue nem entender no seu todo, nem controlar.

7.5.3. O Golpe de Estado em Kiev

Em 20 de fevereiro de 2014, após o trágico e indiscriminado tiroteio sobre manifestantes e polícias na Praça da Independência, a oposição e o governo assinaram um acordo destinado a terminar imediatamente com aquela violência.[567] Assim, em 21 de fevereiro, o presidente Yanukovych assinou esse acordo na presença dos representantes da UE: o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Polónia, Radoslaw Sikors, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, Frank-Walter Steinmeier, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da França, Laurent Fabius. Também esteve presente o enviado especial russo Vladimir Lukin. De notar que o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Polónia relatou mais tarde que a Rússia

[566] BBC News (2014), *Ukraine crisis: Transcript of leaked Nuland-Pyatt call*, 7 de Fevereiro. https://www.bbc.com/news/world-europe-26079957, acesso em 22/05/2015.

[567] Pode ser consultada a versão completa do "*Acordo para a Solução da Crise na Ucrânia*", que foi publicada na página oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros Alemão, em: http://www.auswaertiges-amt.de/cae/servlet/contentblob/671350/publicationFile/190027/140221-UKR_Erklaerung.pdf, acesso em 22/05/2015

"*desempenhou um papel construtivo para o alcançar deste acordo*"[568]. A assinatura do acordo significou a aceitação por Yanukovych de praticamente todas as exigências dos manifestantes anti governo, incluindo: (a) a amnistia completa de todos os manifestantes detidos; (b) a restauração da Constituição de 2004 que limitava estritamente os poderes presidenciais; (c) a formação de um novo governo de unidade nacional; e (d) eleições antecipadas a serem realizadas em dezembro. No entanto, um dia após o acordo ter sido alcançado e assinado sob os auspícios da UE e com o apoio da Rússia, as forças da oposição não cumpriram os seus compromissos e avançaram com a deposição do presidente e a criação de um autonomeado governo de transição. Assim, o acordo, oficialmente intitulado pela UE como "*Acordo para a Solução da Crise na Ucrânia*", foi posto de lado e tornou-se nulo. A UE e os EUA permaneceram em silêncio e não manifestaram quaisquer objeções quanto à revogação do acordo pela oposição.

Figura 7.6 – Os 'democráticos' manifestantes ucranianos (fonte: WordPress.com)

A decisão de depor Yanukovych foi adotada pelos deputados do Parlamento da Ucrânia com uma extraordinária rapidez e em completa violação das existentes normas e procedimentos constitucionais (seria necessária uma votação de 75% para a destituição do presidente)[569]. Assim, a remoção de Yanukovych constituiu na realidade um 'golpe de estado' político. A UE

[568] BBC News (2014), *Ukrainian president and opposition sign early poll deal*, 21 de Fevereiro. http://www.bbc.com/news/world-europe-26289318, acesso em 22/05/2015

[569] A mesma Constituição invocada para determinar como inconstitucional o referendo na Crimeia assim o exigia. Ver também BBC (2014), *Ukrainian MPs vote to oust President Yanukovych*. 22/02. http://www.bbc.com/news/world-europe-26304842, acesso em 25/05/2015

e os EUA aceitaram esse golpe e imediatamente reconheceram o novo governo em Kiev como legítimo. Por outro lado, o governo russo opôs-se e condenou esses desenvolvimentos, concluindo, com razão, que não mais seria possível confiar nas garantias dos mediadores ocidentais, pois estes renegam as suas promessas sempre que as mudanças nas circunstâncias parecem ser vantajosas para os seus interesses.

7.5.4. A Questão Linguista

Desde que a Ucrânia se tornou num estado independente, alguns dos líderes políticos do país desrespeitaram consistentemente a realidade da sua composição étnica. Os líderes ucranianos estavam ansiosos por enfatizar a hegemonia da cultura ucraniana e evitar as influências culturais da Rússia. Resulta evidente que esses líderes políticos não conseguiram entender o efeito contraproducente que um desvairado nacionalismo e chauvinismo linguístico iria ter sobre a harmonia étnica e a coesão social do país.

Esta tendência veio logo à superfície quando, imediatamente após o 'golpe de estado', o parlamento ucraniano votou para reduzir o estatuto da língua russa no país. Ou seja, a língua russa foi despojada do seu estatuto como idioma regional. Muitos russos étnicos e ucranianos de língua russa na Crimeia interpretaram essa mal concebida lei como um severo prenúncio do que estava para vir no futuro. A aprovação imediata da lei da língua foi um reflexo do terrível fracasso dos sucessivos governos ucranianos em integrar plenamente e acolher os russos étnicos no diversificado tecido nacional do país. A sua relutância, em construir pontes e promover um sentido de unidade nacional baseado na igualdade étnica e no respeito mútuo, acabou por alienar definitivamente os russos que viviam na Crimeia.

7.5.5. Legalidade do Retorno da Crimeia à Rússia

Menos de um ano após a morte do ditador Iosif Vissarionovich Dzhugashvili (Estaline), em fevereiro de 1954 e como já foi mencionado, por iniciativa de Krushchev, o *Presidium* do Soviete Supremo da URSS emitiu um decreto transferindo o *Oblast*[570] da Crimeia da República Socialista Soviética da Federação Russa para a RSS da Ucrânia. No entanto, esse decreto violou objetivamente os artigos 14 e 18 da constituição do tempo de 'Estaline', que ainda estava em vigor e que requeria a existência de um acordo formal entre as Repúblicas

[570] Divisão administrativa russa, equivalente a região ou província.

Socialistas Soviéticas para alterações nas fronteiras. Só o Soviete Supremo da URSS (e não o *Presidium*) poderia confirmar um tal acordo, mas não por si só, teria de o ser através da sua aprovação de uma lei federal e depois de uma emenda constitucional para esse efeito. No caso da Crimeia, nenhum procedimento parlamentar foi iniciado e devidamente concretizado em qualquer dos dois parlamentos, não foram realizadas as relevantes sessões parlamentares, não se realizaram debates, não houve votações e nenhum acordo foi adotado e/ou assinado. Além disso, a população da Crimeia foi privada do seu direito de dar ou negar o seu consentimento para essa significativa mudança de estatuto. Portanto, a transferência da Crimeia para a Ucrânia foi infundada e ilegal, mesmo em termos soviéticos, e claramente inconstitucional.

A seguinte mudança do estatuto da Crimeia ocorreu em 1990-1991, durante o processo de dissolução da União Soviética. Depois de um referendo a todos os ucranianos em fevereiro de 1991, o *Oblast* da Crimeia viu de novo o seu estatuto reforçado para o de uma república autónoma, desta vez no seio da Ucrânia. No verão de 1991 ocorreu em Moscovo uma tentativa de golpe contra Mikhail Gorbachev. O golpe, as suas consequências e o referendo sobre a independência da Ucrânia em 2 de dezembro de 1991 ajudaram a selar o destino da URSS. Neste último referendo, a população da República Autónoma da Crimeia não foi consultada sobre se desejavam permanecer na Ucrânia após a dissolução da URSS ou, em alternativa, se queriam juntar-se à Federação Russa. A União Soviética foi dissolvida em 8 de dezembro.

Em 26 de fevereiro de 1992 e sem o consentimento das autoridades ucranianas, o Soviete Supremo da RSSA da Crimeia, mudou o nome oficial do território para 'República da Crimeia'. Em 5 de maio de 1992, o parlamento da Crimeia proclamou a independência da Crimeia e aprovou a sua primeira constituição. Sob pressão de Kiev, esta última foi emendada em 6 de maio de 1992 para incluir que a Crimeia fazia parte da Ucrânia. Em 19 de maio de 1992, a proclamação do autogoverno da Crimeia foi anulada pelo Parlamento (*Rada*) Supremo Ucraniano. Como compensação, Kiev concordou em reforçar o estatuto de autonomia da Crimeia. Explorando estas aumentadas prerrogativas legais, o parlamento da Crimeia estabeleceu no dia 14 de outubro de 1993 o cargo de Presidente da Crimeia. Em 17 de março de 1995, o parlamento ucraniano anulou a constituição da Crimeia, removeu o presidente em exercício e dissolveu o seu gabinete.

Após o golpe em Kiev, eclodiram confrontos em 26 de fevereiro de 2014 entre manifestantes pró-russos e pró-ucranianos, em frente ao prédio do Parlamento da Crimeia em Simferopol.

Durante esses confrontos e em outras manifestações, os manifestantes pró-russos exigiram a secessão da Ucrânia e pediram ajuda a Moscovo. Nas primeiras horas de 27 de fevereiro, indivíduos armados mascarados capturaram e encerraram os edifícios do governo na Crimeia, incluindo o do Conselho Supremo. Numa sessão de emergência do Conselho Supremo, à porta fechada, foi designado um novo primeiro-ministro da Crimeia e foi votada a realização de um referendo sobre o estatuto da Crimeia. Em 28 de fevereiro de 2014, aquelas que o governo ucraniano alegou serem forças russas, auxiliadas por milícias armadas de 'autodefesa', rapidamente capturaram o importante Istmo de Perekop[571], bloquearam ou cortaram a maioria das ligações terrestres, marítimas e aéreas entre a Crimeia e a Ucrânia continental, assumiram o controlo de todos os portos e aeroportos da Crimeia e das estações de rádio e TV, bloquearam e ocuparam todas as instalações do Exército e da Marinha da Ucrânia.

O referendo sobre a reunião da Crimeia com a Federação Russa teve lugar em 16 de março de 2014 e, segundo todos os relatos, decorreu de uma forma pacífica e ordeira. A votação continha duas perguntas e apenas uma resposta positiva era considerada válida: (a) Apoia a reunião da Crimeia com a Rússia como membro da Federação Russa? (b) Apoia a restauração da Constituição de 1992 da República da Crimeia e do estatuto da Crimeia como parte da Ucrânia? De acordo com as autoridades da Crimeia, participaram no referendo 81,36% dos eleitores registados e 96,77% votaram pela separação da Ucrânia e pela integração na Rússia.[572] O Presidente em exercício da OSCE, Didier Burkhalter, não aceitou o convite das autoridades da Crimeia para enviar observadores, alegando a natureza inconstitucional do referendo. No entanto, observadores europeus, individualmente e seletivamente convidados afirmaram que o referendo foi realizado sem violência e sem irregularidades percetíveis. As autoridades ucranianas recusaram-se a reconhecer a legalidade do referendo e o seu resultado, por este ser inconstitucional. Esta opinião foi partilhada pela Comissão de Veneza do Conselho da Europa e por praticamente todos os estados membros da UE e da OTAN.

Em 17 de março de 2014, a Crimeia declarou a sua independência. O Conselho Municipal de Sebastopol solicitou a admissão separada do porto como cidade federal. Em 18 de março de

[571] Este istmo liga a península da Crimeia com a Ucrânia continental a norte. Com uma largura de 5 a 8 km, separa o Mar Negro do Mar de Azov. No passado e devido à sua importância estratégica, nele ocorreram muitos combates em defesa contra a invasão da península.

[572] Ver em https://www.rt.com/news/crimea-referendum-results-official-250/, acesso em 27/05/2015.

2014, foi assinado em Moscovo um tratado sobre a incorporação da Crimeia e de Sebastopol. Em apenas cinco dias, a "Lei Constitucional sobre a admissão na Federação Russa da República da Crimeia e o estabelecimento dentro da Federação Russa das Novas Entidades Constituintes – a República da Crimeia e a Cidade de Importância Federal de Sebastopol" foi rapidamente encaminhada através da Assembleia Federal Russa, assinada pelo presidente russo e entrou em vigor.

Contrariamente ao que vem sendo afirmado por alguns analistas e ao que ocorreu no caso do Kosovo, a incorporação da Crimeia na Rússia não viola os princípios da Acta Final de Helsínquia (1975), onde se refere a necessidade de não alteração das fronteiras dos Estados existentes no final da 2ª GM. Já o mesmo não se pode dizer em relação aos Acordos de Belavezha (1991) que estabeleceram a Comunidade de Estados Independentes (CEI), ao Memorando de Budapeste (1994) que definia as condições da transformação da Ucrânia num estado desnuclearizado e em relação ao "Tratado de Amizade e Cooperação entre a Federação Russa e a Ucrânia" (1997). No entanto, parece-me ser de relevar que obviamente a posição da Rússia, foi uma de '*quid pro quo*' em relação à não satisfação destes três últimos compromissos e teve sobretudo a ver com o não cumprimento, por parte do Ocidente e das novas autoridades golpistas de Kiev, do pacto estabelecido em Kiev no "Acordo sobre a solução da crise na Ucrânia" e com o facto de considerarem ilegal o governo da Ucrânia que tinha tomado o poder após um 'golpe de estado' contra o presidente legitimamente eleito. Por outro lado, a própria constituição russa estabelece no seu artigo 61 (2) que "*a Federação Russa garantirá aos seus cidadãos, no exterior das suas fronteiras, a sua defesa e proteção*", e foi esse o argumento para a intervenção da Rússia na Geórgia e pairou sempre como uma possibilidade (que parece ter-se verificado) no caso da Crimeia. Releva-se também que com 100 votos a favor, 11 votos contra, 58 abstenções e 24 países que estiveram ausentes da votação (talvez intencionalmente), a Assembleia Geral da ONU adotou uma resolução, que embora não fosse juridicamente vinculativa, referia entre outros pontos que o referendo havido na Crimeia em 16 de Março de 2014 "*não tendo validade, não pode constituir a base para qualquer alteração do estatuto da República Autónoma da Crimeia ou da cidade de Sebastopol*".[573]

[573] UN, 'Resolution Adopted by the General Assembly on 27 March 2014', 01/04/2014, tradução do autor. http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/68/262.

Figura 7.7 – A Crimeia é agora da Rússia (fonte: Jornal de Brasília)

7.5.6. Conclusão

Embora assim pareça, não estou seguro que a anexação da Crimeia pela Rússia possa ser justificada em termos legais, mas, no mínimo, pode ser explicada de uma maneira racional e objetiva. Somente uma análise cuidadosa e informada do golpe político que derrubou o governo de Yanukovych e um fundamentado conhecimento da história da Crimeia pode esclarecer e permitir a compreensão das causas da decisão do território em se separar da autoridade da Ucrânia e se reunir com a Rússia. Longe das especulações dos especialistas e analistas de relações internacionais, os eventos que ocorreram na Crimeia ilustram a triste evidência da persistência com que os interesses nacionais assumem repetidamente a prioridade sobre as intrincadas histórias regionais e as frágeis alianças políticas.

De facto, a anexação da Crimeia pela Rússia deve ser entendida no contexto dos continuados laços históricos do povo russo com a península, e da política nacionalista ucraniana que alienou a comunidade étnica russa do país. Assim sendo, não deveria ter constituído uma surpresa para quem quer que fosse, que o povo da Crimeia tivesse aproveitado o golpe em Kiev e votado para se juntar à Rússia. De momento, não se podem ter quaisquer certezas quanto ao futuro económico e político da moderna Crimeia sob governo russo. No entanto, considero bastante improvável que a República da Crimeia alguma vez volte a fazer parte da Ucrânia.

Contrariamente ao Kosovo, a situação da Crimeia é que constitui verdadeiramente um caso único, dadas as suas características. Logo em primeiro lugar ressalta o facto de a sua integração na Rússia não violar a Acta Final de Helsínquia, pois no final da 2ª GM pertencia a esta; mas

também porque, por outro lado, a sua integração na Ucrânia, quando ocorreu em 1954, ter resultado de um ato manifestamente ilegal. No caso do Kosovo argumentou-se com a situação 'humanitária', mas esta foi invocada com base num 'massacre' inventado; já na Crimeia, a separação só ocorreu após ameaças concretas de perseguição e mesmo genocídio por parte das forças fascistas que integravam o governo ilegal que tinha assumido o poder em Kiev – mesmo um observador minimamente atento, não aceita que os dirigentes ocidentais tenham pactuado com as infames 'proezas' dos fascistas afetos ao governo em Kiev que inclusive chegaram ao ponto de, em Odessa, queimar vivos quem se lhes opunha.[574]

Figura 7.8 – Os novos 'nazis' na Ucrânia (fonte: Global Research)

Por outro lado, a independência do Kosovo só foi obtida após a reconhecida intervenção militar de potências estranhas ao território (feita sem mandato do CS da ONU), enquanto na Crimeia, os russos continuam ainda hoje a afirmar que as suas Forças Armadas nunca entraram na Crimeia nos momentos da crise (na realidade, já ali se encontravam por força de um acordo internacional) e que foram os próprios habitantes que tudo fizeram em prol da sua separação da Ucrânia; discurso este semelhante ao dos EUA quando do seu apoio aos '*Contras*' na Nicarágua, referendado depois pelo Tribunal Internacional de Justiça[575]. Também não despiciendo é o referente aos números do referendo realizado, o qual, segundo o próprio Putin,

[574] Disponível em https://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/05/genocidio-em-odessa-ucrania-que-midia-ocidental-nao-mostra.html, uma vez que 'desapareceram' todos as páginas da imprensa ocidental referentes a esta notícia

[575] A participação (dos Estados Unidos), mesmo que preponderante ou decisiva, no financiamento, organização, treino, abastecimento e apetrechamento dos *contras* (...) e no planeamento de toda a sua operação '*foi insuficiente para atribuir os atos aos Estados Unidos*'. Tribunal Internacional de Justiça (1986), *Military and Paramilitary Activities in and against Nicaragua (Nicaragua v. United States of America)*, 27 de Junho, Parágrafo 116, http://www.icj-cij.org/docket/files/70/6503.pdf

foi "*justo e transparente, e o povo da Crimeia expressou clara e convincentemente a sua vontade e afirmou que quer ficar na Rússia*"[576]. Ainda sobre o tema deste referendo, um dos argumentos utilizado para a sua ilegalidade (inclusive pela OSCE) foi que, de acordo com a constituição ucraniana e uma vez que se tratava de decidir a separação de uma parte do seu território, o mesmo não podia ter lugar só na Crimeia e teria de ser alargado a todo o País. Ora, no caso do Kosovo, já as democracias ocidentais nunca fizeram uma tal exigência e nem chegou a haver um referendo específico com essa finalidade, mau grado um tal referendo também poder ser considerado ilegal em relação à constituição da Sérvia pois também teria de ser alargado a toda a Sérvia e assim o seu resultado não seria o desejado. Finalmente, a grande distinção e que torna verdadeiramente a situação da Crimeia como 'única', é que "*não foi disparado um único tiro*"[577].

Como vimos em relação a estas cinco regiões, todas elas apresentam argumentos e realidades de grande semelhança com o Kosovo e mesmo características que lhes conferem um amplo merecimento das suas legítimas ambições, pelo que se conclui que a comunidade internacional utiliza argumentos diferentes consoante as situações favoreçam ou não os seus desígnios estratégicos.

[576] Kremlin (2014), Discurso do Presidente da Federação Russa. 18 de Março. http://eng.kremlin.ru/news/6889.

[577] Ibidem

Página intencionalmente deixada em branco

> *"Mas a decisão de criar um novo Estado, de viabilidade mais que discutível, sob a égide de uma coligação ocasional, substitui a legitimidade pela engenharia política que inevitavelmente perde o respeito da parte vencida e não convencida."*
>
> Adriano Moreira, Professor Universitário

8. CONCLUSÕES

Foi dito ao ser introduzido este tema que se esperava que a declaração unilateral de independência pelo Kosovo fosse o epílogo da implosão jugoslava; mas, com uma situação territorial ainda não completamente esclarecida, passados que são dez anos dessa declaração, têm de se colocar algumas dúvidas em relação à possível futura evolução da situação naquela região e, sobretudo, em relação à postura de alguns dos principais atores que têm vindo a intervir e a influenciar nos acontecimentos. Numa das suas frases mais marcantes, por sinal a primeira do artigo que de seguida anoto em rodapé, William Johnson afirma que "*o passado está sempre presente nos Balcãs e define o futuro*". [578]

Considero que, neste momento de quase finalização da elaboração deste trabalho e para melhor enquadrar o seu tema, é importante recordar em seguida e em resumo, aqueles que entendo terem sido os principais acontecimentos que marcaram a evolução dos conflitos na Jugoslávia, até à declaração de independência do Kosovo:

- Assim e recuando um pouco mais no tempo e analisando como tudo se começou a descontrolar na República Federal da Jugoslávia, verifica-se que, curiosamente, foi o final da 'Guerra Fria' em 1989, que determinou uma dramática mudança na sua posição internacional, por força de a Jugoslávia ter perdido a sua vital importância geoestratégica. De facto, anteriormente, uma das principais linhas de ação da política ocidental era o seu apoio à unidade, independência e integridade territorial da Jugoslávia. Para o Ocidente, o tipo de comunismo de mercado da Jugoslávia era um exemplo para o resto do bloco soviético para que se libertassem das restrições da União Soviética e abrissem à influência do Ocidente. Portanto e até esse momento, a Jugoslávia teve um acesso especial a créditos

[578] Johnson, William T. (1995), *Deciphering the Balkan Enigma: Using History to Inform Policy*, U.S. Army College Report – Strategic Studies Institute, p. IX.

ocidentais para manter a sua economia a funcionar em troca da sua neutralidade e da sua rejeição do Pacto de Varsóvia.

- Quando foi cortada a assistência económica internacional à Jugoslávia e a sua tentativa de se juntar ao Conselho da Europa foi bloqueada, começaram as desavenças internas sobre a necessária reforma económica, e as repúblicas mais ricas, Eslovénia e Croácia, iniciaram as suas exigências de separação. Com o colapso do partido comunista federal, as eleições que então ocorreram em cada república viram o aparecimento em força por todas elas de políticos e partidos de índole nacionalista. Embora publicamente os EUA e os Estados Europeus apoiassem a manutenção da Federação, a Alemanha e a Áustria apoiaram nos bastidores a separação e no final de Junho de 1991 a Eslovénia e a Croácia declararam unilateralmente a sua independência. E, quando o Exército Popular Jugoslavo (JNA) tentou assegurar o controlo das fronteiras federais, começou a guerra.
- O Exército Jugoslavo acabou por retirar da Eslovénia, após um cessar-fogo mediado pela CE na Conferência de Paz em Brioni. Logo de seguida, na Croácia, a minoria sérvia de 600.000 pessoas que temia pelos seus direitos e mesmo pela sua vida e que desejava permanecer na Federação, declarou-se então como a independente 'República da Krajina Sérvia' e começou a expulsar os Croatas locais. Foi aqui que a expressão 'limpeza étnica' foi ouvida pela primeira vez nos rádios militares sérvios. Em abono da verdade, refira-se que a primeira atividade de verdadeira 'limpeza étnica' foi executada pelos croatas na povoação de Gospić em setembro de 1991, em que cerca de 120 sérvios que viviam nessa cidade foram sequestrados das suas casas e assassinados. Foi um ato calculado para espalhar o terror entre os Sérvios dessa região e foi o primeiro grande massacre de civis nas guerras civis jugoslavas. [579]
- A CE estabeleceu então a Comissão Badinter de juristas internacionais para arbitrar a questão da secessão, mas antes que a Comissão pudesse atuar a Alemanha reconheceu

[579] Em 1997, um ex-polícia croata de nome Miro Bajramović decidiu contar ao mundo o que realmente aconteceu em Gospić: "*A ordem foi para realizar uma limpeza étnica, pelo que se mataram os diretores da agência dos correios e do hospital, donos de restaurantes e muitos outros Sérvios. As execuções foram realizadas por tiro à queima-roupa. Nós não tínhamos muito tempo. As ordens da sede eram para reduzir a percentagem de sérvios em Gospić*". Citado em Johnstone, Diana (2006), *Cruzada de Cegos – Jugoslávia, a primeira Guerra da Globalização*. Editorial Caminho, Lisboa, p. 50.

unilateralmente a independência dos dois estados separatistas, no que foi seguida pelos membros da Comissão Europeia, após pressões suas. Este reconhecimento, antes de ser resolvida a situação da minoria sérvia fez agravar ainda mais o conflito,[580] que só teve um alto temporário após o estabelecimento das Zonas de Proteção da ONU. Sublinhe-se também que se opuseram a esse reconhecimento os mediadores internacionais da Comunidade Europeia (CE), Lord Carrington e dos Estados Unidos, Cyrus Vance, bem como o então Secretário-Geral da ONU, Perez de Cuellar, com o fundamento de que o prematuro desmembramento da federação levaria a conflitos regionais e à "*mais terrível guerra na Bósnia*".[581]

- Entretanto, na Bósnia, antes reconhecida internacionalmente como um modelo de coexistência multicultural e após eleições em que os partidos principais eram de raiz étnica, começaram os desentendimentos em relação às garantias de segurança e de igual tratamento e os sérvios (31%) e os croatas (17%) ameaçaram com a sua autonomia e o governo local de liderança muçulmana (43%) optou por pedir a independência, acabando com o governo de unidade nacional. A CE, que estava relutante em reconhecer a independência sem um consenso entre os três principais grupos étnicos, liderou então negociações em Lisboa em Março de 1992 que levaram a um acordo sobre a independência com os grupos minoritários protegidos por uma cantonização regional e uma grande autonomia. Mas, uma semana mais tarde o líder muçulmano, Alija Izetbegovic, rejeitou o acordo após encorajamento dos EUA para que aguardasse por uma sua mais forte posição. Os EUA reconheceram então a independência da Bósnia o que provocou um imediato incendiar do conflito com os sérvios e croatas a tentarem garantir o controlo das suas áreas de implantação.
- Foi a partir de então que os EUA iniciaram uma intervenção mais ativa na região, começaram a ameaçar os sérvios com ataques aéreos da OTAN e levaram Izetbegovic a rejeitar todas as tentativas de acordos apresentadas pela ONU e CE. Curiosamente, é também nesta altura que Washington toma a iniciativa de pedir que seja criado um tribunal de crimes de guerra para julgar os dirigentes sérvios. Foi desde aí que o discurso moral dos direitos humanos passou a moldar o tipo e a conduta da própria guerra.

[580] Foi nesta altura (21/12/1991) que o Autor iniciou a sua 1ª comissão de serviço naquelas paragens.

[581] Glenny, Misha (1996), *The Fall of Yugoslavia: The Third Balkan War* (3ª edição) London: Penguin, p.163.

- Depois foi a confusão generalizada de uma guerra civil, com estranhas alianças locais a tomarem forma e uma profusão de baixas, refugiados e desgraças de todo o tipo, mas, ao contrário da realidade, quase invariavelmente atribuídas a só uma das partes, os sérvios.
- Foi quando o governo em Sarajevo começou a ficar numa situação mais crítica, que a grande potência ocidental decidiu uma intervenção direta para impor um acordo. Assim em Março de 1994 os EUA estabeleceram um cessar-fogo entre as forças croatas e muçulmanas, fomentando a criação de uma Federação Muçulmana-Croata e garantindo apoio militar e assistência económica. Os croatas bósnios foram pressionados a aceitar pelo governo da Croácia, a quem foi prometido apoio militar e diplomático para a reconquista da Krajina ocupada pelos sérvios.[582]
- No ano seguinte, os sérvios bósnios começaram a perder terreno por ações das forças da federação e dos ataques aéreos da OTAN, liderados pelos EUA, que ocorreram sobretudo após um 'massacre' de duvidosas origens junto ao mercado de Sarajevo. Com a perspetiva de uma derrota militar a que acresciam as sanções internacionais, os sérvios acabaram por aceitar o Acordo de Paz de Dayton que dividiu a Bósnia em duas entidades separadas, a 'Federação Muçulmana-Croata' (51% do território) e a 'Republika Srpska' (49%). Curiosamente, havia apenas uma pequena diferença para as propostas de Lisboa, que Izetbegovic rejeitou por pressão dos EUA em 1992; assim, deverá pesar na consciência de quem fomentou essa rejeição, o brutal volume de mortes e destruição no interior da Bósnia decorrentes de 3 anos de confrontos e, a nível internacional, o descrédito pelos princípios de neutralidade da ONU e de respeito pela soberania do Estado.
- Em 4 de agosto de 1995, o Exército croata, equipado com armamento da Alemanha (sobretudo oriundo da ex-RDA), com o apoio logístico e de conselheiros dos Estados Unidos e o apoio aéreo da OTAN (destruindo os centros de comunicação e os meios aéreos dos secessionistas da Krajina) lançou a 'Operação Tempestade' ('*Oluija*' em croata), uma operação de limpeza étnica executada contra a população civil Sérvia da região da Krajina. A sua eficácia foi máxima, pois conseguiu a expulsão de todos os sérvios que viviam na extensa região da Krajina há mais de 400 anos. Deveria também pesar na consciência dos apoiantes desta operação, a sua contribuição para a maior 'limpeza étnica' verificada numa

[582] Silber, L. e A. Little (1996), *The Death of Yugoslavia* (2ª edição) London: Penguin, p.320.

única operação durante toda a guerra na ex-Jugoslávia. Além da expulsão forçada de mais de 250 mil habitantes Sérvios aí instalados, os números da destruição listam 2.000 sérvios mortos, 78 igrejas destruídas, 181 cemitérios profanados e destruídos e 25 mil casas queimadas; e uma série de queixas por violação sistemática dos Direitos Humanos e por crimes de guerra contra a população civil.

- Como também já foi debatido, no Kosovo foi especialmente sentido o descalabro da economia jugoslava e logo em 1991 começaram as movimentações da maioria albanesa no sentido de uma maior autonomia, tendo tido lugar em Outubro um referendo ilegal e sido declarada uma república com o seu governo no exílio. Havia uma coexistência estranha, mas pacífica, entre o LDK de Rugova e as instituições formais de controlo da Sérvia e esta situação só foi abalada pelo aparecimento da guerrilha radical do UÇK que, sobretudo após o acesso a muito armamento no esteio do colapso institucional da Albânia, pôde então começar a atacar as forças policiais e militares da Sérvia. No entanto, o UÇK era ainda uma força marginal, apenas capaz de provocações em menor escala e uma forte ofensiva sérvia na primavera de 1998 obteve bastante êxito e praticamente expulsou-o do território. É nesta altura que os EUA entram em ação e o seu enviado, Richard Holbrooke, inicia a sua diplomacia da ameaça de ataques aéreos, exigindo que Milosevic aceitasse a monitorização de um cessar-fogo. No âmbito desse acordo as forças sérvias recuaram e entraram em cena 2.000 observadores da OSCE que constituíam a KVM; mas, como não estavam previstas sanções para o UÇK, este tirou vantagem do vácuo deixado pelas forças da Sérvia e reforçou a sua posição na região.
- Tendo presente a ameaça de ataques aéreos da OTAN, a estratégia do UÇK passou a ser a de "*induzir uma intervenção militar da OTAN em vez de um compromisso diplomático*".[583] O 'massacre' de Račak, em Janeiro de 1999, foi utilizado para retratar o conflito do Kosovo como uma questão a preto e branco de abuso dos direitos humanos pelos sérvios sobre vítimas étnico-albanesas, legitimando a abordagem cada vez mais assertiva dos EUA e da OTAN quanto ao uso de ameaças militares para forçar um acordo de paz, pelo que estes assumiram o autonomeado papel de executores das resoluções do Conselho de Segurança da ONU e, em Rambouillet, tentaram forçar os dois lados a concordar com um acordo

[583] Independent International Commission on Kosovo (2000), *Kosovo Report*. Oxford: OUP, p.132.

elaborado por Washington. Não é segredo que nas demoradas conversações, a delegação Kosovo-Albanesa foi pressionada a assinar a fim de facilitar a intervenção da OTAN, enquanto o Anexo B do 'acordo' introduzido pelos EUA e que concedia acesso irrestrito do pessoal da OTAN por toda a RFJ, significava que Belgrado não podia aceitar essas propostas.

- Foi a campanha de bombardeamentos da OTAN que levou ao êxodo de refugiados e à remoção forçada da população civil e mais de 60 por cento da população kosovar foi deslocada durante a campanha militar em que cerca de 500 vidas civis foram perdidas devido aos bombardeamentos. Para os defensores dessa campanha, a leitura destes factos será desconfortável e seria na realidade muito melhor que tivesse havido algum plano pré-existente para limpar a população do Kosovo, ou algum 'empreendimento criminoso conjunto' concebido por Milošević, cuja acusação pelo TPIJ coincidiu com o conflito. Após os 78 dias de bombardeamentos, a reputação da OTAN ficou aparentemente salva, e o acordo obtido era na prática aquele que poderia ter sido aceite antes da guerra – a soberania da RFJ foi formalmente confirmada, não havia uma decisão sobre o estatuto final do Kosovo e era a ONU e não a OTAN, quem assumia a responsabilidade de supervisionar o acordo de paz. Em vez da intervenção militar ocidental ter trazido a paz à região, o desejo de utilizar a diplomacia da força provocou uma escalada no conflito ao colocar pressão sobre a credibilidade da OTAN, ao mesmo tempo que dificultava ainda mais uma solução negociada ao marginalizar as forças albanesas moderadas do Kosovo e encorajar o UÇK a escolher o conflito em vez das negociações. A reconciliação interétnica raramente é obtida por potências externas que despejam bombas sobre o problema e a situação no Kosovo é hoje uma em que há poucas possibilidades de reconciliação ou de regresso das populações sérvias e ciganas do Kosovo.
- Finalmente e como já relatado, foi sobretudo a ação dos EUA e das principais potências europeias (Alemanha, Reino Unido e França) que permitiu e inclusive encorajou o governo provisório albanês do Kosovo a declarar unilateralmente a independência, apesar da reconhecida renitência de parte da sua população e da Sérvia em a aceitar e também da oposição de uma parte significativa dos países representados na ONU. Após dez anos dessa declaração, o governo albanês do Kosovo continua a não poder exercer funções de soberania numa parte do seu território e, lenta mas inexoravelmente, continuam as ações

de limpeza das minorias étnicas no restante da ex-província. Entretanto, esta continua a ser um foco de desestabilização do sul da Sérvia e da Macedónia, ao apoiar as guerrilhas albanesas aí existentes.

Olhando desapaixonadamente para estes acontecimentos acabados de relatar resumidamente, em cada um dos parágrafos apresentados verifica-se que afinal e sem muita surpresa, não foram as ações do 'diabólico' Slobodan Milošević que provocaram a guerra e a exacerbaram enquanto decorria – um mito que foi gerado por aqueles que procuram absolver de culpa a intervenção ocidental pela trágica dissolução da Jugoslávia e pelo desnecessário sangue derramado nesses conflitos. Ao invés, foi quase sempre a intervenção externa que provocou uma escalada nos conflitos, pois em todas as fases do processo, acabou por prejudicar o funcionamento dos mecanismos regionais de prevenção e mediação de conflitos. De facto e por ordem temporal, a primeira atitude, que ajudou ao início dos confrontos, pertenceu à Alemanha que logo após a morte de Tito, quando começaram os problemas na ex-Jugoslávia, apoiou nos bastidores as tendências separatistas da Eslovénia e da Croácia e, quando a situação prescrevia alguma contenção, reconheceu prematuramente a independência daquelas repúblicas levando ao início dos confrontos. Em seguida e na Bósnia, constatamos que foi a intervenção indireta dos EUA, ao aconselhar Izetbegovic a rejeitar os acordos de Lisboa e os seguintes, que conduziu a uma escalada nas hostilidades e, depois, quando intervieram diretamente com o seu auxílio à parte muçulmana e quando promoveram a Federação Muçulmana-Croata, novamente se agravou a situação. Entretanto, foi o apoio dos EUA que permitiu ao exército croata acabar com a secessão da Krajina e proceder à 'limpeza étnica' dos seus habitantes. No Kosovo, primeiro foi a pressão dos EUA que 'salvou' o UÇK e levou à entrada da KVM, depois em Rambouillet foi a sua introdução do Anexo B ao acordo que levou à rotura das negociações e aos bombardeamentos da OTAN com a consequente onda de refugiados (da qual, os sérvios foram sempre omitidos nos relatos). Finalmente, foi sobretudo o indisfarçado apoio dos EUA, Reino Unido e Alemanha ao governo provisório albanês do Kosovo, que levou este a declarar a independência.

Também de relevar é que durante a guerra no Kosovo, o bombardeamento de civis por aviões da OTAN fez parte de uma tentativa deliberada de aterrorizar a população. O comandante supremo da OTAN, General Wesley K. Clark, declarou quando começou o bombardeamento: "*Vamos atacar, rebentar, degradar e devastar de uma forma sistemática e progressiva e, por*

fim – a menos que o Presidente Milosevic cumpra as exigências da comunidade internacional – vamos destruir essas forças e as suas instalações e apoios". As 'forças' de Milosevic, como agora se sabe, incluíam estações de televisão, escolas, hospitais, teatros, lares de idosos. A Convenção de Genebra estabelece que nenhum civil pode ser atingido, a menos que esteja a participar diretamente nas hostilidades. As mortes de civis foram, portanto, crimes de guerra. Nos acontecimentos no Kosovo, a brutalidade dos líderes ocidentais foi insidiosa, já que esteve escondida por uma grande hipocrisia e por uma retórica de ultraje moral.

Um grupo de advogados e professores de direito canadianos, em conjunto com a Associação Americana de Juristas (uma organização não-governamental com estatuto de consultor perante as Nações Unidas), apresentou uma queixa ao Tribunal de Crimes de Guerra acusando todos os dirigentes da OTAN (encabeçados pelo Presidente Clinton e pelo Primeiro-Ministro Blair) por crimes de guerra cometidos na sua campanha contra a Jugoslávia. A lista dos crimes imputados incluía: "*mortes intencionais, causando propositadamente grande sofrimento ou sérios danos ao corpo ou à saúde; extensa destruição de propriedade, não justificada por necessidade militar e levada a cabo ilegalmente e arbitrariamente; emprego de armas venenosas ou outras armas para causar um sofrimento desnecessário; destruição arbitrária de cidades, vilas ou aldeias; devastação não justificada por necessidade militar; bombardeamento de cidades, aldeias, residências ou edifícios indefesos; destruição ou danos deliberados a instituições dedicadas à religião, à caridade e à educação, às artes e ciências, monumentos históricos*". A acusação também alegava "*uma clara violação da Carta das Nações Unidas, do próprio Tratado da OTAN, das Convenções de Genebra e dos princípios do Direito Internacional*". Mais uma vez se releva o facto de estas posições e outras similares terem sido praticamente 'escondidas' da opinião pública mundial e só mesmo os Académicos e estudiosos destas questões acabaram por aceder ao seu conteúdo. Isto vem confirmar a opinião de os meios de comunicação social terem demonstrado um total desinteresse por tudo o que divergisse da história oficial do conflito e terem assim prestado um deficiente serviço ao público em geral.

As questões histórico-sociais encerram em si uma tal complexidade, que a sua análise é sempre um desafio e um risco. As Entidades / Estados / Nações que encerram em si uma grande variedade de situações, de difíceis contextos naturais, e uma História de confrontos, como é o caso dos Balcãs e mais concretamente do Kosovo, acrescem à complexidade referida um grau

ainda maior. Por outro lado, a cena internacional e os conceitos valorativos que encerra, serve-se e muitas vezes justifica-se através destes, para orientar as suas normas de atuação, as quais nem sempre são evidentes. A opacidade do comportamento dos Estados tem, necessariamente, de ser tida em consideração em qualquer análise que se procure realizar.

Decorrente dos capítulos anteriores, às hipóteses que previamente defini é agora possível acrescentar algumas observações:

H1: *Os Estados / Entidades / Organizações que apoiaram, ou não, e posteriormente reconheceram, ou não, a independência do Kosovo enquanto Estado, procuraram demonstrar no seu discurso, essencialmente conceitos normativos ou valorativos*.

Estou convicto que esta hipótese se verifica, mau grado a argumentação dos Estados/Entidades apoiantes contrariar algumas das normas do Direito Internacional comummente aceites e revelar fraco mérito contextual. Mas também, tal como já foi sublinhado, há uma substancial proliferação de diferentes leis, regras, definições e diretivas sobre os Estados, a sua formação e reconhecimento, pelo que os Estados acabam por utilizar as leis conforme melhor favoreçam os seus intuitos. Por outro lado, algumas leis, tais como as referentes à obrigação de respeitar a soberania e as fronteiras existentes, e as do direito à autodeterminação dos povos, parecem ser contraditórias. Além disso, as leis, por força da sua formulação, são susceptíveis de ser interpretadas de muitas maneiras diferentes.

H2: *Os Estados / Entidades / Organizações que apoiaram, ou não, e posteriormente reconheceram, ou não, a independência do Kosovo enquanto Estado, fizeram-no em função dos seus próprios interesses estratégicos*.

Neste caso a hipótese é amplamente verificada pela análise dos interesses estratégicos, económicos e sociais quer dos apoiantes, quer dos que se opuseram. De relevar o facto de os países apoiantes não terem no seu interior minorias étnicas com peso e reivindicativas de independência, enquanto aqueles países que não reconheceram têm na realidade um problema daquela natureza.

H3: *Há regiões no interior de Estados reconhecidos que têm no seu território identidade étnica, religiosa ou outras, com significado suficiente para terem autoproclamado a sua independência*.

Esta hipótese também é comprovada pela simples análise geopolítica mundial. No capítulo anterior apresentei as situações da Transnístria, Ossétia do Sul, Nagorno-Karabakh, Catalunha e Crimeia, mas de facto existem muitas outras espalhadas por todo o mundo. No entanto, só o Kosovo foi até hoje considerado como merecedor do estatuto de independência.

Posto o que, importa começar por responder às questões consideradas como secundárias, cujo prévio debate ao longo dos capítulos anteriores pretendeu enquadrar a resposta à questão central, e que se augura poder ter contribuído para esclarecer ainda mais todo este tema:

Quais os antecedentes 'Históricos' dos intervenientes no conflito, que conduziram à presente situação?

Inevitavelmente há que considerar que as sucessivas convulsões históricas na região deram um grande contributo para a forma como evoluíram os confrontos mais recentes culminando na presente situação, mas devem ser ressalvados determinados contornos, que no meu entender têm um especial significado. Uma grande parte dos estudos sobre esta situação quando tentam explicar as suas origens, começam invariavelmente por mencionar o que designam por 'ódios antigos', mas a realidade é que a sua geração e existência só aparece durante e no rescaldo da 1ª guerra balcânica e depois se agrava durante e após a 2ª guerra mundial, e na minha opinião um tal estado de alma teve sobretudo a ver com a alternância das situações de etnia dominante ou preponderante para etnia dominada ou subjugada. Vimos que na Idade Média (até finais do século XIV) os dois povos chegaram a combater em conjunto contra o invasor Turco e que foi só após este ter ocupado em permanência a região que tomaram rumos diferentes – enquanto os sérvios mantiveram a sua religião e ou resistiam ou fugiam para norte, os albaneses abraçaram na sua maioria a religião islâmica e ficaram, preenchendo o vazio deixado por muitos sérvios e aos poucos começaram a ocupar posições de relevo na administração local. Por outro lado, também se deve ter em conta o carácter intrínseco das duas etnias que varia em algumas das suas especificidades: enquanto os sérvios são um povo gregário e que se pode considerar na sua maioria como sendo (ou tendo sido) de agricultores-guerreiros, se bem que orgulhosos e com os seus mitos sempre presentes; os albaneses do Kosovo (que são sobretudo descendentes dos albaneses Geghs do norte da Albânia) são um povo que ainda hoje se rege socialmente numa estrutura de clãs familiares e são (ou eram) belicosos pastores montanheses que esporadicamente desciam às planícies como '*kaçaks*' para assaltar os locais e assim

obterem mais proventos, estando sobretudo conscientes de uma história mais recente, que quando muito vai até ao século XIX, havendo alguma 'fabricação' dos mitos mais antigos.[584]

Há que admitir, contudo, que sobretudo os acontecimentos do século XX e os mais recentes já deste século fazem com que, no meu entender, qualquer hipótese de convivência multi-étnica seja perfeitamente impossível e daí o considerar como utópica essa noção de uma futura sociedade com as diferentes etnias em harmonia, tantas vezes expressa pelos dirigentes ocidentais e que está mesmo revertida na constituição e nos símbolos deste novo Estado.

De qualquer modo, pelas razões que acabei de expor, a 'história' da região irá ainda sofrer mais convulsões e seguramente ainda haverá muito que escrever. Bastará ter presente que a própria situação do Kosovo ainda não está completamente resolvida e que continua viva a intenção de muitos albaneses de unir numa só grande nação todas as regiões limítrofes por eles povoadas na Sérvia, Macedónia, Montenegro e Grécia.

Figura 8.1 – A 'Grande Albânia' desejada pelos Albaneses (fonte: Albastrima)

[584] O autor assinala que não se considera de forma alguma um perito em psicologia social que o certifique para produzir o conteúdo deste último parágrafo, pelo que este resultou da sua exclusiva opinião pessoal, fruto da sua própria vivência de quase 4 anos naquele território.

Por outro lado, também é certo que a maioria dos sérvios ainda não aceitou a presente situação e ainda sonha com, no mínimo, o seu controlo dos seus lugares de culto religioso e histórico, e também poderá reagir em força a qualquer tentativa de resolver militarmente o impasse atual na situação do norte do Kosovo.

Quais os elementos considerados em conceitos como Soberania, Estado e Identidade e em que medida são verificados no caso do Kosovo?

Ao considerar o conceito normalmente apresentado, o qual estabelece que "*O Estado como pessoa de direito internacional deve possuir as seguintes qualificações: uma população permanente, um território definido, um governo e a capacidade de entrar em relações com os outros Estados*", não se consegue discernir no Kosovo uma completa satisfação de todos estes parâmetros pois a sua soberania não é reconhecida internamente por todos os seus cidadãos e externamente por um grande número de países e também não exerce a sua ação em todo o território que pretende abranger. Assim sendo a resposta a esta questão terá de ser que não se verificam na totalidade esses elementos e acrescentarei que ainda menos aqueles necessários para poder ser considerado um Estado-Nação, pois falta-lhe uma população de composição étnico-cultural coesa, que pelos vistos só será obtida quando os albaneses acabarem a obra de limpeza das outras etnias. Como já foi referido algumas vezes, a separação do Kosovo da Sérvia só faz sentido numa perspetiva de união com a Albânia, mas mesmo esta teria de o ser sem a inclusão da sua parte norte (habitada por sérvios) e com especiais garantias para a segurança e sobrevivência dos enclaves sérvios e dos seus monumentos e locais de culto ortodoxo. Não é talvez despiciendo lembrar aqui o que diz Adriano Moreira:

> "*Uma das variantes mais importantes do 'nacionalismo' – que parte do conceito segundo o qual o Estado e a Nação devem coincidir – entende que a 'identidade nacional' exprime uma dinâmica acrescentada ao conceito sociológico de nação, porque implica o movimento no sentido de obter e garantir uma soberania completa, e eventualmente uma expansão*".[585]

Qual a influência das posturas e/ou atividades de outros Estados, Entidades e Organizações, em relação à evolução da situação no Kosovo?

[585] Moreira, Adriano (1993), "A Crise do Estado Soberano". *Nação e Defesa* 66, Abril-Junho, Lisboa, p. 31.

Como foi previamente discutido, houve de facto Estados, Entidades e Organizações que tiveram uma decisiva influência no decorrer e evolução de todo o conflito e posterior declaração de independência. Pode mesmo dizer-se que a Sérvia enfrentou nesta situação aquilo que se poderia designar por uma 'tempestade perfeita', pois para a sua condenação e quase isolamento contribuiu o terem coincidido no tempo os importantes interesses de várias potências, uma poderosa e adversa máquina de propaganda e a necessidade de afirmação de várias Entidades e Organizações. É minha vincada opinião que os EUA foram o principal influenciador dos eventos relativos à situação do Kosovo e foi por sua iniciativa que ocorreram as principais ações que moldaram toda a situação e julgo que tal ficou suficientemente provado na narrativa de alguns dos capítulos anteriores. Também a Alemanha procurou diligentemente colaborar na evolução do conflito e resultou evidente a sua vontade de afirmação e de ingerência. Outros Estados, que não analisei neste trabalho e que preenchiam o chamado 'Grupo de Contacto' (Reino Unido, França, Itália e Rússia) também tiveram a sua quota-parte de influência nos acontecimentos. Em termos de Entidades e Organizações considero que aquelas abordadas foram as que mais se destacaram pela relevância da forma como a sua atuação influenciou o desenrolar das situações. Destas e no meu entender salientaram-se, sobretudo pela sua parcialidade e mesmo antagonismo face aos Sérvios, os Meios de Comunicação Social e o Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia. Não foi analisada a atuação da OTAN porque considerei que esta esteve remetida à função de braço armado das políticas dos EUA.

Quais e por quem foram usados, os principais argumentos para justificar o reconhecimento, ou não, da independência do Kosovo?

Como já foi explicitado em capítulo anterior, os países que reconheceram o Kosovo e que foram sobretudo as maiores potências ocidentais, assentaram os seus argumentos no facto de a esmagadora maioria da população (os albaneses) desejarem esse estatuto; de existir um plano a nível internacional que o recomendava; que a anterior violação dos direitos humanos dos albaneses pelas autoridades sérvias impedia qualquer outra solução; que essa independência contribuiria para a estabilidade da região; e, sobretudo, que o caso do Kosovo possuía especificidades 'únicas' e que, portanto, não poderia ser considerado como um precedente; finalmente e numa nota interessante, a maior parte destes países procurou salvaguardar as suas futuras relações com a Sérvia, mesmo por parte de alguns que tinham participado nos seus

bombardeamentos. Já os argumentos daqueles países que se opuseram a esse reconhecimento (e grandes potências como a China, a Rússia e a Índia tiveram essa posição) basearam-se sobretudo no facto de o Kosovo ser legalmente uma província da Sérvia e que embora os albaneses fossem a maioria dos habitantes da província, no conjunto da Sérvia eram uma minoria e que, portanto, a integridade territorial da Sérvia devia ser respeitada; também foi apontado que esta nova situação desrespeitava as normas do direito internacional e que iria perturbar a paz e a estabilidade em toda aquela região; persistiram ainda em afirmar que a questão só deveria ter sido resolvida em resultado de negociações entre as partes; finalmente (especialmente pela Rússia), foi assinalado que o caso do Kosovo não era de forma nenhuma um caso 'especial' e que obviamente iria servir de precedente para que outras regiões com condições semelhantes obtivessem esse mesmo estatuto.

Quais as diferenças verificadas na comparação entre o caso do Kosovo e os de outras regiões com situações análogas de autoproclamação de independência?

Constata-se que na realidade não existem quaisquer situações perfeitamente idênticas, pois cada situação contem em si pecularidades próprias, mas que remetem normalmente para questões de pormenor. No entanto, ao serem consideradas aquelas características fundamentais para se considerar uma região como merecedora do estatuto de independência, não se consegue vislumbrar uma argumentação válida no caso do Kosovo e, este caso peca mesmo por menor substrato quando comparado com situações análogas, nomeadamente quando se constata que não tem autoridade e/ou controlo sobre uma parte do seu território e população, o que, com excepção da Catalunha, não acontece com os outros territórios analisados. Como penso que foi demonstrado em relação a outras regiões, estas apresentam argumentos e realidades de grande semelhança com o Kosovo e mesmo evidências de maior legalidade e premência na satisfação das suas ambições, o que vem confirmar a noção apriorística do autor e comprovar a injustiça e incoerência da aceitação desta proclamação de independência.

Cumpre agora, portanto, tentar responder à questão central de pesquisa, ou pergunta inicial:

Os critérios mobilizados para a justificação da independência do Kosovo enquanto Estado são coerentes e justos?

A resposta a esta questão é, consequentemente, negativa.

A abordagem do Ocidente em relação ao Kosovo foi caracterizada por uma grande incoerência e por uma evidente injustiça, apoiando a autodeterminação nacional e o direito à secessão de parte de um País e a integridade territorial em outros, ignorando a limpeza étnica por um grupo étnico e sendo exigente no julgamento por crimes de guerra de um outro, alardeando as virtudes da regra da maioria quando é conveniente fazê-lo e ameaçando impor sanções e penalidades a maiorias quando tal é mais ao seu gosto. Para os americanos, o Kosovo é apenas um esboço de uma tentativa de granjear a simpatia dos países muçulmanos ao fomentarem a existência de mais um 'Estado' com aquela fé religiosa, é também o terreno para uma base militar gigante de forma a controlar os eventuais circuitos de energia que venham a utilizar aquela zona de passagem, e é uma presença fundamental no Mediterrâneo oriental, caso a Grécia ou a Turquia deixem de ser fiáveis. Quanto aos albaneses, caso estejam agradecidos, deles se espera que paguem aos seus benfeitores, concordando em participar em futuras guerras imperiais e em simultâneo fazerem ver aos seus congéneres muçulmanos que os 'grandes do Ocidente' são afinal seus amigos. Para os europeus, o Kosovo é uma oportunidade para mostrar ao mundo que a Europa afinal ainda conta para alguma coisa, para que alguns grupos económicos europeus possam tentar retirar alguns proveitos dos vultuosos investimentos aí despejados, e para realizar várias experiências sociais em multiculturalismo e multiconfessionalismo – particularmente inúteis porque o Kosovo será em breve um dos lugares da Europa etnicamente mais homogéneos.

Figura 8.2 – "Então…? e Nós?" (fonte: Truthdig)

Estou convicto que a história do conflito do Kosovo não terminou com a declaração unilateral de independência dessa província. De facto, o apoio dos EUA e da maioria dos países da UE a essa declaração contribuiu para a deterioração da situação de segurança no sudeste da Europa, por força da quebra do consenso internacional e regional sobre os contornos de uma legítima ordem política e de segurança para os Balcãs. Deste modo, a instabilidade no Kosovo e em outros Estados da região irá provavelmente continuar.

Tentei refletir neste trabalho o desencanto que senti em termos profissionais relativamente às posturas de países, entidades e organizações que admiro e que, em alguns casos (a minha Pátria, a ONU, a OTAN e a UE), procurei servir sem questionar as diretivas recebidas, como é apanágio dos militares; mas também e como afirmei de início, prendem-me àquela região laços inquebráveis de amizade, amor e paixão e nessa vertente só posso dar graças por ter tido a oportunidade de ali viver períodos inesquecíveis e de aqui e agora conseguir manifestar muito do que senti e observei. Tudo o que escrevi e que resultou dessa vivência e de um grande volume de pesquisas e posteriores leituras, reforçou ainda mais o meu desgosto e frustração por, na altura, não ter conseguido influenciar quem de direito para que as opções tomadas tivessem seguido uma via mais coerente, imparcial e, sobretudo, mais justa. Mais ainda porque muito do que neste trabalho é revelado e demonstrado ficou arredado da opinião pública em geral, pois colidia com as versões 'oficiais' e com as 'mensagens' que se pretendiam passar e que a maioria dos meios de comunicação social tão diligentemente veiculou. Embora tal possa resultar como aparente, não partilho as habituais opiniões relativas a uma 'teoria da conspiração' e, assim sendo, devo salientar que, embora desaprovando, compreendo as posições de muitos dos intervenientes, condicionados que estavam pelas suas Alianças e compromissos externos e internos. No final, resta-me a satisfação de, por força deste trabalho, ter a possibilidade de deixar para a posteridade a minha opinião e muito do que registei, e resta-me também o consolo de, a título individual e fruto das minhas missões na ex-Jugoslávia, ter recebido imensas manifestações de reconhecimento e amizade por parte de pessoas de todas as etnias que a integravam.

FONTES

ACNUR, Refugiados, vol. 3, nº 116, 1999

ACNUR/OSCE (1999), *Overview of the Situation of Ethnic Minorities in Kosovo*, 3 de Novembro. https://www.osce.org/kosovo/13309?download=true

Acordo de Kumanovo (1999), OTAN – Sérvia, https://www.nato.int/kosovo/docu/a990609a.htm

American Chamber of Commerce in Kosovo. (2008). *Impact of Corruption on Kosovo's Business Community*. Research report. Pristina

Amnesty International (2000), *Collateral Damage or Unlawful Killings?*, 6 de Junho, http://web.amnesty.org/library/index/ENGEUR700182000.

Charter on Good-Neighborly Relations, Stability, Security and Cooperation in South-Eastern Europe (2013). https://www.rcc.int/files/user/docs/2013.10.03_CHARTER_SEECD.pdf

CIA (2018), *The World Factbook.* https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/kv.html

Conference on Security and Co-operation in Europe – CSCE (1975), *Helsinki Final Act.* https://www.osce.org/helsinki-final-act?download=true

Convenção dos Direitos e Deveres dos Estados (1933), assinada em Montevideu a 26 de Dezembro. http://www.republikmalukuselatan.nl/download.php?file=YXJjaGllZi1kYXRhLzEvNC8xX2FsYnVtL2RvY3VtZW50ZW4vMS5wZGY

Declaração conjunta entre a República Popular da China e a República da Sérvia sobre o estabelecimento de uma parceria estratégica, 2009/08/20. http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjb_663304/zzjg_663340/xos_664404/gjlb_664408/3260_664742/3261_664744/t581207.shtml

Declaration on the Guidelines on the Recognition of New States in Eastern Europe and in the Soviet Union (1991). https://www.dipublico.org/100636/declaration-on-the-guidelines-on-the-recognition-of-new-states-in-eastern-europe-and-in-the-soviet-union-16-december-1991/

EAR/B&S Europe, (2007), "Survey on the Extent and Prevention of the Illegal Economy and Money Laundering in Kosovo". Study funded by the *European Agency for Reconstruction*. http://www.eulex-kosovo.eu/training/police/PoliceTraining/ORGANIZED CRIME/DOCUMENTS/2.pdf

Encyclopædia Britannica, *Crimean War*.

European Comission (2007), *Kosovo under UNSCR 1244 – 2017 Progress Report*, https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/sites/near/files/pdf/key_documents/2007/nov/kosovo_progress_reports_en.pdf

European Commission. (2009). *Kosovo under UNSCR 1244/99 2009. Progress Report.* SEC 1340.

European Commission. (2010). *Kosovo 2010. Progress Report.* Brussels: EC

German Intelligence Service (BND). 2005. *Kosovo Intelligence Report 2005.* https://wikileaks.org/wiki/BND%20Kosovo%20intelligence%20report,%2022%20Feb%202005

Global Integrity. (2009). *Global Integrity Scorecard: Kosovo 2009.* Washington DC.

Human Rights Watch (2000), "Civilian Deaths in the NATO Air Campaign", 6 de Fevereiro, http://www.hrw.org/reports/2000/nato/

ICTY (1995), *O Procurador do Tribunal contra Milan Martic, Acusação Inicial*, Caso Nº IT-95-11, 25 de Julho. http://www.un.org/icty/indictment/english/mar-ii950725e.htm

ICTY (1999), *O Procurador do Tribunal contra Slobodan Milosevic et al., Acusação Inicial (pelo Kosovo)*, Caso Nº IT-99-37, 22 de Maio. http://www.un.org/icty/indictment/english/mil-ii990524e.htm

ICTY (2000), *Relatório final ao Procurador, pelo Comité estabelecido para a rever a Campanha de Bombardeamento da OTAN contra a República Federal da Jugoslávia*. http://www.icty.org/en/press/final-report-prosecutor-committee-established-review-nato-bombing-campaign-against-federal

ICTY (2000), *Comunicado de Imprensa de Carla Del Ponte*, FH/P.I.S./550-E, 20 de Dezembro. http://www.icty.org/en/press/statement-press-carla-del-ponte-prosecutor-international-criminal-tribunals-former-yugoslavia

ICTY (2001), *O Procurador do Tribunal contra Slobodan Milosevic, Acusação (para a Bósnia-Herzegovina)*, Caso Nº IT-01-51-I, 22 de Novembro, par. 5-9. http://www.un.org/icty/indictment/english/mil-ii011122e.htm

ICTY (2001), *O Procurador do Tribunal contra Ante Gotovina*, Caso Nº IT-01/45-I, http://www.un.org/icty/indictment/english/got-ii010608e.htm.

ICTY (2002), *Kosovo, Croatia and Bosnia*, Caso nº IT-02-54, 18 de Fevereiro. http://www.un.org/icty/transe54/020218IT.htm.

ICTY (2003), *Regras de Procedimento e Prova, Artigo 96, Provas em Casos de Agressão Sexual*, 17 de dezembro. www.un.org/icty/basic/rpe/IT32_rev19.htm#Rule96

ICTY (2003), *O Procurador do Tribunal contra Naser Oric, Acusação Emendada*, Caso Nº IT-03-68-PT, 16 de Julho. http://www.un.org/icty/indictment/english/ori-ii030328e.htm.

ICTY (2009), *Estatuto atualizado do Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia*, Setembro. http://www.icty.org/x/file/Legal%20Library/Statute/statute_sept09_en.pdf.

Independent International Commission on Kosovo (2000), *Kosovo Report*. Oxford: OUP.

International Crisis Group. (2008). *Kosovo's Fragile Transition.* Europe Report 196. Pristina/Brussels.

International Crisis Group. (2010). *The Rule of Law in Independent Kosovo*. Europe Report 204. Pristina/Brussels.

MNE/RFA (2014), *Acordo para a Solução da Crise na Ucrânia.* http://www.auswaertiges-amt.de/cae/servlet/contentblob/671350/publicationFile/190027/140221-UKR_Erklaerung.pdf

NSDD 133 (1989), *US policy towards Yugoslavia*. 14 de Março.

ONU – Organização das Nações Unidas (1945), *Carta das Nações Unidas*.

ONU – Organização das Nações Unidas (2008), *Carta do Representante Permanente da Federação Russa para as Nações Unidas Dirigida ao Presidente do Conselho de Segurança*, 11 de Agosto. http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Georgia%20S%202008%20545.pdf.

Organization for Security and Cooperation in Europe – OSCE (2009), *Protection and Promotion of the Rights of Communities in Kosovo: Local Level Participation Mechanisms.* Pristina.

Reunião dos Diretores do NSC (1998), *Resumo das Conclusões da Reunião do Comité de Diretores do NSC sobre o Kosovo*, 19 de Junho, desclassificado em parte pelo E.O.13526, Biblioteca do Presidente Clinton (16/04/2014).

Rússia (1999), *Lei Federal Russa sobre a Política do Estado em Relação aos Cidadãos Residentes no Exterior*. http://www.loc.gov/law/help/russian-georgiawar.php#t41

South-East European Cooperation Process (2013), *Charter on Good-Neighborly Relations, Stability, Security and Cooperation in South-Eastern Europe*. https://www.rcc.int/files/user/docs/2013.10.03_CHARTER_SEECD.pdf

Transparency International. (2010), *Global Corruption Barometer 2010.*

Tribunal Internacional de Justiça (1986), *Military and Paramilitary Activities in and against Nicaragua (Nicaragua v. United States of America)*, 27 de Junho. http://www.icj-cij.org/docket/files/70/6503.pdf

UE – União Europeia (2008), *Council Conclusions on Kosovo – 2851st External Relations Council meeting Brussels, 18 February 2008*. Brussels: The Council of the European Union.

UE – União Europeia (2007*), O futuro do Kosovo e o papel da UE. Resolução do Parlamento Europeu, de 29 de Março de 2007, sobre o futuro do Kosovo e o papel da UE*, Jornal Oficial da União Europeia [PT], pp. C 27 E/207-214.

UE – União Europeia (2008), *Council Joint Action on the European Union Rule of Law – Mission in Kosovo, EULEX KOSOVO*. Brussels: The Council of the European Union, 4Feb2008.

Ultimato Austro-Húngaro à Sérvia, 23 de Julho de 1914.
https://wwi.lib.byu.edu/index.php/The_Austro-Hungarian_Ultimatum_to_Serbia_(English_translation)

UN – United Nations (1993), *Resolution 827 (1993)*. Security Council.
http://hrlibrary.umn.edu/peace/docs/scres827.html

UN – United Nations (1998), *Resolution 1160 (1998)*. Security Council.
http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1160(1998)

UN – United Nations (1998), *Resolution 1199 (1998)*. Security Council.
http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1199(1998)

UN – United Nations (1998), *Resolution 1203 (1998)*. Security Council.
https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1203(1998)

UN – United Nations (1999), *Resolution 1244 (1999)*. Security Council.
http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1244(1999)

UN – United Nations (2004), *Kai Eide Report*. Security Council.
https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7b65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7d/kos%20S2004%20932.pdf

UN – United Nations (2007), *Ahtisaari Report*. Security Council.
https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Kosovo%20S2007%20168.pdf

UN – United Nations (2014), *Resolution Adopted by the General Assembly on 27 March*.
http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/68/262

United Nations Office on Drugs and Crime. (2008), *Crime and its Impact on the Balkans.* Vienna: UN.

United Nations Office on Drugs and Crime. (2010), *The Globalization of Crime. A Transnational Organized Crime Threat Assessment.* Vienna: UN

United Nations Secretary-General (1992), An Agenda for Peace. http://www.un-documents.net/a47-277.htm

United Nations Security Council. (2010), *Report of the Secretary-General on the United Nations Interim Administration in Kosovo.* New York: UN.
http://digitallibrary.un.org/record/692732/files/S_2010_562-EN.pdf

BIBLIOGRAFIA

AA. VV. (1976), *The Constitution of the Socialist Federal Republic of Yugoslavia*, Cross-Cultural Communications, New York.

AA. VV. (1989), *Kosovo I Metohija u srpskoj istoriji* (O Kosovo e Metohija na história da Sérvia). Belgrado: Srpska Knjizevna Zadruga.

AA. VV. (1998), *Response to Noel Malcom's Book* – '*Kosovo a Short History*', Macmillan, London, 492. http://www.kosovo.net/nmalk.html

AA. VV. (2018), *Testemunho de Catorze Anos de Forças Nacionais Destacadas no Kosovo,* Fronteira do Caos editores.

Adnkronos international (2007) *Kosovo: Natural resources key to the future, say experts*.

Agência France Presse (1999), "War crimes court opens inquiry into Kosovo massacre". *Agência France Presse*, 17 de Janeiro.

Agência France Press (1999), "KLA units 'specialized in hunting down Serbs'". *Agência France Presse*, 19 de Setembro.

Agência France Press (1999), "UN war crimes tribunal focusing on commanders and leaders Kosovo". *Agência France Presse*, 29 de Setembro.

Agência France Presse (1999) "Tudjman buried Monday". *Agência France Presse*, 13 de Dezembro

Akhavam, Payam e R. Howse (1995), *Yugoslavia, the former and future: Reflections by scholars from the region.* Washington: Brookings Institution.

Albanian Economic Tribune (1999), "Albanian mafia moved into Kosovo on NATO's heels". *Albanian Economic Tribune*, 3 de Setembro.

Allcock, John B. (2000). *Explaining Yugoslavia*. New York: Columbia University Press.

Almeida, Políbio F. A. Valente de (1990). *Do poder do pequeno estado. Enquadramento da Hierarquia das Potências*. Lisboa: Instituto de Relações Internacionais. ISCSP.

Althusser, Louis (1984). *Essays on ideology*. New York: Verso.

Alves, Filipe Dalenogare (2010), "O conceito de soberania: Do estado moderno até à atualidade". Em *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIII, 83, dez. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8786.

Amato, Joseph (1990). *Victims and values: A history and a theory of suffering*. New York: Greenwood Press.

Anderson, Benedict (1991). *Imagined communities: Reflections of the origin and spread of nationalism*. London: Verso.

ANP English News Bulletin (1995), *Karadzic A Pariah, Says War Crimes Tribunal Chief*, 27 de Julho.

Anzulovic, Branimir (1999). *Heavenly Serbia. From myth to genocide*. New York University Press.

Appadurai, Arjun (1999). *Modernity at large*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Armstrong, John (1982). *Nations before nationalism.* Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press.

Arnakis, George (1963), "The role of religion in the development of Balkan nationalism". Em C. Jelavich e B. Jelavich (Eds.), *The Balkans in transition: Essays on the development of Balkan life and politics since the eighteenth century*. Berkeley, CA: University of California Press.

Arnakis, George Georgiades (1969), *The Ottoman Empire and the Balkan States to 1900,* Pemberton Press.

Artaud, Denise (2001), "Wesley K. Clark – Waging Modern War. Bosnia, Kosovo and the Future of Combat". Em: *Politique étrangère*, 2 – 2002 – ano 67, pp. 499-505.

Associated Press (2003), *U.N. prosecutors were investigating former Bosnian president Izetbegovic*, 22 de Outubro

Azar, Edward E. (1983), "The theory of protracted social conflict and the challenge of transforming conflict situations". *Monograph Series in World Affairs*, 20 (M2), 81-99.

Baev, Jordan (2000), "US Intelligence Community Estimates on Yugoslavia". *National Security and the Future.*

Bahador, Banak (2007) *The CNN Effect in Action: How the News Media Pushed West toward War in Kosovo*. Palgrave Macmillan US.

Banac, Ivo (2002), "Foreword". Em S. Ramet, *Balkan babel: The disintegration of Yugoslavia from the death of Tito to the fall of Milosevic*. Boulder, CO: Westview Press.

Barata, Óscar Soares (1991), *Introdução às Ciências Sociais*, vol. II, Bertrand Editora, Venda-Nova.

Barth, Fredrik (1969). *Ethnic groups and boundaries.* Boston: Little, Brown.

Bartl, Peter (2001). *Albanci: Od srednjeg veka do danas* (Os Albaneses: Da Idade Média até ao Presente), Belgrado: Clio. (Obra original, *Albanien: Vom Mittelalter bis zur Gegenwart*, 1995).

Batakovic, Dušan T. (1992). *Kosovo I Metohija u srpsko-arbanaskim odnosima* (O Kosovo e Metohija nas relações Sérvio-Albanesas). Gornji Milanovac-Pristina: Decje Novine-Jedinstvo

Batakovic, Dušan T. (1992). *The Kosovo chronicles.* Belgrade: Plato

Batakovic, Dušan T. (1993). *La spirale de la haine*. Lausanne: L'Age d'Homme

Batakovic, Dušan T. (1998). *Kosovo I Metohija: Istorija I ideologija* (Kosovo e Metohija: História e ideologia). Beograd: Biblioteka Svecanik Hriscanska Misao.

Batakovic, Dušan T. (1998), *Kosovo-Metohija: The Serbo-Albanian Conflict*, Belgrado*:* Instituto de Estudos Balcânicos.

BBC News (2014), *Ukraine crisis: Transcript of leaked Nuland-Pyatt call*, 7 de Fevereiro. https://www.bbc.com/news/world-europe-26079957

BBC News (2014), *Ukrainian president and opposition sign early poll deal*, 21 de Fevereiro. http://www.bbc.com/news/world-europe-26289318

BBC News (2014), *Ukrainian MPs vote to oust President Yanukovych*. 22 de Fevereiro. http://www.bbc.com/news/world-europe-26304842

BBC News (2014), *Ukraine Crisis: US Military needed, says McCain*, 23 de Março. http://www.bbc.com/news/uk- politics-26705212

BBC News (2014), *Governo diz que 95% dos eleitores votam por anexação da Crimeia à Rússia*, 16 de Março. https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/03/140315_referendo_resultado_parcial_lk.shtml

BBC, Newsnight (1999), *NATO's Inner Kosovo Conflict*, 20 de Agosto.

Bekaj, Armend R. (2010), *The KLA and the Kosovo War. From Intra-State Conflict to Independent Country.* Berlin: Berghof Conflict Research

Beljo, Ante (1993). *Historical maps of Croatia from the Penguin Atlas of World History*. Zagreb: Hrvatski Informativni Centar.

Benjamin, Walter (1973). *Illuminations.* London: Fontana.

Bercovitch, Jacob e Allison Houston (2000), "Why do they do it like this? An analysis of the factors influencing mediation behavior in international conflicts". *The Journal of Conflict Resolution*, 44 (2).

Berisha, Ibrahim (1993). *Serbian colonization and ethnic cleansing of Kosova: Documents and evidence.* Pristina.

Bessa, António Marques (1996), "Para uma Geopolítica do Conflito na Europa do Nosso Tempo", *Conjuntura Internacional*, ISCSP-UTL, Lisboa.

BIA, Security Information Agency (2003), *Albanian Terrorism and Organized Crime in Kosovo and Metohija,* Setembro. http://www.kosovo.net/albterrorism.html

Biden, Joe R. (2005), *Opening Statement, Hearing on Kosovo: A Way Forward*

Bieber, Florian (2002), "Nationalist mobilization and stories of Serb suffering: The Kosovo myth from 600th anniversary to the present". Em *Rethinking History*, vol. 6 (1), 95-110.

Binder, David (2000), "Why the Balkans?", *Blaetter fuer deutsche und internationale Politik*, Maio.

Bird, Chris (1999), "Old Serbs become terror target". *The Guardian*, 23 de Agosto.

Black, Christopher (1999), *An Impartial Tribunal? Really?*, 21 de Novembro. http://emperors-clothes.com/analysis/Impartial.htm.

Blanc, André (1971), *Géografie des Balkans*, Presses Universitaires de France, Paris.

Blumi, Isa (2002), "The role of education in the formation of Albanian identity and its myths". Em S. Schwadner-Sievers, & B.J. Fischer (Eds.), *Albanian identities: Myth and history.* London: Hurst & Company.

Bodnar, John (1992), *Remaking America: Public memory, commemoration, and patriotism in the twentieth century.* Princeton, New Jersey: Princeton University Press.

Bogdanovic, Dimitrije (1985), *Knjiga o Kosovu* (Livro sobre o Kosovo). Belgrado: Srpska Akademija Nauka I Umetnosti.

Boose, Lynda E. (2002), "Crossing the river Drina: Bosnian rape camps, Turkish impalement, and Serb cultural memory", *Signs*, 28, 1.

Bougarel, Xavier (1999), "Yugoslav Wars: 'The Revenge of the Countryside' between Sociological Reality and Nationalist Myth", *East European Quarterly*, Vol 33, 2.

Bourdet, Claude (1972), *Um Laboratório Socialista, A Jugoslávia de Tito*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.

Bourdieu, Pierre (1977), *Outline of a theory of practice*. Cambridge: Polity Press.

Boutros-Ghali, B. (1992), *An agenda for peace.* New York: UN.

Boyle, Michael (2010), "Revenge and Reprisal Violence in Kosovo". *Conflict, Security and Development*, 10:2.

Brailsford, Henry N. (1906), *Macedonia: Its races and their future*. London: Methuen & Co.

Branco, Carlos (2016), *A Guerra nos Balcãs – Jihadismo, Geopolítica e Desinformação; Vivências de um Oficial do Exército Português ao serviço da ONU*. Edições Colibri, Lisboa

Bringa, Tone (1995), *Being Muslim the Bosnian way*, Princeton, NJ: Princeton University Press.

Broek, Marjolein van den (2010), *A struggle for independence in Kosovo – The role of the international community in determining the region's future*, Bachelor Thesis, Nijmegan School of Management.

Browne, Stephen H. (1995), "Reading, rhetoric and the texture of public memory". *Quarterly Journal of Speech*, 81, 2.

Brownlie, Professor Ian, CBE, QC (2000), *Memorando apresentado ao Comité de Relações Exteriores da Câmara dos Comuns Britânica., 23 de Maio*. https://publications.parliament.uk/pa/cm199900/cmselect/cmfaff/28/28ap03.htm.

Bruner, M. Lane (2002). *Strategies of Remembrance: The Rhetorical Dimensions of National Identity Construction.* Columbia, South Carolina: University of South Carolina Press.

Bunce, Valerie (1999), "Peaceful versus Violent State Dismemberment: A comparison of the Soviet Union, Yugoslavia, and Czechoslovakia", *Politics & Society*, vol.27, 2, Sage, London, Junho.

Burke, Kenneth (1969). *A rhetoric of motives*. Berkley, CA: University of California Press.

Burke, Peter (2005), *History and Social Theory*, Polity Press, Cambridge, UK.

Caetano, Marcello (1973), *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, 2 tomos, Coimbra, Coimbra Editora.

Calafell, Bernadette M. e Fernando P. Delgado (2004), "Reading Latina/o images: Interrogating Americanos", *Critical Studies in Media Communication*, Vol. 21, 1, Março, pp. 1-21.

Caplan, Richard (1998), "International diplomacy and the crisis in Kosovo", *International Affairs*, vol.74, 4, The Royal Institute of International Affairs, London, Outubro, pp. 745-761.

Cardoso, Mário (2008), "Este país não é para sérvios", *Revista Visão*, 21 de Fevereiro, pp. 68-71. Lisboa: Edimpresa.

Carol, Anne, J. Carrigues e M. Ivernel (1999). *Resumo de história do século XX*. Lisboa: Plátano Edições Técnicas.

Carreira, Alexandra (2008), "Contagem decrescente", *Revista Visão,* 7 de Fevereiro, pp. 76-78. Lisboa: Edimpresa.

Carver, Robert (1998), *The Accursed Mountains: Journeys in Albania*. London: John Murray.

Castle, Stephen (2003), "Bosnian Leader Was Suspected of War Crimes", *The Independent*, London, 23 de Outubro.

Čavoski, Kosta (1989), "Komunisticka partija Jugoslavije I kosovsko pitanje" (O Partido Comunista Jugoslavo e a questão do Kosovo). Em R. Samardzic, S.M. Cirkovic, O. Zirojevic, R. Trickovic, D.T. Batakovic, V. Djuretic, K. Cavoski, e A. Jevtic (Eds.), *Kosovo I Metohija u srpskoj istoriji* (O Kosovo e Metohija na história da Sérvia). Belgrado: Srpska Knjizevna Zadruga.

Čavoski, Kosta (1989), "Uspostavljanje I potonji razvoj kosovske autonomije" (A criação e o subsequente desenvolvimento da autonomia do Kosovo). Em R. Samardzic, S.M. Cirkovic, O. Zirojevic, R. Trickovic, D.T. Batakovic, V. Djuretic, K. Cavoski, e A. Jevtic (Eds.), *Kosovo I Metohija u srpskoj istoriji* (O Kosovo e Metohija na história da Sérvia). Belgrado: Srpska Knjizevna Zadruga.

Čavoski, Kosta (1989), *Kosovo I Metohija u srpskoj istoriji* (O Kosovo e Metohija na história da Sérvia). Belgrado: Srpska Knjizevna Zadruga.

Chomsky, Noam (2000), *The New Military Humanism: Lessons from Kosovo*, Pluto Press.

Chomsky, Noam (2000a), *A new generation draws the line: Kosovo, East Timor and the standards of the West.* New York: Verso.

Clark, E. Culpepper e Raymie E. McKerrow (1998), "The rhetorical construction of history". Em K. J. Turner (Ed.), *Doing rhetorical history: Concepts and cases*. Tuscaloosa: University of Alabama Press.

Clark, Victoria (2000), *Why angels fall: A journey through Orthodox Europe from Byzantium to Kosovo*. New York: St. Martin's Press.

Clermont, C. (1999), "How not to solve a conflict: The Kosovo question". *Online Journal of Peace and Conflict Resolution, 2* (4).

Cline, L. E. (2004). "The leaky bucket: Ethnic Albanian cross-border operations in the Balkans". Em J.S. Morton, R.C. Nation, P. Forage, e S. Bianchini (Eds.), *Reflections on the Balkan wars: Ten years after the break up of Yugoslavia*. New York: Palgrave Macmillan.

Cohen, Leonard J. (1989). *The socialist pyramid, elite and power in Yugoslavia.* Oakville, Ontario: Mosaic Press.

Cohen, Leonard J. (2000), "Kosovo: Nobody's country". *Current History, 99* (635), March.

Cohen, Roger e Marlise Simons (2001), "At Arraignment, Milosevic Scorns His UN Accusers", *New York Times*, 4 de Julho.

ÇOHU (2008), "Extending Control with the Aim of Concealing Corruption: Thaçi Government in its second 100 days". *ÇOHU (Organization for Democracy, Anticorruption and Dignity),* www.cohu.org/raporte/Government Thaci 200 Days.doc

Connor, Walker (1993), "Beyond reason: The Nature of the ethnonational bond". *Ethnic and Racial Studies, 16* (3), pp. 373-389.

Connor, Walker (1994), *Ethnonationalism: The quest for understanding.* Princeton, NJ: Princeton University Press.

Conway, Brian (2003), "Active remembering, selective forgetting, and collective identity: The case of Bloody Sunday", *Identity: An International Journal of Theory and Research*, 3, 4, pp. 305-323.

Correia, Pedro de Pezarat (2004). *Manual de Geopolítica e Geoestratégia, vol. II – Análise Geoestratégica de um Mundo em Conflito*. Coimbra: Quarteto Editora.

Costa, Agostinho Dias da (2002), *Os Sérvios e a estabilidade dos Balcãs* (dissertação de Mestrado em Relações Internacionais), Universidade Lusíada, Lisboa.

Costa, Nicholas J. (1995), *Albania: A European enigma.* Boulder, CO: Eastern European Monographs.

Coutinho, Clara Pereira (2014), *Metodologias de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*, Livraria Almedina, Lisboa, 2ª Edição.

Crossette, Barbara (2000), "U.N. warns that trafficking in human beings is growing". *New York Times*, June 25.

Dane, L.F. (1997), "Ethnic identity and conflict transformation". *Peace Review, 9* (4).

Deichmann, Thomas (2000), "From 'Never again War' to 'Never again Auschwitz': Dilemmas of German Media Policy in the War against Yugoslavia". Em P. Hammond e S. H. Edward (Eds.), *Degraded Capability: The Media and the Kosovo Crisis*. London & Sterling: Pluto Press.

Demekas, Dmitri, Johannes Herderschee e Davina Jacobs (2002). *Kosovo: Institutions and Policies for Reconstruction and Growth.* Washington DC: International Monetary Fund.

Denitch, Bogdan (1994), "Dismembering Yugoslavia: Nationalist ideologies and the symbolic revival of genocide". *American Ethnologist, 21,* 367-390.

Der Spiegel (1996), "Grosser Bruder", *Der Spiegel*, 42/96, 14 de outubro.

Dérens, Jean-Arnault (2008), "Efeito Dominó da Eventual Independência do Kosovo – A Caixa de Pandora das Fronteiras Balcânicas". *Le Monde Diplomatique*, Janeiro, pp. 12-13.

Derks, Maria e Megan Price (2011), *The EU and Rule of Law in Kosovo.* The Hague: Clingendael Conflict Research Unit.

Deutsch, Karl W. e William J. Foltz (1966), *Nation-building*. New York: Atherton Press.

Deva, Mensur (2011), "The Legal and Political Foundations of Kosovo's Independence". *CUNY Academic Works.*

De Vos, George (1975), "Ethnic Pluralism: Conflict and Accommodation", Em *Ethnic Identity: Cultural Continuities and Change*, ed. George De Vos and Lola Romanucci-Ross, Mayfield.

Dickson, Tiphaine (2003), "Protesting Wesley Clark: As Saddam Faces War Crimes Trial, Milosevic's Kangaroo Court Hops to US Orders", *Counterpunch*, 1-15 de Dezembro.

Dijkink, Gertjan (1996), *National Identity and geopolitical visions: maps of pride and pain*, Routledge, Londres.

Di Lellio, Anna e Stephanie Schwandner-Sievers (2006), "The Legendary Commander: the construction of an Albanian master narrative in post-war Kosovo", *Nations and Nationalism*, Vol. 12, (3), pp. 513–529.

Djuretic, Veselin (1989). "Kosovo I Metohija u Jugoslaviji" (O Kosovo e Metohija na Jugoslávia). Em R. Samardzic, S.M. Cirkovic, O. Zirojevic, R. Trickovic, D.T. Batakovic, V. Djuretic, K. Cavoski, e A. Jevtic (Eds.), *Kosovo I Metohija u srpskoj istoriji* (O Kosovo e Metohija na história da Sérvia). Belgrado: Srpska Knjizevna Zadruga.

Djuretic, Veselin (1992). *Razaranje srpstva u XX veku: Ideoloska upotreba istorije* (A destruição da Serbianidade no século XX: O uso ideológico da história). Belgrado: Srpska Akademija Nauka I Umetnosti, Balkanoloski Institut.

Dragnich, Alex N. (1993), *Sérvios e Croatas*, Bertrand Editora, Venda Nova.

Dragnich, Alex N. e Slavko Todorovich (1984), *The Saga of Kosovo*. New York: Columbia University Press.

Draitser, Eric (2014), "Genocídio em Odessa: a Ucrânia que a mídia ocidental não mostra", Global Research, Washington, *Pragmatismo Político*, Brasil: https://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/05/genocidio-em-odessa-ucrania-que-midia-ocidental-nao-mostra.html

Duijzings, Ger (2000). *Religion and the politics of identity in Kosovo.* London: Hurst & Company.

Duijzings, Ger (2002), "Religion and the politics of 'Albanianism': Naim Frasheri's Bektashi Writings". Em S. Schwadner-Sievers e B.J. Fischer (Eds.), *Albanian identities: Myth and history.* London: Hurst & Company.

Durham, Mary E. (1928), *Some tribal origins, laws and customs of the Balkans.* London: George Allen & Unwin.

Duroselle, Jean-Baptiste (2000), *L'Europe – Histoire de ses Peuples*, Hachette, Paris;

Dziedzic, Michael, Laura Rozen e Phil Williams (2002), *Lawless Rule versus Rule of Law in the Balkans.* United States Institute of Peace special report 97. Washington DC

Eilders, Christiane e Albrecht Luter (2000), "Germany at war: Competing framing strategies in German public discourse". *European Journal of Communication*, 15, 3: pp. 415-430.

Ellis, Donald G. (2005), "Intercultural communication in intractable ethno-political conflict". Em *Taking stock in intercultural communication: Where to now?,* William J. Starosta e G. M. Chen (Eds.), International and intercultural communication annual, vol. XXVIII.

Emerson, Michael e Jan Wouters (2011), *Time for Justice in Kosovo.* Centre for European Policy Studies. Brussels. Disponível em: www.ceps.eu/system/files/book/2011/01/ME%20on%20Kosovo.pdf

Emmert, Tomas A. (1981), "Kosovo: Development and impact of a national ethic". Em I. Banac, J. G. Ackerman, e R. Szporluk (Eds.), *Nation and ideology: Essays in honor of Wayne S. Vucinich.* Boulder, CO: East European Monographs.

Emmert, Thomas A. (1991), *Serbian Golgotha: Kosovo 1389.* New York: New York University Press.

Emmert, Thomas A. (1991), "The Kosovo Legacy". Em *Serbian Studies*, vol. 5 (2).

Erlanger, Steven (1999), "Serbs driven from Kosovo live bitterly in exile". *The New York Times*, 2 de Setembro.

Esbenshade, R.S. (1995), "Remembering to forget: Memory, history, national identity in postwar East-Central Europe", *Representations*, 49.

EurActiv (2008), "EU nations remain divided over Kosovo". *EurActiv, UK Public Limited Company*. London. http://www.euractiv.com/en/enlargement/eu-nations-remain-divided-kosovo/article-170383

Fawn, Rick e Oliver P. Richmond (2009), "De Facto States in the Balkans: Shared Governance versus Ethnic Sovereignty in Republica Srpska and Kosovo". *Journal of lntervention and Statebuilding* 3:2, pp. 205-238

FDCH Political Transcripts (1999), *Madeleine Albright Holds Media Availability with Canadian Minister of Foreign Affairs Axworthy*, 27 de Maio.

Feldman, Lily Gardner (2012), *Germany's Foreign Policy of Reconciliation: From Enmity to Amity*, Lanham, Md.: Rowan & Littlefield.

Ferrajoli, Luigi (2003), *A soberania no mundo moderno.* São Paulo: Martins Fontes.

Finn, Peter (2000), "A new torture visits Kosovo: imported sex slaves". *Washington Post*, 30 de Abril.

Finney, Patrick (2002), "On memory, identity and war". *Rethinking history, 6* (1), 1-13.

Fischer, Bernd J. (1999), *Albania at war, 1939-1945.* London: Hurst & Company.

Fisk, Robert (1999), "Serbs murdered by the hundreds since 'liberation'". *Independent*, 24 de Novembro.

Fonsêca, Victor A. Feijó (2011), "Soberania: o fim de uma premissa", *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 16, 2752, 13 de Janeiro. https://jus.com.br/artigos/18265.

Foreign Policy Club (2010), "The Strategy without a Strategy". *Periskopi*, Maio.

Foucault, Michel (1980), *Power/Knowledge.* New York: Pantheon.

Frashëri, Kristo (1964), *The history of Albania: A brief survey.* Tirana: Naim Frashëri Publishing House.

Frashëri, Sami (1899), *Shqipëria, ç'ka qenë, ç'është, e ç'do tëbëhet* (Albânia – O que foi, o que é, e o que será). Tirana: Kristo Luarasi, 1924 (1ª publicação em 1899).

Freedom House (2010), *Nations in Transit 2010: Kosovo.* Washington DC.

Friedman, George (2008), "Kosovar Independence and the Russian Reaction". *Stratfor*. 20 de Fevereiro.

Friesendorf, Cornelius (2008), "Kosovo's Controversial Independence", *CSS Analyses in Security Policy*, Vol. 3, 29.

Fukuyama, Francis (2006), *A Construção de Estados - Governação e Ordem Mundial no Século XXI.* 1ª edição, Gradiva, Lisboa.

Gallagher, Victoria J. (1995), "Remembering together: Rhetorical integration and the case of Martin Luther King, Jr. memorial", *The Southern Communication Journal*, 60, pp. 109-119.

Ganguly, Keya (1992), "Migrant identities: Personal memories and the construction of selfhood". *Cultural Studies, 6,* 27-50.

Gardner, Hall (1994), *Surviving the Millennium: American Global Strategy, the Collapse of the Soviet Empire, and the Question of Peace*. Praeger, Westport.

Gee, James P. (1996), "Meaning: choosing, guessing and cultural models". Em *Social linguistics and literacies,* (2nd ed.), James P. Gee (ed.), London: Taylor & Francis.

Gellman, Barton (1999), "The Path to Crisis: How the United States and Its Allies Went to War", *Washington Post,* 18 de Abril

Gellner, Ernest (1964), *Thought and change.* London: Weidenfield & Nicolson.

Gellner, Ernest (1983), *Nations and nationalism.* Oxford: Blackwell.

Gerolymatos, Andre (2002), *The Balkan wars: Conquest, revolution, and retribution from the Ottoman era to the twentieth century and beyond.* New York: Basic Books, Perseus Books Group.

Ghani, Ashraf e Clare Lockhart (2008), *Fixing Failed States.* Oxford: Oxford University Press

Gillard, Steve (2001), "Winning the peace: Youth, identity and peacebuilding in Bosnia and Herzegovina". *International Peacekeeping, 8* (1), 77–98.

Girão, António (1997), *A Questão das Nacionalidades nos Nacionalismos e nas Minorias Nacionais na Ex-Jugoslávia*, Universidade Moderna, Lisboa.

Glenny, Misha (1993), *The Rebirth Of History: Eastern Europe in the Age of Democracy*, 2nd Edition, University of California, Penguin.

Glenny, Misha (1996), *The Fall of Yugoslavia: The Third Balkan War* (3ª edição) London: Penguin.

Glenny, Misha (1999), *The Balkans: Nationalism, war and the Great Powers 1804-1999*. New York: Viking

Glenny, Misha (2008), *McMafia.* London: Bodley Head

Goati, V. (1997), "The impact of parliamentary democracy on ethnic relations in Yugoslavia, 1989-1995". Em D. Janjic (Ed.), *Ethnic conflict management: The case of Yugoslavia.* Ravenna: Longo Editore.

Goertz, Gary e Paul F. Diehl (1993), "Enduring rivalries: Theoretical constructs and empirical patterns". *International Studies Quarterly, 37,* 147-171.

Goetz, John e Tom Walker (2000), "Serbian ethnic cleansing scare was a fake, says general", *The Sunday Times*, 2 de Abril.

Goldstone, Richard J. (2000), *For Humanity: Reflections of a War Crimes Investigator*, New Haven: Yale University Press.

Golsworthy, Vesna (1998), *Inventing Ruritania: The imperialism of the imagination.* New Haven, CT: Yale University Press.

Golubic, Dean, M. A. Crim, Zlatko Golubic, Alen Simec e M. A. Work safety (2008), *Independence of Kosovo*. https://bib.irb.hr/datoteka/473708.KOSOVO_INDEPENDENCE.pdf

Golubovic, Zagorka (1988), *Kriza identiteta savremenog jugoslovenskog drustva* (Crise de identidade na sociedade jugoslava contemporânea). Belgrado: Filip Visnjic.

Gong, Gerrit W. (2001), "The beginning of history: Remembering and forgetting as strategic issues". *The Washington Quarterly*, 24 (2), 45-57.

Goodrich, Lawrence J. (1993), "The Rise of Nationalism and the Fall of Yugoslavia", *The Christian Science Monitor*, 13 de Outubro.

Goodwin, Jason (1998), *Lords of the Horizons: A History of the Ottoman Empire*. New York: Henry Holt.

Gowan, Peter (1999), *The twisted road to Kosovo.* Oxford: Labour Focus on Eastern Europe.

Gray, Andrew (1999), "Serbs live in fear in Kosovo's kidnap capital". *Reuters*, 15 de Setembro.

Gray, Colin S. (2006), *Strategy and History. Essays on theory and practice*. Oxon (EUA): Routledge.

Gray, Colin S. (2006), *Another Bloody Century. Future warfare*. London: Orion Books.

Greenspan, Edward L. (2002), "This is a lynching", *National Post*, 13 de Março.

Gronbeck, Bruce E. (1998), *The Rhetorics of the Past: History, Argument, and Collective Memory*, The University of Iowa

Grujić, Petar V. (2014), *Kosovo Knot*, RoseDog Books, Pittsburgh, Pennsylvania, 15222.

Grundmann, Reiner, Dennis Smith e Sue Wright (2000), "National elites and transnational discourses in the Balkan War". *European Journal of Communication*, 15, (3): pp. 299-320.

Guéhenno, Jean-Marie (1994), *O fim da democracia*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Hackett, R.A. e Y. Zhao. (1994), "Challenging a master narrative: peace protest and opinion/editorial discourse in the US press during the Gulf War", *Discourse & Society*, 5, (4).

Halbwachs, Maurice (1980), *The Collective Memory*. New York: Harper and Row.

Hall, Derek R. (1994), *Albania and the Albanians.* New York: Verso.

Hall, Stuart (1993), "Cultural identity in question". Em S. Hall, D. Held, e T. McGrew (Eds.), *Modernity and its future*. Cambridge: Polity.

Hall, Stuart (1996), "Introduction: Who needs identity?". Em S. Hall, e P. DuGay (Eds), *Questions of cultural identity*. Thousand Oaks: Sage.

Hammer, M. R. (2001), "Conflict negotiation under crisis conditions". Em W.F. Eadie e P.E. Nelson, (Eds.), *The language of conflict and resolution.* Thousand Oaks: Sage.

Hammond, Nicholas (1992), "The relations of Illyrian Albania with the Greeks and the Romans". Em T. Winnifrith (Ed.), *Perspective on Albania.* London: Macmillan.

Hammond, Phil (2000), "Third Way War: New Labour, the British Media, and Kosovo". Em P. Hammond e E. S. Herman (Eds.), *Degraded Capability: The Media and the Kosovo Crisis*. London & Sterling: Pluto Press.

Hammond, Phil e D. Peterson (2000), "CNN: Selling NATO's War Globally". Em P. Hammond e E. S. Herman (Eds.), *Degraded Capability: The Media and the Kosovo Crisis*. London & Sterling: Pluto Press.

Hammond, Phil, L. Nizamova e I. Savelieva (2000), "Consensus and Conflict in the Russian Press". Em P. Hammond e E. S. Herman (Eds.), *Degraded Capability: The Media and the Kosovo Crisis*. London & Sterling: Pluto Press.

Hampson, Fen Osler (1996), *Nurturing peace: Why peace settlements succeed or fail*. Washington, D.C.: United States Institute for Peace Press.

Harding, Anthony (1992), "The prehistoric background of Illyrian Albania". Em T. Winnifrith (Ed.), *Perspective on Albania.* London: Macmillan.

Hartmann, Florence (1999), *Milosevic, la diagonale du fou*. Denoël, Paris.

Hasian Jr, Marouf e R.E. Frank (1999), "Rhetoric, history, and collective memory: Decoding the Goldhagen debates". *Western Journal of Communication*, 63 (1), 95-115

Hasluck, Margaret (1954), *The unwritten law in Albania.* Cambridge: Cambridge University Press.

Hauser, Gerard A. (1999), *Vernacular voices: The rhetoric of publics and public spheres.* Columbia, South Carolina: University of South Carolina Press.

Hayden, Robert M. (1999), "Biased 'Justice': Humanrightsism and the International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia," *Cleveland State Law Review*. https://engagedscholarship.csuohio.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1499&context=clevstlrev

Hayden, Robert M. (2004), *Biased 'Justice': Illegal Wars, Collateral Damage and Crimes Against Humanity*, London: Pluto, Junho

Hehir, Aidan (2009), "Introduction: Intervention and Statebuilding in Kosovo". *Journal of Intervention and Statebuilding* 3:2, pp. 135-142

Herman, Edward S. e David Peterson (2004), "The New York Times on the Yugoslavia Tribunal: A Study in Total Propaganda Service". *Cold Type*, 1-42.

Hermann, Charles, H. K. Jacobson e Anne Mofat (1999), *Violent conflict in the 21st century: Causes, instruments and mitigation*. Chicago: American Academy of Arts and Sciences.

Herring, G. C. (2000), "Analogies at war: the United States, the conflict in Kosovo, and the uses of history". Em A. Schnabel e R. Thakur (Eds.), *Kosovo and the challenge of humanitarian intervention*. Tokyo: United Nations University Press.

Hobsbawm, Eric (1990), *Nations and nationalism since 1780.* Cambridge: Cambridge University Press.

Hobsbawm, Eric e Terence Ranger (1983), *The invention of tradition.* Cambridge: Cambridge University Press.

Hockenos, Paul (2003), *Homeland Calling: Exile Patriotism & the Balkan Wars*, Cornell University Press.

Hooper, James (1999), "Kosovo: America's Balkan Problem", *Current History*, vol. 98, 637, Current History, Inc., EUA.

Horowitz, Donald L. (2004), "The primordialists". Em AA. VV., *Ethnonationalism in the Contemporary World: Walker Connor and the study of nationalism*, editado por Daniele Conversi, Routledge, London e New York.

Horowitz, Shale (2003), "War After Communism: Effects on Political and Economic Reform in the Former Soviet Union and Yugoslavia", *Journal of Peace Research*, vol. 40, 1, Sage, London.

Hughes, M. L. (2000), "'Through no fault of their own': West Germans remember their war losses". *German History, 18* (2).

Ignatieff, Michael (2000), *Virtual war: Kosovo and beyond*. New York: Metropolitan Books.

IKS/Kosovo Stability Initiative (2010), *Untying the Knot. The Political Economy of Corruption and Accountability in Kosovo.* Pristina

Ilic, Jovan (1995), "The Balkan Geopolitical Knot and the Serbian Question". Em *Serbian Question in the Balkans*, Faculdade de Geografia – Universidade de Belgrado, Belgrado.

Israel, Jared (2004), "Why French troops stood by as Albanians burned a Serbian village to the ground". *Emperor's Clothes.* Publicado em 21 de Março, em http://emperors-clothes.com/news/french.htm

Issues (2000), "Geoge W. Bush on Kosovo", *Every Presidential Candidate's View on Every Issue*. http://www.ontheissues.org/George_W__Bush_Kosovo.htm

Izetbegovic, Alija (1970), *The Islamic Declaration*. http://www.slobodanpraljak.com/english/The_Islamic_Declaration.pdf

Janjic, Dušan (1997), "Ethnic conflicts and the breakup of former Yugoslavia". Em D. Janjic (Ed.), *Ethnic conflict management: The case of Yugoslavia.* Ravenna: Longo Editore.

Janjic, Dušan (1997b), "The management of ethnic conflict and the crisis of national identity". Em D. Janjic (Ed.), *Ethnic conflict management: The case of Yugoslavia.* Ravenna: Longo Editore.

Janjic, S. Rev. (2001), "Foreword". Em *Crucified Kosovo: Desecrated and destroyed Orthodox Serbian churches and monasteries in Kosovo and Metohija (June 1999-May 2001).* Prizren – Gracanica: Diocese da Igreja Ortodoxa Sérvia de Raska e Prizren.

Jansen, Stef (1998), "Homeless at home: Narrations of post-Yugoslav identities". Em A. Dawson, e N. Rapport (Eds.), *Migrants of identity: Perceptions of home in a world of movement*. Oxford: Berg.

Jansen, Stef (2000), "Victims, underdogs and rebels: Discursive practices of resistance in Serbian protest". *Critique of Anthropology, 20* (4), 393–419.

Jansen, Stef (2002), "The violence of memories: Local narratives of the past after ethnic cleansing in Croatia". *Rethinking History, 6* (1), 77-94.

Jelavich, Charles e Barbara Jelavich (1965), *The Balkans*. Englewood Cliffs, NJ: Prenctice-Hall, Inc.

Jevtic, Atanasije e Z. Stojkovic (1987), *Zaduzbine Kosova* (A herança do Kosovo). Beograd-Prizren.

Jevtic, Atanasije (1989), "Hronika stradanja Srba na Kosovu I u Metohiji (1941-1989)" [Crónica do sofrimento Sérvio no Kosovo e Metohija (1941-1989)]. Em R. Samardzic, S. M. Cirkovic, O.

Zirojevic, R. Trickovic, D.T. Batakovic, V. Djuretic, K. Cavoski, e A. Jevtic (Eds.), *Kosovo I Metohija u srpskoj istoriji* (Kosovo e Metohija na história da Sérvia). Belgrado: Srpska Knjizevna Zadruga.

Johnson, Ian (2002), "The Judge as Prosecutor: Two Days at the 'Trial' of Slobodan Milosevic", 19 de Junho. http://www.icdsm.org/more/days-i.htm

Johnson, William T. (1995), *Deciphering the Balkan Enigma: Using History to Inform Policy*, U.S. Army College Report – Strategic Studies Institute.

Johnstone, Diana (2000), "French Media and the Kosovo War". Em S. H. Edward e P. Hammond (Eds.), *Degraded Capability: The Media and the Kosovo Crisis*. London & Sterling: Pluto Press.

Johnstone, Diana (2004), *The Lie of a 'Good War'.* Counterpunch, 24 de Junho.

Johnstone, Diana (2006), *Cruzada de cegos: Jugoslávia, a primeira guerra da globalização*, Editorial Caminho, Lisboa.

Jornal do Brasil (2017), *Por quais motivos a União Europeia pode reconhecer a independência da Catalunha*, 16 de Setembro. http://www.jb.com.br/internacional/noticias/2017/09/16/por-quais-motivos-a-uniao-europeia-pode-reconhecer-a-independencia-da-catalunha/

Jovanović, Miodrag (2011), "Is Kosovo and Metohija Indeed a 'Unique Case'?". Em James Summers (ed.), *Kosovo: A Precedent? The Declaration of Independence, the Advisory Opinion and Implications for Statehood, Self-Determination and Minority Rights*, Martinus Nijhoff Publishers, Leiden, Boston, pp. 345-374.

Judah, Tim (1997), *The Serbs. History, myth and the destruction of Yugoslavia*. London: Yale University Press.

Judah, Tim (2000), *Kosovo. War and revenge*. London: Yale University Press.

Judah, Tim (2008), *Kosovo: What Everyone Needs to Know.* Oxford: Oxford University Press

Kadare, Ismail (1998), *Kombi shqiptar në prag të mijëvjeçarit te tretë* (A nação albanesa na véspera do terceiro milénio). Tirana: Onufri.

Kaleši, Hasan (1973), "Kosovo pod turskom vlascu" (O Kosovo sob governo Turco). Em M. Maletic (ed.), *Kosovo nekad I sad (Kosova dikur e sot)* (O Kosovo então e agora). Belgrado: Plato.

Kann, Robert A. (1974), *A History of the Habsburg Empire, 1526-1918*. Berkley: University of California Press.

Kaplan, Robert D. (1993), *Balkan ghosts: A journey through history.* New York: St. Martin's Press.

Karabeg, Omer (2000). *Dijalog na buretu baruta: Srpsko-Albanski dijalog 1994-2000*. (Diálogo num barril de pólvora: O diálogo Sérvio-Albanês 1994-2000). Belgrado: Medija Centar.

Kaser, Karl e Joel Halpern (1998), "Historical myth and the invention of political folklore in contemporary Serbia". *The Anthropology of Eastern Europe Review, 16.*

Ke, Jing (2013), *The four others in I. Kadare's works: a study of the Albanian national identity*. Tese apresentada para obtenção do grau de Doutor em Filosofia na Universidade de Louisville

Keenan, George (1948), *Review of Current Trends, U.S. Foreign Policy.* TOP SECRET Report by the Policy Planning Staff, Foreign Relations, Volume I, 24 de Fevereiro, pp. 524-525.

Kellet, Peter M. e Diana G. Dalton (2001), *Managing conflict in a negotiated world.* Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Kelman, Herbert C. (1999) "The interdependence of Israeli and Palestinian national identities: The role of the Other in existential conflicts." *Journal of Social Issues*, 55, 3.

Keohane, Robert Owen e Joseph S. Nye (1977), *Power and interdependence: world politics in transition*, Michigan University.

Kindersley, Anne (1977). *The mountains of Serbia: Travels through inland Yugoslavia.* Newton Abbot.

King, Iain e Whit Mason (2006), *Peace at any Price: How the world failed Kosovo.* New York: Cornell University Press

KIPRED (2009), *Decentralization in Kosovo I: Municipal Elections and the Serb participation.* Kosovar Institute for Policy Research and Development (KIPRED) Policy Brief 15. Pristina.

KIPRED (2009), *Decentralization in Kosovo II: Challenges of Serb Majority Municipalities.* Kosovar Institute for Policy Research and Development (KIPRED) Policy Brief 16. Pristina.

Klimov, Blagoy (2003), "Geopolitics vs. Globalization in the Balkans: The New Rivalries in the Energy and Transport Sectors". *MPRA (Munich Personal RePEc Archive)*. Paper 4112. https://mpra.ub.uni-muenchen.de/4112/

Knudsen, Rita A. (2010), *Privatization in Kosovo: The International Project 1999-2008.* Oslo: Norwegian Institute of International Affairs (NUPI)

Knudsen, Tonny B. e Carsten B. Laustsen (eds.) (2006), *Kosovo between War and Peace: Nationalism, Peacebuilding and International Trusteeship.* Abingdon: Routledge

Koechler, Hans (2001), *Illegal Tribunal – Illegal Indictment*, 23 de Abril, http://emperors-clothes.com/docs/prog2.htm.

Kostovicova, Denisa (1997). *Parallel worlds: Response of Kosovo Albanians to the loss of autonomy in Serbia 1989-1996.* London: Hurst & Company.

Kostovicova, Denisa (2002), "'Shkolla Shqipe' and nationhood: Albanians in pursuit of education in the native language in interwar (1918-41) and post-autonomy (1989-98) Kosovo". Em S. Schwadner-Sievers e B.J. Fischer (Eds.), *Albanian identities: Myth and history.* London: Hurst & Company.

Kramer, Mark (2014), *Why did Russia give away Crimea sixty years ago?*, The Wilson Center, 19 de Março

Krasniqi, Mark (1996), "The role of the Serbian Orthodox Church in anti-Albanian policies in Kosova". Em J. Bajraktari (Ed.), *The Kosova issue – A historic and current problem.* Tirana.

Kreickenbaum, Martin (2008), *Germany's role in the secession of Kosovo*, 26 de Fevereiro. https://www.wsws.org/en/articles/2008/02/koso-f26.html

Kriesberg, L. (1993), "Intractable conflicts". *Peace Review*, 5, 417-421.

Krleza, Miroslav (1975). *Panorama pogleda, pojava, pojmova* (Panorama de observações, acontecimentos, conceitos). Zagred: Mladost.

Krstic, Branislav (1994), *Kosovo: Izmedju istorijskog I ethnickog prava* (Kosovo: Entre direitos históricos e étnicos). Belgrado: Kuca Vid.

Laclau, Ernesto (1990), *New reflections on the revolution of our time.* London: Verso.

Laffan, Robert G. D. (1989), *The Serbs: The guardians of the gate.* New York: Dorset Press.

Lafontaine, Annie (2002), "North American Albanian immigration: Narratives on political myths". Em S. Schwadner-Sievers e B.J. Fischer (Eds.), *Albanian identities: Myth and history*. London: Hurst & Company.

Lang, Nicholas R. (1975), "The dialectics of decentralization: Economic reform and regional inequality in Yugoslavia". *World Politics, 27*.

Laughland, John (1999) "The anomalies of the International Criminal Tribunal are legion. This is not Victors' Justice in the Former Yugoslavia – in Fact, it is no Justice at all", *The Times*, London, 17 de Junho.

Laughland, John (2002), "This is not justice: The Hague has replaced Nuremberg's jurisprudence of peace with a licence to the west to kill", *The Guardian*. London, 16 de Fevereiro.

Levy, Avigdor, ed. (1994), *The Jews of the Ottoman Empire*. Princeton, NJ: Darwin Press.

Lima, António Saraiva (2017), "História da Catalunha. Relato de uma submissão indesejada", *Jornal i*, 1 de Outubro. https://www.comunidadeculturaearte.com/historia-da-catalunha-relato-de-uma-submissao-indesejada/

Little, Allan (2000), "How NATO was sucked into the Kosovo conflict", *Sunday Telegraph*, London, 27 de Fevereiro.

Logoreci, Anton (1984), "A clash between two nationalisms in Kosova". Em A. Pipa e S. Repishti (Eds.), *Studies on Kosova*. Boulder, CO: East European Monographs.

Lubonja, Fatos (2002), "Between the glory of a virtual world and the misery of a real world". Em S. Schwadner-Sievers e B.J. Fischer (Eds.), *Albanian identities: Myth and history.* London: Hurst & Company.

Lusa (2017), *Resultados finais do referendo na Catalunha: 90,18% a favor da independência*, 6 de Outubro. https://www.rtp.pt/noticias/mundo/resultados-finais-do-referendo-na-catalunha-9018-a-favor-da-independencia_n1031878

Lutard, Catherine (1996), "Essai d'interpretation du nouveau nationalisme post-communiste: Le cas yougoslave". *Revue d'etudes comparatives Est-Ouest*, 1, 133-65.

Magas, Branka (1993), *The destruction of Yugoslavia: Tracking the break-up 1980-92*. New York: Verso.

Malcolm, Noel (1998), *Kosovo. A short history*. London: Macmillan.

Malcolm, Noel (2002), "Myths of Albanian national identity: Some key elements, as expressed in the works of Albanian writers in America in the early twentieth century". Em S. Schwadner-Sievers e B.J. Fischer (Eds.), *Albanian identities: Myth and history.* London: Hurst & Company.

Maliqi, Shkelzen (1998), *Kosova: Separate worlds, reflections and analyses 1989-1998.* Pristina.

Mandel, Michael (2001), "Milosevic Has a Point," *Toronto Globe and Mail*, 6 de Julho. http://www.commondreams.org/views01/0706-05.htm.

Mandel, Michael (2001), "Politics and Human Rights In International Criminal Law: Our Case Against NATO and The Lessons To Be Learned From It", *Fordham International Law Journal*, 25: 95-128, Novembro.

Mandel, Michael (2004), *How America Gets Away With Murder: Illegal Wars, Collateral Damage and Crimes Against Humanity*, London: Pluto, Junho.

Markovits, Andrei S. e S. Reich (1997), "The contemporary power of memory: The dilemmas for German Foreign Policy". *The Communication Review*, 2 (1), 89-119.

Marques, Cristopher (2017), *1640-2017. Guerras, estatutos, crise. Como a Catalunha chegou até aqui*. RTP, 23 de Novembro. https://www.rtp.pt/noticias/mundo/1640-2017-guerras-estatutos-crise-como-a-catalunha-chegou-ate-aqui_es1028949

Marty, Dick (2010), *Inhuman treatment of people and trafficking of human organs in Kosovo.* Parliamentary Assembly of the Council of Europe (PACE). 12 de Dezembro. http://assembly.coe.int/nw/xml/News/FeaturesManager-View-EN.asp?ID=964

Marzouk, Lawrence (2010), "Fatmir Limaj, Kosovo's Road-builder". *Balkan Insight*, 6 de Maio.

Marzouk, Lawrence e Petrit Collaku (2010), "Kosovo Minister's Friends Flourish from Road Bonanza". *Balkan Investigative Reporting Network*, 30 July.

Mazower, Mark (2000), *The Balkans: A short history*. New York: The Modern Library.

McAllester, Mathew (2002), *Beyond the Mountains of the Damned: The war inside Kosovo.* New York: New York University Press.

McGee, Marcus (1999), "Doubts Raised Over Impartiality of Prosecutor", *Globe and Mail*, 21 de Abril.

Meier, Viktor (1995), *Yugoslavia: A history of its demise.* New York: Routledge.

Meireles, Luísa (2008), "Nasce mais um país nos Balcãs". *Jornal Expresso*, 16 de Fevereiro, p. 42. Lisboa: Sojornal.

Mertus, Julie A. (1999), *Kosovo: How myths and truths started a war.* Berkley: University of California Press.

Mertus, Julie A. (2009), "OAF: handmaiden of independent Kosovo". *International Affairs* 85:3

Mestrovic, Stjepan (1996), *Genocide After Emotion - The Postemotional Balkan War*, Routledge, GrãBretanha.

Mihailovic, K. e V. Krestic (1995), *Memorandum of the Serbian Academy of Sciences and Arts: Answers to criticisms.* Belgrado: SANU.

Milivojevic, Marko (1989), "Descent into chaos: Yugoslavia's worsening crisis". *The South Slav Journal, 12,* 1-2.

Mill, John Stuart (1996), *A System of Logic, Ratiocinative and Inductive – Being a Connected View of the Principles of Evidence and the Methods of Scientific Investigation*, Livro VI, Routledge, England.

Misha, Piro (2002), "Invention of a nationalism: Myth and amnesia". Em S. Schwadner-Sievers e B.J. Fischer (Eds.), *Albanian identities: Myth and history*. London: Hurst & Company.

Mitchell, Christopher R. (1981), *The structure of international conflict*. Basingstoke: Macmillan.

Mitchell, Paul (2003), "Milosevic trial sets precedent: US granted right to censor", 31 de Dezembro. http://www.wsws.org/articles/2003/dec2003/cens-d31_prn.shtml.

Mitrovic, Andrej (1992), *The Serbs and the Albanians in the 20th century*. Belgrade: SANU

Moeller, Robert G. (2001), *War stories: The search for a usable past in the Federal Republic of Germany*. Berkley: University of California Press.

Mojzes, Paul (1994), *Yugoslavian inferno: Ethnoreligious warfare in the Balkans*. New York: Continuum.

Montanaro, Lucia (2009), *The Kosovo Statebuilding Conundrum: Addressing Fragility in a Contested State*. FRIDE Working Paper 91. Madrid

Montbrial, Thiery (2008). "Interview: EU must pay price of Kosovo failure". *EurActiv, UK Public Limited Company*. London, 20 de Fevereiro.

Moreira, Adriano (1993), "A Crise do Estado Soberano". *Nação e Defesa* 66, Abril-Junho.

Moreira, Adriano (2000), *Estudos de Conjuntura Internacional*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.

Moreira, Carlos D. (1994), *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*, ISCSP-UTL, Lisboa.

Morin, Edgar (1996), *Os Fraticidas: Jugoslávia-Bósnia, 1991-1995*, Relógio d'Água, Lisboa.

Moser, Patrick (1992), "Peace conference on Yugoslavia opens in London", *United Press International*, 26 de Agosto.

Mutschke, Ralf (2000), *The Threat Posed by the Convergence of Organized Crime, Drugs Trafficking and Terrorism*, statement before a hearing of the US House of Representatives Committee on the Judiciary Subcommittee on Crime, 13 de Dezembro.

Natali, Denise (2005), *The Kurds and the State: Evolving National Identity in Iraq, Turkey, and Iran*, Syracuse University Press

Nation, Craig (2003), *War in the Balkans, 1991-2002*, Monographies, Strategic Studies Institute, Carlisle.

New York Post (1999), *Fight vs. odds, local soldiers´ proudest hour*, 24 de junho. http://nypost.com/1999/06/24/fight-vs-odds-local-soldiers-proudest-hour/;

New York Times (1999), *Crisis in the Balkans; Prosecutor's Statement: 'Sufficient Evidence'*, 28 de Maio.

Newman, Bernard (1936), "The law of Lek". *The Geographical Magazine, IV* (2).

Nietzsche, Friedrich (1994), *On the Genealogy of Morals* (Trad. C. Diethe e Ed. K. Ansell-Pearson). Cambridge: Cambridge University Press.

Noguer, Miquel (2015), "Los independentistas ganan las elecciones y pierden su plebiscito", *El País*, 28 de Setembro. https://elpais.com/ccaa/2015/09/27/catalunya/1443387513_045607.html

Nora, Pierre (1996), *Realms of memory: Rethinking the French past, Volume I: Conflicts and divisions*. New York: Columbia University Press.

Norris, David A. (2000), *In the wake of the Balkan myth. Questions about identity and modernity.* London: Macmillan.

Observador (2017), *Catalunha: os resultados finais, por partido e por cenário*, 22 de Dezembro. https://observador.pt/2017/12/22/catalunha-os-resultados-finais-por-partido-e-por-cenario/

Oeter, Stefan (2015), "The Kosovo Case – An Unfortunate Precedent", *ZaöRV 75*, pp. 51-74.

Oliveira, A., N. Sousa e L. Duarte (2007). *A independência do Kosovo: Consequências geopolíticas e geoestratégicas*. TIG, Curso de Estado-Maior Conjunto 2007/2008. Lisboa, Pedrouços: IESM.

Olzak, Susan (1983), "Contemporary ethnic mobilization". *Annual Revue of Sociology, 9*, pp. 355-374.

O'Kane, Maggie (1999), "We reported; we did not lie", *The Guardian*, 11 de Julho. https://www.theguardian.com/world/1999/jul/11/balkans3

Ono, Kent A. e John M. Sloop. (1995), "The critique of vernacular discourse", *Communication Monographs*, 62, 1, pp. 19-46.

Osborne, Brian S. (2001), "Landscapes, memory, monuments, and commemoration: Putting identity in its place". *Canadian Ethnic Studies, 33* (3).

Ostrogorsky, George (1991), *History of the Byzantine State*, Trad. J.M.Hussey. 2nd ed. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press.

Paris, Roland (2002), "Kosovo and the metaphor war". *Political Science Quarterly, 117* (3), 423-450.

Paxton, R. V. (1981), "Identity and consciousness: Culture and politics among the Habsburg Serbs in the Eighteenth century". Em I. Banac, J.G. Ackerman, e R. Szporluk (Eds.), *Nation and ideology: Essays in honor of Wayne S. Vucinich.* Boulder, CO: East European Monographs.

Pearson, Frederic (2001), "Dimensions of conflict resolution in ethnopolitical disputes". *Journal of Peace Research, 38* (3).

Pejic, Svetlana (2002), "Memorials of the past". Em M. Omcikus (Ed.), *Cultural heritage of Kosovo and Metohija*. Belgrado: Instituto para a Proteção de Monumentos Culturais da República da Sérvia.

Pennington, Anne e Peter Levi (1984), *Marko the prince: Serbo-Croat heroic songs.* London.

Petrovich, Michael (1980), "Religion and ethnicity in Eastern Europe". Em R. Sugar (Ed.), *Ethnic diversity and conflict in Eastern Europe.* Santa Barbara, CA: ABC-Clio.

Pettifer, James (2001), *Albania & Kosovo*. New York: WW Norton.

Phillips, David L. (2010), *Realizing Kosova's Independence.* New York: National Committee on American Foreign Policy

Pick, Thomas M. (1997), "Eastern European militant nationalism: Some causes and measures to counteract it", *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology*, 3 (4), pp. 383-393.

Pilger, John (2000), "Censorship by Omission". Em P. Hammond e E. S. Herman (Eds.), *Degraded Capability: The Media and the Kosovo Crisis*. London & Sterling: Pluto Press.

Pires, Nuno Lemos (2015), *Das Ameaças-Riscos Intangíveis aos Estados Frágeis e às Guerras Civis*, Lisboa.

Pomfret, John (1994), "Weapons, Cash and Chaos Lend Clout to Srebrenica's Tough Guy", *Washington Post*, 16 de Fevereiro.

Potter, Beth (1999), "Court: Tudjman indictment was discussed", *United Press International*, 14 de Dezembro

Poulton, H. e S. Taji-Farouki (1997), *Muslim identity and the Balkan state.* Lanham: Rowman & Littlefield Publishers.

Pravica, Michael (2014), "NATO's barbaric assault on Serbia, and Monica Lewinsky", *Pravda*, 27 de Março.

Priest, Dana (1999), "A Decisive Battle that never was", *The Washington Post*, 19 de setembro.

Prifti, Peter (1984), "Kosova's economy: Problems and prospects". Em A. Pipa e S. Repishti, (Eds.), *Studies on Kosova*. Boulder, CO: East European Monographs.

Protic, Milan St. (1989), "Migrations resulting from peasant upheavals in Serbia during the 19th century". Em D. Djordjevic e R. Samardzic (Eds.), *Migrations in Balkan history*. Belgrado: SANU.

Putin, Vladimir (2008), *Grande Conferência de Imprensa Anual – Declarações sobre o Kosovo*, 14 de Fevereiro. http://www.kremlin.ru/eng/speeches/2008/02/14/1011_type82915_160266.shtml

Rados, Milan (1999), *Quem Matou a Jugoslávia?* Campo de Letras, Porto.

Radovanovic, M. (1993), *Kosovo I Metohija u Republici Srbiji I Saveznoj Republici Jugoslaviji* (O Kosovo e Metohija na República da Sérvia e na República Federal da Jugoslávia). Valjevo: Nova Demokratija.

Radu, Michael (1999), "NATO's KLA problem". *Foreign Policy Research Institute*, 8 de Setembro.

Ramet, Pedro (1988), "The Serbian Orthodox Church". Em P. Ramet (Ed.), *Eastern Christianity and politics in the twentieth century*. Durham, NC: Duke University Press.

Ramet, Sabrina (2002), *Balkan babel: The disintegration of Yugoslavia from the death of Tito to the fall of Milosevic*. Boulder, CO: Westview Press.

Ramonet, Ignácio (1999), *Geopolítica do Caos*, Editora Vozes, Petrópolis.

Rapper, Giles de (2002), "Culture and the reinvention of myths in a border area". Em S. Schwadner-Sievers e B.J. Fischer (Eds.), *Albanian identities: Myth and history*. London: Hurst & Company.

Real Instituto Elcano (2018), *The conflict in Catalonia*, Madrid, Espanha. http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/c0f90dae-76d1-4a8e-8f78-0058f048a44b/Catalonia-Dossier-Elcano-October-2017.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=c0f90dae-76d1-4a8e-8f78-0058f048a44b.

Renan, Ernest (1961), "Qu'est-ce qu'une nation?". Em *Oeuvres Completes*. Paris: Calmann-Levy, 887-906.

Repishti, Sami (1984), "The evolution of Kosova's autonomy within the Yugoslav constitutional framework". Em A. Pipa e S. Repishti (Eds.), *Studies on Kosova*. Boulder, CO: East European Monographs.

Rettman, Andrew (2013), "Ukraine police Attack protesters under Ashton's nose", *euobserver*, 11 de Dezembro. https://euobserver.com/foreign/122431

Reuter, Jens (1984), "Educational policy in Kosova". Em A. Pipa e S. Repishti (Eds.), *Studies on Kosova*. Boulder, CO: East European Monographs.

Reuters (1999), "UNHCR says Kosovo nearly 'emptied out' of Serbs". *Reuters*, 24 de Agosto.

Robertson, Geoffrey (2000), *Crimes Against Humanity: The Struggle for Global Justice*. New York: The New Press.

Robinson. Piers (2000), "Research note: The news media and intervention: Triggering the use of air power during humanitarian crises". *European Journal of Communication*, 15, 3: pp. 405-414.

Rodrigues, Luis Miguel (2010), *Metodologias de Investigação*, Faculdade de Teologia, UCP, Braga.

Romão, Filipe Vasconcelos (2016), "Catalunha: o fracasso da estratégia independentista", *Janus* 2015- 2016, pág. 60-61.

Røn, K. T. (2000), "'Thank you, God! Thank you, Norway!' Norwegian Newspapers and the Kosovo War". Em P. Hammond e E. S. Herman (Eds.), *Degraded Capability: The Media and the Kosovo Crisis*. London & Sterling: Pluto Press.

Rose, Arnold (1968), "Minorities", *International Encyclopedia of the Social Sciences*, vol 10.

Rosenthal, John (2008), "Corruption and Organized Crime in Kosovo: An Interview with Avni Zogiani". *World Politics Review* exclusive. https://www.worldpoliticsreview.com/

Ross, Mark Howard (2000), "Creating the conditions for peacemaking: Theories of practice in ethnic conflict resolution". *Ethnic and Racial Studies, 23* (6).

Rothman, Jay (1997), *Resolving identity-based conflict in nations, organizations and communities.* San Francisco, CA: Jossey-Bass.

Rothstein, R. L. (1999), "Fragile peace and its aftermath". Em R.L. Rothstein (Ed.), *After the peace: Resistance and reconciliation*. London: Lynne Rienner Publishers.

Roux, Michel (1992), *Les Albanais en Yugoslavie. Minorite nationale, territoire et Development* Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme.

Rrecaj, Besfort (2006), *The Right to Self-Determination and Statehood: The Kosova Case*, Master Thesis, State University of New York.

Rushing, Janice H. e Thomas S. Frentz (1999), "The Gods must be crazy: The denial of descent in academic scholarship", *Quarterly Journal of Speech*, 85, 3, pp. 229-246.

Russia Today (2014), *Crimea declares Independence, seeks UN recognition*, 17 de Março. https://www.rt.com/news/crimea-referendum-results-official-250/

Samardzic, Radovan (1990), *Kosovo-Metohija dans l'histoire serbe*. Lausanne: L'Age d'Homme

Savarese, Rossella (2000), "'Infosuasion' in European newspapers: A case study on the war in Kosovo". *European Journal of Communication*, 15, 3: pp. 363-381.

Scheffer, David J. (1998), *Testemunho do Congresso sobre o Estabelecimento de um Tribunal Penal Internacional Permanente, perante o Comité de Relações Exteriores do Senado dos EUA*, Federal Document Clearing House, 23 de Julho.

Schierup, Carl-Ulrik (1991), "The post-communist enigma: Ethnic mobilization in Yugoslavia". *New Community, 18* (1).

Schnytzer, Ady (1984), "The economic situation in Kosova: Notes on a comparison with Albania's economy". Em A. Pipa e S. Repishti (Eds.), *Studies on Kosova*. Boulder, CO: East European Monographs.

Schork, Kurt (2000), "Kosovo suffers from contempt for law". *Reuters*, 13 de Março.

Schwadner-Sievers, Stephanie (2002), "Narratives of power: Capacities of myth in Albania". Em S. Schwadner-Sievers e B.J. Fischer (Eds.), *Albanian identities: Myth and history.* London: Hurst & Company.

Schwartzman, Richard (2001), "Recovering the lost canon: Public memory and the Holocaust", *Rhetoric & Public Address*, 4, (3): 542-583

Sciolino, Elaine (1992), "U.S. Names Figures It Wants Charged with War Crimes", *New York Times*, 17 de Dezembro.

Scott, Peter (1990), *Knowledge and Nation*, Edinburgh University Press.

Sekelj, Laslo (1993), *Yugoslavia: The process of disintegration.* Boulder. CO: Social Science Monographs.

Sellars, Kirsten (2002), *The Rise and Rise of Human Rights*, London: Sutton Publishing

Shay, Shaul (2011), *Islamic Terror and the Balkans*, Transaction Publishers.

Shea, Jamie (1999), "Daily NATO Briefing", NATO Headquarters, Brussels, Belgium, *Federal News Service*, 17 de Maio.

Shoup, Paul (1984), "The government and constitutional status of Kosova: Some brief remarks". Em A. Pipa e S. Repishti (Eds.), *Studies on Kosova*. Boulder, CO: East European Monographs.

Siber, Ivan (1997), "Psychological approaches to ethnic conflict in the territories of former Yugoslavia". Em D. Janjic (Ed.), *Ethnic conflict management: The case of Yugoslavia.* Ravenna: Longo Editore.

Sigona, Nando (2003), "How Can a 'Nomad' be a 'Refugee'? Kosovo Roma and Labeling policy in Italy", *Sociology*, vol. 37(1), Sage, EUA.

Silber, Laura e Allan Little (1995), *Yugoslavia: Death of a Nation*. New York: TV Books/Penguin, USA.

Silber, Laura e Allan Little (1996), *The Death of Yugoslavia* (2ª edição) London: Penguin, BBC Books. (revisão e atualização da obra anterior).

Silva, Augusto (1995), "Comunidade", *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, vol. XV,* Editorial Verbo, Lisboa, s.d.

Simic, Predrag (1995), *The Kosovo and Metohija problem and regional security in the Balkans.* Belgrade: Institute of International Politics and Economics.

Simons, Marlise (1998), "U.N. War Crimes Tribunal Steps up Its Inquiry into Kosovo", *New York Times,* 26 de Agosto.

Simons, Marlise (1999), "Militia Leader Arkan Is Indicted for War Crimes", *New York Times,* 1 de Abril.

Simons, Marlise (1999), "Proud but Concerned, Tribunal Prosecutor Leaves", *New York Times,* 15 de Setembro.

Simons, Marlise (2001), "War Crimes Tribunal Expands Milosevic Indictment", *New York Times*, 30 de Junho.

Simons, Marlise (2003), "General Gets 20 Years for Sarajevo Atrocities," *New York Times,* 6 de Dezembro.

Singh, Ishtla (1999), "Language and ethnicity". Em L. Thomas e S. Waring (Eds.), *Language, society and power*. London: Routledge.

Skendi, Stavro (1956), *Albania.* Princeton, NJ: Princeton University Press.

Skendi, Stavro (1967), *The Albanian national awakening, 1878-1912*. Princeton University Press, N. Jersey.

Skoco, Mirjana e William Woodger (2000), "War Crimes". Em Philip Hammond e Edward S. Herman (eds.) *Degraded Capability: The Media and the Kosovo Crisis*, London: Pluto Press

Smith, Jeffrey (2000), "A den of thieves and tax cheats". *Washington Post Weekly*, 3 de Janeiro.

Smith, Jeffrey (2000), "U.N. Report says former KLA rebels threatened, tortured, killed civilians". *The Washington Post*, 15 de Março.

Sorensen, Georg e Robert Jackson (2007), *Introdução às relações internacionais*. Trad. Bárbara Duarte. Rio de Janeiro: Zahar

Sousa, Marcelo Rebelo de (1978), *Direito Constitucional, I - Introdução à Teoria da Constituição*, Livraria Cruz, Braga.

Sputnik (2016), *O lado 'escuro' dos Capacetes Brancos: 5 fatos sobre os 'defensores civis da Síria*, 17 de Dezembro. https://br.sputniknews.com/oriente_medio_africa/201612177202322-capacetes-brancos-lado-escuro/

Stables, Gordon (2003), "Justifying Kosovo: Representations of gendered violence and US military intervention". *Critical Studies in Media Communication*, 20, 1: 92-115.

Standish, M. J. Alex (2002), "Enver Hoxha's role in the development of socialist Albanian myths". Em S. Schwadner-Sievers e B.J. Fischer (Eds.), *Albanian identities: Myth and history*. London: Hurst & Company.

Stavrianos, Leften S. (1958), *The Balkans since 1453*. New York: New York University Press.

Stephen, Chris (1998), "Bin Laden opens European terror base in Albania", *Sunday Times*, 29 de Novembro.

Stevanovic, Vidosav (2000), *Milosevic, une épitaphe*, Paris, Fayard.

Stevens, Georgine (2009), *Filling the Vacuum: Ensuring Protection and Legal Remedies for Minorities in Kosovo.* London: Minority Rights Group International

Stojancevic, Vladimir (1990), *Serbia and the Albanians in the 19th and early 20th century*. Belgrade: SANU

Stojancevic, Vladimir (1994), *Srbi I Arbanasi* (Sérvios e Arbanas). Novi Sad: Prometej

Strauss, Julius (1999), "Albanian mafia pounces on Kosovo power vacuum". *The Sunday Telegraph*, 6 de Setembro.

Strazzari, Francesco (2008), "L'Oeuvre au Noir: the Shadow Economy of Kosovo's Independence". *International Peacekeeping* 15:2, pp. 155-170.

Sturken, Marita (1997), *Tangled memories: The Vietnam War, the AIDS Epidemic, and the Politics of Remembering*, University of California Press.

Suflaj, Milan (1990), *Srbi I Arbanas: Njihova simbioza u srednjem vijeku* (Sérvios e Arbanas: A sua simbiose na Idade Média). Sarajevo: Kultura.

Sugarman, Jane C. (1999), "Imagining the homeland: Poetry, songs, and the discourse of Albanian nationalism". *Ethnomusicology, 43* (3), 419-458.

Sullivan, Stacy (1999). "Milosevic's Willing Executioners", *New Republic*, 10 de Maio.

Suny, Ronald Grigor (1983), *Armenia in the Twentieth Century*, Scholars Press.

Szamuely, George (2002), "US Hypocrisy on Those IKCs – You Guessed It, International Kangaroo Courts", *CounterPunch*, 24 de Setembro. http://www.counterpunch.com.szamuely0924.html.

The Christian Science Monitor (1999), *From USA to a KLA boot camp*, 18 de maio. http://www.csmonitor.com/1999/0518/p1s2.html

The Economist (2008), *Pipedreams, America seems to care more than the EU about Eastern Europe*, 26 de Janeiro.

The Observer (2000), *UN backed KPC's reign of terror*, 12 de Março.

Thornberry, Cedric (1996), "Saving the war crimes tribunal", *Foreign Policy*, Outono

Thussu, Daya Kishan (2000), "Legitimizing 'humanitarian intervention'?" *European Journal of Communication*, 15, 3: pp. 345-361.

Todorova, Maria (1997), *Imagining the Balkans.* New York: New York University Press.

Tonkin, Elizabeth (1992), *Narrating our pasts*. Cambridge: Cambridge University Press.

Tütsch, Christopher (2005), *Kosovo's Burdensome Path to Economic Development and Interethnic Coexistence*. FAST Risk Profile Kosovo. Bern: Swisspeace

Udovicki, Jasminka. e J. Ridgeway, (2000), *Burn this house: The making and unmaking of Yugoslavia.* Durham, North Carolina: Duke University Press.

Urosevic, Atanasije (1987), *Etnicki procesi na Kosovu tokom turske vladavine* (Processos étnicos no Kosovo, sob domínio Turco). Belgrado: Srpska Akademija Nauka I Umetnosti

Valle, Alexandre del, *Guerras Contra a Europa*, Hugin, Lisboa, 2001.

Van Dijk, Teun A. (2000), *Ideology*. London: Sage Publications.

Van Willigen, Niels (2009), *Building Sustainable Institutions? The results of international administration in Bosnia and Herzegovina and Kosovo 1995-2008*. Tese de Doutoramento, Universidade de Leiden.

Várady, Tibor (1997), "Minorities, majorities, law and ethnicity: reflections on the Yugoslav case". Em D. Janjic (Ed.), *Ethnic conflict management: The case of Yugoslavia.* Ravenna: Longo Editore.

Vickers, Miranda (1998), *Between Serb and Albanian: A history of Kosovo.* London: Hurst & Company.

Vickers, Miranda (1995), *The Albanians: A modern history*. New York: I.B. Tauris.

Vickers, M., e J. Pettifer (2000), *Albania: From anarchy to a Balkan identity*. New York: New York University Press.

Vidojevic, Aleksander (2007), *What Could the EU Accomplish in Kosovo? Between the Hammer and the Anvil*. The Advanced Research and Assessment Group, Balkan Series. United Kingdom.

Vincent, Richard C. (2000) "A narrative analysis of US press coverage of Slobodan Milosevic and the Serbs in Kosovo". *European Journal of Communication*, 15, 3: 321-344.

Vukadinovic, Radovan (2008), "Americka Politika I stvaranje kosovske drzave" (A Política Americana e a criação do Estado do Kosovo), *Medjunarodne Studije*, ano 8, 1, Zagreb.

Washington Times (2001), *Bin Laden's new special envoys*, 22 de Junho. https://www.washingtontimes.com/news/2001/jun/22/20010622-023905-6115r/

Watson, Adam (2004), *A evolução da sociedade internacional*. Trad. André Loncan. Brasília: UNB

West, Rebecca (1941), *Black lamb and grey falcon: A journey through Yugoslavia*. New York: The Viking Press.

Wiebes, Cees (2003), *Intelligence and the War in Bosnia 1992-1995*, London: Lit Verlag.

Wilkes, John (1992), *The Illyrians.* Oxford: Blackwell.

Williams, Daniel (2994), "Albanians blamed for Kosovo unrest", *The Washington Post*, 21 de Março.

Winnifrith, Tom (1992), "Albania and the Ottoman empire". Em T. Winnifrith (Ed.), *Perspective on Albania.* London: Macmillan.

Woeherel, Steven (2007), *Kosovo´s Future Status and U.S. Policy*. CRS Report for Congress, the Library of Congress.

Wolff, Larry (1994), *Inventing Eastern Europe: The map of civilization in the mind of Enlightenment.* Stanford: Stanford University Press.

Woodward, Susan L. (1995), *Balkan tragedy: Chaos and dissolution after the Cold War.* Washington: Brookings Institution.

Xharra, Besiana (2010), "PDK Municipalities Financially Favoured". *Balkan Insight*, 19 de Julho. http://www.balkaninsight.com/en/page/all-balkans-home

Xharra, Jeta (2005), *Kosovo Assembly Murals Enrage Serbs.* Institute for War and Peace Reporting. BCR issue 482, 21 de Fevereiro.

Yannis, Alexandros (2003), "Kosovo: The Political Economy of Conflict and Peacebuilding". Em Karen Ballentine e Jake Sherman. *The Political Economy of Armed Conflict: Beyond Greed and Grievance.* Boulder, CO: Lynne Rienner, pp. 167-196.

Youth Initiative for Human Rights (YIHR) (2010), *State of Constriction? Governance and Free Expression in Kosovo.* Pristina

Zartman, I. William (1997), "Introduction: Toward the resolution of international conflicts". Em I.W. Zartman e J.L. Rasmussen (Eds.), *Peacemaking in international conflict: Methods and techniques*. Washington, D.C.: United States Institute of Peace Press.

Zartman, I. William (2000), "Mediating conflicts of need, greed, and creed", *Orbis*, 44 (2).

Zarzalejos, J. Antonio (2007), "De España y su unidad (Bélgica y Kosovo, por ejemplo)". *ABC*, 16 de Dezembro. https://www.almendron.com/tribuna/de-espana-y-su-unidad-belgica-y-kosovo-por-ejemplo/

Zaum, Dominik (2009), *States of Conflict: A case study on statebuilding in Kosovo.* London: Institute for Public Policy Research.

Zdravkovic, Helena (2006), "The vernacular discourses of historical victimage of Kosovo Serbs and Albanians". *Balcanica XXXVI*, Ed. Dušan T. Bataković. Institute for Balkan Studies. Belgrade.

Zdravkovic-Zonta, Helena (2011), "Serbs as Threat. The Extreme Negative Portrayal of the Serb 'Minority' in Albanian-language Newspapers in Kosovo". Em *Balcanica XLII*, pp. 165-215.

Zelizer, Barbie (1998), *Remembering to forget: Holocaust memory through the camera's eye*, Chicago: University of Chicago Press.

Zerubavel, Yael (1995), *Recovered roots: Collective memory and the making of Israeli national tradition*, Chicago: University of Chicago Press.

Zippelius, Reinhold (1997), *Teoria Geral do Estado*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Zirojevic, Olga (2000), "Kosovo in the collective memory". Em N. Popov (Ed.), *The road to war in Serbia: Trauma and catharsis*. Budapest: Central European University Press.

Zorkin,Valery (2008) "Imposição da Paz e direitos humanos", *Rossiyskaya Gazeta*, 13 de Agosto, http://www.rg.ru/2008/08/13/zorkin.html

Outros Acessos Relevantes à Internet:

Declarações de reconhecimento do Kosovo: http://www.kosovothanksyou.com

Declaração de Zalmay Khalilzad sobre o Kosovo: http://webcast.un.org/ramgen/ondemand/stakeout/2007/so071219pm.rm

Declaração de Daniel Fried sobre o Kosovo: https://2001-2009.state.gov/p/eur/rls/rm/101386.htm

Declaração de Nicholas Burns sobre o Kosovo: https://2001-2009.state.gov/p/us/rm/2008/100976.htm

Genocídio em Odessa: a Ucrânia que a mídia internacional não mostra: https://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/05/genocidio-em-odessa-ucrania-que-midia-ocidental-nao-mostra.html

Posição de Angela Merkel sobre a Catalunha: http://www.ccma.cat/324/Merkel-sobre-el-proces-sobiranista-Comparteixo-la-posicio-del-govern-espanyol/noticia/2451354/

Posição dos EUA sobre a Catalunha: https://www.vilaweb.cat/noticia/4080198/20130202/casa-blanca-creu-problema-catala-resoldre-marc-espanyol.html

Posição de François Hollande sobre a Catalunha: https://www.elperiodico.com/es/politica/20141201/hollande-sobre-catalunya-queremos-una-espana-estable-y-aliada-3735769

Posição de António Costa sobre a Catalunha: https://www.dn.pt/mundo/interior/catalunha-portugal-defende-respeito-pela-constituicao-e-unidade-do-estado-espanhol----costa-8834061.html

Posição de Vladimir Putin sobre a Catalunha: http://elmon.cat/mon/putin-diu-que-situacio-catalunya-assumpte-intern-despanya

Posição da UE sobre a Catalunha: https://www.vilaweb.cat/noticies/juncker-si-guanya-el-si-a-la-independencia-de-catalunya-ho-respectarem/

Posição da OTAN sobre a Catalunha: https://www.eldiario.es/politica/OTAN-defiende-cuestion-constitucional-Espana_0_696081371.html

Ligações para as figuras:

A ex República Federal da Jugoslávia, *Path Decorations Pictures*, https://www.pathdecor.com/map-of-socialist-federal-republic-of-yugoslavia/

Principais Cidades do Kosovo, *CIA – The World Factbook*, https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/kv.html

Estrutura étnica do Kosovo, *Geopolitica.ru*, https://www.geopolitica.ru/en/agenda/new-war-kosovo

Países da Região dos Balcãs, *Balkan Adventures*, http://www.altours-bg.com/balkan-adventures/

A Batalha de 'Kosovo Polje', *mojkutak.org*, http://mojkutak.org/2016/06/27/prava-istina-o-kosovskom-boju-pobedila-je-srpska-vojska-a-porazena-turska-vojska-nije-prilazila-srbiji-skoro-100-godina

A 'Grande Migração' Sérvia de 1690, *cyrillitsa.ru*. https://cyrillitsa.ru/actual/24585-pochemu-serby-i-russkie-schitayut-drug-dr.html

O assassinato do Arquiduque Francisco Ferdinando, *Smithsonian Magazine*, https://www.smithsonianmag.com/history/curses-archduke-franz-ferdinand-and-his-astounding-death-car-27381052/

O Marechal Josip Broz Tito, *Total Croatia News*, https://www.total-croatia-news.com/politics/16522-the-legacy-of-marshal-tito

Slobodan Milosević, *A Fábrica*, http://grandefabrica.blogspot.com/2006/03/slobodan-milosevic.html

Ibrahim Rugova, 1º Presidente do Kosovo, *Zyra e Presidentit të Kosovës*, https://www.president-ksgov.net/en/presidents-of-kosovo

O 'mítico' Adem Jashari, *Turkey & Macedonia*, https://turkeymacedonia.wordpress.com/2010/05/18/macedonia-presses-kosovo-on-crime-suspects/

Bombas 'humanitárias' sobre o Kosovo, *International Relations Today*, https://irtodayblog.wordpress.com/2015/03/24/16-years-after-kosovo-99-and-why-humanitarian-intervention-sucks/

Thaçi, Kouchner, Jackson, Çeku, Clarck, *Adobe Stock*, https://stock.adobe.com/ee/editorial/thaqi-and-ceku-shake-hands-with-kfor-s-kouchner-jackson-and-clark/146552153

O UÇK mostra-se após a retirada das forças Sérvias, *kultplus.com*, https://www.kultplus.com/trashegimia/arban-abrashi-premton-ndertimin-e-muzeut-memorial/attachment/maxresdefault-25/

Os Sérvios em fuga, *Kosovo.net*, http://www.kosovo.net/news2.html

‘Morte aos Sérvios’, *standard.rs*, http://standard.rs/2017/03/23/pismo-sa-kosova-ili-secanje-na-martovski-pogrom/

O dia da declaração de Independência, *mtholyoke.edu*, https://www.mtholyoke.edu/~becki20g/classweb/kosovo/Present.html

As ‘bandeiras’ do Kosovo, *European Western Balkans*, https://europeanwesternbalkans.com/2018/06/05/kosovo-parliament-votes-customs-unification-kosovo-albania/

A Albânia a defender Skopje e Janina do macaco (Montenegro), do tigre (Grécia) e da cobra (Sérvia), *Center for Democracy and Reconciliation in Southeast Europe*, http://cdrsee.org/jhp/pdf/workbook3_eng_ed2.pdf

Transnístria, *Foreign Policy*, https://foreignpolicy.com/2007/10/16/tuesday-map-dont-cry-for-me-transnistria/

Ossétia do Sul, *DW-World*, https://www.dw.com/en/analysis-south-ossetian-conflict-will-cost-russia-dearly/a-3548662

Nagorno-Karabakh, *The Economist*, https://www.economist.com/europe/2016/04/09/a-frozen-conflict-explodes

Catalunha, *Reuters*, https://www.professordeatualidades.com.br/catalunha-as-razoes-do-separatismo

Crimeia: da Ucrânia ou da Rússia?, *CEIRI Newspaper*, https://jornal.ceiri.com.br/futuro-economico-da-crimeia/

Os ‘democráticos’ manifestantes ucranianos, *WordPress.com*, https://piotrbein.wordpress.com/2014/03/page/7/

A Crimeia agora é da Rússia, *Jornal de Brasília*, http://www.defesaaereanaval.com.br/a-crimeia-e-o-poder/

Os novos ‘nazis’ na Ucrânia, *Global Research*, https://www.globalresearch.ca/military-training-for-young-children-at-ukraines-neo-nazi-summer-camp-recruitment-of-ukraines-child-soldiers-financed-by-us-nonlethal-military-aid/5472801

A ‘Grande Albânia’ desejada pelos Albaneses, *Albastrima*, https://albastrima.fr.gd/HARTA--SHQIP%CBRIS--ETNIKE.htm

“Então…? e Nós?”, *truthdig*, https://www.truthdig.com/articles/world-leaders-struggle-with-kosovo-independence/

Anexo 1 – CONCEITOS RELEVANTES

Autonomia - Do grego, *autos*, por si só, mais *nomós* que pode ser duas coisas, lei, e ao mesmo tempo, território. Em Ciência política, é a qualidade de um território ou organização de estabelecer com liberdade as suas próprias leis ou normas.

Caixa de Pandora – Expressão utilizada para designar qualquer coisa que incita a curiosidade, mas que é preferível não tocar. Na mitologia grega Pandora abriu um recipiente onde se encontravam todos os males que, desde então, se abateram sobre a Humanidade.

Comunidade – É um grupo local, de tamanho variável, integrado por pessoas que ocupam um território geograficamente definido e que estão irmanadas por uma mesma herança cultural e histórica.

Economia – Aquisição de recursos financeiros, humanos e materiais apropriados, tanto do ponto de vista da qualidade como da quantidade, no momento oportuno e pelo menor custo.

Estado – O Estado como pessoa de direito internacional deve possuir as seguintes qualificações: uma população permanente, um território definido, um governo e a capacidade de entrar em relações com os outros Estados. Um Estado soberano é normalmente sintetizado pela máxima – Um governo, um povo, um território.
Existem outras definições, como, por exemplo:
"Um povo, fixado num território de que é senhor, e que institui, por autoridade própria, órgãos que elaborem as leis necessárias à vida coletiva e imponham a respetiva execução". Em Caetano, Marcello (1973), *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, 2 tomos, Coimbra, Coimbra Editora.
"Um povo fixado num determinado território que institui por autoridade própria, dentro desse território, um poder político relativamente autónomo". Em Sousa, Marcelo Rebelo de (1978), *Direito Constitucional, I - Introdução à Teoria da Constituição*, Livraria Cruz, Braga.

Estado-Nação – Chama-se Estado-Nação, quando um território delimitado é composto por um governo e uma população de composição étnico-cultural coesa, quase homogénea, sendo esse governo produto dessa mesma composição. Isto ocorre quando as delimitações étnicas e políticas coincidem. Nestes casos, normalmente, há pouca emigração e imigração, poucos

membros de minorias étnicas, e poucos membros da etnia dominante a viver além-fronteiras. Portugal é um exemplo de um Estado-Nação.

Geoestratégia – Comparação dos recursos de determinado país ou região com os seus objetivos geopolíticos, que podem ser locais, regionais ou globais; regra geral envolve um planeamento, a atribuição de meios e o atingir de determinados objetivos.

Geopolítica – Estudo e ou análise da geografia, da história e das ciências sociais (a sociedade) com referência a um determinado espaço político.

Independência – Em Política, o conceito de independência de um país ou território é a conquista e manutenção da sua soberania política e económica.

Nação – Pela sua origem etimológica, do latim *natio*, de *natus* (nascido), já se tem a ideia que de que nação significa a reunião de pessoas, da mesma raça, falando o mesmo idioma, tendo os mesmos costumes e adotando a mesma religião, formando, assim, um povo, cujos elementos componentes trazem consigo as mesmas características raciais e se mantêm unidos pelos hábitos, tradições, religião e língua. Mas a rigor, os elementos território, língua, religião, costumes e tradição, por si sós, não constituem o carácter da nação. São requisitos secundários, que se integram na sua formação. O elemento dominante, que se mostra condição subjetiva para a evidência de uma nação assenta no vínculo que une estes indivíduos, determinando entre eles a convicção de um querer viver coletivo. É, assim, a consciência da sua nacionalidade, em virtude da qual se sentem constituindo um organismo ou um agrupamento, distinto de qualquer outro, com vida própria, interesses especiais e necessidades peculiares.

País – Um país, de uma forma geral, é um território social, política, cultural e geograficamente delimitado. A maioria dos países é administrada por um governo que mantém a soberania sobre o seu povo e o seu território, garantindo assim o funcionamento e a ordem do fluxo de atividades que envolvem as suas economias e sociedade. A definição de país não é necessariamente compatível com as definições de reino, império, república, nação e Estado, mas, na atualidade, independentemente da forma de governo adotada, todos os Estados soberanos são considerados países.

Província – Uma província é uma divisão territorial de muitos estados, tanto atual como historicamente. Em geral é uma divisão de nível superior, ou seja, a principal divisão territorial do estado.

Região Autónoma – Território pertencente a um país, dotado de autonomia política e administrativa.

Sociedade – Uma sociedade humana é um coletivo de cidadãos de um país, sujeitos à mesma autoridade política, às mesmas leis e normas de conduta, organizados socialmente e governados por entidades que zelam pelo bem-estar desse grupo. Os membros de uma sociedade podem ser de diferentes grupos étnicos. Também podem pertencer a diferentes níveis ou classes sociais. O que caracteriza a sociedade é a partilha de interesses entre os seus membros com as suas mútuas preocupações direcionadas para um objetivo comum.